



**FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E  
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO – CEPERJ**

**CENTRO DE ESTATÍSTICAS, ESTUDOS E PESQUISAS – CEEP**

**COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOCIAIS - COPOS**

**ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS DA  
QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**RELATÓRIO FINAL**

**Janeiro de 2015**

Governador do Estado do Rio de Janeiro  
**Luiz Fernando de Souza**

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão  
**Cláudia Uchôa Cavalcanti**

**FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO  
DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO – CEPERJ**

Presidência  
**Mauricio Carlos Ribeiro**

Vice-Presidência  
**Marcelo Roberto Pedrosa da Silva**

Escola de Gestão e Políticas Públicas  
**Vera Regina Ramos Pinto**

Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas  
**Monica Simioni**

Diretoria de Concursos e Processos Seletivos  
**Verônica de Lima Rodrigues Braz**

Diretoria de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Institucional  
**Cláudio Aranha**

Diretoria Administrativa e Financeira  
**Cristiane Seixas Fernandes**

Assessoria Jurídica  
**Alberto Junqueira**

Assessoria de Comunicação  
**Carolina Graciosa da Fonseca**

Coordenadoria de Políticas Sociais - COPOS  
Coordenador: **Fabio O. A. Gomes**

Equipe Técnica  
**Claudionor de Almeida Geremias (COPOS)**  
**Debora Melquiades de Castro (COGIN)**  
**Edmar Augusto Santos de Araujo Jr. (COPOS)**  
**Luiz Augusto de Faria dos Santos (COPOS)**  
**Marcela Santos Benassuly (COPOS)**

**Fundação Centro de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ**  
Av. Carlos Peixoto, 54 – Botafogo – Rio de Janeiro – CEP 22.290-090 – Tel. (21) 2334-7115  
[www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br) e-mail: [ceep@ceperj.rj.gov.br](mailto:ceep@ceperj.rj.gov.br)

**Em cumprimento do disposto no Decreto nº 44.967, de 24 de setembro de 2014, do Exmº  
Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro.**

## Sumário

Introdução .....	1
Referencial teórico .....	2
Estrutura do Relatório .....	4
1. Aspectos Demográficos.....	6
Apresentação.....	6
1.1. Crescimento Populacional .....	7
1.2. Taxa de crescimento populacional.....	7
1.3. População residente por grupos etários (mil pessoas) .....	8
1.4. Dinâmica do crescimento populacional por grupos etários .....	9
1.5. Esperança de vida ao nascer .....	12
1.6. Índice de envelhecimento da população .....	13
1.7. Natalidade e taxa bruta de natalidade .....	14
1.8. Fecundidade .....	16
1.9. Mortalidade total.....	17
1.10. Mortalidade infantil .....	19
2. Educação .....	21
Apresentação.....	21
2.1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).....	22
2.2. Matrículas na Educação Infantil .....	23
2.3. Matrículas da Educação Básica .....	26
2.4. Número de matrículas em Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	27
2.5. Taxa de Distorção Idade-Série para o Ensino Médio .....	30
2.6. Número de Docentes na Educação Básica.....	32
2.7. Taxa de analfabetismo .....	34
2.8. Taxa de abandono escolar.....	35
2.9. Taxa de evasão escolar - Educação Básica .....	36
2.10. Anos de Estudo/Nível de Instrução .....	38
2.11. Frequência escolar .....	42
3. Saúde .....	47
Apresentação.....	47
3.1. Estabelecimentos .....	48

3.2.	Leitos hospitalares .....	49
3.3.	Internações hospitalares no SUS.....	56
3.4.	Profissionais de saúde/Cobertura do atendimento .....	61
3.5.	Consultas médicas.....	62
3.6.	Agravos ou doenças de notificação compulsória.....	65
3.7.	Mortalidade .....	66
4.	Segurança Pública .....	69
	Apresentação.....	69
4.1.	Estado do Rio de Janeiro .....	70
4.1.1.	Letalidade Violenta.....	71
4.1.2.	Roubo de Rua .....	73
4.1.3.	Crimes de Trânsito .....	76
4.1.4.	Roubo de Veículos .....	77
4.1.5.	Totais de Roubos e de Furtos .....	80
4.2.	Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's).....	81
4.2.1.	Letalidade Violenta.....	82
4.2.2.	Roubo de Rua .....	84
4.2.3.	Crimes de Trânsito .....	85
4.2.4.	Roubo de Veículos .....	86
4.2.5.	Totais de Roubos e de Furtos .....	88
5.	Pobreza e Desigualdade/Mercado de Trabalho.....	90
	Apresentação.....	90
5.1.	Pobreza e desigualdade social.....	91
5.1.1.	Rendimento médio domiciliar per capita real.....	91
5.1.2.	População em situação de extrema pobreza .....	93
5.1.3.	Coeficiente de Gini.....	94
5.1.4.	Índice de Theil .....	95
5.1.5.	Razão dos rendimentos domiciliares per capita entre ricos e pobres .....	96
5.1.6.	Hiatos médios da pobreza e da extrema pobreza.....	97
5.1.7.	Severidades da pobreza e da extrema pobreza .....	98
5.2.	Mercado de trabalho .....	99
5.2.1.	Taxa de desemprego .....	100
5.2.2.	População Economicamente Ativa – PEA .....	101

5.2.3.	Taxa de participação .....	102
5.2.4.	Grau de informalidade .....	103
5.2.5.	Rendimento mediano real efetivamente recebido no trabalho principal	104
6.	Habitação/Condições de moradia.....	106
	Apresentação.....	106
6.1.	Abastecimento de água .....	107
6.2.	Esgotamento Sanitário .....	108
6.3.	Destino do Lixo .....	110
6.4.	Iluminação Pública .....	112
6.5.	Sanitários .....	112
6.6.	Serviços Essenciais .....	113
6.7.	Adensamento Excessivo .....	115
6.8.	Situação de habitação precária.....	117
6.9.	Irregularidade Fundiária .....	117
	Referências bibliográficas.....	125

## **Introdução**

Este relatório visa a atender as determinações contidas no Decreto N° 44.967 de 24 de setembro de 2014, para fins de elaboração da prestação de contas do Governador do Estado do Rio de Janeiro aos órgãos competentes. Pelo referido decreto, caberia à Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) a análise dos aspectos sociais da qualidade de vida da população fluminense.

A Fundação CEPERJ tem como finalidades a pesquisa, produção, disseminação de informações, educação e prestação de serviços de interesse público. Insere, no rol de objetivos preponderantes, o provimento do Estado do Rio de Janeiro de todo o acervo de dados e informações básicas, necessários ao conhecimento e acompanhamento de suas realidades física, territorial, ambiental, econômica, cartográfica, demográfica e social.

Assim, o presente documento cumpre primordialmente o propósito de condensar uma parte da extensa gama de informações a que cabe coletar, sistematizar, dar tratamento estatístico e divulgar aos órgãos públicos de diferentes esferas administrativas e à sociedade em geral. Constitui, ainda, em esforço importante realizado por esta Fundação em duas direções. A primeira seria de integrar os esforços de promoção da transparência e do cumprimento das normas administrativas e financeiras, inerentes ao atendimento de suas obrigações em relação ao decreto em tela. A segunda seria o desenvolvimento de uma nova linha de estudo e pesquisa, voltada para o tema qualidade de vida, que se articule com a formulação de políticas públicas sociais a serem efetivadas pelos órgãos competentes.

O desenvolvimento do relatório teve, como parâmetros de definição de seu escopo, os elementos que compõem o referencial teórico e a estrutura do relatório. Com o referencial teórico, procurou-se contextualizar sinteticamente o problema em termos de relevância temática e social, de operacionalização conceitual e de diferentes abordagens teóricas. Por meio da estrutura proposta, fixou-se tanto o eixo condutor da análise, como os temas a serem examinados, a escala territorial e a periodicidade dos dados das séries estatísticas a serem elaboradas.

## Referencial teórico

O Estado do Rio de Janeiro apresenta amplo domínio da população urbana sobre a rural. Na década de 1970, a população urbana representava 77,06% do total, segundo dados do Censo/IBGE, este percentual atingiu 96,71% em 2010. O acelerado crescimento urbano não foi acompanhado de uma infraestrutura social e urbana capaz de dar suporte básico adequado homogeneamente a esta população. Os resultados deste processo de adensamento da população no ordenamento do espaço urbano evidenciaram um desajuste entre as necessidades básicas da sociedade e a formulação de políticas públicas capazes de atendê-las.

As consequências do desenvolvimento e expansão das aglomerações urbanas e seus problemas estruturais levaram à necessidade de se debater mais profundamente a respeito do tema “qualidade de vida”, tanto no meio acadêmico, quanto político. Devido ao seu caráter interdisciplinar e multidimensional, a definição e mensuração da “qualidade de vida” da população possuem distintas interpretações. A reflexão acerca deste termo deve levar em consideração que este pode ser compreendido a partir de inúmeras perspectivas, uma vez que abrange aspectos materiais e não materiais, individuais e coletivos, subjetivos e objetivos, entre outros, numa constante inter-relação.

É possível encontrar, na literatura a respeito desse tema, algumas definições sobre o conceito de “qualidade de vida”, como as que serão apresentadas a seguir. Não faz parte, entretanto do escopo deste trabalho esgotar o debate que envolve a formulação desta expressão e nem mapear toda a literatura que estuda este tema.

A proposta presente em Herculano<sup>1</sup> (2000, p.22) define qualidade de vida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades. Já o Artigo “Qualidade de Vida - definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa” (Almeida; Gutierrez; Marques, 2012) apresenta diferentes contribuições teóricas para o termo:

Para Nahas (2001, p.5) a qualidade de vida é a “condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e

---

<sup>1</sup> Selene se Souza Carvalho Herculano dos Santos é professora da Universidade Federal Fluminense – UFF / ICHF/GSO – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Departamento de Sociologia. Em sua pesquisa, a autora aborda a definição de indicadores sociais relacionados à qualidade de vida que são importantes para a definição do escopo teórico deste relatório.

socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam a condição em que vive o ser humano.”

Gonçalves (2004, p.13) define qualidade de vida como a “percepção subjetiva do processo de produção, circulação e consumo de bens e riquezas. A forma como cada um de nós vive seu dia-a-dia.”

Qualidade de vida para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995) é a “percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto de cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Almeida; Gutierrez; Marques, 2012, p.20).

A fim de facilitar a operacionalização deste conceito, reduzindo o impacto da diversidade das necessidades e aspirações individuais, optou-se pela abordagem que distingue as necessidades humanas objetivas das subjetivas. De acordo com Vitte<sup>2</sup> (2010), o aspecto objetivo está ligado a políticas públicas e à disponibilização de equipamentos urbanos<sup>3</sup>, seu alcance e sua cobertura, ou seja, atendem necessidades básicas afeitas à condição humana, independente de tempo/lugar. Por outro lado, a visão subjetiva defronta-se com uma concepção social do termo, envolvendo, portanto, variáveis históricas, culturais, interpretações individuais sobre padrão de bem-estar.

Não existe um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, mas a análise objetiva do termo possibilita uma compreensão mais quantitativa dos seus elementos ao considerar fatores que podem ser modificados a partir da intervenção de um agente externo, como o Estado através das políticas públicas. Essa perspectiva permite estabelecer perfis socioeconômicos de regiões em função da existência e/ou qualidade do acesso a bens e serviços. Ressalta-se que a abordagem do ponto de vista do planejamento público não ignora as questões individuais, visto que as condições que o ambiente oferece ao cidadão delimitam sua margem de escolha a respeito de seu estilo de vida.

A concepção sobre as variáveis que compõe o conceito de infraestrutura social e urbana evolui conforme o processo de construção e conquista de direitos humanos e sociais. Uma vez que, à medida que o entendimento acerca da composição dos direitos

---

<sup>2</sup> Claudete de Castro Silva Vitte é professora da Universidade Estadual de Campinas e lidera pesquisas com ênfase na produção do espaço urbano e Planejamento e Gestão Governamental.

<sup>3</sup> “Todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados”. Esta norma define como categoria dos equipamentos urbanos a circulação e o transporte; a cultura e a religião; o esporte e o lazer; a infraestrutura de sistemas de comunicações; o sistema de energia; o sistema de iluminação pública; o sistema de saneamento; a segurança pública e a proteção; o abastecimento; a administração pública; a assistência social; a educação e a saúde. (Associação Brasileira de Normas Técnicas, Norma Brasileira 9284 *apud* IPEA, p. 26)



sociais é ampliado, devendo ser disponibilizado em caráter universal, novas infraestruturas passam a ser demandas pela sociedade, parte dessa demanda possui respaldo na legislação nacional. A existência e a qualidade nas quais o poder público é capaz de disponibilizar um amplo conjunto de suportes básicos para o cotidiano da cidade, seja através de serviços públicos, equipamentos urbanos, políticas ou programas, é um indicador de qualidade de vida urbana. De acordo com o IPEA (2010):

A infraestrutura social e urbana envolve um amplo conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos. (IPEA, 2010, p. 31)

### **Estrutura do Relatório**

Com base nesta perspectiva teórica, optou-se por abordar o termo “qualidade de vida” através da existência da infraestrutura social e urbana essenciais para atender as necessidades básicas da população. Neste viés, foram selecionadas determinadas variáveis de um conjunto de temas relevantes para analisar o padrão de vida no Estado do Rio de Janeiro. São eles: Aspectos Demográficos, Educação, Saúde, Segurança Pública, Pobreza e Desigualdade/Mercado de Trabalho e Habitação/Condições de Moradia.

O recorte temático foi realizado conforme a disponibilidade dos dados em dimensão estadual e o seu grau de relevância. Em cada capítulo, essa disponibilidade envolveu preferencialmente – mas não exclusivamente - os dados primários, registros administrativos, as estatísticas oficiais e os indicadores divulgados em bancos de dados públicos.

Quanto ao processo analítico, optou-se pela análise descritiva do comportamento dos indicadores ao longo de séries estatísticas. São apontadas as variações positivas e negativas encontradas nas mesmas ao longo dos períodos considerados. Pontualmente, serão também feitas observações contextuais, quando possíveis ou cabíveis na análise de cada capítulo.

Tendo em vista que o presente relatório insere-se no bojo do conjunto de documentos que compõem a prestação de contas do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a periodicidade escolhida procurou abranger não só a duração do mandato do Governador, mas expandi-la de modo a captar efeitos que se verificam em períodos de tempo mais longos. Primacialmente, a série deveria estar compreendida entre 2006 e

2013, podendo ser estendida a 2014, caso os dados estivessem atualizados para esse ano; ou a anos anteriores, como nos dados demográficos, cujos efeitos demandam tempo para detecção de suas manifestações.

# **1. Aspectos Demográficos**

## **Apresentação**

Este capítulo é composto por dez tópicos os quais têm por objetivo mostrar a dinâmica de indicadores demográficos para o Estado do Rio de Janeiro para o período de 2001 a 2013. Quatro eixos principais irão nortear o capítulo: crescimento populacional, natalidade, mortalidade e fecundidade.

A demografia é uma área de conhecimento dedicada a estudar o tamanho, distribuição e composição da população e os componentes de suas mudanças estruturais, tais como mortalidade, fecundidade, migrações e outros processos como casamentos, divórcios, etc.

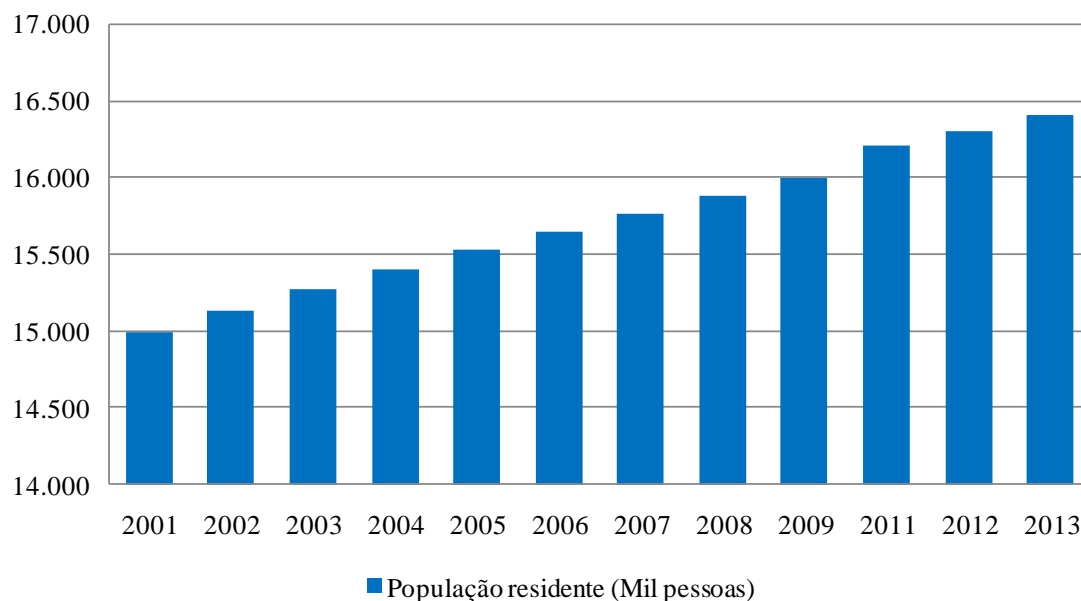
Conhecer a dinâmica dos indicadores demográficos pode contribuir para a alocação ótima de recursos na gestão das políticas públicas. Um bom exemplo é o crescimento populacional e o desenho de sua pirâmide etária. No caso do Estado do Rio de Janeiro, há um gradual estreitamento da base piramidal com consequente alargamento do meio e também por impactos no topo. Tal dinâmica de crescimento pode indicar onde os recursos são mais e menos prioritários.

Ao percorrer o capítulo, deparar-se-á com os seguintes tópicos: Taxa de Crescimento, Crescimento por Grupos Etários, População Residente por Sexo e Faixa Etária, Esperança de Vida ao Nascer, Índice de Envelhecimento da População, Natalidade e Taxa Bruta de Natalidade, Fecundidade, Mortalidade Total e Mortalidade Infantil.

## 1.1. Crescimento Populacional

O crescimento populacional é um indicador afetado ao longo do tempo por variáveis demográficas, como: mortalidade, fecundidade, nupcialidade e migrações. O crescimento populacional total, de 2001 a 2013 (mil pessoas), está representado no gráfico abaixo.

**Gráfico 01: Crescimento da população residente total (mil pessoas)  
Estado do Rio de Janeiro. 2001 - 2013**



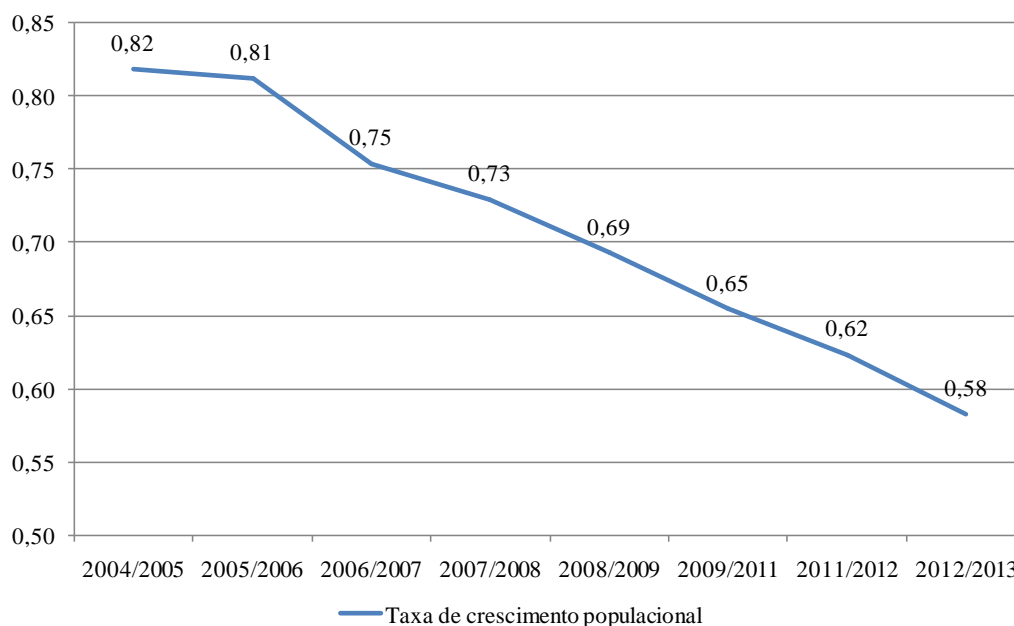
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Ao analisar o gráfico acima, é possível observar o crescimento da população residente no estado. Para os números totais, observa-se uma tendência de crescimento que se comporta regularmente ao longo do período. Em 2001, a população residente total era de 14.994 milhões de pessoas. Em 2013, houve aumento para 16.399 milhões, o que demonstra um crescimento percentual na ordem de 9% no período.

## 1.2. Taxa de crescimento populacional

O Estado do Rio de Janeiro vem apresentando taxa decrescente de crescimento desde a última década. O gráfico abaixo apresenta a dinâmica desse indicador para os biênios entre 2004 e 2013:

## Gráfico 02: Taxa de crescimento populacional Estado do Rio de Janeiro - biênios entre 2004 e 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O Gráfico 02 apresenta a dinâmica da taxa de crescimento da população fluminense. É possível observar com clareza, a tendência decrescente da curva para os biênios compreendidos entre os anos de 2004 e 2013, ou seja na comparação bianual, a população está crescendo a taxas cada vez menores.

### 1.3. População residente por grupos etários (mil pessoas)

A tabela a seguir apresenta o crescimento da população residente para o Estado do Rio de Janeiro, no período 2001 a 2013. Também são levados em conta, para análise dessa variável, grupos de idades, como é possível verificar abaixo:

**Tabela 01: População residente (mil pessoas), por grupo de idade  
Estado do Rio de Janeiro - 2001 - 2013**

Ano	População residente (Mil pessoas)				
	Total <sup>1</sup>	Grupos de idade			
		0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	60 anos ou mais
2001	14.994	3.680	3.806	5.759	1.747
2002	15.132	3.477	3.731	6.028	1.894
2003	15.267	3.405	3.761	6.160	1.932
2004	15.398	3.462	3.709	6.183	2.044
2005	15.524	3.406	3.781	6.239	2.093
2006	15.650	3.253	3.768	6.433	2.197
2007	15.768	3.312	3.710	6.523	2.224
2008	15.883	3.219	3.719	6.585	2.359
2009	15.993	3.203	3.714	6.671	2.405
2011	16.203	3.308	3.697	6.790	2.408
2012	16.304	3.305	3.627	6.745	2.627
2013	16.399	3.131	3.683	6.962	2.624

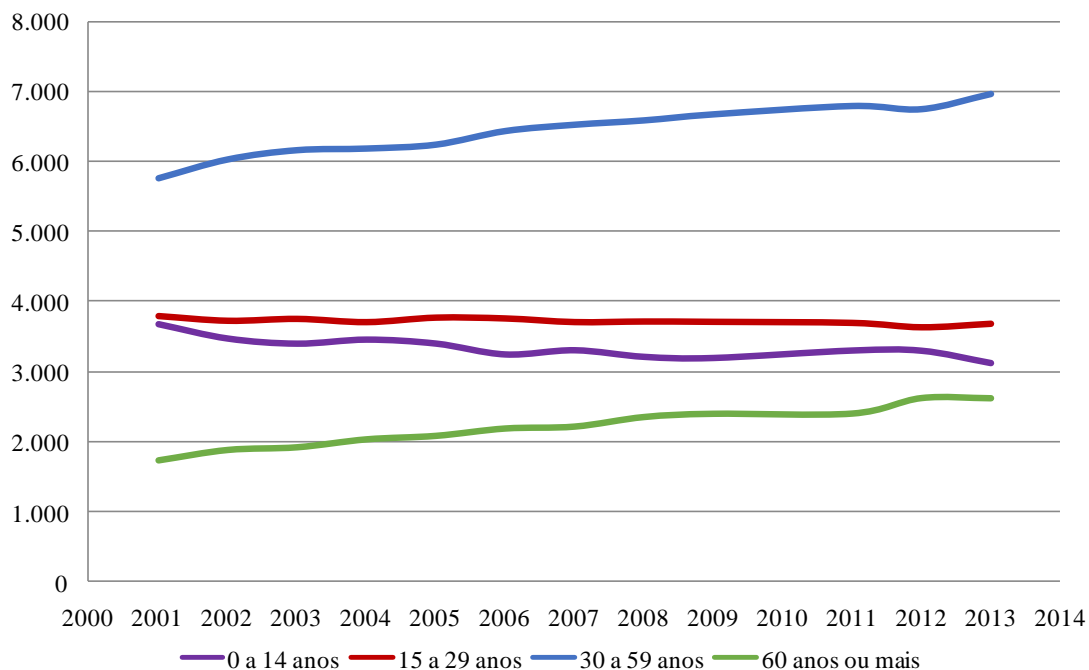
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Pela análise da Tabela 01, nota-se que o crescimento para os grupos de idade de 0 a 14 e de 15 a 29 anos, em geral, é negativo, apresentando oscilações pontuais em alguns anos que, na média, beiram a uma taxa de crescimento muito próxima a zero. Por outro lado, a partir dos 30 anos, o crescimento da população é positivo, passando, para o grupo acima de 60 anos ou mais, de 1.747 pessoas para 2.624 no período em tela.

#### **1.4. Dinâmica do crescimento populacional por grupos etários**

A divisão da população em grupos etários, como observado no gráfico abaixo, permite analisar a dinâmica de crescimento de cada um deles ao longo do período 2010 a 2013:

**Gráfico 03: Dinâmica do crescimento da população residente (mil pessoas), por grupos etários**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**

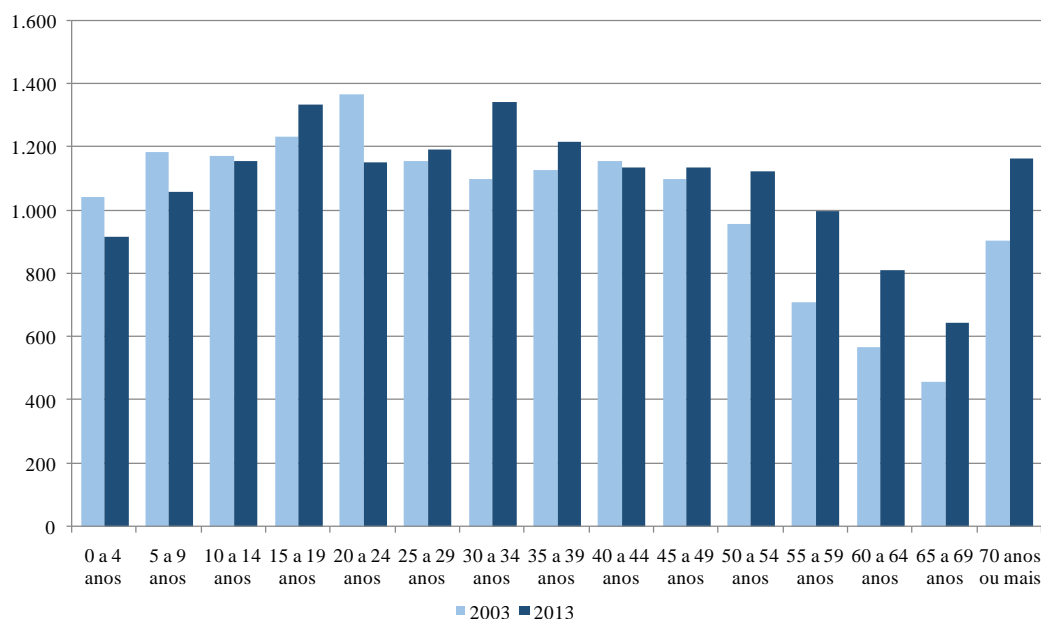


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

A análise do gráfico acima chama a atenção para o crescimento do grupo etário entre 30 a 59 anos. Este grupo parte dos aproximadamente 6 milhões de pessoas e ainda é maior, em termos de coeficiente angular, do que o segundo grupo que apresenta tendência de crescimento, o grupo de 60 anos ou mais de idade. Por outro lado, já se observa uma tendência negativa para o grupo de 0 a 14 anos e uma estabilização para o grupo entre 15 e 29 anos.

A análise do crescimento da população por grupos etários mais estreitos, como verificado no Gráfico 04 abaixo, permite visualizar quais são os grupos que mais são impactados positiva ou negativamente por essa dinâmica.

**Gráfico 04: Crescimento da população residente (Mil pessoas), por grupos etários Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**



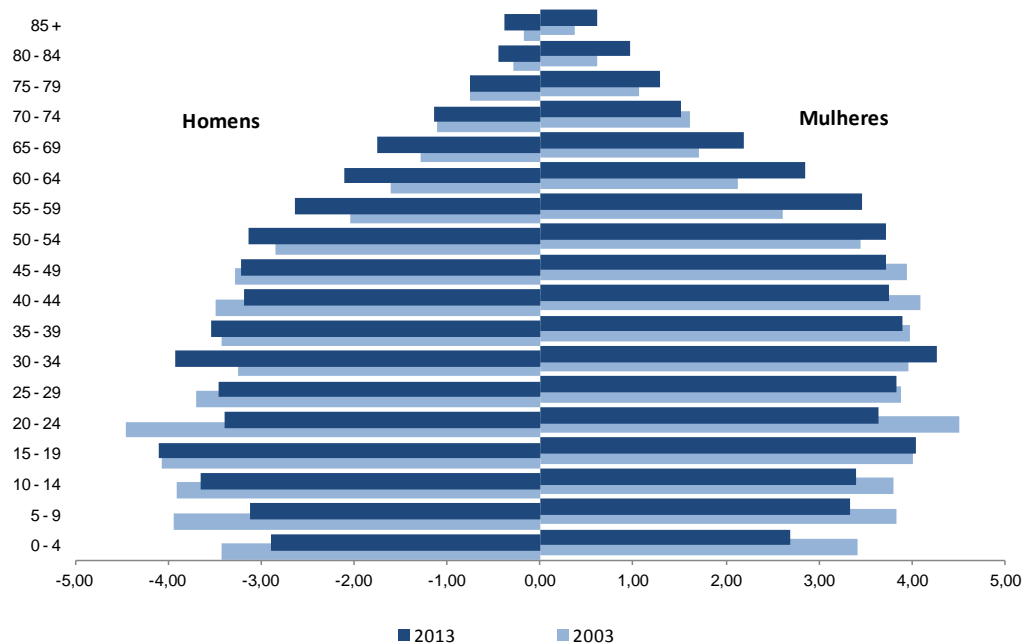
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Analisando o gráfico acima, percebe-se que, nos grupos etários acima dos 45 anos, prevalece um crescimento maior para o ano de 2013 em relação a 2003. Nos grupos abaixo de 45 anos, essa dinâmica não mostra exatamente um padrão, sendo alterada de acordo com o grupo analisado. Chamam a atenção, porém, o grupo entre 15 e 19 anos e o grupo de 40 a 44, pois se inserem alterando o padrão de crescimento observado - ou seja, 2013 com valores maiores do que os de 2003, no primeiro caso; e 2003, com valores maiores do que os de 2013, no segundo.

O gráfico abaixo compara a população por sexo e faixa etária para os anos de 2003 e 2013. É possível observar as diferenças na pirâmide etária fluminenses entre os dois anos em questão.



**Gráfico 05: População residente por sexo e faixa etária  
Estado do Rio de Janeiro – 2003-2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A comparação das pirâmides nos momentos distintos do tempo permite visualizar mudanças significativas no formato das curvas. Por exemplo, a base da pirâmide para o ano de 2013 está mais estreita em relação a 2003.

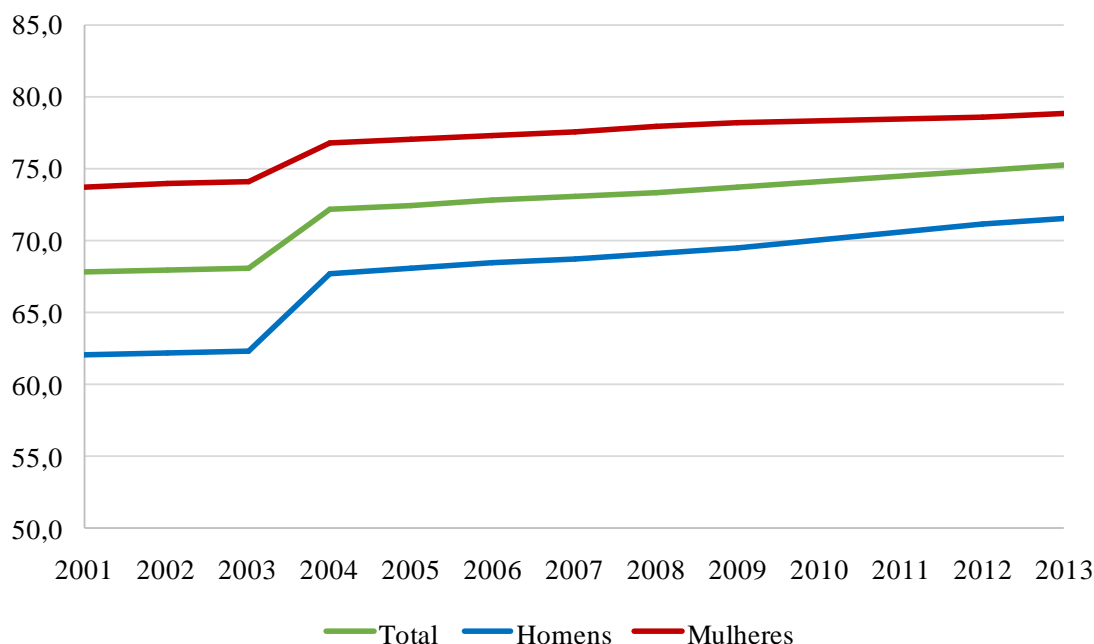
O inverso acontece no topo das pirâmides. Traduzindo o desenho em números, isso significa que a população fluminense contava com mais de 2.600 milhões de idosos acima de 60 anos, enquanto em 2003 esses idosos somavam menos que dois milhões. No extremo oposto, em 2003 eram aproximadamente 2.200 milhões de crianças entre 0 e 9 anos, para 2013 esse número cai para aproximadamente 1.980 milhões de crianças nessa faixa etária.

Para a faixa etária entre 20 e 24 anos, em 2003, esse grupo representava 8,97% da população total. Em 2013, passam a ser 7,02% da população. Essa é a faixa etária onde se observa a maior diferença comparativa.

### 1.5. Esperança de vida ao nascer

A expectativa de vida da população do Estado do Rio de Janeiro vem aumentando nas últimas duas décadas. O gráfico abaixo apresenta a dinâmica desse indicador entre os anos de 2001 e 2013.

**Gráfico 06: Esperança de vida ao nascer, por sexo  
Estado do Rio de Janeiro - 2001-2013**



Fonte: IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais.

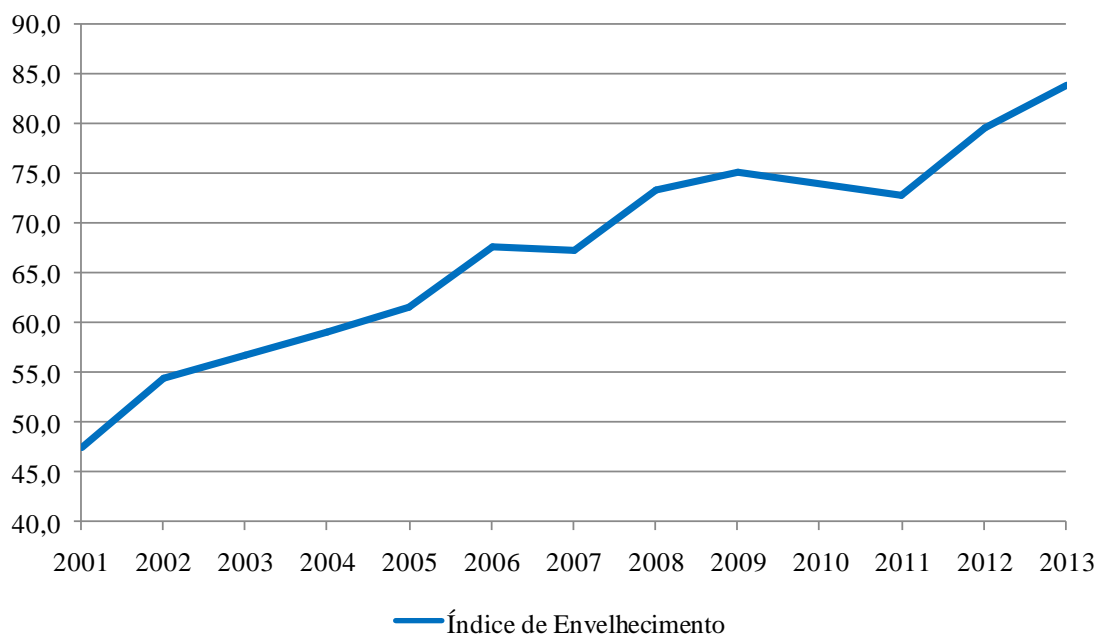
A esperança de vida vem aumentando tanto para mulheres quanto para homens, como é possível observar no gráfico acima. A esperança total sai de 67,8 anos em 2001 para 75,2 em 2013. Ao se separar a análise por sexo, as mulheres saem de 73,7 em 2001 para 78,8 anos em 2013. Já os homens saem de 62,1 para 71,5 anos no mesmo período. É interessante notar que, apesar do aparente crescimento proporcional das curvas por sexo, a esperança de vida dos homens tem aumentado relativamente mais do que das mulheres. Para o período, os homens aumentaram sua esperança em 9,4 anos, enquanto as mulheres aumentaram aproximadamente 5 anos. Isso resulta que, em 2001 as mulheres viviam em média 11,6 anos a mais que os homens e, em 2013, essa diferença cai para 7,2 anos.

#### **1.6. Índice de envelhecimento da população<sup>4</sup>**

A população fluminense tem elevado índice de envelhecimento, no período entre 2001 e 2013, como verificado no gráfico a seguir:

<sup>4</sup> Pessoas acima de 60 anos de idade, para cada 100 pessoas até 15 anos de idade.

**Gráfico 07: Índice de envelhecimento da população  
Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

O Gráfico 07 retrata o índice de envelhecimento da população fluminense. Analisando-o, percebe-se que o índice para 2001 é 47,5, saltando para 83,8 em 2013, mostrando uma clara tendência de maior envelhecimento na dinâmica da curva. O envelhecimento é fruto do aumento da esperança de vida e da redução das taxas de natalidade que levam a um aumento da proporção de idosos na população. Além disso, a queda da fecundidade é responsável pela diminuição progressiva da população com menos de 15 anos.

### **1.7. Natalidade e taxa bruta de natalidade**

O número de nascidos vivos, assim como a taxa bruta de natalidade, vem diminuindo no Estado do Rio de Janeiro. Fenômeno esperado, levando-se em conta a taxa de crescimento negativo, como indicado anteriormente no Gráfico 02, que o estado vem experimentando.

Deve-se observar, porém, que o crescimento populacional ocorre de acordo com a equação Número de Nascidos Vivos menos o Número de Óbitos mais o saldo migratório, o que, por vezes, poderá levar a um descolamento de tendências entre os indicadores Nascidos Vivos e Taxa Bruta de Natalidade do indicador Crescimento Populacional. A Tabela 02 a seguir apresenta essa dinâmica:

**Tabela 02: Número de nascidos vivos, taxa bruta de natalidade (por mil habitantes) e taxa de fecundidade total  
Estado do Rio de Janeiro - 2001 - 2013**

Ano	Nascidos vivos, taxa bruta de natalidade e taxa de fecundidade total 2001		
	Número de nascidos vivos	Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes)	Taxa de fecundidade total <sup>1</sup>
2001	242.360	16,65	2,04
2002	232.232	15,77	1,90
2003	232.255	15,61	1,89
2004	229.901	15,29	1,96
2005	223.094	14,50	1,88
2006	218.435	14,04	1,77
2007	216.876	13,78	1,57
2008	215.844	13,60	1,54
2009	216.625	13,53	1,63
2010	215.262	13,37	-
2011	220.603	13,69	-
2012	222.859	13,73	1,64
2013	223.833	13,67	1,62

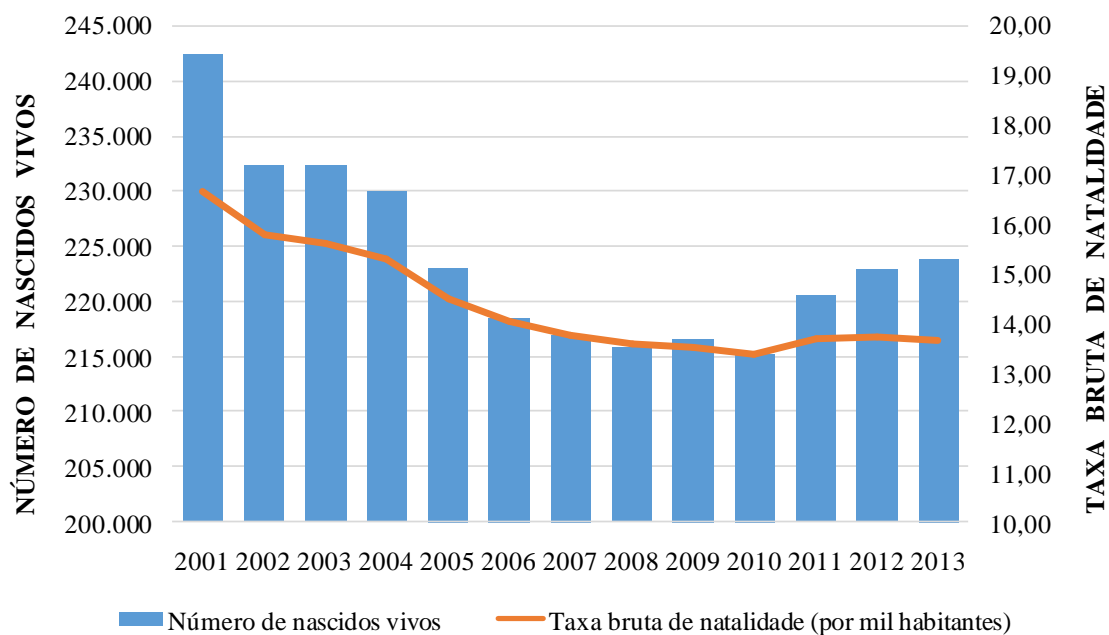
Fonte: DATASUS, Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC); IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais.

(1) Os dados não foram divulgados pelo IBGE nos anos de 2010 e 2011.

O gráfico abaixo apresenta a dinâmica dos indicadores nascidos vivos e taxa bruta de natalidade para o período 2001 a 2013:

### Gráfico 08: Número de nascidos vivos e taxa bruta de natalidade (por mil habitantes)

Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013



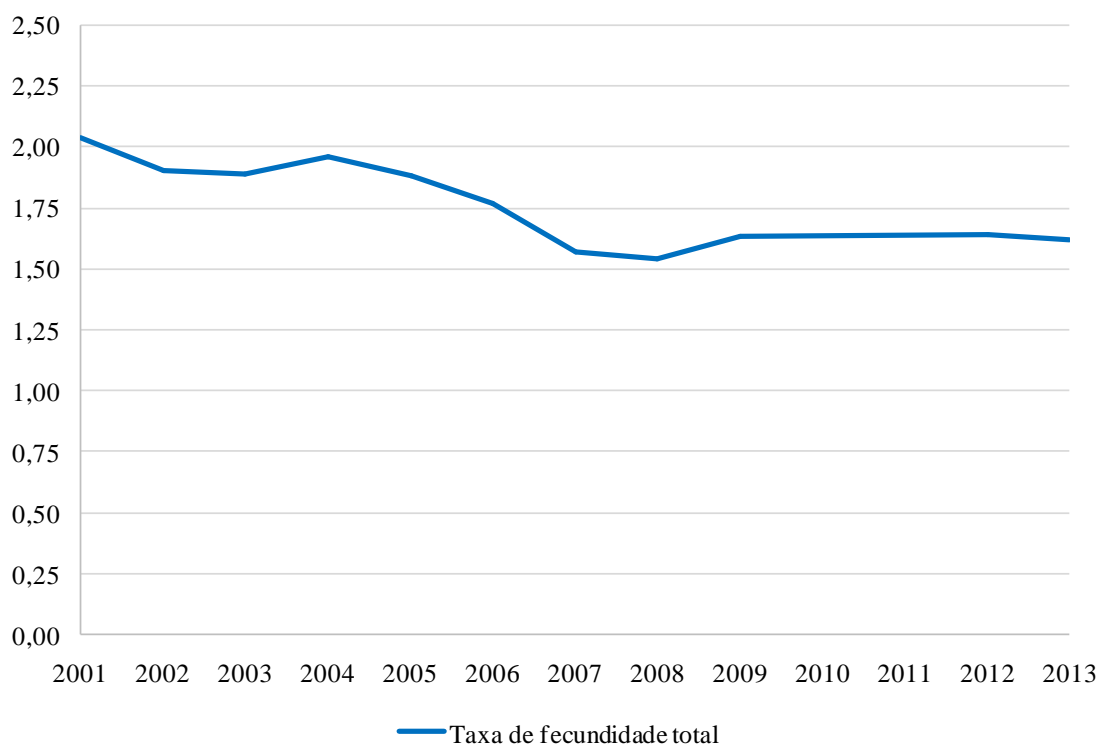
Fonte: DATASUS, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Como já observado na análise da Tabela 02, o gráfico acima representa a dinâmica das curvas de nascidos vivos e taxa bruta de natalidade. Elas permanecem numa tendência de queda até 2010, retomando uma trajetória de crescimento nos três últimos anos da série.

#### 1.8. Fecundidade

A taxa de fecundidade total do Estado do Rio de Janeiro tem sido decrescente nos últimos anos. Tal fenômeno, aliado a algumas outras variáveis demográficas, como a maior expectativa de vida, por exemplo, impacta diretamente a pirâmide etária do estado e, por consequência implica em mudanças na estrutura da sociedade quanto à alocação dos recursos para investimentos. O gráfico abaixo apresenta a dinâmica da curva do indicador em tela:

**Gráfico 09: Taxa de fecundidade total  
Estado do Rio de Janeiro - 2001-2013**



Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais.

Como informado em nota na Tabela 02, os dados para os anos de 2010 e 2011 não foram disponibilizados pelo IBGE.

### **1.9. Mortalidade total**

Analisando a tabela abaixo, verifica-se que o número total de óbitos no Estado do Rio de Janeiro oscilou numa média de 121 mil entre os anos de 2001 e 2013. A taxa bruta de mortalidade foi de 7,82, em 2001; e de 7,90, em 2013. Estas, porém, não são os extremos da taxa: a menor delas ocorreu no ano de 2005 (7,44); e a maior, no ano de 2010 (7,96).

**Tabela 03: Número total de óbitos e taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes)  
Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**

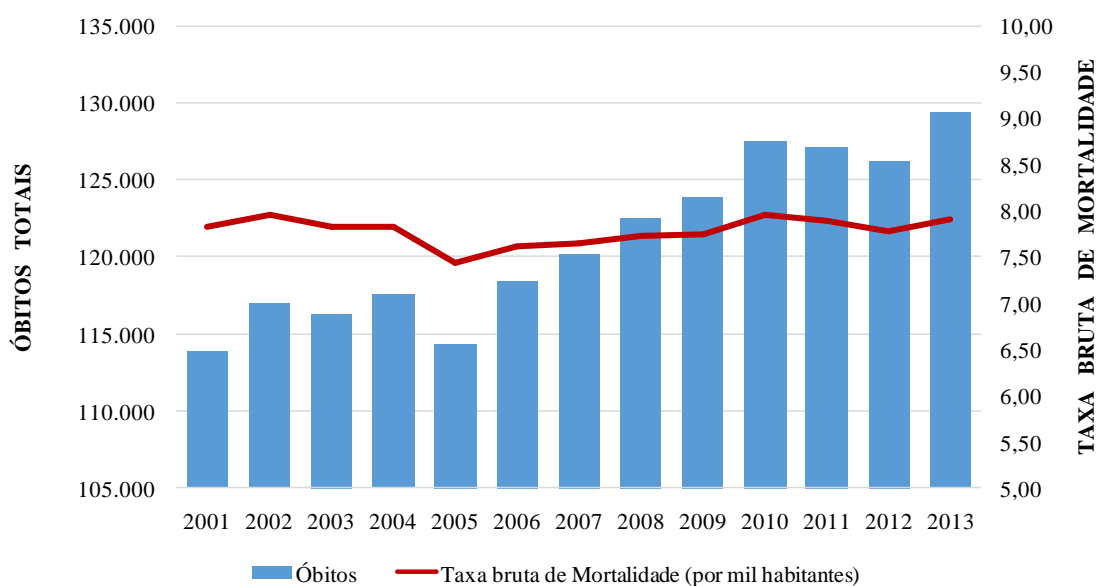
Ano	Óbitos totais, taxa bruta de Mortalidade	
	Óbitos	Taxa bruta de Mortalidade (por mil habitantes)
2001	113.816	7,82
2002	117.018	7,95
2003	116.318	7,82
2004	117.538	7,82
2005	114.394	7,44
2006	118.423	7,61
2007	120.217	7,64
2008	122.534	7,72
2009	123.890	7,74
2010	127.536	7,96
2011	127.095	7,89
2012	126.261	7,78
2013	129.397	7,90

Fonte: DATASUS, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O Gráfico 10 abaixo permite analisar as tendências, tanto do número total de óbitos, quanto da taxa bruta de mortalidade para o Estado do Rio de Janeiro:

**Gráfico 10: Dinâmica do número de óbitos totais e da taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes)**

**Estado do Rio de Janeiro - 2001-2013**



Fonte: DATASUS, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

A análise do gráfico acima indica que, tanto o número de óbitos totais, quanto a taxa bruta de mortalidade, seguem uma trajetória de crescimento no período analisado. Esta última mostrando tendência mais tênue, porém, com inclinação positiva. Já o número de óbitos totais caminhou de aproximadamente 114 mil para 129 mil no período em tela.

### 1.10. Mortalidade infantil

As análises para os dados de mortalidade infantil mostram-se positivas tanto para o número de óbitos quanto para as taxas de mortalidade infantil, mortalidade infantil neonatal e mortalidade infantil pós-neonatal, como é possível observar na tabela a seguir:

**Tabela 04: Número de óbitos infantil, taxa de mortalidade infantil (mil nascidos vivos), taxa de mortalidade neonatal (mil nascidos vivos) e taxa de mortalidade pós-neonatal (mil nascidos vivos)  
Estado do Rio de Janeiro - 2001-2013**

Ano	Óbitos Infantis, taxa bruta de Mortalidade infantil neonatal e pós-neonatal			
	Óbitos infantis	Taxa mortalidade infantil (mil nascidos vivos)	Taxa de mortalidade neonatal (mil nascidos vivos)	Taxa de mortalidade pós-neonatal (mil nascidos vivos)
2001	4.423	18,25	12,78	5,47
2002	4.167	17,94	12,66	5,24
2003	4.102	17,66	12,23	5,39
2004	3.963	17,24	11,80	5,41
2005	3.571	16,01	11,19	4,81
2006	3.339	15,29	10,48	4,80
2007	3.205	14,78	10,02	4,72
2008	3.106	14,39	9,62	4,77
2009	3.128	14,44	9,56	4,86
2010	3.004	13,96	9,33	4,62
2011	3.063	13,88	9,09	4,80
2012	3.077	13,81	9,10	4,71
2013	2.919	13,04	8,56	4,48

Fonte: DATASUS, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

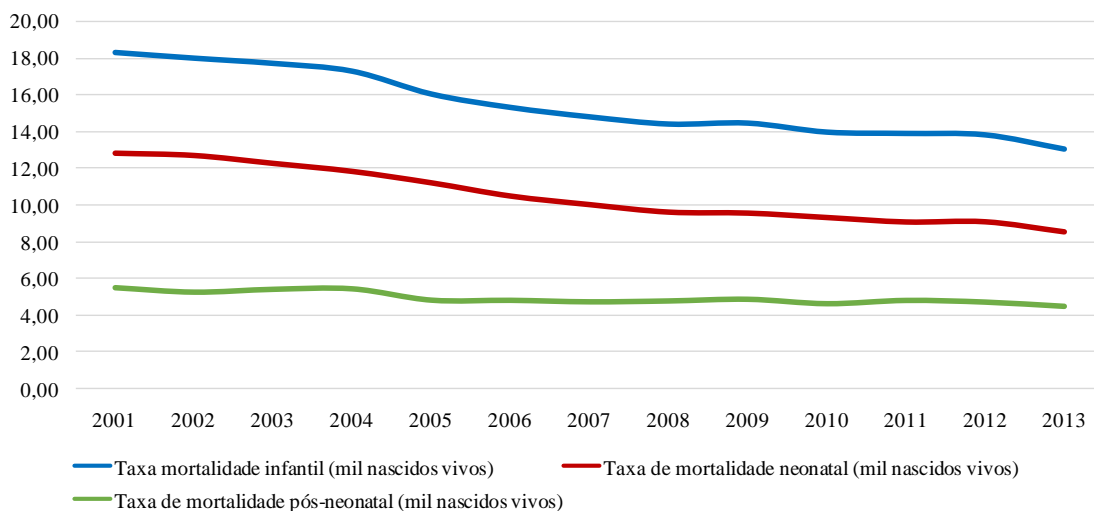
Como se vê na Tabela 04, o Estado do Rio de Janeiro sai de 4.423 óbitos infantis em 2001 para 2.919 em 2013. A taxa de mortalidade infantil é reduzida de 18,25% para 13,04% no mesmo período. Para o indicador Taxa de Mortalidade Neonatal a redução caminha de 12,78% para 8,56%, entre 2001 e 2013 e para a taxa de mortalidade pós-neonatal a redução para o período é de 5,47% para 4,48%.



O Gráfico 11 a seguir traz a trajetória das três taxas citadas acima para o período em tela:

**Gráfico 11: Dinâmica da taxa de mortalidade infantil (mil nascidos vivos), taxa de mortalidade neonatal (mil nascidos vivos) e taxa de mortalidade pós-neonatal (mil nascidos vivos)**

**Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**



Fonte: DATASUS, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Como já haviam sido analisadas na Tabela 04, as quedas das taxas em tela podem ser verificadas no gráfico acima, no qual se pode ver a trajetória das curvas. As três curvas delineiam-se numa trajetória negativamente inclinada e diferem-se apenas pelos seus coeficientes angulares, por exemplo, a curva que mostra a taxa de mortalidade pós-neonatal é tênue, mais que as outras, em relação a esse parâmetro, ou seja, sua inclinação mostra-se levemente inferior às demais.

## **2. Educação**

### **Apresentação**

Este capítulo está distribuído em onze tópicos e tem como objetivo descrever analiticamente onze indicadores de Educação para o Estado do Rio de Janeiro, apresentando, por vezes, tendências de taxas e índices como, por exemplo, IDEB, Distorção Idade-Série, Analfabetismo, Evasão Escolar, Abandono Escolar, Frequência Escolar e, por outras, buscando quantificar variáveis como Número de Docentes na Educação Básica, Número de Estabelecimentos, Matrículas por Etapa, por Modalidade e por Nível de ensino.

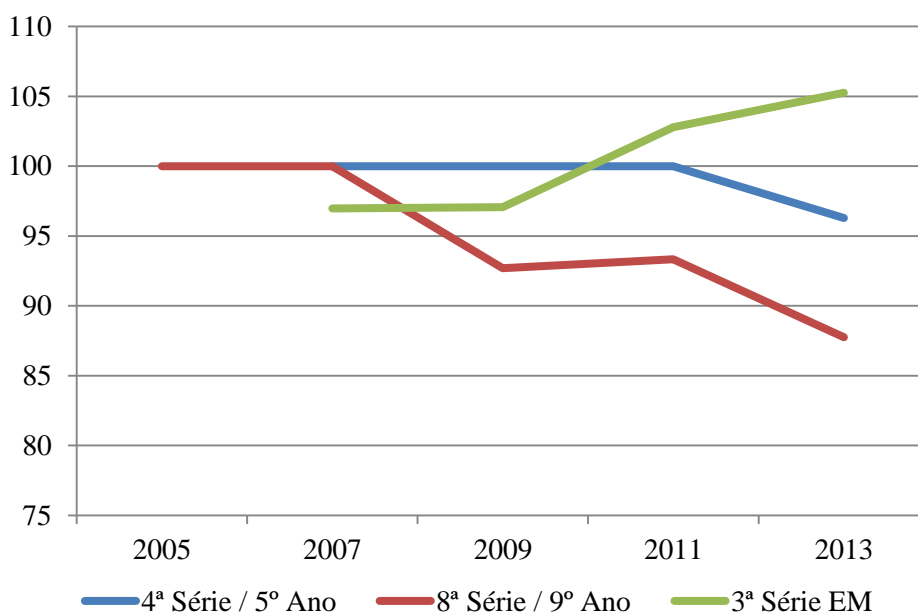
A escala territorial utilizada para descrição dos dados é o Estado do Rio de Janeiro e a dimensão temporal será o período de 2006 a 2013. Os casos em que não foram possíveis construir as séries para os oito anos em tela se deram por motivo da não disponibilização da informação no banco de dados utilizado.

Procurou-se construir gráficos e tabelas, levando-se em conta as quatro dependências administrativas que, em conjunto, representam a oferta de Educação Básica no estado: Federal, Estadual, Municipal e Privada. Portanto, nas próximas páginas será observado o esforço de se trazer luz a um grupo de informações sobre o tema da Educação, que pretende contribuir para o melhor entendimento de como a questão se desenvolveu nos anos entre 2006 e 2013.

## 2.1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) vem sendo monitorado desde 2005 e tem publicação bianual. O Gráfico 12 abaixo traz a relação entre o IDEB observado e o IDEB projetado para a Educação fluminense, entre 2005 e 2013, para os anos iniciais, anos finais e 3º ano do Ensino Médio, para as redes municipais, estadual e privada.

**Gráfico 12: Relação entre o IDEB observado e o IDEB projetado, por etapa de ensino, para o total das redes municipais, estadual e privada. Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013<sup>5</sup>**



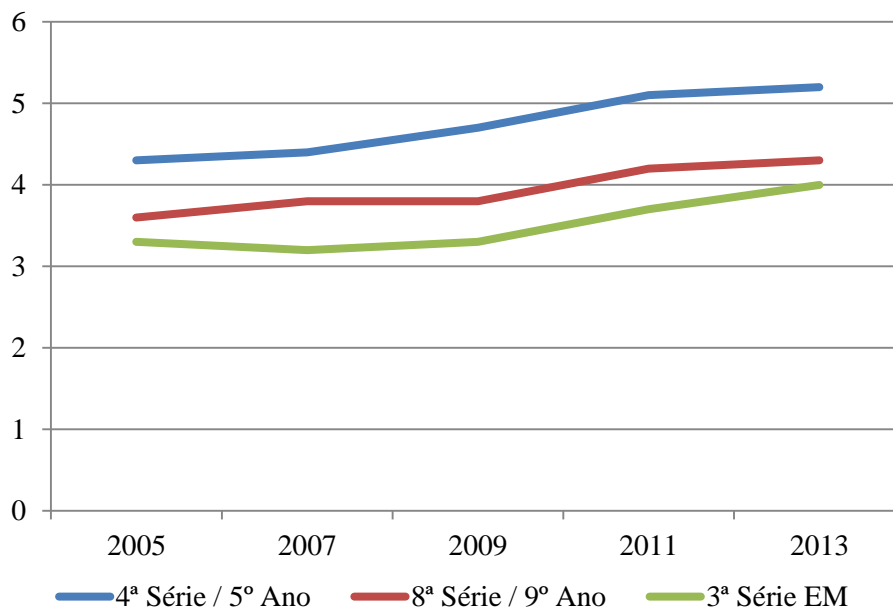
Fonte: INEP, Censo Escolar.

No Gráfico 12 observa-se que, para a 4ª Série / 5º ano, foi possível atingir o IDEB projetado entre 2007 e 2011, porém há uma queda do índice para o ano de 2013. Já para a 8ª Série / 9º Ano, o índice tem mostrado tendência declinante, com uma leve recuperação em 2011, voltando a cair em 2013. Para a 3ª Série do Ensino Médio vem-se conseguindo não só atingir as metas projetadas, como superá-las.

Quando se muda a perspectiva analítica e olha-se apenas a evolução do índice, por etapa de ensino sem a comparação com as metas projetadas, os resultados mostram tendências diferentes das observadas acima. É o que se observa no Gráfico 13, a seguir:

<sup>5</sup> Como o índice começa a ser medido no ano de 2005, não houve projeção para esse ano.

**Gráfico 13: Evolução do IDEB, por etapa de ensino, para as dependências administrativas municipais, estadual e privada. Estado do Rio de Janeiro - 2005-2013**



Fonte: INEP, Censo Escolar.

É possível observar uma tendência de elevação do índice para as três etapas de ensino, no período em tela. Embora em níveis levemente distintos, as curvas do IDEB são positivas e apontam de forma promissora para o futuro.

## 2.2. Matrículas na Educação Infantil

Na tabela abaixo se tem o número de matrículas na Educação Infantil, por etapa de ensino e dependência administrativa. As matrículas totais, para as duas etapas de ensino, cresceram 14%, passando de 485.893 em 2006 para 553.653 em 2013. Ao se analisar as matrículas por etapa, é observado um crescimento para Creche na ordem 91% para o período em tela, passando de 109.056 em 2006 para 208.677 em 2013. No caso da Pré-escola, houve um decréscimo nesse indicador, passando de 376.837, em 2006, para 344.976, em 2013, representando uma diminuição na ordem de 8,5%.

**Tabela 05: Número de matrículas na Educação Infantil, por etapa de ensino e dependência administrativa.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

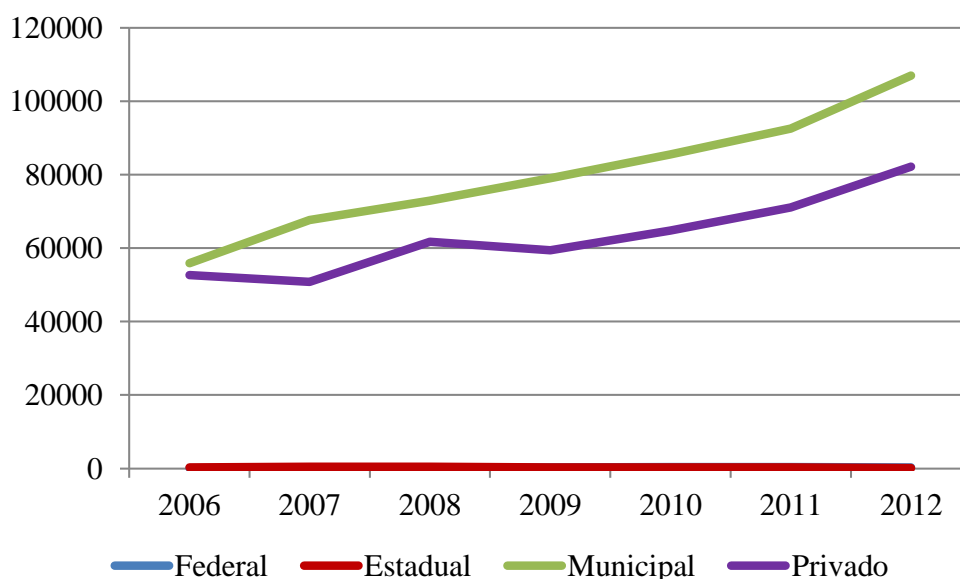
Ano	Matrículas na Educação Infantil										
	Total	Creche					Pré-escola				
		Total Creche	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total Pré-escola	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2006	485.893	109.056	130	331	55.933	52.662	376.837	144	13.165	214.969	148.559
2007	435.416	119.063	177	503	67.619	50.764	316.353	105	10.758	210.066	95.424
2008	470.350	135.205	145	477	72.891	61.692	335.145	115	3.256	212.181	119.593
2009	471.785	139.021	269	289	79.073	59.390	332.764	96	986	208.835	122.847
2010	471.128	150.907	344	288	85.464	64.811	320.221	113	721	192.506	126.881
2011	501.956	164.220	361	274	92.517	71.068	337.736	126	623	198.366	138.621
2012	525.094	189.630	335	81	107.012	82.202	335.464	261	530	196.592	138.081
2013	553.653	208.677	324	84	116.433	91.836	344.976	340	497	195.900	148.239

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Os dois gráficos a seguir mostram a dinâmica das curvas do número de matrículas nas duas etapas da Educação Infantil. Pode-se observar que o crescimento no número de matrículas em creche ocorre em todas as dependências, a exceção da estadual, enquanto a diminuição desse número para a pré-escola ocorre em todas as dependências, a exceção da federal. Vale ressaltar que a competência sobre a oferta pública de vagas em creche e pré-escola é prioritariamente dos municípios.<sup>6</sup>

**Gráfico 14: Evolução do número de matrículas em creche, por dependência administrativa.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

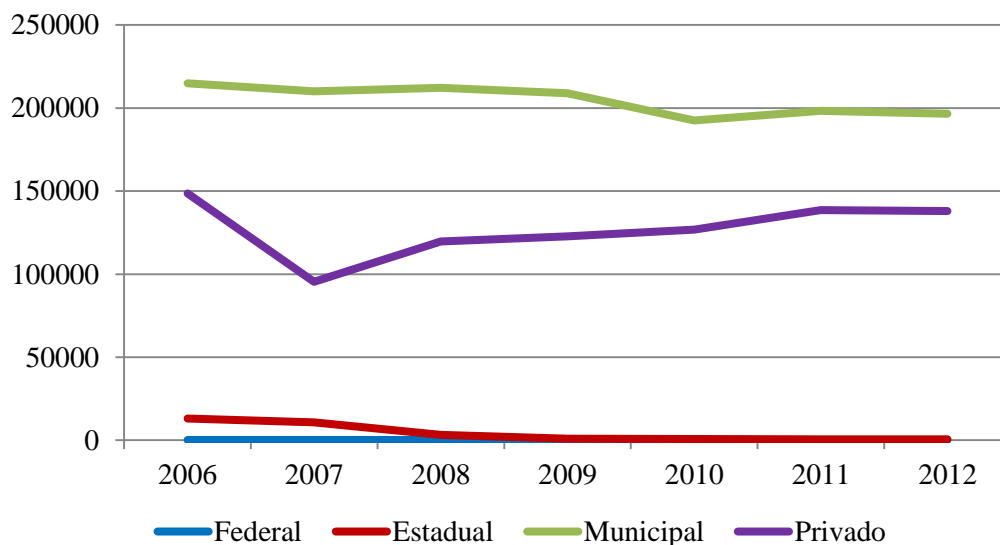


Fonte: INEP, Censo Escolar.

<sup>6</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Art. 211: § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

**Gráfico 15: Evolução do número de matrículas em pré-escola, por dependência administrativa.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

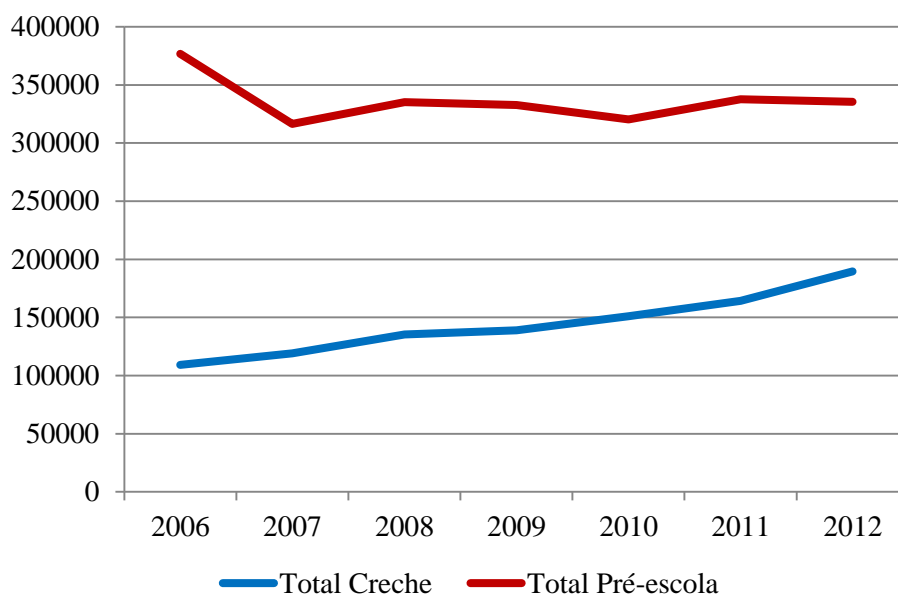


Fonte: INEP, Censo Escolar.

O Gráfico 16 a seguir mostra a dinâmica para as matrículas em Educação Infantil para cada uma de suas etapas e comprova tanto o acréscimo de matrículas em creche quanto o decréscimo na pré-escola.

**Gráfico 16: Dinâmica das matrículas em Educação Infantil, por etapa de ensino.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**



Fonte: INEP, Censo Escolar.

## 2.3. Matrículas da Educação Básica

Ao se olhar o número total de matrículas na Educação Básica para o Estado do Rio de Janeiro - período 2006 – 2013 – depara-se com uma redução de aproximadamente 11% para o indicador. Em 2006, o número total de matrículas era de 4.225.696, esse número cai para 3.771.316, no ano de 2013. É possível observar esses números na Tabela 06 abaixo:

**Tabela 06: Número de matrículas de Educação Básica, por etapas e modalidades de ensino.**

**Estado do Rio de Janeiro - 2006 - 2013**

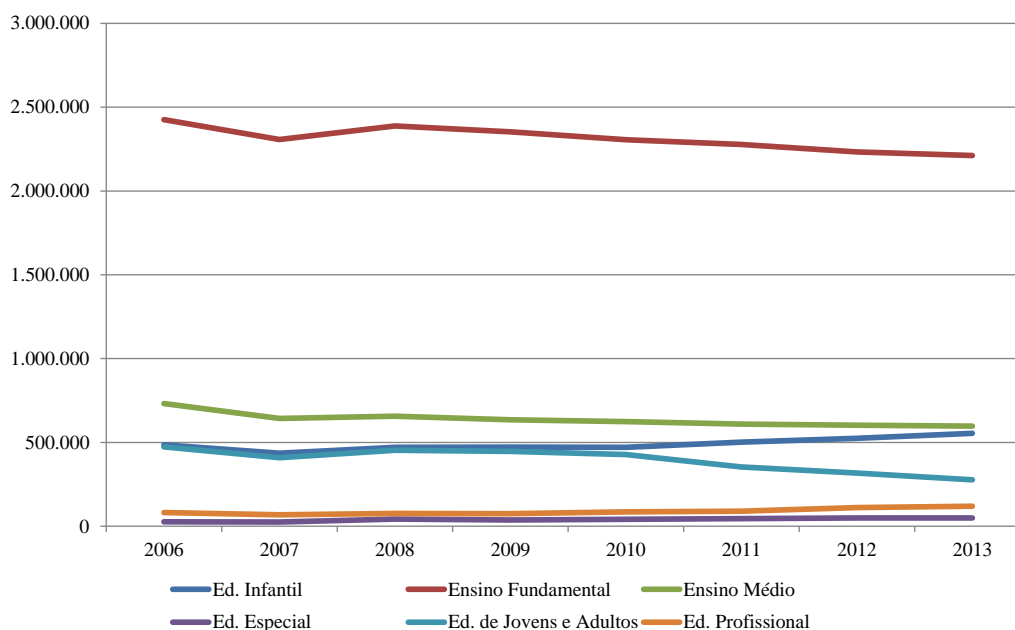
ANO	Matrículas de Educação Básica						
	Total	Etapas e Modalidade de Ensino					
		Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ed. Especial	Ed. de Jovens e Adultos	Ed. Profissional
2006	4.225.696	485.893	2.425.991	731.754	26.660	473.366	82.032
2007	3.887.905	435.416	2.307.714	642.769	25.066	408.603	68.337
2008	4.067.351	470.350	2.387.714	656.228	41.973	453.810	76.068
2009	4.001.420	471.785	2.353.532	635.418	36.687	446.524	75.095
2010	3.928.912	471.128	2.305.338	623.549	41.096	427.289	85.098
2011	3.846.550	501.956	2.277.461	609.680	44.804	354.209	89.189
2012	3.802.938	525.094	2.233.437	603.057	48.693	316.590	111.025
2013	3.771.316	553.653	2.211.145	596.746	49.098	276.921	119.583

Fonte: INEP, Censo Escolar.

A expansão da análise para as etapas e modalidades ensino permite verificar diferentes retratos, conforme o Gráfico 17 abaixo.

**Gráfico 17: Tendências na dinâmica das matrículas da Educação Básica, por etapa e modalidade de ensino**

**Estado do Rio de Janeiro - 2006 - 2013**



Fonte: INEP, Censo Escolar.

Verificam-se no gráfico acima as tendências para cada etapa e modalidade de ensino. A Educação Infantil foi a modalidade de ensino para qual houve o maior crescimento, saindo de aproximadamente 486 mil matrículas para aproximadamente 553.653. A Educação Profissional também mostra crescimento em sua curva, passando de aproximadamente 82 mil matrículas para aproximadamente 120 mil. A Educação de Jovens e Adultos mostra uma queda no indicador, passando de 473.366 para 276.921.

Ao se olhar as etapas de ensino, verifica-se tendência de queda no Ensino Fundamental, assim como no Ensino Médio. Esses números passam, respectivamente, de 2.425.991 para 2.211.145 e de 731.754 para 596.746. Essas variações, mostradas em grandezas percentuais, representam diminuições respectivas de 9% e 18%.

#### 2.4. Número de matrículas em Educação de Jovens e Adultos – EJA

A Tabela 07 abaixo retrata o número de matrículas em EJA para o período 2006 a 2013. A queda nessa variável é notada em praticamente todas as dependências administrativas e nos dois níveis de ensino, tanto o Fundamental quanto o Médio. Em 2006, o número total de matrículas era 310.826 e em 2013 esse número caiu para 201.701, redução de aproximadamente 35%.

**Tabela 07: Número de matrículas em Educação de Jovens e Adultos (EJA), por nível de instrução e por dependência administrativa.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

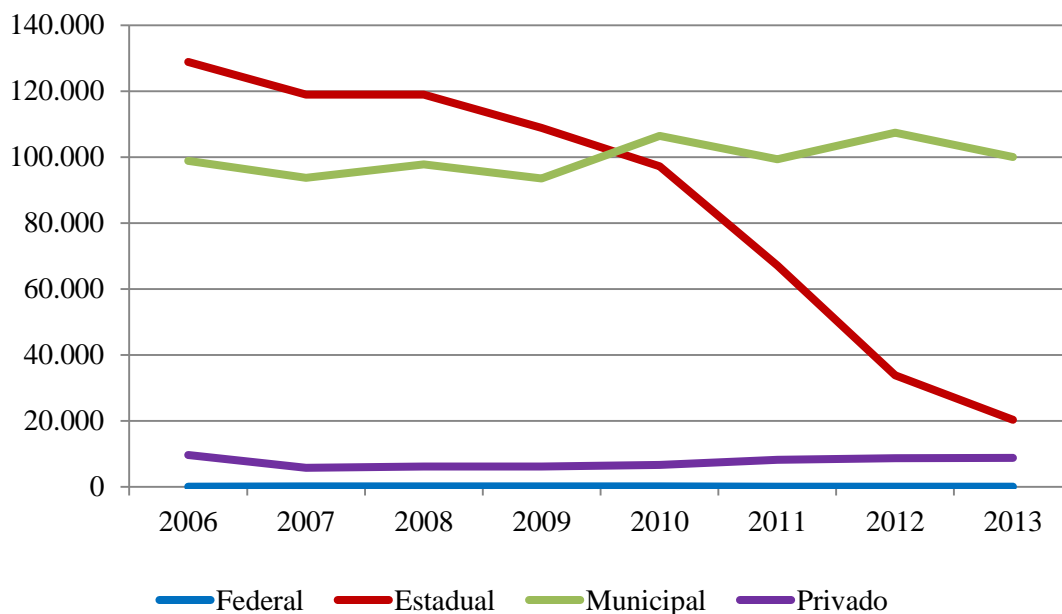
Ano	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos Cursos Presenciais com Avaliação de Processo										
	Total	Ensino Fundamental					Ensino Médio				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2006	310.826	237.338	-	128.843	98.859	9.636	73.488	-	44.189	2.086	27.213
2007	296.445	218.550	91	118.930	93.740	5.789	77.895	58	62.228	3.259	12.350
2008	321.016	223.024	95	118.954	97.783	6.192	97.992	-	78.434	3.037	16.521
2009	314.563	208.520	97	108.811	93.467	6.145	106.043	-	88.045	2.922	15.076
2010	318.846	210.360	85	97.180	106.460	6.635	108.486	0	91.235	2.420	14.831
2011	263.938	174.748	46	67.132	99.348	8.222	89.190	0	71.991	1.512	15.687
2012	220.617	149.915	-	33.783	107.427	8.705	70.702	-	56.097	1.002	13.603
2013	201.701	129.198	48	20.351	100.033	8.766	72.503	66	57.645	1.096	13.696

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Nos gráficos 18, 19 e 20 verificam-se a dinâmica da variável por nível de ensino e por dependência administrativa, assim como a curva totalizadora dessas matrículas, para o período em questão:



**Gráfico 18 – Número de matrículas em Educação de Jovens e Adultos, para o Ensino Fundamental, por dependência administrativa  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

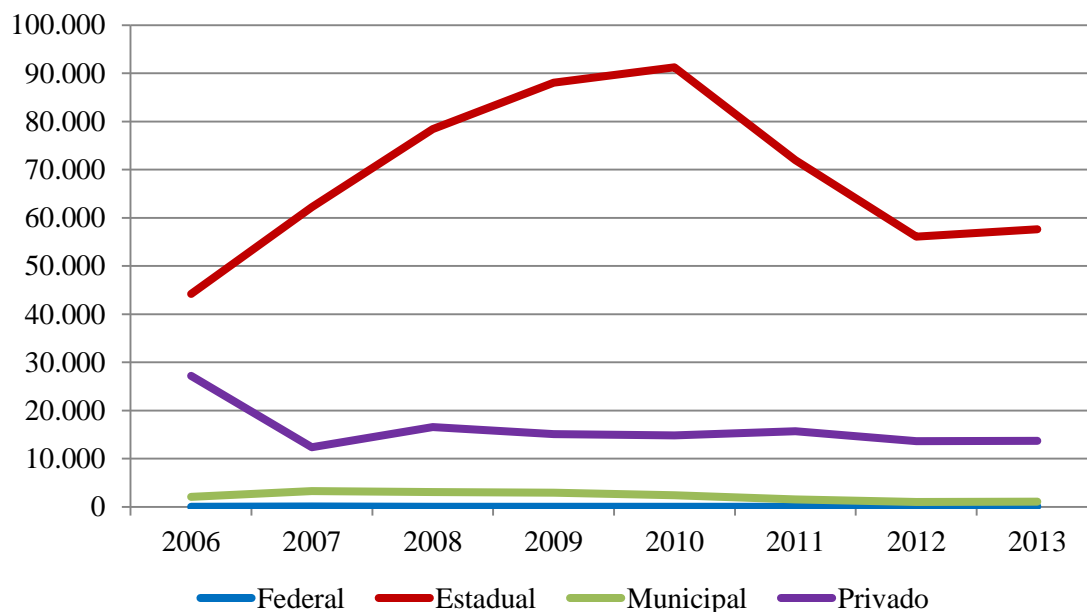


Fonte: INEP, Censo Escolar.

Para o Ensino Fundamental, as matrículas totais saíram de 237.338, em 2006, para 129.198, em 2013, ou seja, uma variação negativa em torno de 46%. Nota-se redução acentuada nas matrículas da rede estadual de ensino, saindo de 128.843 para 20.351. Já a rede municipal apresenta um pequeno aumento entre 2007 e 2010, porém, a média do período, gira em torno das 100 mil matrículas. As demais redes, privada e federal, não apresentam variações significativas em suas respectivas trajetórias.

O Gráfico 19 retrata as matrículas de EJA para o Ensino Médio, por dependência administrativa, para o período em tela:

**Gráfico 19: Número de matrículas para Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, por dependência administrativa. Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

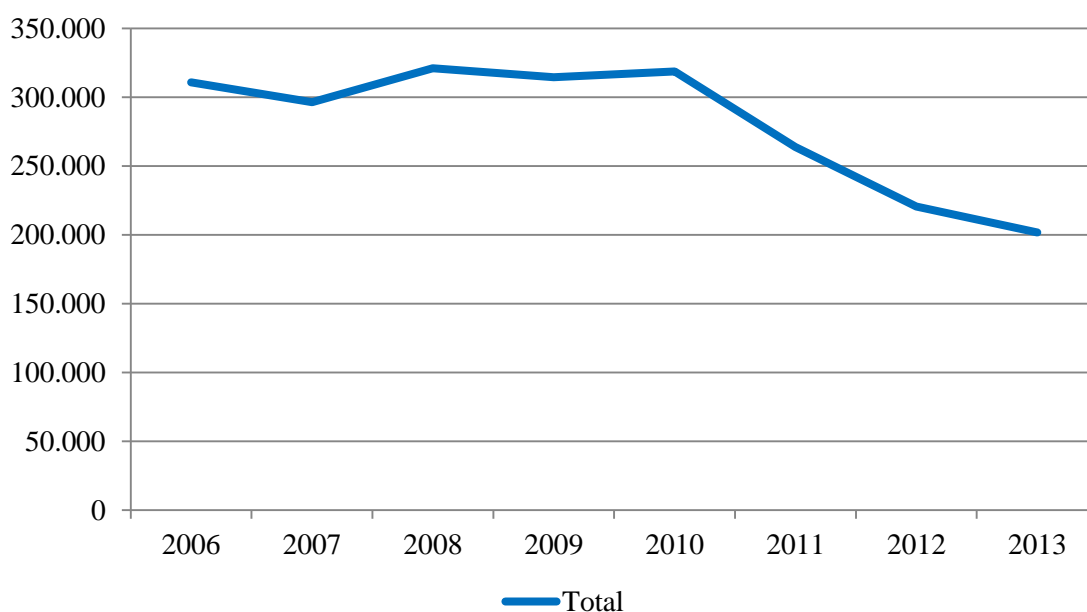


Fonte: INEP, Censo Escolar.

No gráfico acima se observa a dinâmica do número de matrículas para o Ensino Médio, levando-se em conta as dependências administrativas. Chama atenção a curva para a rede estadual, pois entre 2006 e 2010 houve um crescimento em mais de 40 mil matrículas, porém entre 2010 e 2012 observou-se uma retração de aproximadamente 35 mil matrículas, aparentemente estabilizando em torno das 58 mil matrículas. Para a rede municipal, observou-se redução de 50% nesse número, saindo de 2.096 em 2006 para 1.086 em 2013. A rede federal manteve-se estável e a rede privada encolheu em aproximadamente 13 mil matrículas, saindo de 27 mil em 2006 para 14 mil em 2013.

O Gráfico 20 a seguir mostra o agregado do número de matrículas para os dois níveis de ensino – Fundamental e Médio – e para o total das dependências administrativas. De fato, ele reforça o que a Tabela 13, mostrada no início deste tópico, já nos permitia ver - ou seja, houve redução no número de matrículas em EJA para o período analisado.

**Gráfico 20: Número total de matrículas em Educação de Jovens e Adultos (EJA)  
Estado do Rio de Janeiro: 2006-2013**



Fonte: INEP, Censo Escolar.

Como se pode verificar no gráfico acima, a tendência geral é a queda no número de matrículas em EJA entre 2006 e 2013, mesmo que por vezes, para um ou outro nível, uma ou outra rede apresente números positivos, no agregado a modalidade de ensino EJA tem sofrido redução no número de matrículas.

## **2.5. Taxa de Distorção Idade-Série<sup>7</sup> para o Ensino Médio**

A Taxa de distorção idade-série do Ensino Médio, para o total do Estado do Rio de Janeiro, no período 2006-2013, com os dados agrupados para todas as dependências administrativas, apresenta uma melhora considerável, saindo de 54,9%, em 2006, para 32,6%, em 2013 - redução de aproximadamente 41%. Como é possível observar na Tabela 08 abaixo.

---

<sup>7</sup> No Brasil, a criança deve ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo na escola até o nono ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.

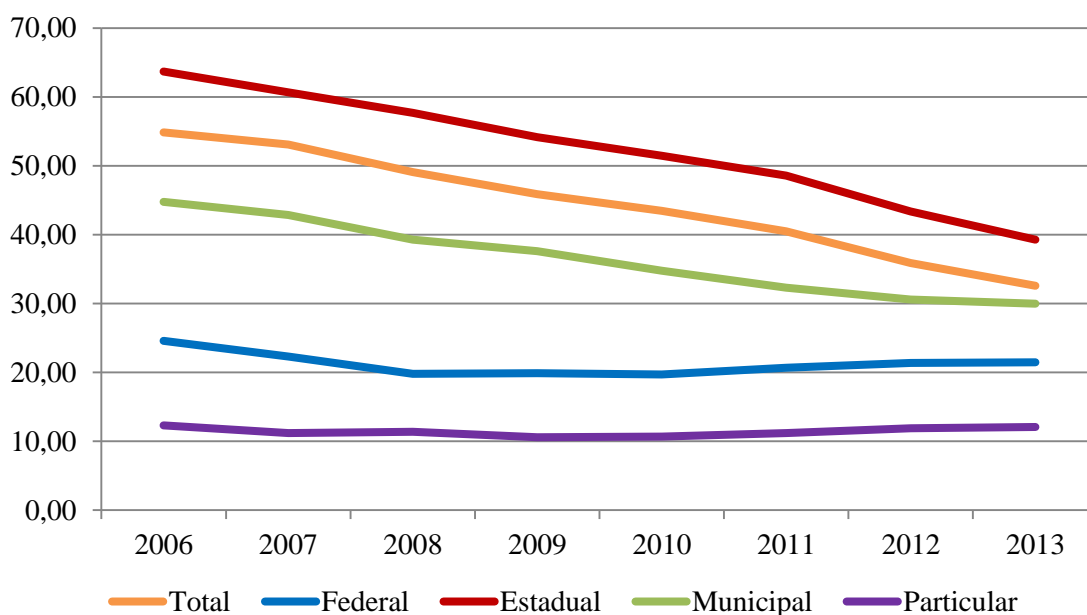
**Tabela 08: Taxa de distorção idade-série, por tipologia e dependência administrativa, no Ensino Médio. Estado do Rio de Janeiro. 2006-2013**

Dependência administrativa	Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	<b>54,9</b>	<b>53,1</b>	<b>49,1</b>	<b>45,9</b>	<b>43,5</b>	<b>40,5</b>	<b>35,9</b>	<b>32,6</b>
Particular	12,3	11,2	11,4	10,6	10,7	11,2	11,9	12,1
Municipal	44,8	42,9	39,3	37,6	34,8	32,3	30,6	30
Federal	24,6	22,3	19,8	19,9	19,7	20,7	21,4	21,5
Estadual	63,7	60,7	57,7	54,2	51,5	48,6	43,4	39,3

Fonte: INEP, Censo Escolar.

A análise dos dados por dependência administrativa mostra que a rede estadual apresenta o melhor resultado, saindo de uma taxa de 63,7 em 2006 para 39,3 em 2013 - uma redução de aproximadamente 38%. O Gráfico 21 abaixo mostra como a taxa se comportou para o período analisado, ressaltando as tendências por dependência administrativa:

**Gráfico 21: Taxa de Distorção Idade-Série, por dependência administrativa, no Ensino Médio. Estado do Rio de Janeiro -2006-2013**



Fonte: INEP, Censo Escolar.

Ainda em relação à taxa de distorção idade-série no Ensino Médio, a rede estadual apresenta, para todos os anos da série analisada, a maior participação, comparada às demais redes. Essa predominância deve-se ao fato de ser o estado a ofertar majoritariamente vagas para esse nível de ensino.

## 2.6. Número de Docentes na Educação Básica

Para o período 2007/2013<sup>8</sup> houve um aumento no número de docentes em salas de aula da Educação Básica, no Estado do Rio de Janeiro, na ordem de 53%. O agregado para todas as dependências administrativas, no ano de 2013, foi de 183.489 docentes, contra 119.693 para o ano de 2007, conforme Tabela 09 a seguir.

**Tabela 09: Número de docentes exercendo atividade em sala de aula, para a Educação Básica, por dependência administrativa.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**

Ano	Número de docentes exercendo atividades em sala de aula, por dependência administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2007	119.693	2.028	32.655	54.170	30.840
2008	132.763	2.139	34.469	53.851	42.304
2009	143.029	2.108	29.767	51.428	39.635
2010	145.640	2.328	29.886	51.173	40.898
2011	172.588	3.009	45.076	67.495	57.008
2012	177.487	3.133	43.425	71.531	59.398
2013	183.489	3.346	43.027	74.202	62.914

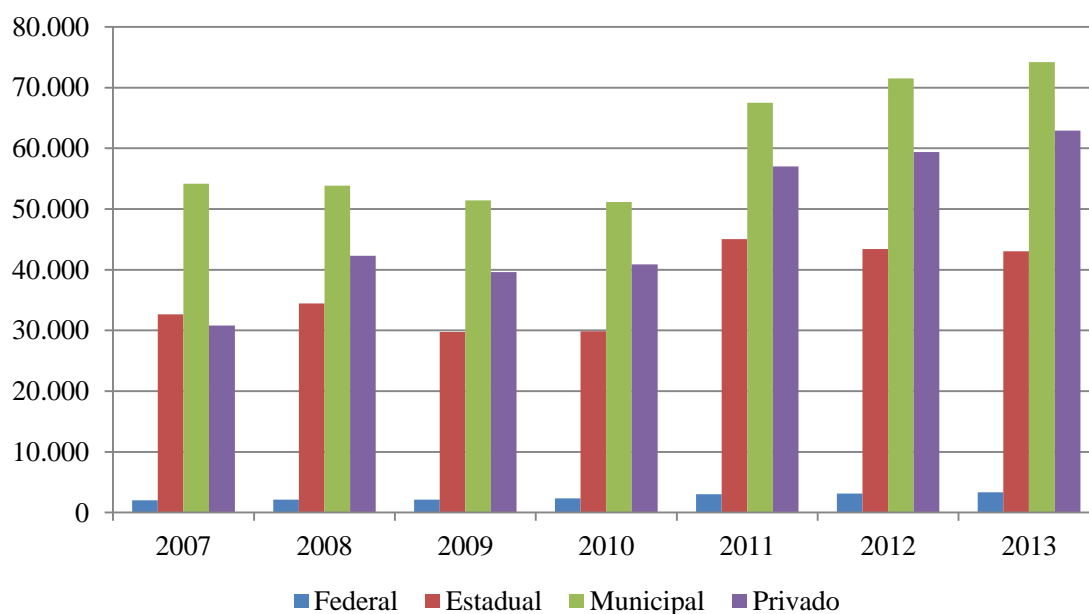
Fonte: INEP, Censo Escolar.

Quando a análise é feita por dependência administrativa, é possível verificar quanto cresceu cada rede. No Gráfico 22 a seguir observa-se tal dinâmica.

<sup>8</sup> As informações para o ano de 2006 poderiam distorcer a análise por se tratarem de Funções Docentes Exercendo Atividades em Sala de Aula e não Número de Docentes, como é o caso tratado neste tópico.

**Gráfico 22: Evolução do número de docentes na Educação Básica, por dependência administrativa.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**



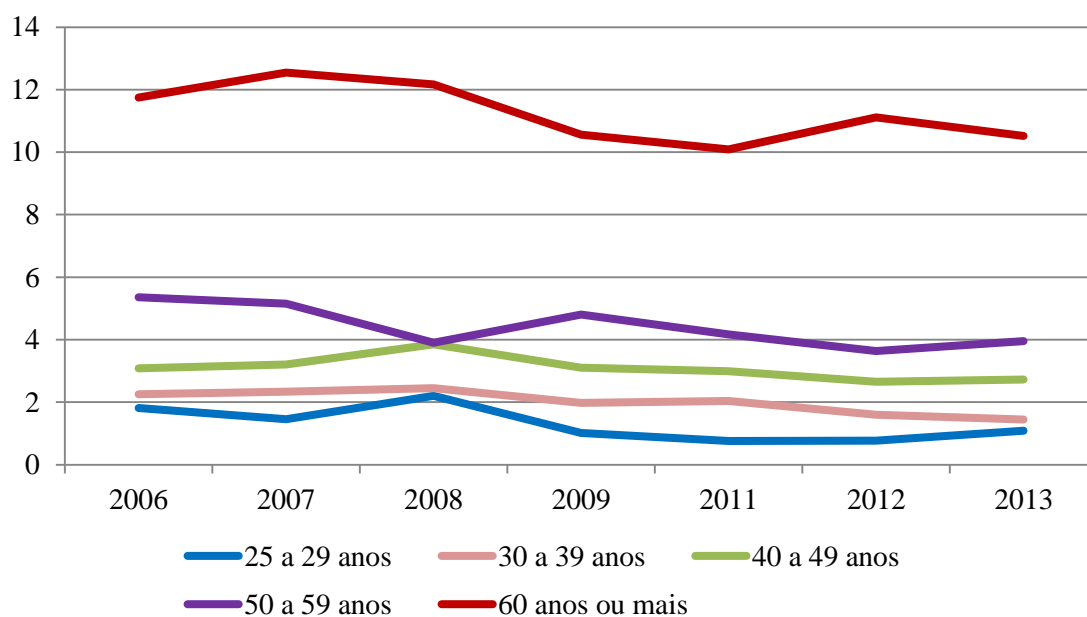
Fonte: INEP, Censo Escolar.

Com referência à tabela e ao gráfico exibidos acima, observa-se que a rede Privada mais que dobra o número de docentes, enquanto a municipal sai de aproximadamente 54 mil docentes para aproximadamente 74 mil, o que representa uma variação na ordem de 37%. A rede estadual varia de aproximadamente 33 mil docentes para 43 mil, ou seja, aproximadamente 32%. A rede federal tem um crescimento no número de docentes girando em torno de 65%, passando de aproximadamente 2 mil para aproximadamente 3.300.

## 2.7. Taxa de analfabetismo

No Gráfico 23 a seguir é possível visualizar a variação da Taxa de Analfabetismo da população do Estado do Rio de Janeiro com 25 anos ou mais de idade, por faixa etária, entre 2006 e 2013.

**Gráfico 23: Taxa de analfabetismo, por faixa etária. Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013<sup>9</sup>**



Fonte: INEP, Censo Escolar.

Nota-se tendências de diminuição na Taxa de Analfabetismo para o período em tela, para todas as faixas etárias analisadas. Embora essa tendência mostre-se mais resistente para a faixa de 60 anos ou mais e, a partir de 2009, esteja, em média, estável para a faixa de 25 a 29 anos de idade.

Na Tabela 10 abaixo, observa-se o número de analfabetos no Estado do Rio de Janeiro, por faixa etária, no período 2006 – 2013:

<sup>9</sup> Nota-se que o ano de 2010 não consta da série apresentada. O motivo é que a base de dados utilizada para a construção dessa série é a PNAD. Tal pesquisa não vai a campo em anos censitários, como foi o caso de 2010. Desta forma, como se trata de pesquisas distintas, com recortes amostrais diferentes, Censo Demográfico e PNAD, optamos por não completar a série para o ano de 2010 com as informações do Censo.

**Tabela 10: Número de analfabetos (mil pessoas), por faixa etária  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Ano	Número de analfabetos (mil pessoas), por faixa etária					
	Faixa Etária					
	Total	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2006	502	22	50	73	99	258
2007	522	18	54	76	95	279
2008	538	28	55	91	77	287
2009	481	13	47	71	96	254
2011	455	9	50	71	82	243
2012	474	9	39	61	73	292
2013	472	13	37	62	84	276

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

## 2.8. Taxa de abandono escolar

Taxa de Abandono Escolar é um indicador que relaciona alunos que abandonam a escola na vigência do ano letivo sobre aqueles que permanecem até o final daquele ano.

Os dados sobre abandono escolar, que formam a taxa de abandono escolar, são originários do MEC/INEP/Censo Escolar e não foram fornecidos para os anos de 2006, 2007, 2012, 2013. Desta forma, será apresentada apenas a série disponível que percorre o período entre 2008 e 2011, como se observa na Tabela 11 abaixo:

**Tabela 11: Taxa de abandono escolar no Ensino Médio, por dependência administrativa.  
Estado do Rio de Janeiro – 2008-2011**

Ano	Ensino Médio - Taxa de Abandono				
	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2008	14,8	1,6	17,5	9,0	0,5
2009	13,8	1,1	16,5	7,3	0,6
2010	12,8	1,2	15,5	6,7	0,6
2011	10,1	1,2	12,4	5,7	0,5

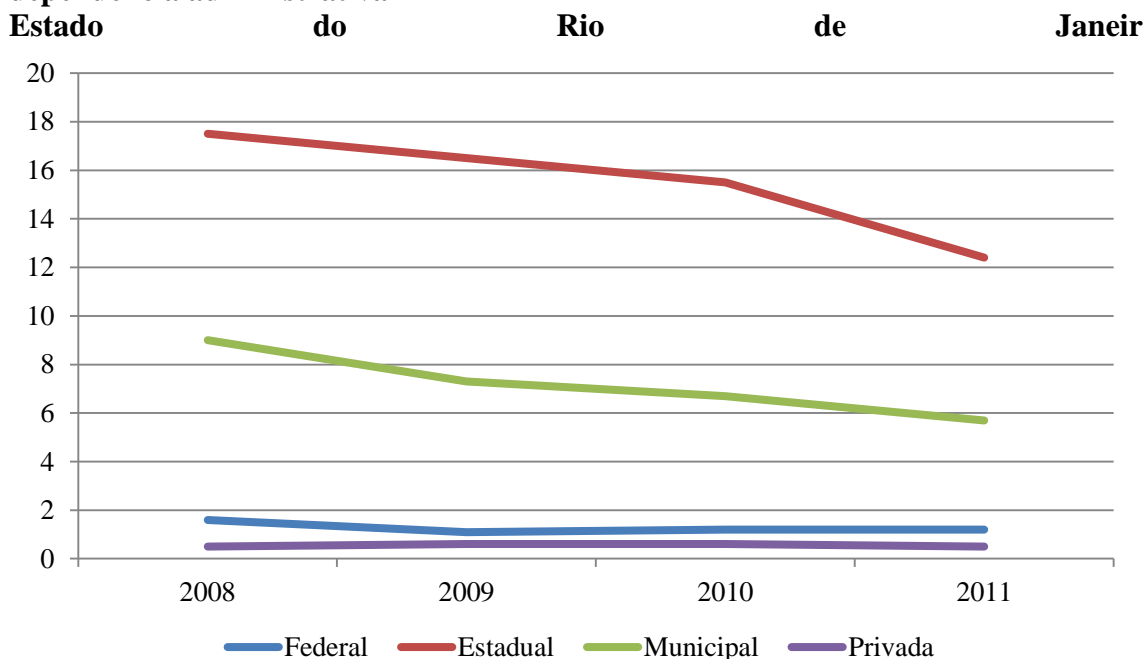
Fonte: INEP, Censo Escolar.

Nota-se que houve redução de 4,7 pontos percentuais entre 2008 e 2011, para o total das dependências, o que representa uma diferença de 31,76% entre uma taxa e outra.



No Gráfico 24 abaixo, observam-se as reduções por dependência administrativa:

**Gráfico 24: Evolução da taxa de abandono escolar para o Ensino Médio, por dependência administrativa**



**o – 2008-2011**

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Para o período em tela, verifica-se uma expressiva tendência declinante para as redes municipais e para a rede estadual, respectivamente na ordem percentual de 36,67% e 29,14%, as demais dependências mantiveram-se estáveis quanto ao indicador.

## **2.9. Taxa de evasão escolar<sup>10</sup> - Educação Básica**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - não tem medido evasão escolar, portanto, não há informação anual para esse indicador. Contudo, com base nas informações contidas no banco de dados de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipeadata, obtém-se a taxa de evasão escolar medida com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE. Os dados não estão atualizados para o Censo 2010. Utilizando-se as informações das tabelas disponíveis no Ipeadata, os dados foram utilizados para formatar a tabela abaixo.

<sup>10</sup> Evasão escolar indica o número de alunos que finalizara o ano letivo, mas que não retornara à escola no ano letivo subsequente.

**Tabela 12: Taxa de evasão escolar na Educação Básica, por cor, segundo a faixa etária.**

**Estado do Rio de Janeiro -1991 e 2000**

Faixa Etária / Ano	1991		2000	
	Branco	Negro	Branco	Negro
5 a 6 anos	39,72	53,15	14,59	22,7
7 a 14 anos	8,65	15,25	2,89	4,75
15 a 17 anos	28,64	42,69	15,31	21,87

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

A Tabela 12 acima contém dados que apontam uma melhora do indicador entre os anos de 2000 e 1991. No geral, observa-se que a faixa etária entre 5 a 6 anos de idade apresenta as maiores taxas, com exceção do ano 2000 para a cor branca.

Na Tabela 13 abaixo observam-se relações intercensitárias (2000/1991) e interraciais (brancos e negros) assim como a dinâmica dessas relações quanto aos aspectos temporal e racial:

**Tabela 13: Relação das taxas de evasão escolar para a Educação Básica, por Cor/Raça e por ano censitário, segundo a faixa etária.**

**Estado do Rio de Janeiro – 1991 e 2000**

Faixa Etária	Negros / Brancos	Negros / Brancos	Negros	Brancos
	1991	2000	2000/1991 - %	2000/1991 - %
			N/N	B/B
5 a 6 anos	33,81	55,59	-57,29	-63,27
7 a 14 anos	76,30	64,36	-68,85	-66,59
15 a 17 anos	49,06	42,85	-48,77	-46,54

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

A convergência observada na Tabela 12 deste tópico - taxa de evasão escolar declinante tanto para brancos quanto para negros - não é observada na tabela acima, na qual se compara a taxa de evasão entre negros e brancos nos anos de 1991 e 2000 e, também, como a taxa se comporta nesses dois anos quando a comparação é feita para as mesmas cores/raças (Negro/Negro – Branco/Branco).

Na faixa etária de 5 a 6 anos, por exemplo, a relação inter-racial – entre brancos e negros – aumentou de 33,81% em 1991 para 55,59% em 2000. Nas demais faixas etárias essa relação diminuiu de 76,30% para 64,36% e 49,06% para 42,85% - entre 7 e 14 e 15 a 17 anos respectivamente. A evasão de negros diminuiu em todas as faixas etárias analisadas, quando a relação é entre pessoas da mesma raça (Negros/Negros), o mesmo ocorre com os brancos (Branco/Branco).

A maior queda na evasão escolar, na comparação com pessoas da mesma raça, ocorreu na faixa etária de 7 a 14 anos entre negros – 68,85 – e a menor na faixa entre 15

e 17 anos entre brancos – 46,54. A maior relação inter-racial ocorreu no Censo de 1991, na faixa etária de 7 a 14 anos – 76,30 – e a menor em 2000 – 42,85%.

## 2.10. Anos de Estudo/Nível de Instrução

O indicador número médio de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais de idade consiste numa medida importante para se aferir o nível de escolaridade média efetivamente alcançada pela população de determinado espaço geográfico, em determinado intervalo de tempo. Corresponde ao número de anos acumulado, em média, no processo de formação educacional da população.

A Tabela 14 e o Gráfico 25 trazem o número médio de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais de idade e sua evolução no período analisado:

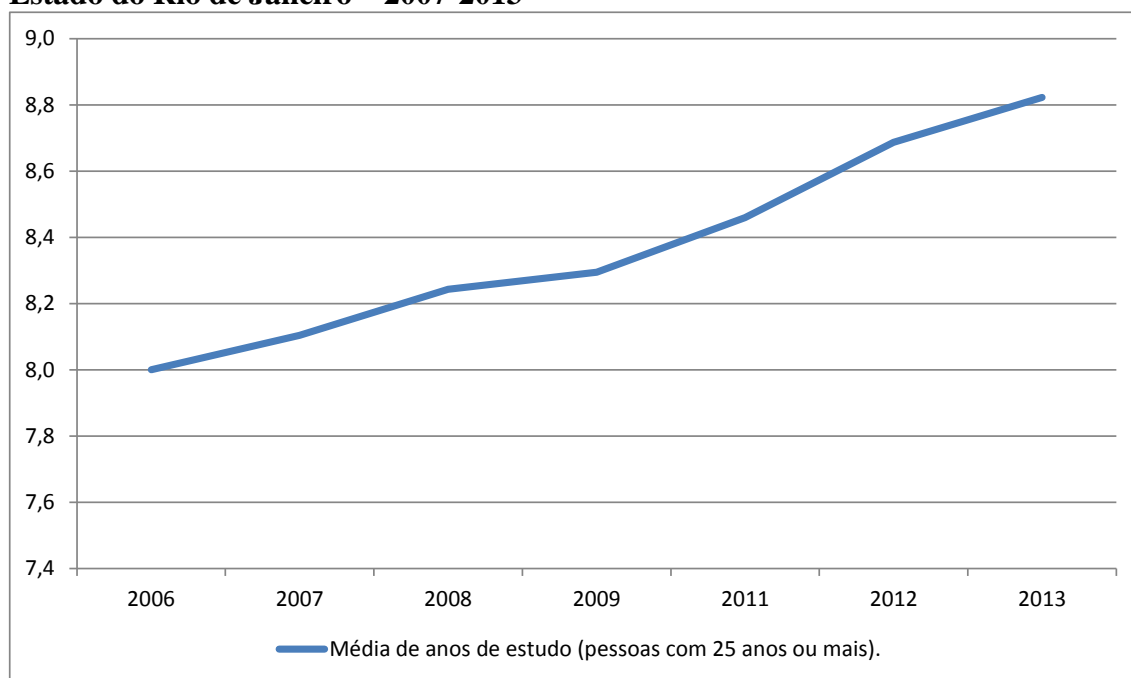
**Tabela 14: Número médio de anos estudados de pessoas de 25 anos ou mais de idade.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**

Ano	Número médio de anos de estudo (pessoas com 25 anos ou mais de idade)
2006	8,0
2007	8,1
2008	8,2
2009	8,3
2011	8,5
2012	8,7
2013	8,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

**Gráfico 25: Evolução do número médio de anos estudados de pessoas de 25 anos ou mais de idade**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Pela análise dos dados, percebe-se o crescimento de aproximadamente 0,8 anos no número médio de anos de estudo. Esse resultado mantém o Estado do Rio de Janeiro entre as três maiores médias nacionais – atrás do Distrito Federal e de São Paulo – e acima da média nacional. Além disso, mostra que, ao estoque de adultos a partir de 25 anos, começam a ser incorporadas pessoas que ingressam e permanecem mais tempo na escola nas novas gerações. Trata-se de dado positivo, ainda que pequeno, para a qualidade da educação da população fluminense.

Outros indicadores importantes, que complementam os dados referentes aos anos de estudo, são as proporções de pessoas com 15 a 17 anos de idade e de 18 ou mais anos de idade, por nível de instrução mais elevado. As tabelas 15 e 16 e o Gráfico 26 apresentam os dados para o período analisado:

**Tabela 15: Proporção de pessoas, por nível de instrução mais elevado, segundo o ano e idade.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**

Ano e Idade	Proporção de pessoas de 15 a 17 anos, por nível de instrução mais elevado					
	Total	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo ou superior
<b>2007</b>						
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1,9</b>	<b>39,4</b>	<b>24,3</b>	<b>31,5</b>	<b>3,0</b>
15 anos	100,0	1,3	58,2	31,4	9,2	0,0
16 anos	100,0	2,8	33,9	25,7	36,8	0,8
17 anos	100,0	1,6	26,5	16,3	47,7	7,9
<b>2008</b>						
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1,4</b>	<b>40,1</b>	<b>27,1</b>	<b>29,8</b>	<b>1,6</b>
15 anos	100,0	1,9	55,0	33,2	9,9	0,0
16 anos	100,0	1,7	37,8	29,7	29,6	1,3
17 anos	100,0	0,5	28,3	18,7	49,0	3,6
<b>2009</b>						
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1,7</b>	<b>44,2</b>	<b>23,9</b>	<b>28,1</b>	<b>2,1</b>
15 anos	100,0	1,1	65,7	27,0	6,2	0,0
16 anos	100,0	1,9	39,7	23,4	34,0	1,2
17 anos	100,0	2,1	24,4	21,0	46,8	5,7
<b>2011</b>						
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>2,2</b>	<b>43,9</b>	<b>22,1</b>	<b>29,4</b>	<b>2,4</b>
15 anos	100,0	3,0	62,7	25,8	8,6	0,0
16 anos	100,0	2,2	41,0	23,7	31,8	1,2
17 anos	100,0	1,3	26,6	16,4	49,4	6,3
<b>2012</b>						
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>	<b>41,4</b>	<b>23,7</b>	<b>30,8</b>	<b>3,0</b>
15 anos	100,0	0,2	63,3	27,9	8,6	0,0
16 anos	100,0	1,8	39,7	25,9	32,1	0,5
17 anos	100,0	1,1	23,2	18,1	49,9	7,7
<b>2013</b>						
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>2,2</b>	<b>39,2</b>	<b>25,8</b>	<b>29,6</b>	<b>3,2</b>
15 anos	100,0	2,1	57,6	30,5	9,8	0,0
16 anos	100,0	1,7	35,7	27,9	32,9	1,7
17 anos	100,0	2,8	23,6	18,2	46,9	8,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

No caso da faixa etária de 15 a 17 anos de idade, os dados observados na Tabela 15 acima apontam, no geral, para variações de pequena escala, em módulo. Alguns aspectos, porém, chamam a atenção: partindo da premissa de não haver distorção idade/séria na vida escolar do aluno, aos 15 anos de idade o Ensino Fundamental deveria estar completo. Porém, o que se observa na tabela acima, pegando como exemplo o ano mais recente, 2013, é que 41,4% das pessoas entre 15 e 17 anos de idade estão no máximo com o Fundamental Incompleto, ou seja, esse contingente pode ser considerado no grupo dos alunos com distorção idade/série.

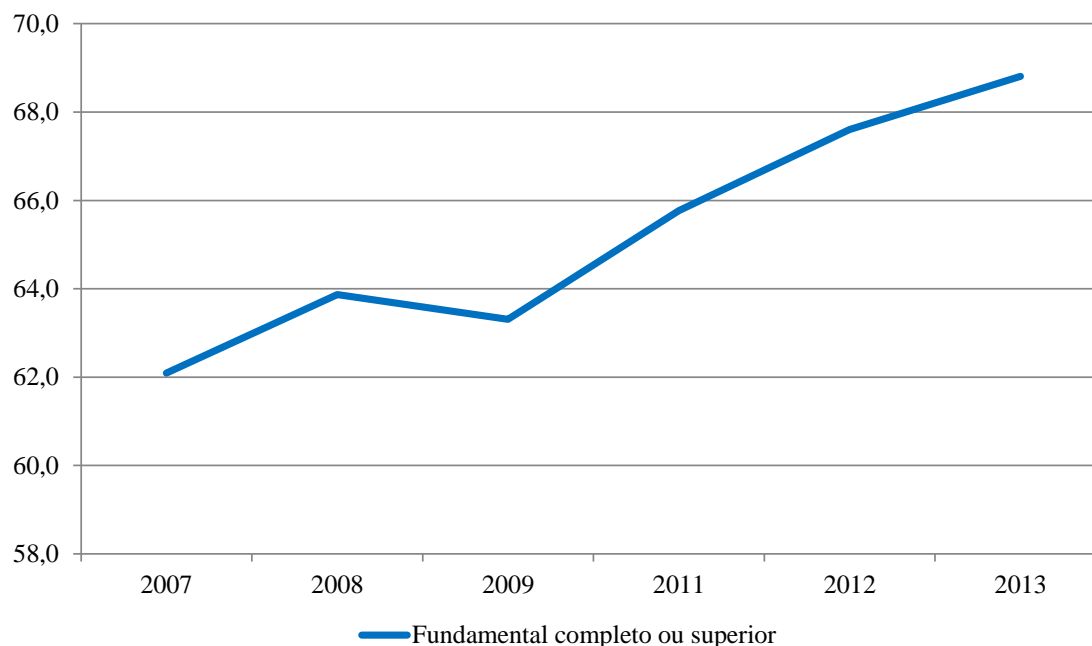
**Tabela 16: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução mais elevado, segundo o ano  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**

Ano	Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução mais elevado					
	Total	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo ou superior
2007	100,0	6,2	31,7	11,7	6,2	44,2
2008	100,0	6,9	29,2	12,0	6,1	45,8
2009	100,0	6,4	30,3	10,8	5,9	46,6
2011	100,0	7,3	26,9	11,6	5,5	48,6
2012	100,0	6,0	26,3	12,1	6,3	49,3
2013	100,0	6,5	24,7	11,3	5,8	51,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Para o nível de instrução de pessoas com 18 ou mais anos de idade, notam-se aspectos positivos. Por exemplo, observando a Tabela 16 acima, encontra-se uma diminuição no Nível Fundamental Incompleto, com um decréscimo de 7 pontos percentuais entre 2007 e 2013. Outro ponto positivo ainda a ser destacado, na mesma Tabela é uma variação positiva de 7,5 pontos percentuais para o grupo com Ensino Médio Completo ou superior.

**Gráfico 26: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade, com Ensino Fundamental completo ou níveis acima, segundo o ano  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

O Gráfico 26 corrobora exatamente com a análise feita acima quanto à variação positiva no aumento dos anos de estudo das pessoas com 18 anos ou mais de idade. Para o período analisado, a curva se mostrou positivamente inclinada.

### **2.11. Frequência escolar<sup>11</sup>**

Na tabela abaixo se pode observar que a cobertura da oferta de creche e pré-escola no Estado do Rio de Janeiro varia positivamente no período analisado, porém, ainda será necessário oferecer número maior de vagas para que se atinja cobertura mais ampla. O indicador utilizado como parâmetro foi frequência escolar para a Educação Infantil.

<sup>11</sup> Os dados sobre frequência escolar informam a quantidade ou o percentual de crianças e jovens em idade escolar que ingressam e permanecem nas unidades de ensino no período analisado.

**Tabela 17: Crianças de 0 a 3 anos de idade, total e que frequentam escola ou creche, em números absolutos e percentuais.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**

Ano	Crianças de 0 a 3 anos			
	Total		Frequentam Escola ou Creche	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
2007	692.920	100,0	156.794	22,6
2008	707.185	100,0	145.474	20,6
2009	658.597	100,0	142.745	21,7
2011	719.404	100,0	183.459	25,5
2012	781.874	100,0	187.444	24,0
2013	709.928	100,0	194.935	27,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Observa-se na Tabela 17 acima que o crescimento da população com a idade entre 0 e 3 anos foi de 17 mil pessoas (2,5%), enquanto o número de crianças que frequentavam escolas ou creches no período aumentou em 38.141 (24%), ou seja, aumentou a cobertura para atender a demanda, porém os números precisarão ser mais robustos para atingir o objetivo das metas do Plano Nacional de Educação - PNE<sup>12</sup>

Quando se trata da faixa etária entre 4 e 17 anos, tem-se redução da população nessa faixa etária, que saiu de 3.346.690 em 2007 para 3.250.288 em 2013. Tal dinâmica impactou no percentual de pessoas que frequentavam escola ou creche no período, saindo de 92,3% em 2007 para 94,6% em 2013, embora a frequência absoluta tenha caído ligeiramente: 3.088.616 em 2007 para 3.076.167 em 2013. É o que se observar na Tabela 18 abaixo.

<sup>12</sup> A Lei Federal nº13.005 de 25 de Junho de 2014 que versa sobre o Plano Nacional de Educação - PNE, em sua meta de número 1 tem a seguinte diretriz: “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”



**Tabela 18: Pessoas de 4 a 17 anos de idade, total e que frequentam escola ou creche, em números absolutos e percentuais.**

**Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**

Ano	Pessoas de 4 a 17 anos <sup>1</sup>			
	Total		Frequentam Escola ou Creche	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
2007	3.088.616	92,3	3.346.690	100,0
2008	3.019.271	93,6	3.225.421	100,0
2009	3.103.998	94,1	3.297.550	100,0
2011	3.198.379	93,9	3.405.431	100,0
2012	3.110.760	94,1	3.304.690	100,0
2013	3.076.167	94,6	3.250.288	100,0

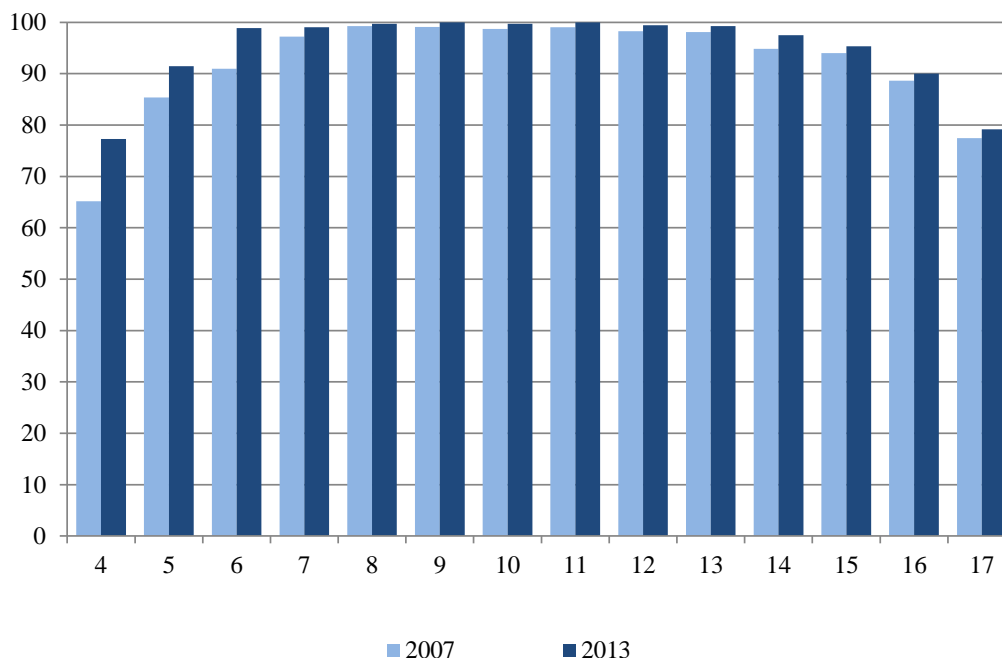
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

(1) Emenda Constitucional EC nº 59/2009 e a LDB afirmam o dever do Estado com a Educação escolar pública, por meio da garantia de Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos.

O Estado do Rio de Janeiro tem gradativamente se aproximando do que estabelece a Emenda Constitucional – EC nº 59/2009 e a Lei de Diretrizes e Base, como o exposto em nota da Tabela 18 acima.

**Gráfico 27: Percentual de pessoas de 4 a 17 anos de idade, total e que frequentam escola ou creche, por idade**

**Estado do Rio de Janeiro – 2007 e 2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

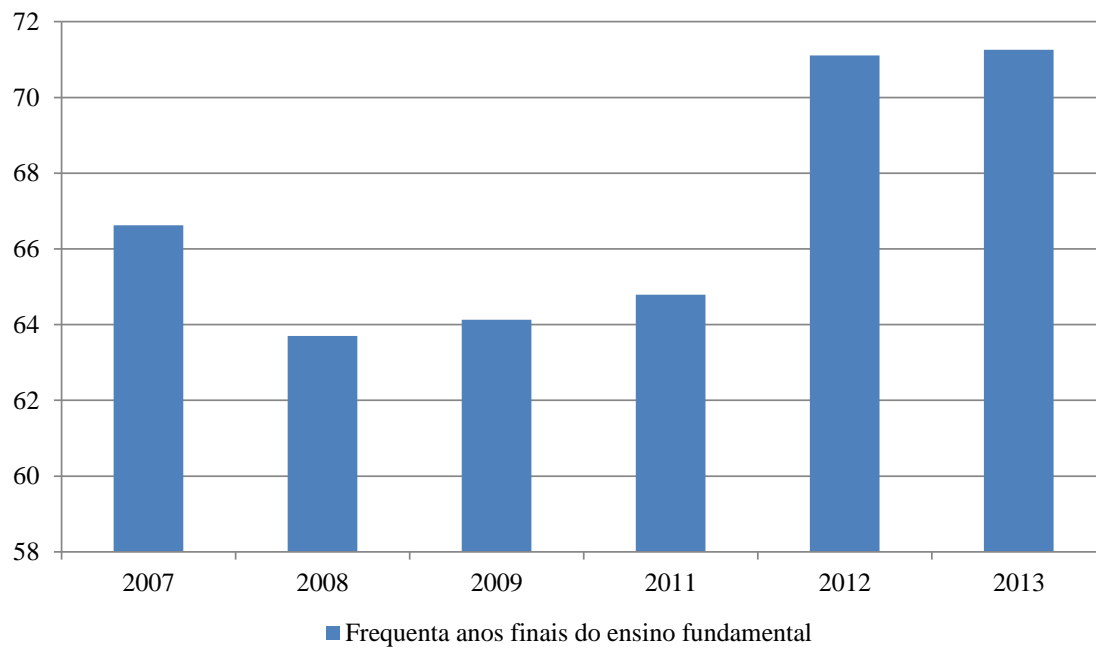
A comparação feita no gráfico acima para os anos de 2007 e 2013 para pessoas de 4 a 17 anos que frequentavam escola ou creche parece indicar que o estado praticamente concluiu a universalização do Ensino Fundamental, ou seja, para 2013, é

possível observar que praticamente 100% das pessoas de 6 a 14 anos (esse é o período para se completar os 9 anos do Ensino Fundamental caso não ocorra a distorção idade/série) frequentavam escola.

Porém, também é possível observar no Gráfico 27 que, seus extremos são divergentes. Ou seja, enquanto crianças entre 4 e 5 anos parecem seguir uma tendência de se aproximarem da universalização da pré-escola e atingirem a meta do PNE - observa-se que para as crianças de 4 anos de idade houve um aumento de mais de 12 pontos percentuais para o indicador na comparação entre 2007 e 2013 - a extremidade oposta - que compreenderia a etapa do Ensino Médio (15 a 17 anos) - apesar de se observar melhoras na comparação entre 2007 e 2013, parece mostrar alguma tendência em se distanciar da meta da universalização para a etapa do Ensino Médio. Nota-se que a diferença percentual da frequência para pessoas de 15 anos de idade e para pessoas de 17 anos, em 2013, supera os 16 pontos percentuais.

No Gráfico 28 abaixo se observa a curva de frequência positivamente inclinada no que tange a pessoas entre 11 e 14 anos de idade que frequentavam os anos finais do Ensino Fundamental. Essa observação parece estar em consonância com alguns indicadores analisados neste relatório, principalmente os que permitem ver a redução da distorção idade-série, pois, como se pode observar, no período analisado, o número de pessoas na faixa etária em tela que frequentavam os anos finais do Ensino Fundamental, passou de 66% em 2007 para 71,3% em 2013. Observa-se que, este é um indicador fortemente correlacionado à distorção idade/série e, portanto, tende a estar melhor quanto maior for o esforço para a redução e efetiva diminuição daquela distorção.

**Gráfico 28: Percentual de pessoas entre 11 e 14 anos de idade que frequentavam nos anos finais do Ensino Fundamental. Estado do Rio de Janeiro – 2007 – 2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

### **3. Saúde**

#### **Apresentação**

Este capítulo é composto por sete tópicos, os quais têm por objetivo apresentar a dinâmica de alguns indicadores de saúde para o Estado do Rio de Janeiro para o período de 2006 a 2013. Alguns indicadores, contudo, poderão ter um menor número de anos em sua série, em razão da disponibilidade dos dados; ou estendida a 2014, pela mesma razão.

A escala territorial adotada foi o Estado do Rio de Janeiro como um todo. Assim, os dados terão, como nível de desagregação, apenas sexo do paciente, faixa etária do paciente, tipos de doença ou agravo, esfera administrativa, especialidade médica e integração ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao percorrê-lo, deparar-se-á com os seguintes tópicos: Estabelecimentos, Leitos Hospitalares, Internações Hospitalares, Profissionais de Saúde/Cobertura de Atendimento, Consultas, Agravos ou Doenças de Notificação Compulsória e Mortalidade.

Indicadores de saúde devem ser empregados, por finalidade, para dimensionar a magnitude dos fenômenos por eles mensurados. Conseqüentemente, devem viabilizar tanto o monitoramento como a avaliação de políticas públicas específicas para essa área. Esse tem sido o esforço global e nacional, que pode ser identificado, nessa última escala territorial, com os esforços empreendidos por pesquisadores e agentes públicos na edição, pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSa, dos “Indicadores e Dados Básicos para Saúde - IDB”, em definir, descrever, padronizar e recomendar o uso de indicadores e dados na área de saúde.

### 3.1. Estabelecimentos

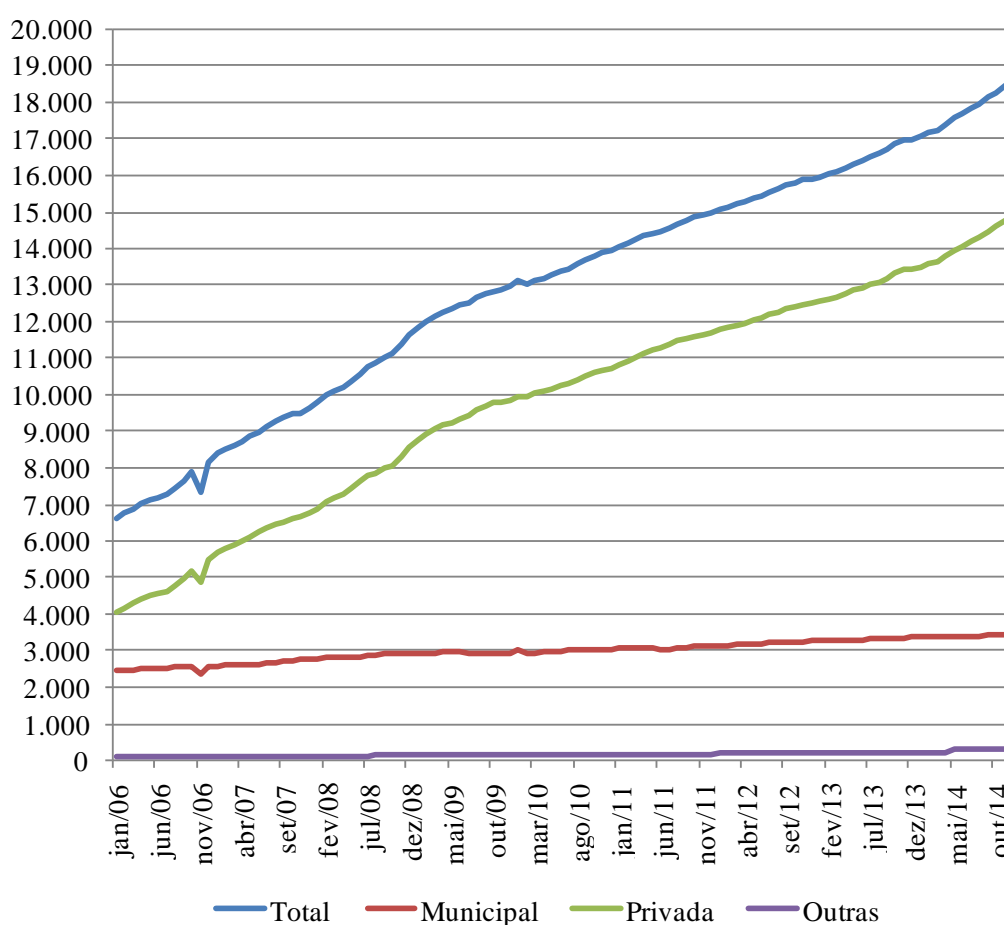
Quantidade de estabelecimentos por esfera administrativa é um indicador de cobertura importante para análise dos atendimentos das redes de saúde à população. Mensalmente, são enviados dados ao Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), informando como estão distribuídos esses estabelecimentos pelas redes públicas e privada.

A partir dele, pode-se determinar também a proporção da quantidade média anual de estabelecimentos de saúde, por esfera administrativa. Tendo em vista que essa informação varia ao longo do próprio ano, a medida proposta procura expor a participação percentual média de uma rede específica ao longo de determinado ano.

O Gráfico 29 e as tabelas 19 e 20 apresentam tanto a evolução da quantidade de estabelecimentos de saúde, como as quantidades médias anuais e suas respectivas proporções, dentro do período estudado:

**Gráfico 29: Evolução da quantidade de estabelecimentos de saúde, por esfera administrativa**

**Estado do Rio de Janeiro – período janeiro de 2006 – dezembro de 2014**



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Tabela 19: Quantidade média anual de estabelecimentos de saúde, segundo as esferas administrativas  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**

Esfera administrativa	Quantidade média anual de estabelecimentos de saúde								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	<b>7.255</b>	<b>9.022</b>	<b>10.634</b>	<b>12.463</b>	<b>13.443</b>	<b>14.539</b>	<b>15.506</b>	<b>16.468</b>	<b>17.783</b>
Federal	28	36	40	44	48	55	63	66	73
Estadual	92	91	95	111	121	122	127	142	197
Municipal	2.498	2.654	2.849	2.932	2.987	3.061	3.188	3.294	3.387
Privada	4.637	6.242	7.650	9.376	10.287	11.302	12.128	12.966	14.126

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Tabela 20: Proporção da quantidade média anual de estabelecimentos de saúde, segundo as esferas administrativas  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**

Esfera administrativa	Proporção da quantidade média anual de estabelecimentos de saúde								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Federal	0,39	0,40	0,38	0,35	0,36	0,38	0,40	0,40	0,41
Estadual	1,27	1,00	0,89	0,89	0,90	0,84	0,82	0,86	1,11
Municipal	34,43	29,41	26,79	23,52	22,22	21,05	20,56	20,00	19,05
Privada	63,91	69,18	71,94	75,24	76,52	77,74	78,21	78,74	79,43

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

A partir da análise dos dados, pode-se verificar que a quantidade de estabelecimentos de saúde praticamente triplicou ao longo do período estudado – crescimento de aproximadamente 181,46%. Isso se deu em razão da expansão do número de estabelecimentos da esfera privada, que apresentou crescimento de aproximadamente 268,40% no mesmo período. As demais redes também apresentaram crescimento, porém sem grandes reflexos na ampliação, em números absolutos, desse tipo de estabelecimento.

Quando se examina os dados do gráfico e das tabelas acima, percebe-se que a quantidade de estabelecimentos de saúde está predominantemente calcada em estabelecimentos das redes municipal e privada, sendo que essa ampliou ainda mais a participação relativa na quantidade total estudada.

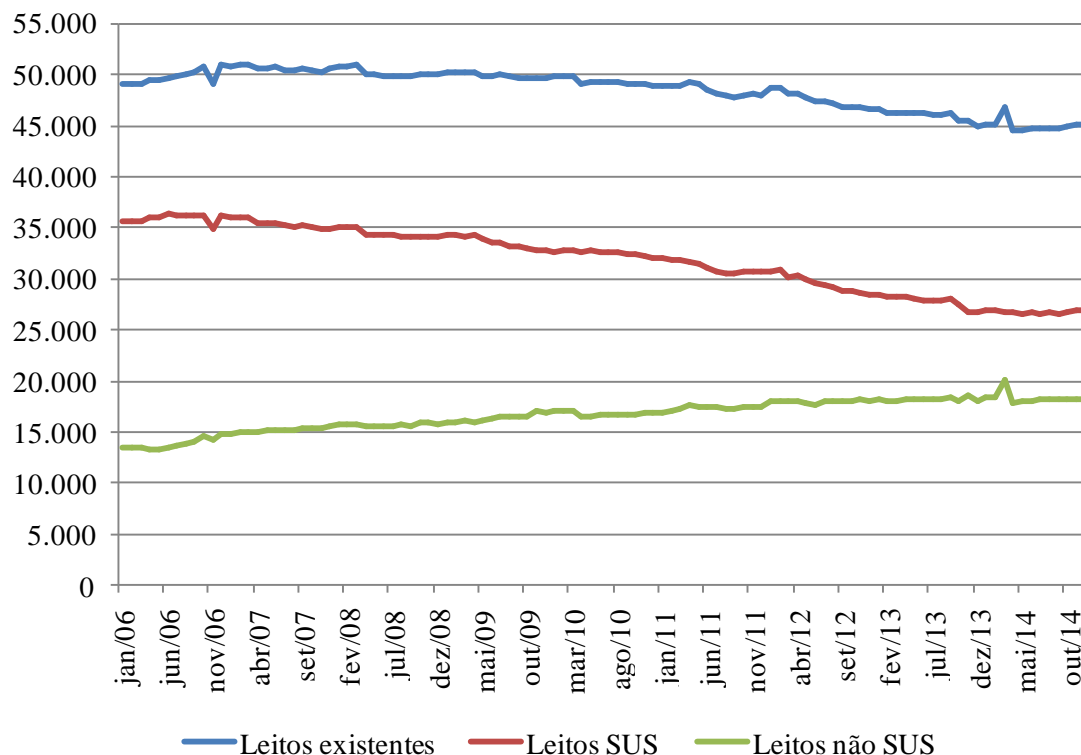
### 3.2. Leitos hospitalares

Leito hospitalar é, por definição, a cama destinada à internação de um paciente no hospital. Assim, os indicadores de cobertura referentes aos leitos hospitalares estão diretamente ligados à capacidade operacional dos hospitais em atender à população que necessita de internações.

Um desses indicadores diz respeito ao fato do leito hospitalar integrar ou não o Sistema Único de Saúde (SUS). O Gráfico 30 e as tabelas 21 e 22 apresentam os dados em relação ao mesmo:

**Gráfico 30: Evolução da quantidade de leitos hospitalares, segundo a integração ao SUS**

**Estado do Rio de Janeiro – período janeiro de 2006 – dezembro de 2014**



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Tabela 21: Quantidade média anual de leitos hospitalares, segundo a integração ao SUS**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006–2014**

Integração ao SUS	Quantidade média de leitos, por ano									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
<b>Total</b>	<b>49.707</b>	<b>50.567</b>	<b>50.125</b>	<b>49.897</b>	<b>46.998</b>	<b>48.433</b>	<b>47.492</b>	<b>45.996</b>	<b>45.010</b>	
Leitos SUS	35.920	35.398	34.396	33.550	32.363	31.108	29.536	27.812	26.698	
Leitos não SUS	13.787	15.169	15.729	16.347	14.635	17.324	17.956	18.184	18.312	

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ), Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Tabela 22: Proporção da quantidade média anual de leitos hospitalares, segundo a integração ao SUS**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006–2014**

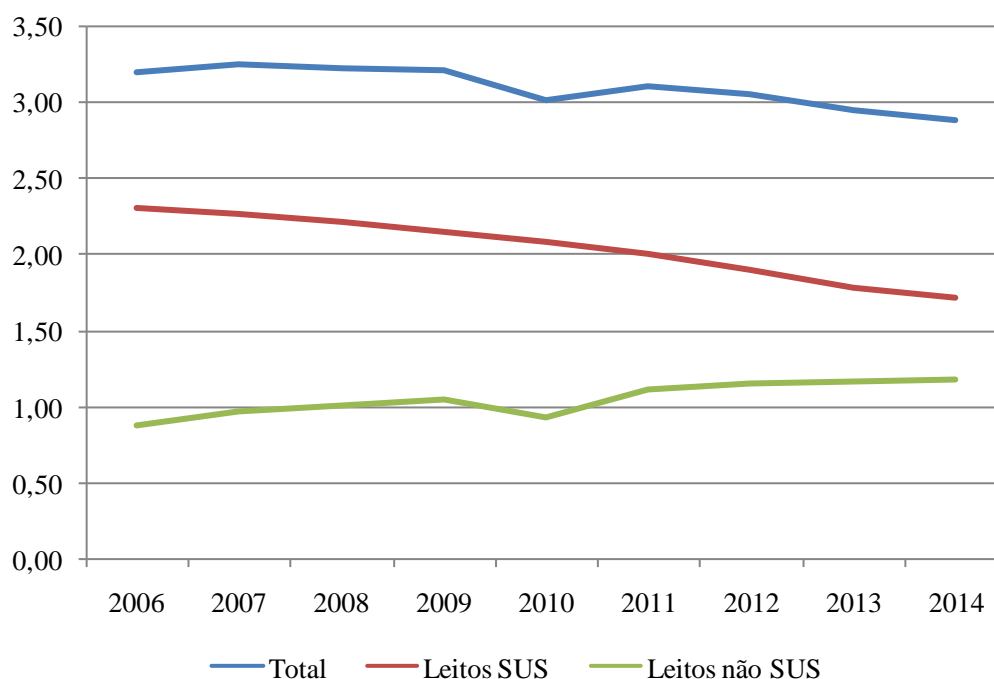
Integração ao SUS	Participação percentual média da quantidade de leitos, por ano								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Leitos SUS	72,26	70,00	68,62	67,24	68,86	64,23	62,19	60,47	59,32
Leitos não SUS	27,74	30,00	31,38	32,76	31,14	35,77	37,81	39,53	40,68

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Pela análise dos dados, verifica-se que, diferentemente do ocorrido em relação ao número de estabelecimentos de saúde, o número de leitos hospitalares apresentou comportamento diverso. No período estudado, houve uma redução de aproximadamente 8,29% do total de leitos. Essa variação é resultado de uma redução de aproximadamente 24,80% da quantidade de leitos hospitalares do SUS e crescimento de 35,64% dos que não são do SUS.

Ainda sobre o conjunto de leitos existentes, o indicador quantidade média de leitos hospitalares por 1.000 habitantes mostra como se dá a relação entre o conjunto de leitos hospitalares e a população residente em determinado espaço geográfico e período de tempo. O Gráfico 31 e a Tabela 23 abaixo apresentam a evolução desse indicador e do número médio de leitos por 1.000 habitantes:

**Gráfico 31: Evolução da quantidade de leitos hospitalares por 1.000 habitantes Estado do Rio de Janeiro – período janeiro de 2006 – dezembro de 2014**



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).



**Tabela 23: Quantidade média anual de leitos hospitalares por 1.000 habitantes  
Estado do Rio de Janeiro – 2006–2014**

Integração ao SUS	Quantidade média anual de leitos hospitalares por 1.000 habitantes								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	<b>3,19</b>	<b>3,25</b>	<b>3,22</b>	<b>3,21</b>	<b>3,02</b>	<b>3,11</b>	<b>3,05</b>	<b>2,96</b>	<b>2,89</b>
Leitos SUS	2,31	2,27	2,21	2,16	2,08	2,00	1,90	1,79	1,72
Leitos não SUS	0,89	0,97	1,01	1,05	0,94	1,11	1,15	1,17	1,18

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

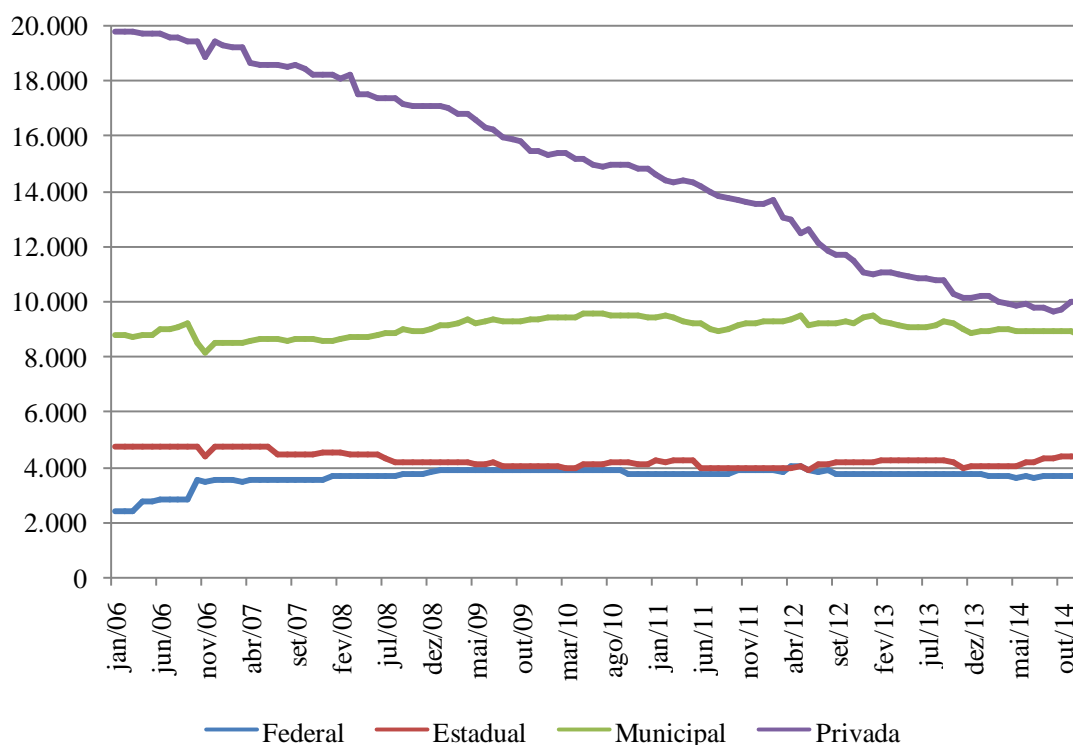
Ao analisar as tabelas acima, observa-se uma tendência de diminuição do número de leitos por 1.000 habitantes. Especificamente em relação aos leitos hospitalares do SUS - indicador recomendado pelo IDB, por se tratar dos leitos a serem garantidos pelo poder público como forma de manifestação do direito social à saúde -, esse número encontra-se abaixo de 2,00 leitos por 1.000 habitantes a partir de 2011.

Particularizando a análise para os leitos hospitalares do SUS, pode-se estudá-los também sobre dois aspectos: por esfera administrativa e por especialidade. A análise da quantidade de leitos hospitalares segundo esfera administrativa informa como os mesmos estão distribuídos pelas esferas administrativas existentes.

O Gráfico 32 e as tabelas 24 e 25 apresentam a evolução da quantidade de leitos hospitalares e a quantidade média anual e suas proporções em relação a essas categorias, durante o período em exame:

**Gráfico 32: Evolução da quantidade de leitos hospitalares do SUS, segundo a esfera administrativa**

**Estado do Rio de Janeiro – período janeiro de 2006 – dezembro de 2014**



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Tabela 24: Quantidade média anual de leitos hospitalares do SUS, segundo a esfera administrativa**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006–2014**

Esfera administrativa	Quantidade média anual de leitos hospitalares do SUS									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
<b>Total</b>	<b>35.920</b>	<b>35.398</b>	<b>34.396</b>	<b>33.550</b>	<b>32.495</b>	<b>31.108</b>	<b>29.536</b>	<b>27.812</b>	<b>26.698</b>	
Federal	2.871	3.518	3.698	3.867	3.837	3.768	3.843	3.728	3.665	
Estadual	4.694	4.587	4.339	4.116	4.089	4.062	4.044	4.191	4.183	
Municipal	8.775	8.595	8.827	9.279	9.492	9.217	9.288	9.153	8.939	
Privada	19.580	18.699	17.532	16.287	15.077	14.062	12.361	10.739	9.911	

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Tabela 25: Proporção da quantidade média anual de leitos hospitalares do SUS, segundo a esfera administrativa  
Estado do Rio de Janeiro – 2006–2014**

Esfera administrativa	Proporção da quantidade média anual de leitos hospitalares do SUS								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Federal	7,99	9,94	10,75	11,53	11,81	12,11	13,01	13,41	13,73
Estadual	13,07	12,96	12,62	12,27	12,58	13,06	13,69	15,07	15,67
Municipal	24,43	24,28	25,66	27,66	29,21	29,63	31,45	32,91	33,48
Privada	54,51	52,82	50,97	48,55	46,40	45,20	41,85	38,61	37,12

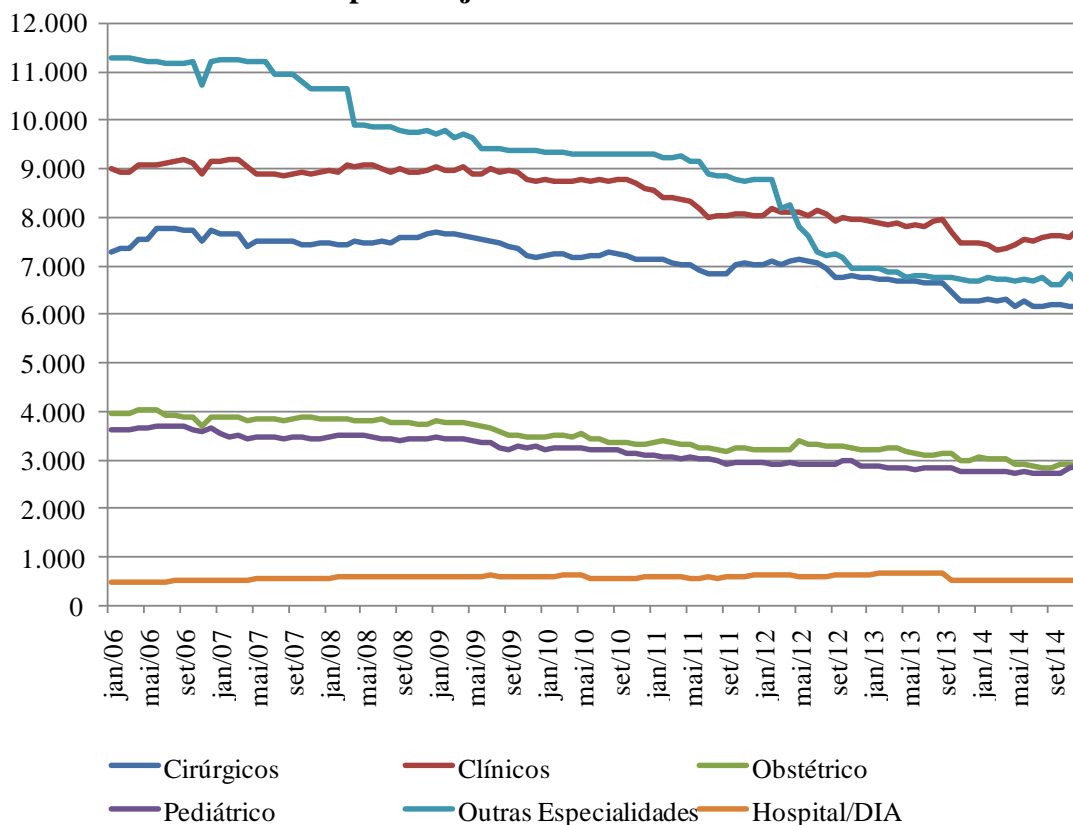
Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Analisando-se os dados, percebe-se, pela evolução do indicador, que as quantidades mensais e médias anuais de leitos hospitalares da esfera privada se reduziram progressivamente ao longo do período considerado, atingindo, em dezembro de 2014, o total de 9.989 – redução de aproximadamente 49,60%. A redução do total de leitos, condicionada, sobretudo, pela redução da quantidade de leitos hospitalares na esfera privada, não só diminuiu a participação percentual dessa, como promoveu a elevação da participação relativa das demais, especialmente da municipal.

Por fim, a quantidade de leitos hospitalares do SUS segundo a especialidade indica a distribuição deles pelas diferentes especialidades médicas existentes. O Gráfico 33 e as tabelas 26 e 27 apresentam a evolução da quantidade de leitos hospitalares e a quantidade média anual e suas proporções em relação à mesma, durante o período em exame:

**Gráfico 33: Evolução da quantidade de leitos hospitalares do SUS, segundo a especialidade médica**

**Estado do Rio de Janeiro – período janeiro de 2006 – dezembro de 2014**



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Tabela 26: Quantidade média anual de leitos hospitalares do SUS, segundo a especialidade médica**

**Estado do Rio de Janeiro – 2006–2014**

Especialidade médica	Quantidade média anual de leitos hospitalares do SUS									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
<b>Total</b>	<b>35.920</b>	<b>35.398</b>	<b>34.396</b>	<b>33.550</b>	<b>32.495</b>	<b>31.108</b>	<b>29.536</b>	<b>27.812</b>	<b>26.698</b>	
Cirúrgicos	7.589	7.523	7.515	7.492	7.215	7.001	6.972	6.612	6.242	
Clínicos	9.068	8.990	9.011	8.941	8.749	8.209	8.057	7.799	7.524	
Obstétrico	3.938	3.862	3.808	3.657	3.435	3.292	3.281	3.155	2.945	
Pediátrico	3.653	3.470	3.461	3.354	3.207	3.012	2.933	2.829	2.767	
Outras Especialidades	11.161	11.006	10.005	9.499	9.298	9.000	7.668	6.788	6.681	
Hospital/DIA	511	549	597	607	590	594	626	629	540	

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

**Tabela 27: Proporção da quantidade média anual de leitos hospitalares do SUS, segundo a especialidade médica  
Estado do Rio de Janeiro – 2006–2014**

Especialidade médica	Proporção da quantidade média anual de leitos hospitalares do SUS								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Cirúrgicos	21,13	21,25	21,85	22,33	22,20	22,51	23,60	23,77	23,38
Clínicos	25,24	25,40	26,20	26,65	26,92	26,39	27,28	28,04	28,18
Obstétrico	10,96	10,91	11,07	10,90	10,57	10,58	11,11	11,35	11,03
Pediátrico	10,17	9,80	10,06	10,00	9,87	9,68	9,93	10,17	10,36
Outras Especialidades	31,07	31,09	29,09	28,31	28,61	28,93	25,96	24,41	25,02
Hospital/DIA	1,42	1,55	1,73	1,81	1,82	1,91	2,12	2,26	2,02

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

A análise dos dados aponta para a diminuição, em números absolutos, de todas as categorias acima listadas. Com isso, a participação relativa da quantidade média dos leitos clínicos será a de maior participação percentual individual dentre as especialidades consideradas no presente estudo.

### 3.3. Internações hospitalares no SUS

Em relação às internações hospitalares, são verificados cinco indicadores diferentes: quantidade de internações segundo o sexo; taxa de internações hospitalares por 100 habitantes, segundo o sexo; quantidade de internações hospitalares, segundo a faixa etária; taxa de internações, segundo a faixa etária; e quantidade internações, segundo o capítulo do CID-10<sup>13</sup> do diagnóstico da internação.

As tabelas 28 e 29 apresentam dados sobre a quantidade de internações por sexo e suas respectivas taxas de internações por 100 habitantes:

**Tabela 28: Quantidade de internações hospitalares, segundo o sexo do paciente  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Sexo do paciente	Quantidade de internações hospitalares							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total (1)</b>	<b>699.352</b>	<b>710.156</b>	<b>628.633</b>	<b>638.490</b>	<b>666.365</b>	<b>657.499</b>	<b>629.904</b>	<b>619.325</b>
Masculino	280.970	284.535	255.810	256.628	269.147	265.735	257.964	250.483
Feminino	418.373	425.604	372.823	381.862	397.218	391.764	371.940	368.842

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ).

(1) Contém 9 internações hospitalares, em 2006. E 17 internações hospitalares, em 2007, com sexo ignorado ou não informado.

<sup>13</sup> A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - Décima Revisão (CID-10) é uma publicação da Organização Mundial de Saúde (OMS), para emprego em estatísticas de mortalidade e morbidade. Corresponde ao esforço internacional para classificação, sistematização, padronização e listagem dos agravos à saúde, relacionando seus respectivos códigos a uma variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças.

**Tabela 29: Taxa de internações hospitalares no SUS por 100 habitantes, segundo o sexo do paciente  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2012**

Sexo do paciente	Taxa de internações por 100 habitantes						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Total (1)</b>	<b>4,49</b>	<b>4,51</b>	<b>3,96</b>	<b>3,99</b>	<b>4,17</b>	<b>4,08</b>	<b>3,88</b>
Masculino	3,76	3,78	3,37	3,35	3,53	3,46	3,33
Feminino	5,17	5,19	4,50	4,57	4,75	4,65	4,38

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ).

Nota: População residente por sexo calculada pelo IBGE até 2012.

(1) Contém 9 internações hospitalares, em 2006. E 17 internações hospitalares, em 2007, com sexo ignorado ou não informado.

Entre 2006 e 2013, foram computadas 5.249.724 internações em unidades hospitalares do SUS do Estado do Rio de Janeiro. Nesse período, o total de internações hospitalares teve redução de aproximadamente 11,44%, decorrente das reduções de aproximadamente 10,85% de pessoas do sexo masculino; e de aproximadamente 11,84% de pessoas do sexo feminino. Observa-se a predominância das internações de pacientes femininas – corresponde, no período, a aproximadamente 59,59% das mesmas -, que variou entre 5,17% da população residente feminina estimada em 2006, para 4,38% da mesma, em 2012.

Em relação às faixas etárias, as tabelas 30 e 31 apresentam dados sobre a quantidade de internações hospitalares e a taxa de internações hospitalares por 100 habitantes:

**Tabela 30: Quantidade de internações hospitalares no SUS, segundo a faixa etária do paciente**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Faixa etária do paciente	Quantidade de internações hospitalares							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	<b>699.352</b>	<b>710.156</b>	<b>628.633</b>	<b>638.490</b>	<b>666.365</b>	<b>657.499</b>	<b>629.904</b>	<b>619.325</b>
Menor de 1 ano	38.551	40.522	36.077	37.477	36.619	35.813	35.811	35.495
1 a 4 anos	42.659	41.348	40.789	40.503	41.086	35.441	33.358	30.813
5 a 9 anos	26.069	26.586	27.599	24.220	25.149	23.246	20.455	19.217
10 a 14 anos	17.220	18.386	19.462	16.803	18.321	19.444	16.695	16.097
15 a 19 anos	48.804	49.679	42.419	43.656	44.379	46.431	45.295	48.703
20 a 24 anos	67.835	66.316	55.892	58.094	59.503	58.478	55.499	56.479
25 a 29 anos	60.822	61.530	53.249	54.237	55.567	53.250	48.036	47.558
30 a 34 anos	46.385	46.446	41.443	42.349	44.905	45.048	42.221	42.310
35 a 39 anos	40.642	40.268	35.597	34.618	36.369	35.943	34.178	33.341
40 a 44 anos	38.591	38.663	33.550	32.364	33.346	32.562	30.772	29.603
45 a 49 anos	40.321	40.158	35.440	35.104	36.256	36.117	34.126	31.733
50 a 54 anos	38.657	40.118	35.888	37.169	38.901	39.396	37.504	36.124
55 a 59 anos	36.045	38.509	34.236	35.844	38.193	39.056	39.112	38.264
60 a 64 anos	32.771	34.649	30.653	32.664	35.643	37.040	37.366	37.241
65 a 69 anos	32.892	33.210	28.685	29.941	31.401	31.689	31.659	31.720
70 a 74 anos	30.588	31.256	26.328	28.181	29.836	28.913	28.334	26.994
75 a 79 anos	26.896	27.863	22.600	23.727	25.442	24.647	24.874	23.627
80 anos e mais	33.604	34.649	28.726	31.539	35.449	34.985	34.609	34.006

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ).

**Tabela 31: Taxa de internações hospitalares no SUS por 100 habitantes, segundo a faixa etária do paciente  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2012**

Faixa etária do paciente	Taxa de internações por 100 habitantes						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Total</b>	<b>4,49</b>	<b>4,51</b>	<b>3,96</b>	<b>3,99</b>	<b>4,17</b>	<b>4,08</b>	<b>3,88</b>
Menor de 1 ano	14,77	18,33	17,34	19,17	18,76	18,20	18,06
1 a 4 anos	4,00	4,18	4,28	4,45	5,18	4,44	4,14
5 a 9 anos	2,01	2,08	2,14	1,87	2,30	2,11	1,84
10 a 14 anos	1,32	1,50	1,58	1,35	1,40	1,48	1,26
15 a 19 anos	3,42	4,08	3,48	3,56	3,49	3,63	3,51
20 a 24 anos	4,82	5,03	4,32	4,57	4,57	4,45	4,20
25 a 29 anos	4,82	4,50	3,87	3,92	4,07	3,87	3,47
30 a 34 anos	3,81	3,75	3,25	3,23	3,39	3,38	3,14
35 a 39 anos	3,31	3,55	3,11	2,99	3,06	3,00	2,83
40 a 44 anos	3,44	3,43	2,99	2,90	2,92	2,83	2,65
45 a 49 anos	4,22	3,77	3,27	3,19	3,29	3,25	3,05
50 a 54 anos	4,94	4,37	3,79	3,81	3,89	3,91	3,70
55 a 59 anos	6,18	5,13	4,41	4,46	4,61	4,68	4,65
60 a 64 anos	6,46	6,20	5,19	5,23	5,46	5,63	5,64
65 a 69 anos	7,88	7,62	6,52	6,68	6,58	6,60	6,54
70 a 74 anos	9,43	8,90	7,35	7,71	7,93	7,63	7,43
75 a 79 anos	13,14	10,80	8,58	8,82	9,44	9,09	9,11
80 anos e mais	16,75	12,41	9,75	10,15	11,63	11,40	11,20

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ).

Nota: População residente por sexo calculada pelo IBGE até 2012.

Em relação às faixas etárias, pode-se concluir que, a exceção das faixas etárias contidas entre 55 e 64 anos e 80 anos e mais, todas as demais apresentaram reduções de quantidades de internações hospitalares em números absolutos. Contudo, quando consideradas as taxas de internações hospitalares por 100 habitantes, verifica-se que as mesmas variaram positivamente apenas para as faixas etárias menor de 1 ano, de 1 a 4 anos e de 15 a 19 anos, refletindo os aspectos demográficos da população fluminense.

Por fim, a Tabela 32 apresenta a quantidade de internações hospitalares pelo capítulo do CID-10 do diagnóstico da internação:



**Tabela 32: Quantidade de internações hospitalares, segundo o capítulo do CID-10 do diagnóstico da internação  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Capítulo do CID-10 do diagnóstico da internação	Quantidade de internações					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	<b>629.592</b>	<b>639.460</b>	<b>666.471</b>	<b>657.720</b>	<b>629.744</b>	<b>618.799</b>
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	61.417	46.798	53.548	54.582	44.805	40.108
II. Neoplasias (tumores)	39.750	43.639	45.278	44.634	46.500	46.465
III. Doenças do sangue, órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	4.976	5.190	5.633	6.154	5.784	5.591
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	19.769	21.249	20.794	17.941	17.175	14.737
IX. Doenças do aparelho circulatório	76.468	77.066	79.834	76.195	70.809	65.803
V. Transtornos mentais e comportamentais	24.658	17.296	17.826	17.519	14.337	13.446
VI. Doenças do sistema nervoso	10.113	10.792	10.833	10.628	10.032	9.470
VII. Doenças do olho e anexos	4.025	6.458	6.838	7.992	8.397	6.813
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	897	1.081	1.131	1.087	1.073	1.017
X. Doenças do aparelho respiratório	75.890	78.547	78.036	69.231	64.205	57.074
XI. Doenças do aparelho digestivo	50.369	53.570	60.373	59.181	57.833	56.059
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	12.585	14.489	16.654	17.838	17.216	15.945
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	11.456	10.969	10.889	11.611	11.970	13.815
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	36.866	40.425	43.210	42.880	40.869	39.605
XIX. Lesões por envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	36.730	39.938	43.953	46.891	50.783	57.341
XV. Gravidez, parto e puerpério	127.240	136.428	137.618	136.474	130.686	137.550
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	13.046	13.048	12.508	14.415	15.103	15.813
XVII. Malformação congênita, deformidades e anomalias cromossômicas	5.296	6.044	5.741	5.829	5.016	5.473
XVIII. Sintomas e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	7.254	7.210	7.850	8.320	8.685	8.255
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	137	164	135	171	177	202
XXI. Contatos com serviços de saúde	10.650	9.059	7.789	8.147	8.289	8.217

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ).

Analisando os dados computados no período, constata-se que houve diminuições do número de internações hospitalares decorrentes das seguintes doenças ou causas: doenças do aparelho respiratório (-24,79%); transtornos mentais e comportamentais (-45,47%); doenças do aparelho circulatório (-13,95%); e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas (-25,45%). Em relação ao crescimento da quantidade de internações hospitalares, os destaques ficaram por conta das seguintes doenças ou causas: lesões por envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (56,11%); gravidez, parto e puerpério (8,10%); neoplasias (16,89%); e doenças do aparelho digestivo (11,30%).

### 3.4. Profissionais de saúde/Cobertura do atendimento

Os dados referentes ao número de profissionais de saúde e sua relação com a população é importante para verificar, em tese, a capacidade de atendimento adequado da mesma quando da necessidade e busca por serviços de saúde, sejam eles públicos ou privados. Por essa razão, foram selecionados os seguintes indicadores, por grupos de ocupações: quantidade de profissionais de saúde e taxa de profissionais de saúde por 1.000 habitantes.

As tabelas 33 e 34 apresentam os referidos dados, para o período de 2006 a 2013:

**Tabela 33: Quantidade média anual de profissionais de saúde, segundo os grupos de ocupações  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Grupos de ocupações	Quantidade média anual de profissionais de saúde							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Médicos	29.971	29.522	31.971	34.761	36.353	36.100	37.143	38.811
Médicos de família	855	997	1.098	1.075	1.090	1.200	1.331	1.469
Enfermeiros	7.862	8.281	9.213	10.669	11.999	13.551	15.444	17.498
Técnicos e auxiliares de enfermagem	34.159	34.731	36.294	39.759	42.479	42.744	44.042	47.860
Dentistas	4.048	4.667	5.397	6.253	6.903	7.434	7.852	8.132

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Nota: Dados sujeitos a revisão.

**Tabela 34: Taxa de Profissionais de saúde por 1.000 habitantes, segundo os grupos de ocupações  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Grupos de ocupações	Taxa de profissionais de saúde por 1.000 habitantes							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Médicos	1,93	1,91	2,01	2,17	2,27	2,24	2,29	2,37
Médicos de família	0,05	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	0,09
Enfermeiros	0,51	0,54	0,58	0,67	0,75	0,84	0,95	1,07
Técnicos e auxiliares de enfermagem	2,20	2,25	2,29	2,48	2,66	2,65	2,71	2,92
Dentistas	0,26	0,30	0,34	0,39	0,43	0,46	0,48	0,50

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Verifica-se, pela análise dos dados, que a taxa de médicos por 1.000 habitantes vem crescendo no período, aproximando-se da relação 2,5 médicos por habitantes. Outro dado importante é o crescimento da quantidade de enfermeiros de nível superior e sua relação com a população até 2013 – mais do que o dobro do registrado em 2006

Outros dados destacáveis são as coberturas de equipes de atenção básica, de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF) e de equipes de saúde bucal. A Tabela 35 apresenta os resultados referentes a essas atividades:

**Tabela 35: Coberturas de atendimento de saúde, por tipo de cobertura  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Tipos de cobertura	Cobertura de atendimento de saúde					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Equipes de atenção básica	46,28	45,44	47,75	51,24	55,82	54,97
Acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF	35,56	38,81	42,78	50,18	53,33	59,1
Equipes de saúde bucal	29,4	29,2	31,13	33,37	36,27	35,94

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ).

A análise dos dados aponta para o crescimento progressivo da cobertura dos programas em questão. Ao ultrapassarem os 50%, as coberturas das equipes de atenção básica e de acompanhamento das condicionalidades específicas do PBF apresentaram seus melhores resultados a partir de 2011, com tendência de crescimento para os anos seguintes.

### 3.5. Consultas médicas

Os indicadores de cobertura referentes aos atendimentos ambulatoriais da população são número de consultas e consultas por habitante. Eles permitem analisar variações geográficas e temporais na distribuição das consultas médicas realizadas no SUS, identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, assim como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas voltadas para a assistência médica de responsabilidade do SUS, de modo a incrementar a melhoria da saúde da população fluminense.

O primeiro indicador corresponde, em números absolutos, ao total de consultas médicas ambulatoriais realizadas no Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Por sua vez, o segundo corresponde ao número médio de consultas médicas ambulatoriais realizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por habitante, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

A Tabela 36 e o Gráfico 34 apresentam os valores obtidos entre os anos de 2006 e 2012, além da evolução das consultas por habitante ao longo do período:

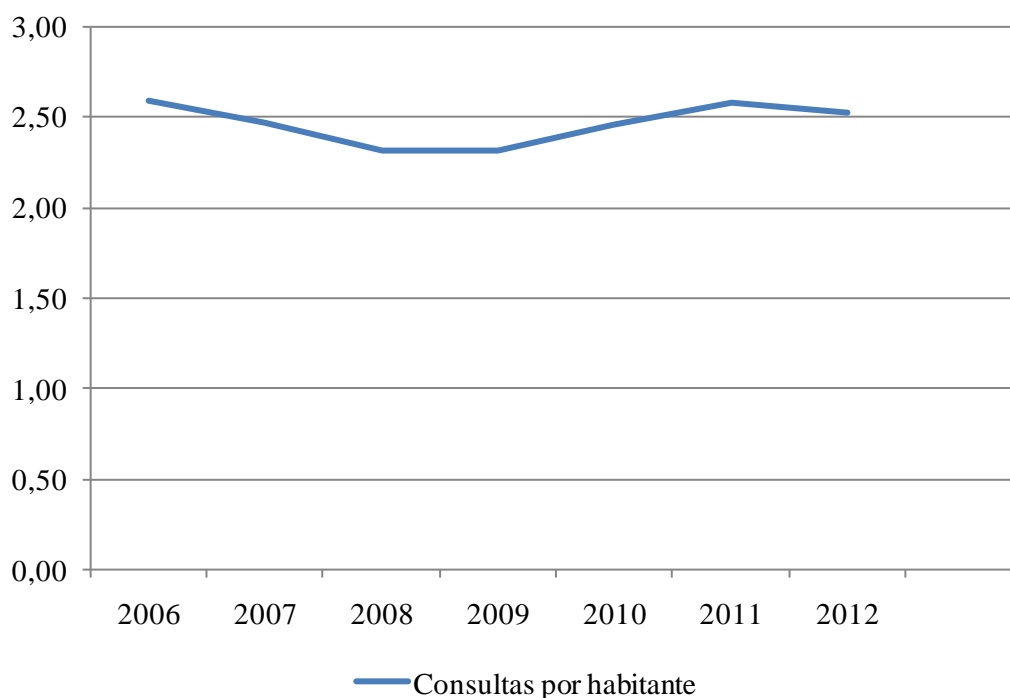
**Tabela 36: Indicadores sobre consultas ambulatoriais, segundo os tipos de indicadores de consulta  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2012**

Tipo de indicadores de consulta	Indicadores sobre consultas ambulatoriais						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de consultas	40.273.724	38.819.570	36.649.157	37.024.831	39.188.000	41.648.333	40.982.334
Consultas por habitante	2,59	2,47	2,31	2,31	2,45	2,58	2,52

Fonte: DATASUS, Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).

Nota: os dados de 2008 foram afetados pelas mudanças nas tabelas de procedimentos do SUS.

**Gráfico 34: Evolução do indicador consultas por habitante  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2012**



Fonte: DATASUS, Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).

Nota: os dados de 2008 foram afetados pelas mudanças nas tabelas de procedimentos do SUS.

Como constante nas notas, os números apresentados em 2008 refletem mudanças nas tabelas de procedimento, o que prejudicaria análises por períodos mais extensos. Assim sendo, quando comparamos 2012 com 2008, verifica-se que houve crescimento de aproximadamente 11,82% do número de consultas realizadas no SUS. No mesmo período, o crescimento da população, segundo as estimativas populacionais empregadas, foi de aproximadamente 2,31%. Apesar das diferenças de incremento no denominador e no numerador do indicador, verifica-se que o atendimento ambulatorial apresentou tendência de estabilidade em relação às consultas médicas ambulatoriais, quando considerado o indicador consultas por habitantes.

Outro indicador relevante para apurar a cobertura dos atendimentos à população é a proporção do número de nascidos vivos, segundo o número de consultas de pré-natal. Ele permite ver se e como o acompanhamento das gestantes pode ter contribuído para o nascimento com vida e saúde dos filhos.

A Tabela 37 e o Gráfico 35 abaixo apresentam dados do referido indicador para o período de 2001 a 2013:

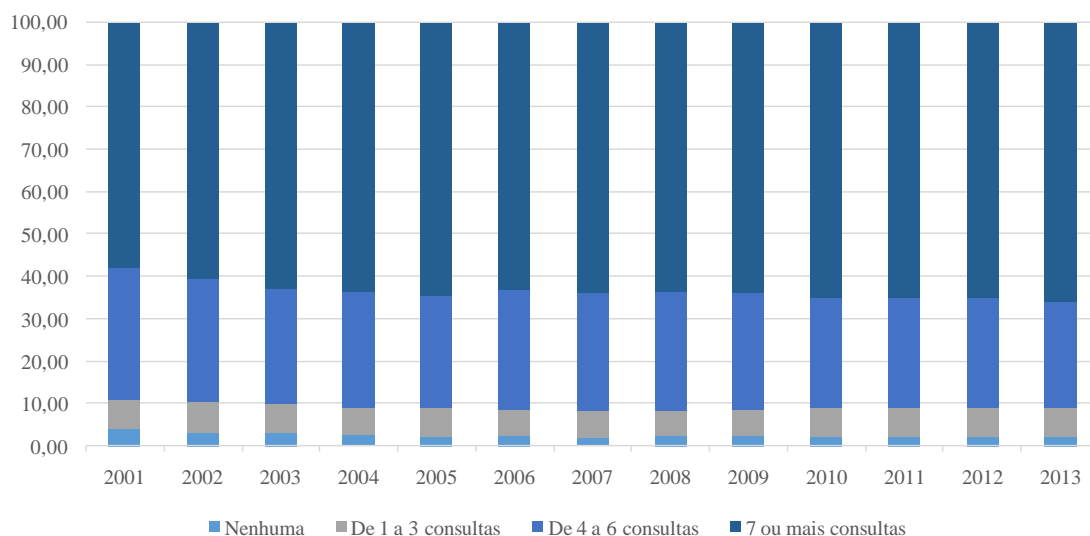
**Tabela 37: Proporção de nascidos vivos, por número de consultas de pré-natal Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**

Ano de notificação	Proporção de nascidos vivos				
	Número de consultas de pré-nata				
	Total	Nenhuma	De 1 a 3 consultas	De 4 a 6 consultas	7 ou mais consultas
2001	100,00	4,03	6,91	31,04	58,01
2002	100,00	3,21	7,20	29,12	60,48
2003	100,00	2,88	7,08	27,30	62,74
2004	100,00	2,62	6,34	27,51	63,52
2005	100,00	2,51	6,43	26,67	64,39
2006	100,00	2,21	6,51	28,18	63,09
2007	100,00	2,12	6,19	27,92	63,77
2008	100,00	2,23	6,21	28,02	63,54
2009	100,00	2,25	6,48	27,45	63,82
2010	100,00	2,30	6,52	26,40	64,78
2011	100,00	2,37	6,67	26,17	64,79
2012	100,00	2,48	6,63	26,02	64,87
2013	100,00	2,48	6,57	24,92	66,03

Fonte: DATASUS, IBGE- Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

### Gráfico 35: Proporção de nascidos vivos, segundo o número de consultas de pré-natal

Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013



Fonte: DATASUS, IBGE- Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

A análise dos dados indica que, desde 2001, mais de cinquenta por cento dos nascidos vivos foram acompanhados por sete ou mais consultas médicas durante a gestação. Essa participação relativa aumenta proporcionalmente ao longo do período, com reduções nas demais categorias, ampliando as chances do nascimento com vida saudável dos filhos.

#### 3.6. Agravos ou doenças de notificação compulsória

A ocorrência de casos novos de uma doença ou agravo que seja passível de prevenção e controle pelos serviços de saúde indica que a população está exposta ao risco, podendo representar ameaças à saúde. Portanto, precisam ser detectadas e controladas ainda em seus estágios iniciais. Esse processo se dá pela notificação dos mesmos, para as providências necessárias.

Nesse tópico, serão considerados os seguintes agravos: AIDS, dengue, tuberculose, sífilis (congenita ou em gestante), hanseníase e hepatites virais. A Tabela 38 abaixo apresenta quantidade de casos notificados/registrados entre os anos de 2007 a 2012:

**Tabela 38: Casos notificados, por alguns tipos de doenças ou agravo, segundo o ano de notificação  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2012**

Ano de notificação	Casos notificados, por alguns tipos de doença ou agravo					
	Dengue (1)	Hanseníase (2)	Hepatites virais (2)	AIDS (2)	Tuberculose (1)	Sífilis (1)
2007	57.784	2.569	2.030	5.137	14.212	1.553
2008	198.614	2.261	2.187	4.754	14.687	1.689
2009	8.263	2.287	2.495	5.378	14.414	953
2010	27.017	1.863	2.611	5.116	14.263	2.911
2011	158.184	2.063	2.973	5.228	14.451	4.397
2012	177.802	1.802	3.138	4.658	14.149	4.903

Fonte: DATASUS, Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Nota: Os dados de 2013 e de 2014 são preliminares, sujeitos a revisão.

(1) Dados informados pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ)

(2) Dados informados pelo Sistema de Informações de Agravos de Notificações (SINAN/MS).

Pela análise dos dados, percebe-se o crescimento, em números absolutos, dos casos notificados de dengue, sífilis e hepatites virais. Houve também redução dos casos de hanseníase e de relativa estabilidade dos casos de AIDS e tuberculose.

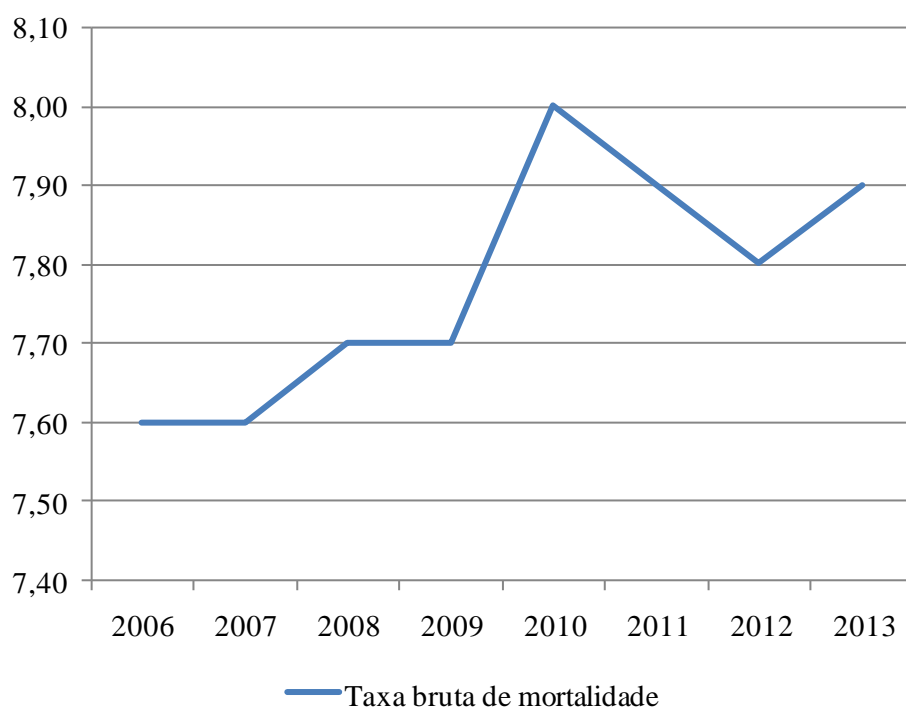
Importante frisar que a magnitude dos números coletados de tuberculose, de AIDS e particularmente, de dengue, mostra a necessidade de atenção da saúde pública em relação a esses agravos. Em relação à dengue, sobretudo, nos períodos de manifestação e de forma de contágio.

### 3.7. Mortalidade

Os dados de mortalidade informados pelos serviços de saúde estão aqui apresentados através de dois indicadores: a taxa bruta de mortalidade por 1.000 habitantes e a taxa de mortalidade específica por 100.000 habitantes. A primeira informa o total de óbitos em relação à população residente, multiplicada por 1.000 habitantes. A segunda corresponde à razão entre o total de óbitos de determinada causa (doença ou agravo) pela população residente, multiplicada por 100.000 habitantes. Ambas permitem visualizar a magnitude dos óbitos em geral e de cada caso sobre a população estudada.

O Gráfico 36 e a Tabela 36 apresentam os dados para esses indicadores:

**Gráfico 36: Evolução da taxa bruta de mortalidade  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ),

**Tabela 39: Taxa de mortalidade específica por 100.000 habitantes, por ano e período, segundo alguns tipos de causa  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Alguns tipos de causas	Taxa de mortalidade específica por 100.000 habitantes, por ano e período								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2006-2013
Doenças transmissíveis	70,4	72,6	74,4	80,4	87	89	90,9	99,5	83,2
Tuberculose	5,4	5,2	5,5	5,1	5,7	5,3	4,9	5	5,3
Dengue	0	0,4	1,7	0,1	0,4	1,1	0,4	0,5	0,6
Septicemia (exceto neonatal)	13	13,5	13,3	14,5	15,5	16,3	17,4	20,3	15,5
AIDS	9,9	10,1	10,2	10,8	10,6	10,7	11	11	10,5
Infecções respiratórias agudas	34,6	36,2	36	42,4	46,3	47,9	49,6	55,1	43,6
Pneumonia	34,1	35,7	35,7	41	45,7	47,3	49	54,6	43
Neoplasias malignas	111,5	114,4	116,2	118,2	120,5	121,7	123,6	125,9	119,1
Diabetes mellitus	40,5	41,4	43	42,4	45,1	43,6	40,6	40	42,1
Doenças do aparelho circulatório	223,2	220	233,6	229,8	232,1	230,1	229	233,2	228,9
Doenças hipertensivas	32,2	33	38,3	39,9	39,7	38,1	36,1	34,8	36,5
Doenças isquêmicas do coração	70	69,2	73,2	69,4	72,2	72,7	74,3	75,4	72,1
Insuficiência cardíaca	16,5	15,9	15,8	15	15,4	15,2	14,8	16,2	15,6
Doenças cerebrovasculares	69,1	66,4	69,9	68,9	66,2	63,5	61,7	61	65,8
Acidente vascular cerebral	48,1	45,9	48,9	46,1	44,4	42,1	39,9	39,5	44,3
Doenças respiratórias crônicas	45	41,4	41,6	41,6	43,1	42,5	40,4	41,8	42,1
Causas externas	96	96,5	90,8	88,6	86,3	85,7	80,4	82,4	88,3

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ),

Os dados mostram que a taxa bruta de mortalidade do Estado do Rio de Janeiro apresentou pequena elevação no período, atingindo seu maior valor em 2010. Dentre as



causas consideradas, destacam-se as doenças do aparelho circulatório, as neoplasias malignas, causas externas, doenças transmissíveis e as doenças cerebrovasculares.

## **4. Segurança Pública**

### **Apresentação**

A política de Segurança Pública no âmbito do Estado do Rio de Janeiro é acompanhada, em termos estatísticos, por 39 indicadores, baseados em atividades administrativas e infrações penais previstas em lei. Além deles, foram propostos 3 (três) deles, a partir de estudos e deliberações da Câmara de Gestão da Segurança Pública (CAGESP), entendidos como aqueles que, em tese, causam maior impacto na sensação de insegurança da população: letalidade violenta, roubo de rua e roubo de veículos<sup>14</sup>.

Para o presente estudo, foram selecionados, além dos indicadores estratégicos acima listados, os seguintes indicadores: crimes de trânsito (homicídios culposos e lesões corporais culposas no trânsito) e totais de roubos e furtos, a partir das estatísticas oficiais divulgadas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP).

O estudo é organizado em dois tópicos, definidos pela abrangência territorial da análise: o conjunto do Estado do Rio de Janeiro e o conjunto de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Cada um deles é composto por cinco subtópicos, referentes aos indicadores selecionados.

Quanto à periodicidade, optou-se, para o total do Estado do Rio de Janeiro, pelos anos compreendidos entre 2006 e 2014. Para as UPP's, a periodicidade esteve restrita aos anos compreendidos entre 2007 e 2013.

Por fim, foram produzidos dois conjuntos de dados para auxiliar a análise nesta parte do estudo: os números absolutos e de incidência das infrações penais e as taxas de incidência por 100.000 habitantes. Esse último tipo de indicador tem o objetivo de captar os efeitos e a dinâmica dos mesmos sobre a população estudada.

---

<sup>14</sup> Esses indicadores serão explanados no desenvolvimento deste capítulo do relatório.

#### 4.1. Estado do Rio de Janeiro

Ao longo do território fluminense, ocorrem diversos fatos que podem coincidir com atividades policiais ou com a incidência de ato previsto em lei penal como crime ou contravenção. Esses fatos são registrados em documentos denominados Registros de Ocorrência (RO's), onde são classificados e sistematizados na forma de estatísticas oficiais, divulgadas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP/SESEG/ERJ).

Como mencionado na apresentação, dos 39 indicadores existentes, serão estudados cinco deles, que agregam ao todo onze infrações penais acompanhadas pelo órgão competente. Esses dados serão apresentados em números absolutos e em taxas de incidência por 100.000 habitantes.

As tabelas 40 e 41 abaixo apresentam os dados que orientarão as análises que se seguirão, dentro da escala territorial prevista:

**Tabela 40 – Incidência criminal, segundo alguns indicadores e tipos de infração penal  
Estado do Rio de Janeiro – 2006 - 2014**

Alguns indicadores e tipos de infração penal	Incidência criminal								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Vítimas de crimes violentos</b>									
Letalidade violenta	7.649	7.699	7.134	7.107	5.828	4.960	4.606	5.348	5.715
Homicídio doloso	6.323	6.133	5.717	5.794	4.767	4.279	4.030	4.745	4.939
Lesão corporal seguida de morte	55	44	45	44	50	40	22	39	41
Latrocínio	208	192	235	221	156	118	140	148	153
Autos de resistência	1.063	1.330	1.137	1.048	855	523	414	416	582
<b>Vítimas de crime no trânsito</b>									
Homicídio culposo	2.667	2.967	2.753	2.373	2.400	2.513	2.404	2.231	2.080
Lesão corporal culposa	35.347	38.943	40.849	41.227	42.845	46.734	47.290	47.116	46.594
<b>Crimes contra o patrimônio</b>									
Roubo de rua	62.784	75.433	84.632	88.495	78.536	66.535	58.539	72.256	95.657
Roubo a transeunte	46.340	59.494	68.039	71.066	63.346	54.678	49.357	60.618	80.558
Roubo de aparelho celular	7.962	7.592	8.614	8.499	6.988	5.391	4.354	5.465	7.327
Roubo em coletivo	8.482	8.347	7.979	8.930	8.202	6.466	4.828	6.173	7.772
Roubo de veículo	34.941	31.849	28.213	25.036	20.052	18.773	21.975	28.002	29.850
<b>Totais de roubos e furtos</b>									
Roubos	124.704	137.781	141.541	138.280	120.300	106.688	103.324	126.190	158.069
Furtos	140.888	157.162	168.960	170.245	174.776	176.000	177.996	182.815	182.320

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Tabela 41 – Taxa de incidência criminal por 100.000 habitantes, segundo alguns indicadores e tipos de infração penal  
Estado do Rio de Janeiro – 2006 - 2014**

Alguns indicadores e tipos de infração penal	Taxa de incidência criminal, por 100.000 habitantes								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Vítimas de crimes violentos</b>									
Letalidade violenta	49,15	49,93	44,95	44,39	36,44	30,78	28,38	32,67	34,72
Homicídio doloso	40,63	39,77	36,02	36,19	29,81	26,56	24,83	28,99	30,00
Lesão corporal seguida de morte	0,35	0,29	0,28	0,27	0,31	0,25	0,14	0,24	0,25
Latrocínio	1,34	1,25	1,48	1,38	0,98	0,73	0,86	0,90	0,93
Autos de resistência	6,83	8,62	7,16	6,55	5,35	3,25	2,55	2,54	3,54
<b>Vítimas de crime no trânsito</b>									
Homicídio culposo	17,14	19,24	17,34	14,82	15,01	15,60	14,81	13,63	12,64
Lesão corporal culposa	227,14	252,54	257,36	257,50	267,89	290,04	291,35	287,83	283,05
<b>Crimes contra o patrimônio</b>									
Roubo de rua	403,45	489,18	533,20	552,73	491,05	412,94	360,65	441,41	581,11
Roubo a transeunte	297,78	385,81	428,66	443,87	396,07	339,35	304,08	370,32	489,38
Roubo de aparelho celular	51,16	49,23	54,27	53,08	43,69	33,46	26,82	33,39	44,51
Roubo em coletivo	54,51	54,13	50,27	55,78	51,28	40,13	29,74	37,71	47,21
Roubo de veículo	224,53	206,54	177,75	156,37	125,38	116,51	135,39	171,07	181,34
<b>Totais de roubos e furtos</b>									
Roubos	801,35	893,50	891,75	863,69	752,18	662,14	636,57	770,90	960,25
Furtos	905,35	1.019,18	1.064,49	1.063,34	1.092,79	1.092,31	1.096,62	1.116,82	1.107,58

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

#### 4.1.1. Letalidade Violenta

O indicador estratégico “Letalidade Violenta” é composto pelo somatório das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e homicídio decorrente de intervenção policial (autos de resistência). Correspondem, segundo os estudos balizadores de sua construção, às infrações penais com resultado morte que impactam sensivelmente à sensação de segurança da população em geral.

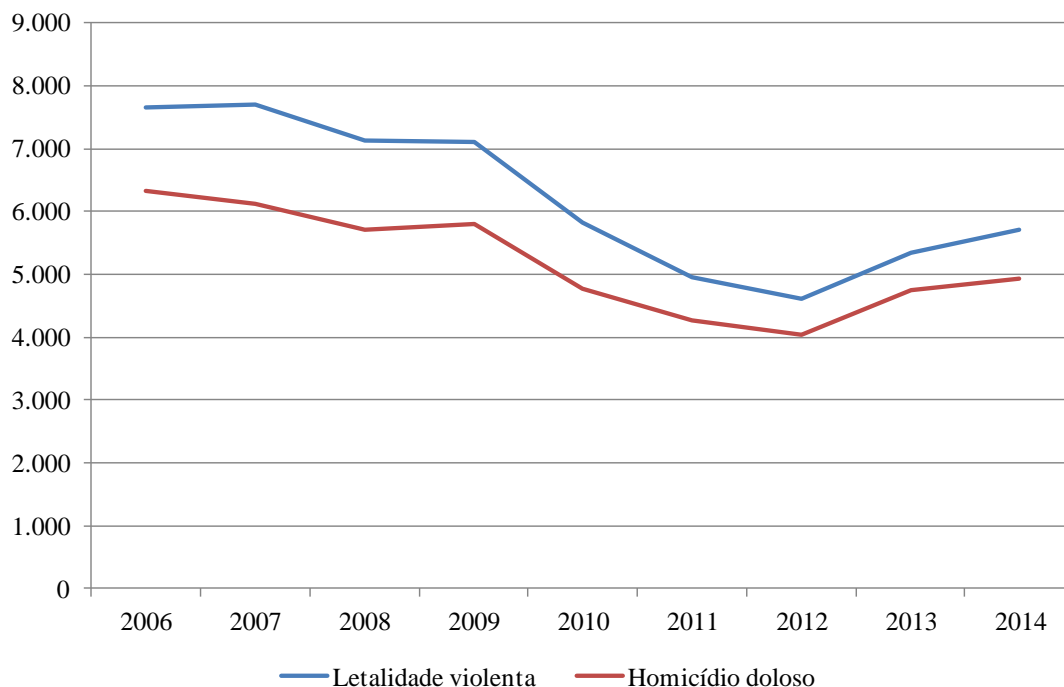
A Tabela 42 e o Gráfico 37 apresentam a participação percentual das infrações penais na composição do indicador e o comportamento dos dados ao longo do período estudado:

**Tabela 42 – Participação percentual e participação percentual média das infrações penais na composição do indicador letalidade violenta, segundo o indicador e tipos de infração penal  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**

Indicador e tipos de infração penal	Participação percentual das infrações penais no indicador letalidade violenta									Participação percentual média
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
<b>Letalidade violenta</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Lesão corporal seguida de morte	0,75	0,57	0,63	0,62	0,86	0,81	0,48	0,73	0,72	0,68
Latrocínio	2,82	2,49	3,29	3,11	2,68	2,38	3,04	2,77	2,68	2,80
Homicídio doloso	82,03	79,66	80,14	81,53	81,79	86,27	87,49	88,72	86,42	83,37
Autos de resistência	14,41	17,27	15,94	14,75	14,67	10,54	8,99	7,78	10,18	13,15

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Gráfico 37 – Evolução do indicador letalidade violenta e da infração penal homicídio doloso  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

Ao analisar os dados, constata-se que o indicador estratégico é fortemente determinado pelo número de vítimas de homicídio doloso. Isto porque ele representa, em média, 83% do número de vítimas do indicador ao longo do período estudado. Em sentido oposto, o número de vítimas de lesão corporal seguida de morte contribui residualmente para o comportamento demonstrado pelo mesmo – 0,68%, em média.

No período entre 2006 e 2014, a letalidade violenta teve, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, redução de aproximadamente 25,28% no número de vítimas. Atingiu, no período, seus maiores valores em 2007 – 7.699 vítimas, correspondente a 49,47 vítimas por 100.000 habitantes –, declinado até 2012, onde atingiu os menores valores observados no período – 4.606 vítimas, correspondente a 29,60 vítimas por 100.000 habitantes. No entanto, apresentou uma elevação de aproximadamente 24,08%, totalizando 5.715 vítimas em 2014.

#### 4.1.2. Roubo de Rua

O indicador estratégico “roubo de rua” é composto pelo somatório das incidências de roubo a transeunte, roubo em coletivo e roubo de aparelho celular. Correspondem, segundo estudos balizadores de sua construção, às infrações penais em que a violência ou a grave ameaça perpetrada na subtração do bem móvel da população em trânsito pelas vias públicas impactam sensivelmente à sensação de segurança da mesma.

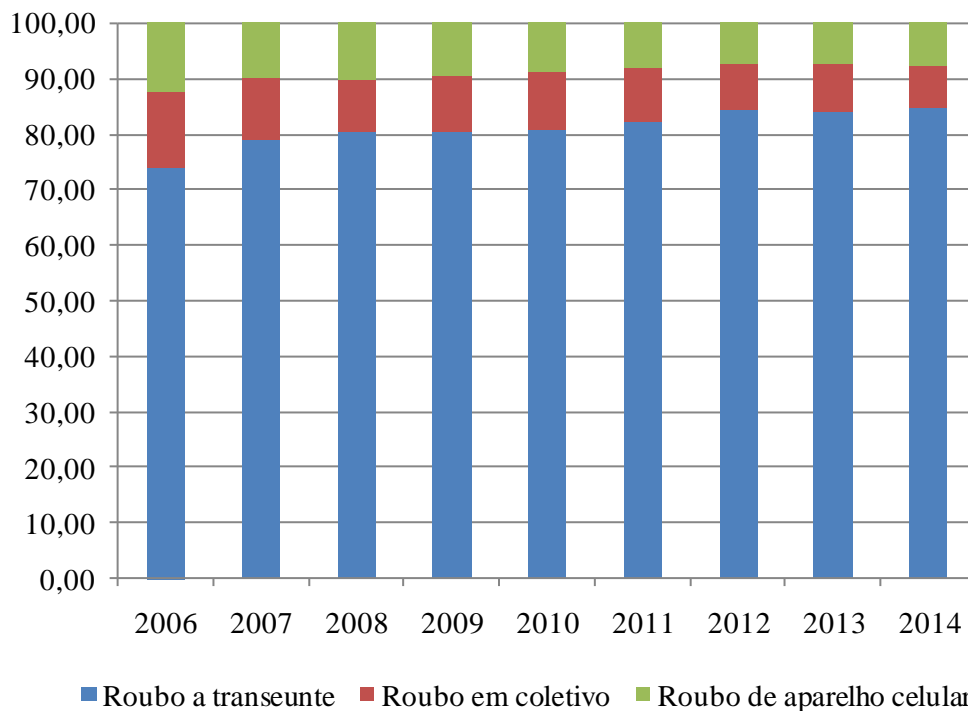
A Tabela 43 e os gráficos 38 e 39 abaixo apresentam a participação percentual das infrações penais na composição do indicador e o comportamento dos dados ao longo do período estudado:

**Tabela 43 – Participação percentual e participação percentual média das infrações penais na composição do indicador roubo de rua, segundo alguns tipos de infração penal  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**

Indicador e tipos de infração penal	Participação percentual das infrações penais no indicador roubo de rua									Participação percentual média
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
<b>Roubo de Rua</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Roubo a transeunte	73,81	78,87	80,39	80,31	80,66	82,18	84,31	83,89	84,22	81,05
Roubo em coletivo	13,51	11,07	9,43	10,09	10,44	9,72	8,25	8,54	7,66	9,77
Roubo de aparelho celular	12,68	10,06	10,18	9,60	8,90	8,10	7,44	7,56	8,12	9,17

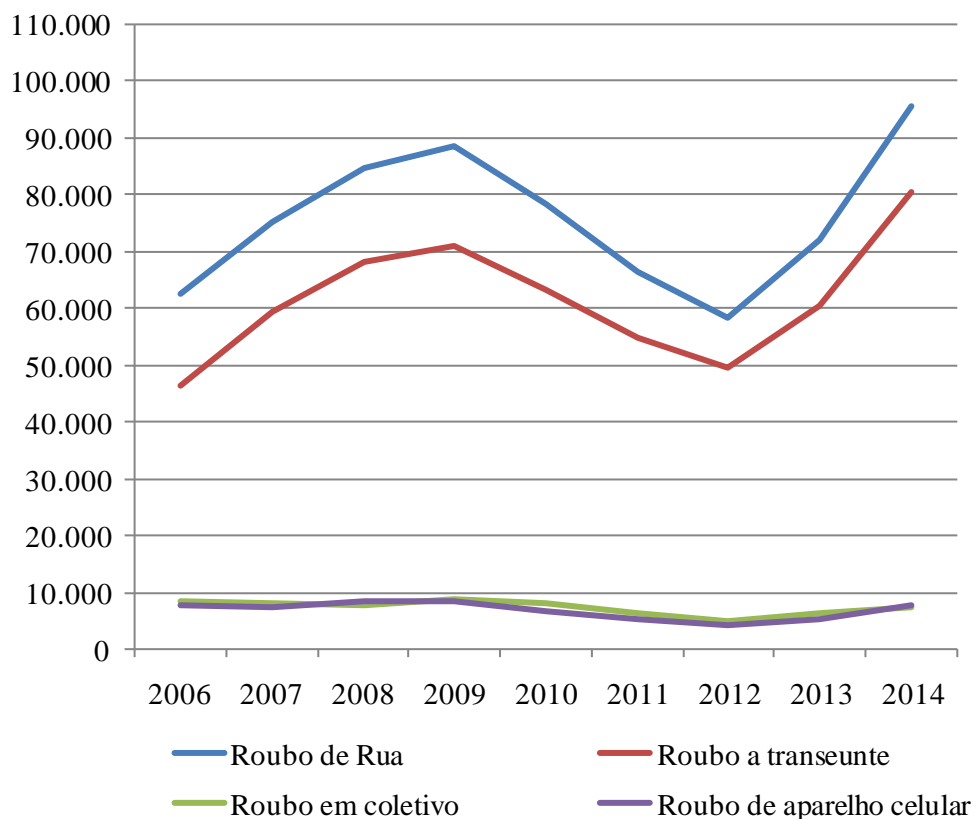
Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Gráfico 38 – Participação percentual das infrações penais na composição do indicador roubo de rua  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Gráfico 39 – Evolução do indicador roubo de rua e da infração penal roubo a transeunte  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

Pela análise, verifica-se que o indicador estratégico é fortemente determinado pela participação das vítimas de roubo a transeunte. Isto porque esse tipo penal representa, em média, aproximadamente 81% do número de vítimas ao longo do período estudado.

No período entre 2006 e 2014, o indicador “roubo de rua” apresentou, para o Estado do Rio de Janeiro, crescimento de aproximadamente 52,36% no número de vítimas. Atingiu seu primeiro pico em 2009 – 88.495 incidências, correspondente a 568,67 por 100.000 habitantes –, declinando até 2012, onde atingiu os menores valores observados no período – 58.539 incidências, correspondente à taxa de 376,17 incidências por 100.000 habitantes. No entanto, apresentou uma elevação de aproximadamente 63,21%, totalizando 95.657 incidências em 2014, correspondente a 581,11 incidências por 100.000 habitantes.

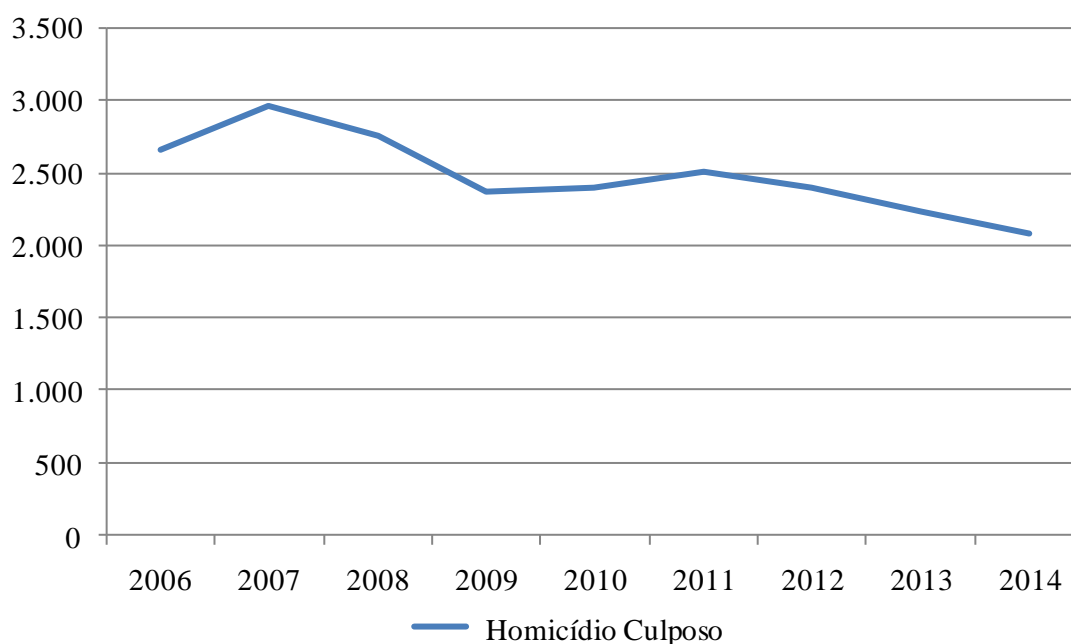


### 4.1.3. Crimes de Trânsito

Os principais crimes de trânsito acompanhados pela SESEG/RJ através do ISP são: homicídio culposo no trânsito e lesão corporal culposa no trânsito. O primeiro refere-se às mortes ocorridas no trânsito, quer na forma de atropelamento, quer como resultado de ferimentos letais decorrentes de colisão.

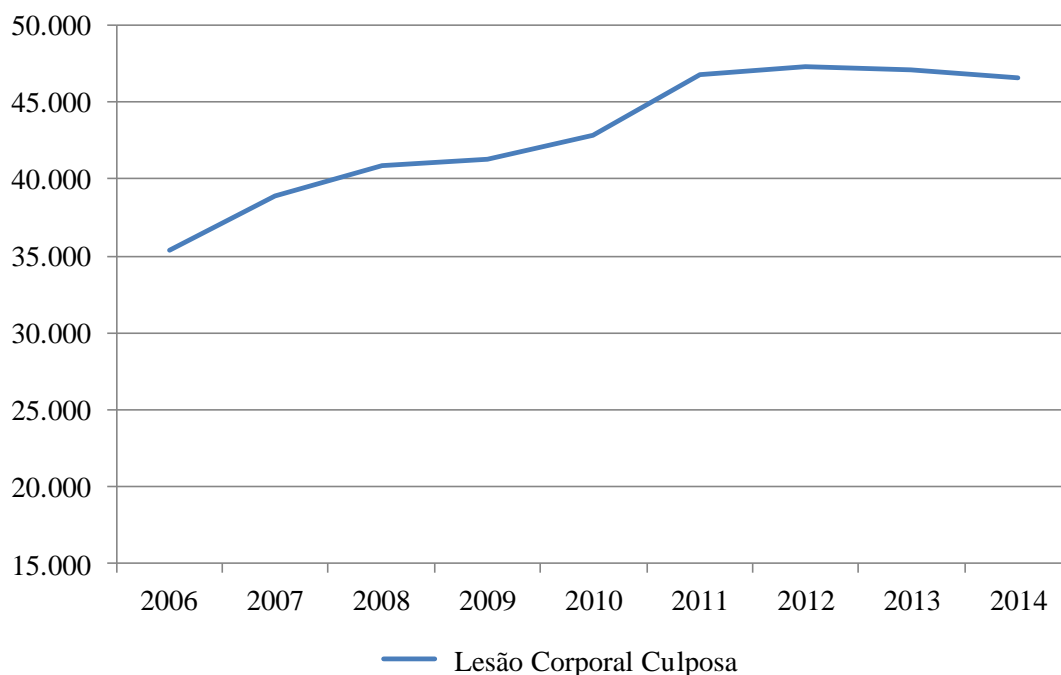
Os dados da Tabela 40, ilustrados pelos gráficos 40 e 41, expressam a evolução do número de vítimas desses delitos no período estudado:

**Gráfico 40– Evolução dos homicídios culposos no trânsito  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Gráfico 41 – Evolução das lesões corporais culposas no trânsito  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

No período entre 2006 e 2014, houve, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, redução de aproximadamente 22,01% do número de vítimas de homicídios culposos no trânsito. O maior valor identificado no período ocorreu em 2007 – 2.967 vítimas, correspondente à taxa de 19,07 vítimas por 100.000 habitantes. A partir daí, houve progressiva redução até atingir, em 2014, o menor valor do período – 2.080 vítimas, correspondente à taxa de 12,64 vítimas por 100.000 habitantes.

No mesmo período, verifica-se que ocorreu um crescimento de aproximadamente 31,82% do número de vítimas de lesão corporal culposa do trânsito. O maior valor identificado no período ocorreu em 2012 – 47.290 vítimas, correspondente à taxa de 303,89 vítimas por 100.000 habitantes. A redução de aproximadamente 1,47% no número de vítimas em 2013 (46.594) mostra que não houve mudanças significativas no curto prazo.

#### **4.1.4. Roubo de Veículos**

Segundo a classificação adotada pelo ISP, a infração penal “roubo de veículos” corresponde aos eventos em que se promove a subtração de automóveis e motocicletas no espaço público. Por essa razão, constitui-se também em um indicador estratégico

para gestão da segurança pública, bem como para estudos relacionados à qualidade de vida da população.

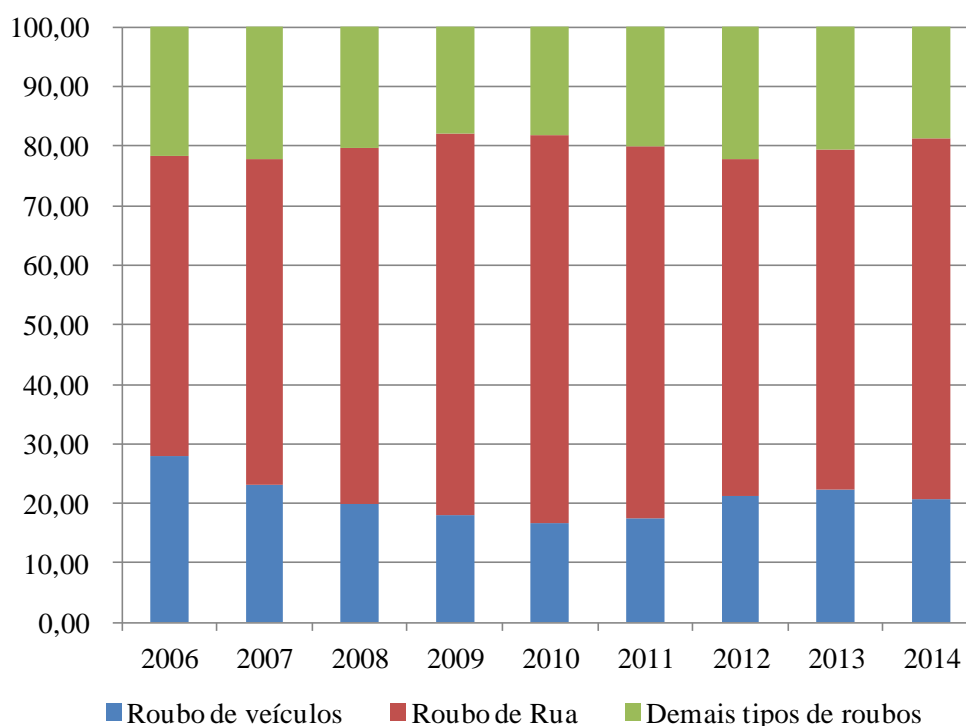
Além disso, trata-se de infração penal com peso relativo relevante no conjunto de ocorrências de roubos. A tabela 44 e o Gráfico 42 demonstram a participação percentual da incidência de roubo de veículos e do indicador roubo de rua, em relação ao total de roubos:

**Tabela 44 – Participação percentual e participação percentual média das infrações penais na composição do indicador “roubo de rua”, segundo alguns tipos de infração penal**

Tipos de roubos	Participação percentual dos indicadores de roubo sobre o total de roubos									Participação percentual média
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
<b>Total de roubos</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Roubo de veículo	28,02	23,12	19,93	18,11	16,67	17,60	21,27	22,19	20,67	20,88
Roubo de Rua	50,35	54,75	59,79	64,00	65,28	62,36	56,66	57,26	60,52	59,03
Roubo a transeunte	37,16	43,18	48,07	51,39	52,66	51,25	47,77	48,04	50,96	47,84
Roubo em coletivo	6,80	6,06	5,64	6,46	6,82	6,06	4,67	4,89	4,64	5,77
Roubo de aparelho celular	6,38	5,51	6,09	6,15	5,81	5,05	4,21	4,33	4,92	5,41
Demais tipos de roubos	21,63	22,14	20,27	17,90	18,05	20,04	22,08	20,55	18,81	20,10

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Gráfico 42 – Participação percentual das incidências de roubo de veículos e do indicador roubo de rua no total de roubos Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**

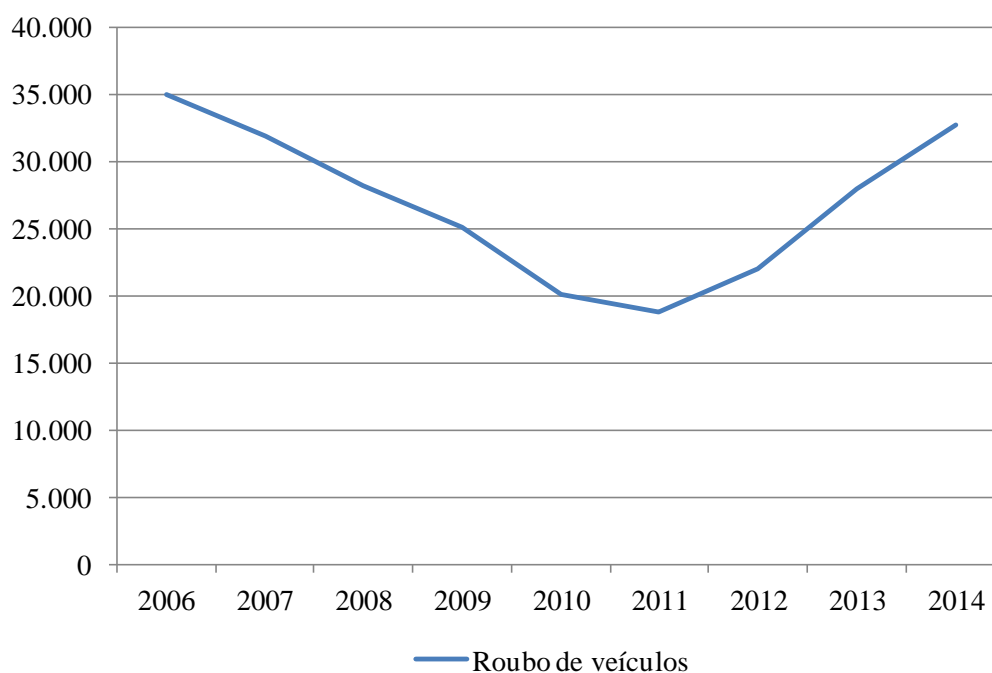


Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

Nota-se, pela análise dos dados, que o indicador roubo de veículos é o que apresenta a segunda maior participação percentual média no total de roubos registrados (20,88%) no período, perdendo apenas para roubo a transeuntes, com 47,84%. É, portanto, um delito com desdobramentos relevantes na vida cotidiana, seja pela frequência com que ocorre, seja pela existência de componente violento para a sua consecução. No entanto, a participação percentual média declinou progressivamente de 2006 a 2010, recrudescendo desde então para oscilar entre 20% e 23%, no período de 2011 a 2014.

Quanto à incidência desse delito, o Gráfico 43 ilustra a evolução da mesma no período de 2006 a 2014:

**Gráfico 43 – Evolução dos roubos de veículos  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

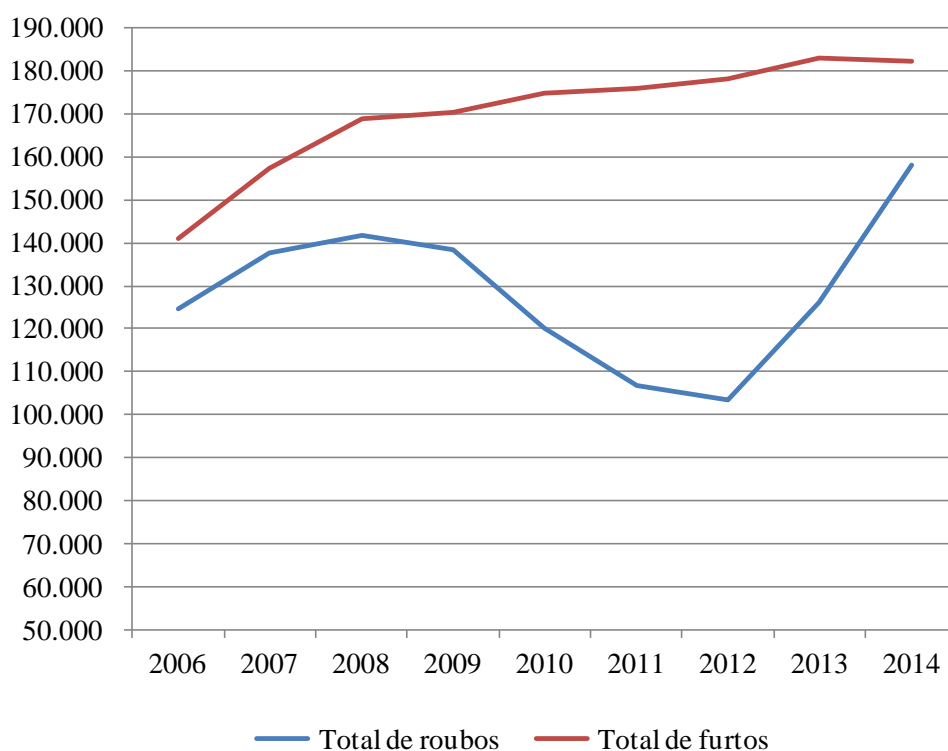
No período entre 2006 e 2014, houve, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, redução de aproximadamente 6,47% do número de incidências. O maior valor identificado no período ocorreu em 2006 – 34.941 incidências, correspondente à taxa de 224,53 por 100.000 habitantes. A partir daí, houve progressiva redução até atingir, em 2011, o menor valor do período – 18.773 incidências, correspondente à taxa de 120,64 por 100.000 habitantes. Entre 2011 e 2014, houve crescimento de aproximadamente 74,08%, praticamente retornando ao patamar inicial de 2006.

#### 4.1.5. Totais de Roubos e de Furtos

Os totais de roubos e furtos permitem visualizar a quantidade de eventos em que os dois delitos, relacionados à subtração de bens móveis ocorreram no período, com a presença de violência ou grave ameaça (roubo) ou não (furto). Nesse trabalho, permitem verificar, além do número de incidências de eventos em que ocorrem subtrações de bens móveis, a predominância dos eventos mais violentos sobre os não violentos.

O Gráfico 44 apresenta a evolução das incidências do total de roubos e do total de furtos:

**Gráfico 44 – Evolução dos totais de roubos e de furtos  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2014**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

Em relação ao total de roubos, a análise dos dados indica que, no período entre 2006 e 2014, houve, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, crescimento de aproximadamente 26,76% do número de incidências. Após crescimento do indicador entre 2006 e 2008, iniciou-se uma redução progressiva de sua incidência, atingindo seu menor valor em 2012 - 103.324 incidências, correspondente à taxa de 663,96 por 100.000 habitantes. A partir disso, houve crescimento de aproximadamente 52,98% dos títulos de incidência entre 2012 e 2014, atingindo, o maior valor do período – 158.069

títulos de incidência, correspondentes à taxa de 960,25 incidências por 100.000 habitantes.

Ao analisar os dados de total de furtos, verifica-se, no mesmo período, o crescimento progressivo da incidência do indicador (aproximadamente 29,41%). O maior valor registrado no período foi em 2013 - 182.815 títulos de incidência, correspondentes à taxa de 1.174,77 casos por 100.000 habitantes -, com redução muito pequena em 2014 (aproximadamente 0,27%).

#### **4.2. Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's)**

De acordo com o artigo 1º, caput, do Decreto nº 42.787, de 06 de janeiro de 2011, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), foram criadas “para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública” e “destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação”. Para tanto, estabelece, no parágrafo 1º, que são áreas potencialmente contempláveis aquelas “compreendidas por comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito”.

As UPP's têm como objetivos legalmente definidos os seguintes:

- a) consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada;
- b) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena, que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

Com o objetivo de acompanhar a evolução dos registros de ocorrências de infrações penais relevantes, o ISP desenvolveu metodologia de acompanhamento caracterizada pelo seguinte:

- a) tabulação dos dados, a partir do ano de 2007 (um ano antes da instalação da 1ª UPP), considerados aqueles de sua base de dados onde a localização do evento criminoso esteja geograficamente compreendida na delimitação do território de cada UPP, a partir das informações do setor de geoprocessamento;
- b) registro dos dados pela UPP correspondente, após sua instalação.

Assim sendo, os dados de 33 das 38 UPP's instaladas até 2014 que se encontram tabulados e disponíveis, foram agregados neste relatório, produzindo estatística para o conjunto das unidades em estudo: letalidade violenta, roubo de rua, roubo de veículos, crimes de trânsito e totais de roubos e de furtos. A partir deles, fez-se a seleção dos mesmos indicadores acima analisados, em números absolutos.

A Tabela 45 apresenta os referidos indicadores para o período de 2007 a 2013:

**Tabela 45 – Incidência criminal em Unidades de Polícia Pacificadora, segundo alguns tipos de infração penal Estado do Rio de Janeiro – 2007 - 2013**

Alguns indicadores e tipos de infração penal	Incidência criminal						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Vítimas de crimes violentos</b>							
Letalidade violenta	316	243	171	101	67	71	57
Homicídio doloso	160	108	69	66	47	51	40
Lesão corporal seguida de morte	1	2	-	1	3	-	2
Latrocínio	-	3	2	1	1	1	-
Autos de resistência	155	130	100	33	16	19	15
<b>Vítimas de crime no trânsito</b>							
Homicídio culposo	19	20	15	13	15	10	14
Lesão corporal culposa	297	298	295	312	407	407	422
<b>Crimes contra o patrimônio</b>							
Roubo de rua	775	775	775	775	775	775	775
Roubo a transeunte	509	694	509	467	339	206	211
Roubo de aparelho celular	172	182	80	60	53	15	43
Roubo em coletivo	94	91	71	78	52	24	14
Roubo de veículos	377	331	210	174	116	78	82
<b>Totais de roubos e furtos</b>							
Roubos	1.714	1.688	1.161	1.067	803	516	554
Furtos	963	1.218	1.306	1.390	1.717	1.562	1.531

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

#### 4.2.1. Letalidade Violenta

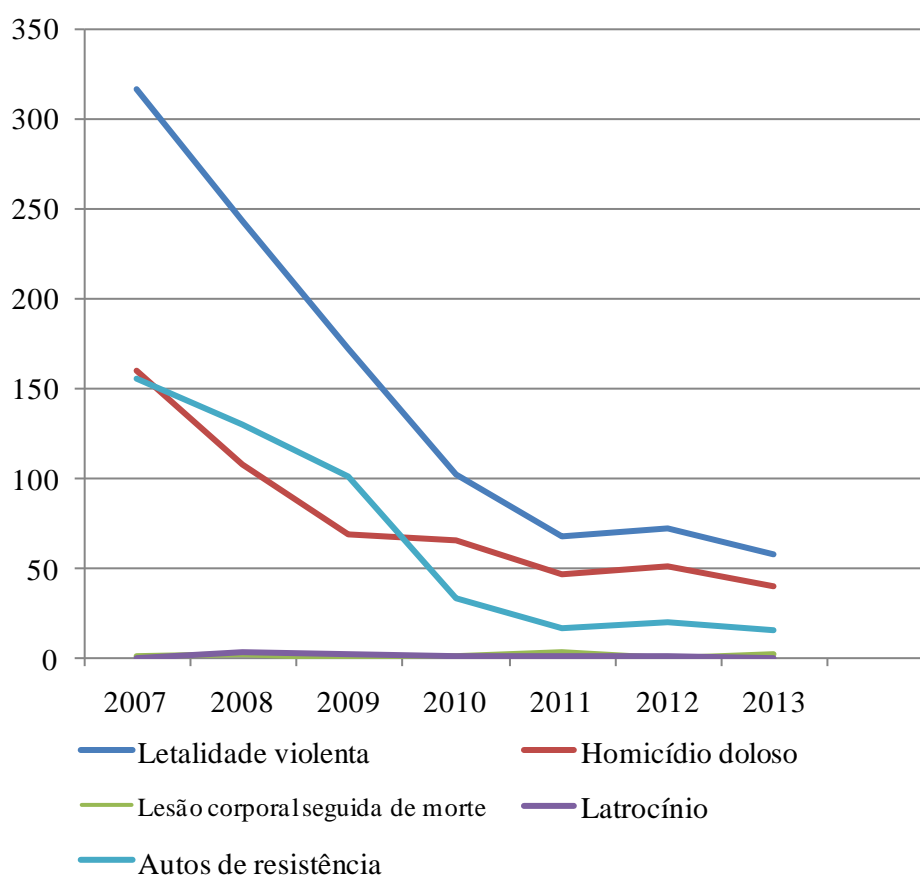
A Tabela 46 e o Gráfico 45 apresentam a participação percentual das infrações penais na composição do indicador e o comportamento dos dados ao longo do período estudado, ambos para o conjunto das UPP's:

**Tabela 46 – Participação percentual e participação percentual média das infrações penais na composição do indicador letalidade violenta, para o conjunto das UPP's, segundo indicador e tipos de infração penal  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**

Indicador e tipos de infração penal	Participação percentual das infrações penais no indicador letalidade violenta							Participação percentual média
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
<b>Letalidade violenta</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Homicídio doloso	50,63	44,44	40,35	65,35	70,15	71,83	70,18	52,73
Lesão corporal seguida de morte	0,32	0,82	-	0,99	4,48	0,00	3,51	0,88
Latrocínio	-	1,23	1,17	0,99	1,49	1,41	-	0,78
Autos de resistência	49,05	53,50	58,48	32,67	23,88	26,76	26,32	45,61

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Gráfico 45 – Evolução do indicador letalidade violenta e de suas infrações penais componentes  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

A análise do gráfico permite verificar que o indicador estratégico é predominantemente determinado pela participação das vítimas de homicídio doloso e de autos de resistência. Isto porque ambos representam, em média, 98% do número de vítimas ao longo do período estudado. No entanto, as reduções foram mais impactantes,



em números absolutos, sobre a incidência de autos de resistência, tornando-o essencialmente representado pelos homicídios – superiores a 70%, entre 2011 e 2013.

Isso se confirma quando examinada a evolução do indicador letalidade violenta. Houve, no período considerado, uma forte redução do número de vítimas (-81,96%), determinada pelas reduções do número de vítimas de homicídios dolosos (-75,00%) e de autos de resistência (-90,32%).

#### 4.2.2. Roubo de Rua

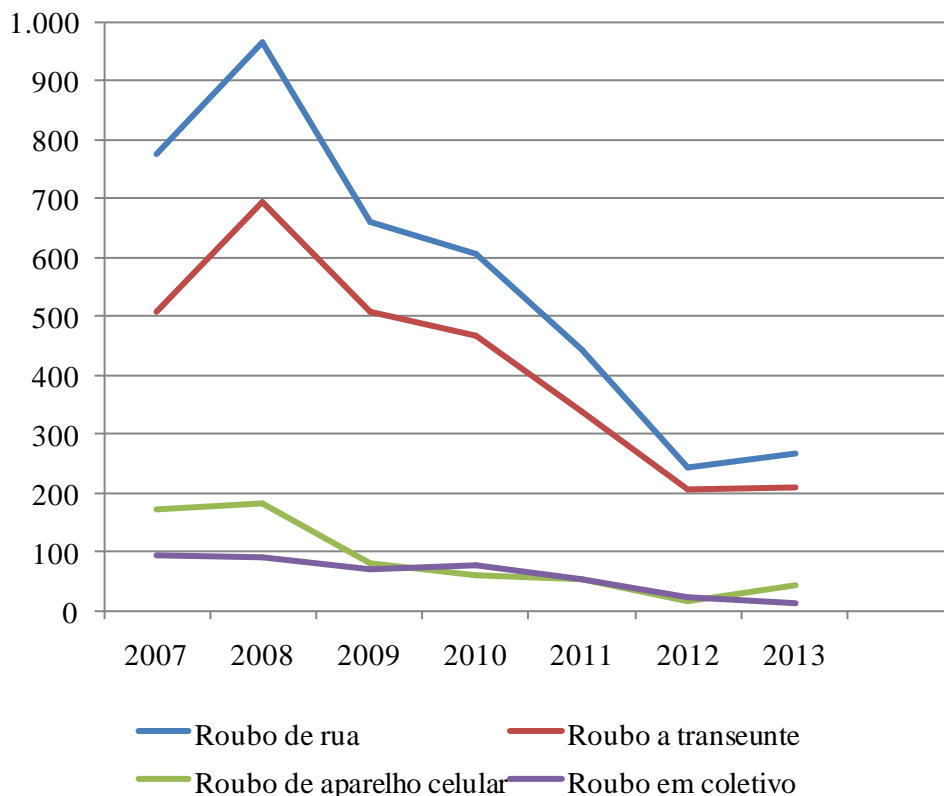
A Tabela 47 e o Gráfico 46 apresentam a participação percentual das infrações penais na composição do indicador e o comportamento dos dados ao longo do período estudado:

**Tabela 47 – Participação percentual e participação percentual média das infrações penais na composição do indicador roubo de rua, para o conjunto das UPP's, segundo indicador e tipos de infração penal  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**

Indicador e tipos de infração penal	Participação percentual das infrações penais no indicador roubo de rua							Participação percentual média
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
<b>Roubo de rua</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Roubo a transeunte	65,68	71,77	77,12	77,19	76,35	84,08	78,73	74,04
Roubo de aparelho celular	22,19	18,82	12,12	9,92	11,94	6,12	16,04	15,26
Roubo em coletivo	12,13	9,41	10,76	12,89	11,71	9,80	5,22	10,70

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Gráfico 46 – Evolução do indicador roubo de rua e de suas infrações penais componentes  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

Pela análise, verifica-se que esse indicador estratégico é predominantemente determinado pela incidência de roubos a transeunte. Isto porque, isoladamente, essa infração penal responde, em média, por aproximadamente 74,04% do número de incidências do referido indicador ao longo do período estudado.

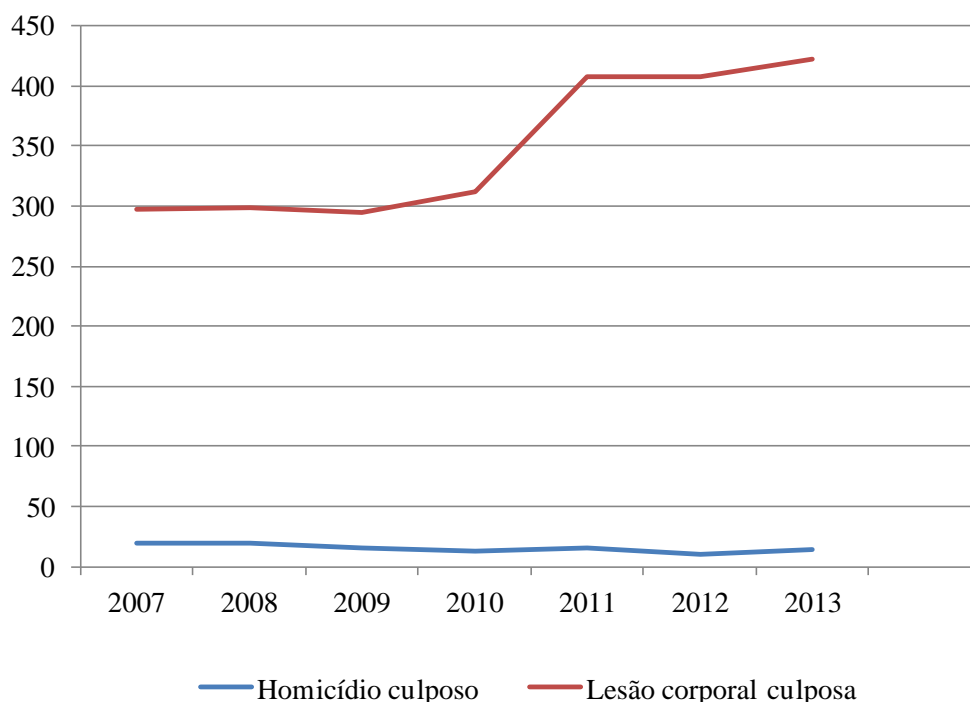
Tal como no anterior, o indicador roubo de rua apresentou expressiva diminuição da incidência de seus principais componentes. Com resultados, verifica-se a queda de 65,42% da incidência do indicador, ocasionada especialmente pelas reduções das incidências de roubo a transeuntes (-58,55%) e roubos de aparelhos celulares (-75,00%).

#### 4.2.3. Crimes de Trânsito

Os dados da Tabela 42, ilustrados pelo Gráfico 47, expressam a evolução do número de vítimas desses delitos no período estudado:

## Gráfico 47 – Evolução dos homicídios culposos e das lesões corporais culposas no trânsito

Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

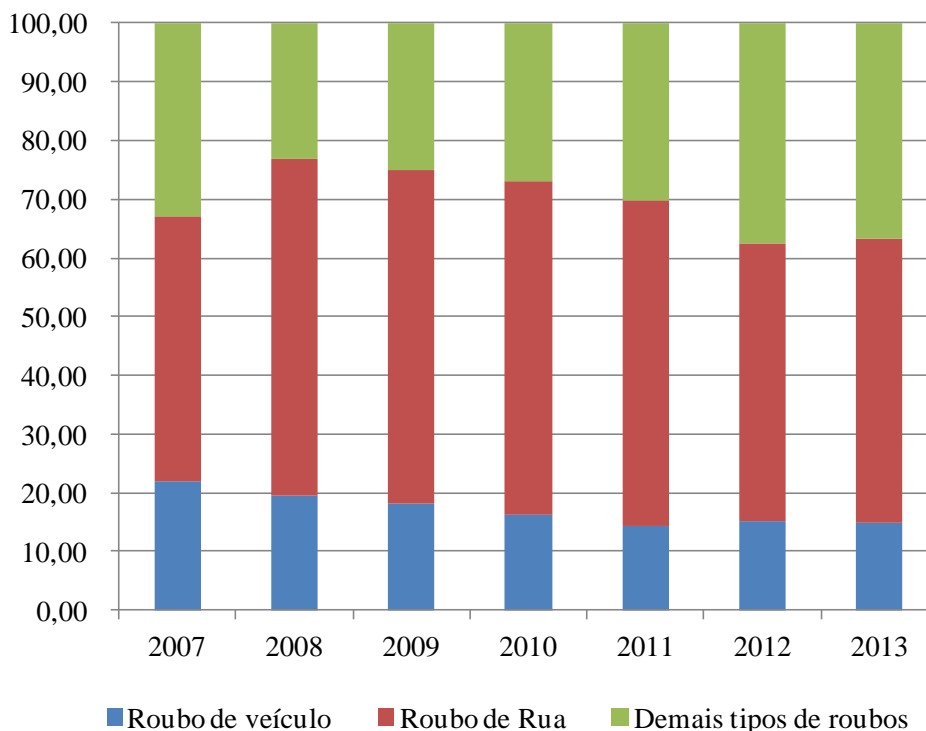
A análise dos dados permite concluir que a incidência de homicídios culposos apresentou redução de 26,32%. Em números absolutos, essa variação representa a redução de 5 vítimas nos territórios das UPP's estudadas, passando de 19 (2007) para 14 (2013).

A incidência de lesões corporais de trânsito, entretanto, apresentou elevação de aproximadamente 42,09%, com o incremento de 125 vítimas ao total computado em 2007. Isso se deu de forma progressiva, sendo 2013 o ano em que se identificou a maior ocorrência desses eventos no período (422 vítimas).

### 4.2.4. Roubo de Veículos

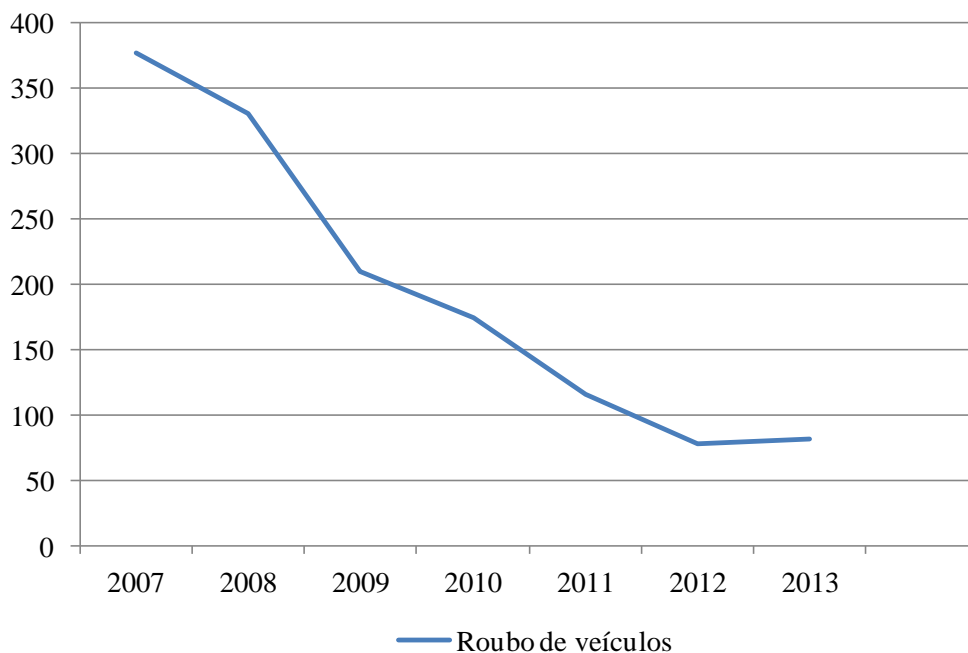
Os gráficos 48 e 49 demonstram a participação percentual da incidência de roubo de veículos e do indicador roubo de rua, em relação ao total de roubos, bem como a evolução do indicador estudado ao longo do período:

**Gráfico 48 – Participação percentual das incidências de roubo de veículos e do indicador roubo de rua no total de roubos no conjunto das UPP's  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

**Gráfico 49 – Evolução dos roubos de veículos no conjunto das UPP's  
Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

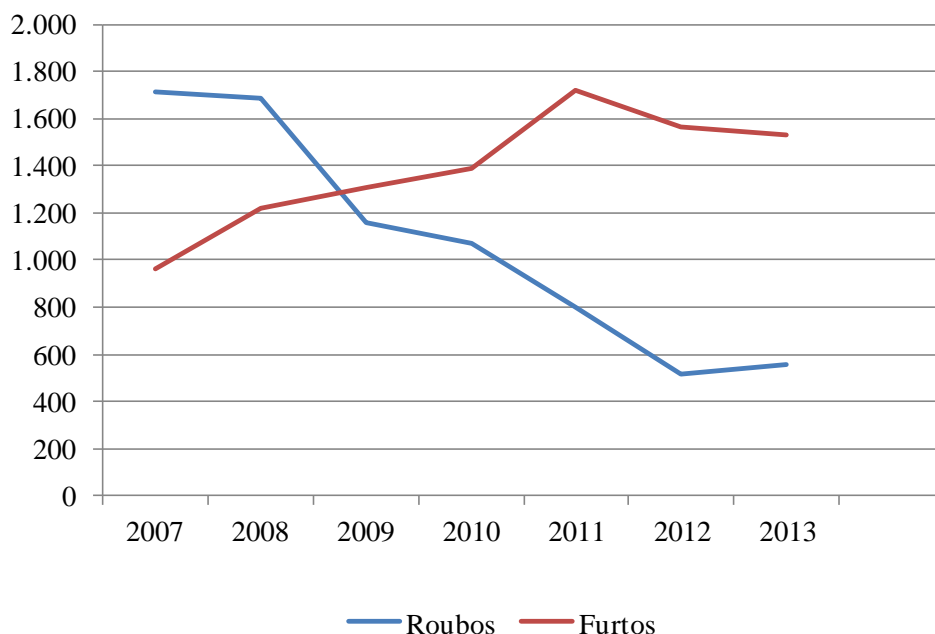
Tal como se verifica no total do Estado do Rio de Janeiro, o indicador roubo de veículos ocupa, no âmbito do conjunto das UPP's estudadas, a 2ª colocação em termos percentuais do número de ocorrências registradas. Sua participação percentual média é de aproximadamente 18,23% no total de roubos registrados.

Quanto à evolução do indicador, houve uma expressiva redução de sua incidência (aproximadamente 78,25%). No entanto, diferentemente do ocorrido no total do Estado do Rio de Janeiro, o gráfico mostra que somente em 2013 houve um recrudescimento de sua incidência – aumento de 4 ocorrências, em relação a 2012.

#### 4.2.5. Totais de Roubos e de Furtos

O Gráfico 50 apresenta a evolução das incidências do total de roubos e do total de furtos no conjunto das UPP's estudadas:

**Gráfico 50 – Evolução dos roubos de veículos no conjunto das UPP's Estado do Rio de Janeiro – 2007-2013**



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública - ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública - NUPESP.

Analisando os dados de total de roubos, observa-se que houve uma redução expressiva de sua incidência. Entre 2007 e 2012, a diminuição de sua incidência foi de aproximadamente 69,89%, elevando-se em 7,36% no ano de 2013 (554 casos).

Por sua vez, o total de furtos apresentou crescimento expressivo entre 2007 e 2011 (78,30%), atingindo nesse ano seu valor mais alto no período examinado (1.717). Nos dois anos seguintes, houve redução da incidência desse delito, estabelecendo, para

os sete anos examinados, um crescimento de 58,98% do número ocorrências desse delito.

## **5. Pobreza e Desigualdade/Mercado de Trabalho**

### **Apresentação**

Os aspectos sociais da qualidade de vida da população fluminense relacionados à dimensão da renda foram estruturados neste relatório em duas categorias: pobreza e desigualdade e mercado de trabalho. A análise destes dois aspectos fornece um panorama geral de como evoluíram os indicadores que estão relacionados à realidade socioeconômica durante a última década.

Com relação à pobreza e desigualdade, foram selecionados os indicadores: Rendimento Médio Domiciliar Per Capita Real, População em Situação de Extrema Pobreza, Coeficiente de Gini, Índice de Theil, Razão dos Rendimentos Domiciliares Per Capita entre Ricos e Pobres, Hiatos Médios da Pobreza e da Extrema Pobreza e Severidades da Pobreza e da Extrema Pobreza. Com relação ao mercado de trabalho, foram selecionados os seguintes indicadores: Taxa de Desemprego, População Economicamente Ativa (PEA), Taxa de Participação, Grau de Informalidade e Rendimento Mediano Real Efetivamente Recebido no Trabalho Principal.

Os indicadores de pobreza e desigualdade têm as séries das variáveis selecionadas para o período de 2001 a 2012, exceto o índice de Theil, cuja série vai até 2013. As séries das variáveis que compõem o indicador geral sobre a relação dos aspectos do mercado de trabalho na qualidade de vida da população fluminense vão de 2001 a 2013. A exceção é a variável rendimento mediano real do trabalho principal, cuja série mensal se inicia em fevereiro de 2002 e vai até outubro de 2014 e que tem como recorte territorial a região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo critério metodológico da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE). As demais variáveis destes indicadores sobre pobreza e desigualdade/mercado de trabalho se referem ao Estado do Rio de Janeiro e foram elaboradas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

## 5.1. Pobreza e desigualdade social

O presente tópico aborda alguns indicadores sociais relativos à pobreza e desigualdade social, no Estado do Rio de Janeiro, de 2001 a 2012. As variáveis selecionadas estão listadas na tabela abaixo e serão apresentadas separadamente em gráficos subsequentes, de modo a ilustrar um panorama geral sobre os aspectos sociais de acesso e distribuição da renda que têm reflexos sobre os indicadores que mensuram a qualidade de vida da população fluminense.

**Tabela 48: Evolução dos indicadores sobre pobreza e desigualdade Estado do Rio de Janeiro de 2001 a 2012**

Indicadores de pobreza e desigualdade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Rendimento médio domiciliar per capita deflacionado (R\$)	395,75	380,82	393,99	397,51	405,37	451,36	440,93	473,67	493,96	513,14	541,29
Percentual de moradores de domicílios particulares permanentes com renda domiciliar per capita até R\$ 70,00	3,68	2,52	3,24	3,11	2,54	2,2	2,69	2,2	2,08	2,26	2,69
Coefficiente de Gini	0,565	0,542	0,555	0,544	0,552	0,549	0,541	0,535	0,537	0,529	0,525
Coefficiente de Theil	0,670	0,590	0,621	0,600	0,620	0,633	0,624	0,572	0,616	0,568	0,578
Razão entre a renda domiciliar per capita dos 10% mais ricos e os 20% mais pobres da população	29,94	25	27,56	26,23	25,16	25,25	25,6	23,69	23,74	22,58	23,16
Razão entre a renda domiciliar per capita dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população.	18,74	16,29	17,77	16,42	16,86	16,81	16,11	15,61	15,56	14,99	14,57
Razão entre a renda domiciliar per capita dos 20% mais ricos e os 40% mais pobres da população	12,64	11,21	12,12	11,38	11,45	11,35	10,83	10,64	10,45	10,21	10,01
Hiato médio da pobreza (%)	1,89	1,39	1,74	1,82	1,34	1,27	1,83	1,47	1,53	1,55	2,02
Hiato médio da extrema pobreza (%)	4,77	3,67	4,61	4,33	3,64	2,93	3,47	2,73	2,61	2,49	2,9
Severidade da pobreza	2,87	2,15	2,72	2,68	2,1	1,8	2,36	1,85	1,84	1,84	2,3
Severidade da pobreza da extrema pobreza	1,56	1,1	1,42	1,55	1,14	1,08	1,63	1,28	1,34	1,37	1,84

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

### 5.1.1. Rendimento médio domiciliar per capita real

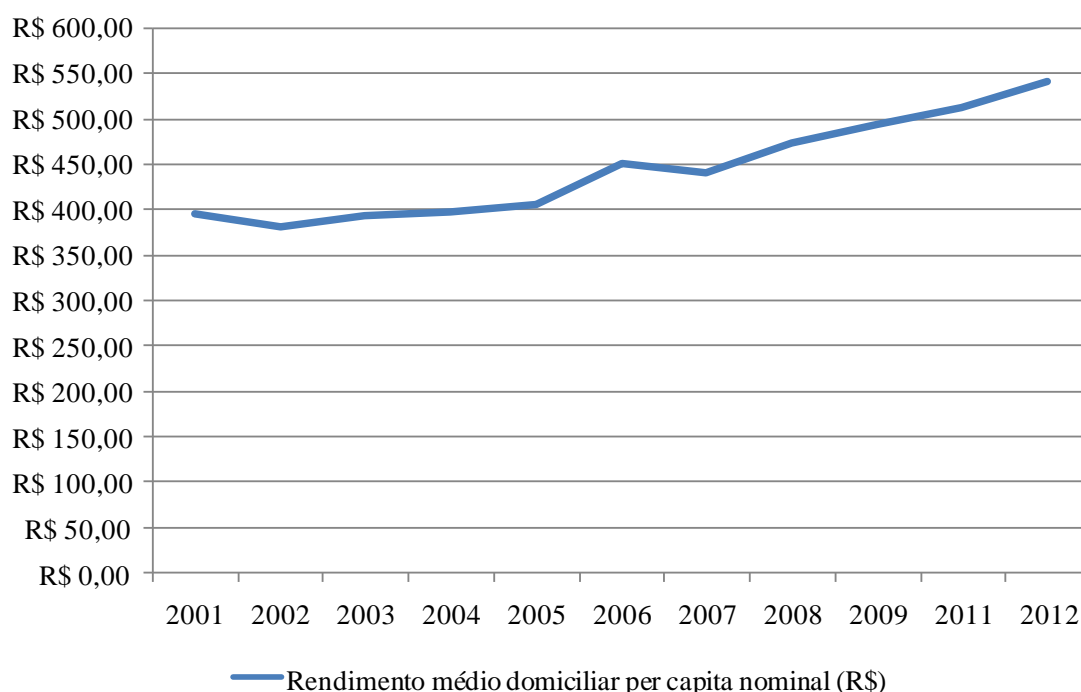
O indicador apresentado no Gráfico 51 abaixo refere-se a uma variável tradicionalmente relacionada ao grau de desenvolvimento econômico, que é o nível de renda per capita. Para este estudo, optou-se em utilizar o rendimento médio domiciliar per capita, com valores nominais deflacionados a partir do IPCA de 2001, pois se



constitui em um bom indicativo de quanto da renda domiciliar um único indivíduo auferem em um determinado recorte territorial, a partir dos dados da PNAD.

Vale destacar que o rendimento per capita influencia o nível de qualidade de vida da população, pois determina o acesso a bens, mercadorias e serviços que uma pessoa pode dispor, em um determinado período, contribuindo para uma vida longa e tranquila. Além disso, o nível de renda per capita constitui-se em um indicador de controle da redução da pobreza, sobretudo nos programas de transferência de renda, cujas medidas exercem forte influência sobre o aumento na expectativa de vida, juntamente com os serviços de saúde, educação e saneamento básico.

**Gráfico 51: Evolução do Rendimento médio domiciliar per capita deflacionado Estado do Rio de Janeiro – 2001-2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Pela análise dos dados do Gráfico acima, percebe-se que o crescimento do rendimento médio domiciliar per capita real foi de quase 35% de 2012 em relação a 2001. Os resultados poderiam ser ainda melhores se o rendimento médio domiciliar per capita não partisse de uma base tão baixa quanto a de 2001 e se não tivesse o efeito da inflação, como a de 2002, cujo IPCA registrado foi de 12,53% anual, levando a um decréscimo deste indicador neste ano para o menor patamar da série no valor de R\$ 380,82. De qualquer forma, há uma trajetória de crescimento deste rendimento ao longo do período, sobretudo a partir de 2005 e chegando ao final de 2012 a quase atingir o

patamar máximo de R\$ 550,00 reais per capita, um aumento de quase R\$ 150,00 reais ao longo do período.

### **5.1.2. População em situação de extrema pobreza**

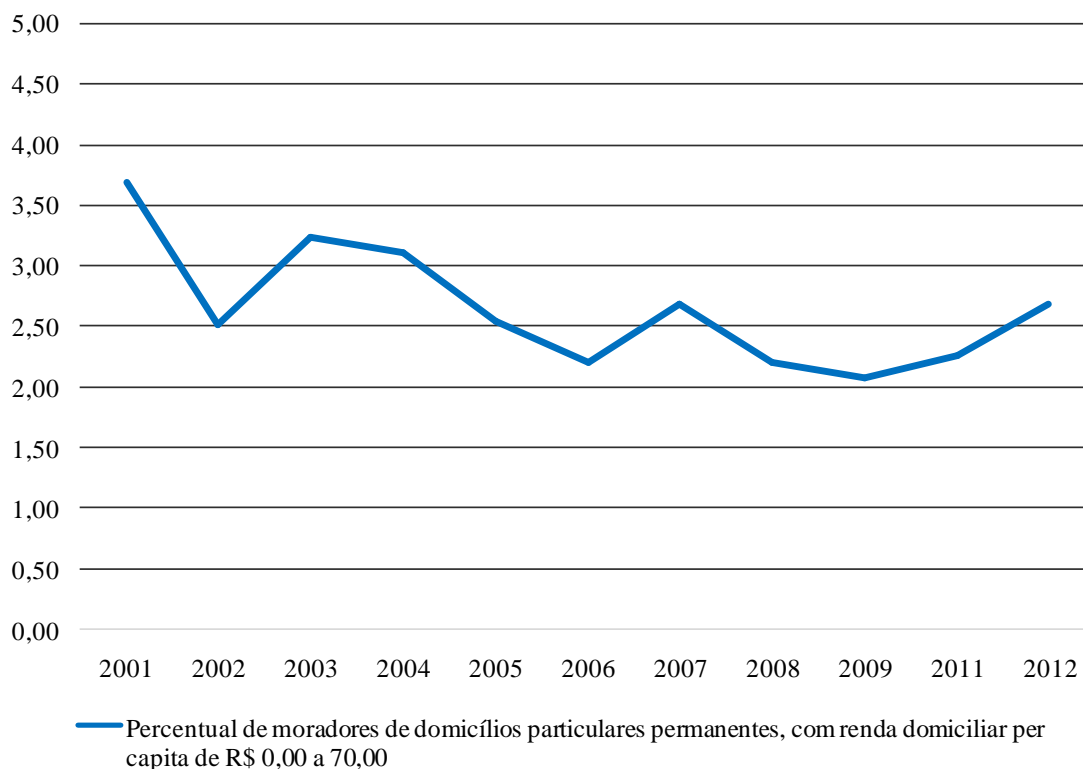
Este indicador refere-se ao percentual de moradores de domicílios particulares permanentes com renda domiciliar per capita de R\$ 0,00 a 70,00 (%)<sup>15</sup>, que estão, portanto abaixo da linha de extrema pobreza. Quando este número está em patamar elevado, compromete o nível de bem estar social de um território. Por isso também é utilizado como indicador capaz de mensurar a quantidade da população potencialmente assistida por políticas públicas específicas, condicionando, por exemplo, a transferência de renda à frequência escolar.

Pela análise do Gráfico abaixo, constata-se que há uma tendência, ao longo do período considerado, de queda no percentual de moradores de domicílios particulares permanentes abaixo da linha de extrema pobreza, indicando ter havido uma melhora neste indicador pelo menos até 2009. Os resultados revelam uma oscilação no início do período, quando houve uma queda seguida de uma subida. E, a partir de 2003, os números caem até 2006, quando há novamente uma oscilação deste percentual.

---

<sup>15</sup> Foi utilizado o deflator INPC, tendo por base a linha de extrema pobreza de R\$ 70,00 em Junho de 2011.

**Gráfico 52: Evolução do percentual (%) de moradores de domicílios particulares permanentes com renda domiciliar per capita de R\$ 0,00 a 70,00  
Estado do Rio de Janeiro - 2001 a 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

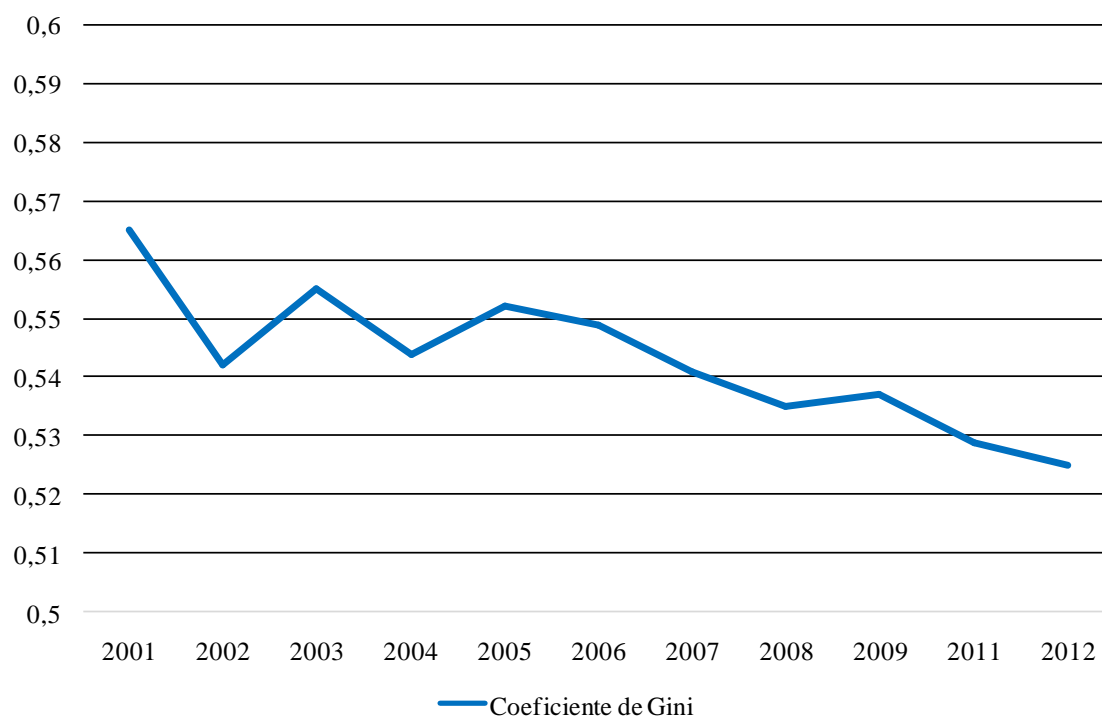
### 5.1.3. Coeficiente de Gini

O coeficiente de Gini<sup>16</sup> constitui-se em um indicador muito utilizado para medir a desigualdade social em termos de renda, em um determinado período. Varia entre 0 e 1, onde 0 corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda domiciliar per capita) e 1, que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm). Pequenas variações na segunda casa decimal do indicador representam grandes ganhos para a redução da desigualdade social de uma localidade.

Com relação à análise do gráfico abaixo, percebe-se que há uma oscilação do índice de Gini de 2001 até 2005, quando há, a partir daí, uma nítida tendência de queda no indicador considerado. Esta queda do coeficiente de Gini se traduz por uma diminuição da desigualdade social em relação ao acesso e distribuição da renda da população fluminense, no período considerado. A pobreza reduziu e a economia cresceu, na última década, concentrando menos a renda.

<sup>16</sup> A renda utilizada para o cálculo do coeficiente de Gini, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, foi a renda domiciliar per capita.

**Gráfico 53: Evolução do índice de Gini  
Estado do Rio de Janeiro – 2001-2012.**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

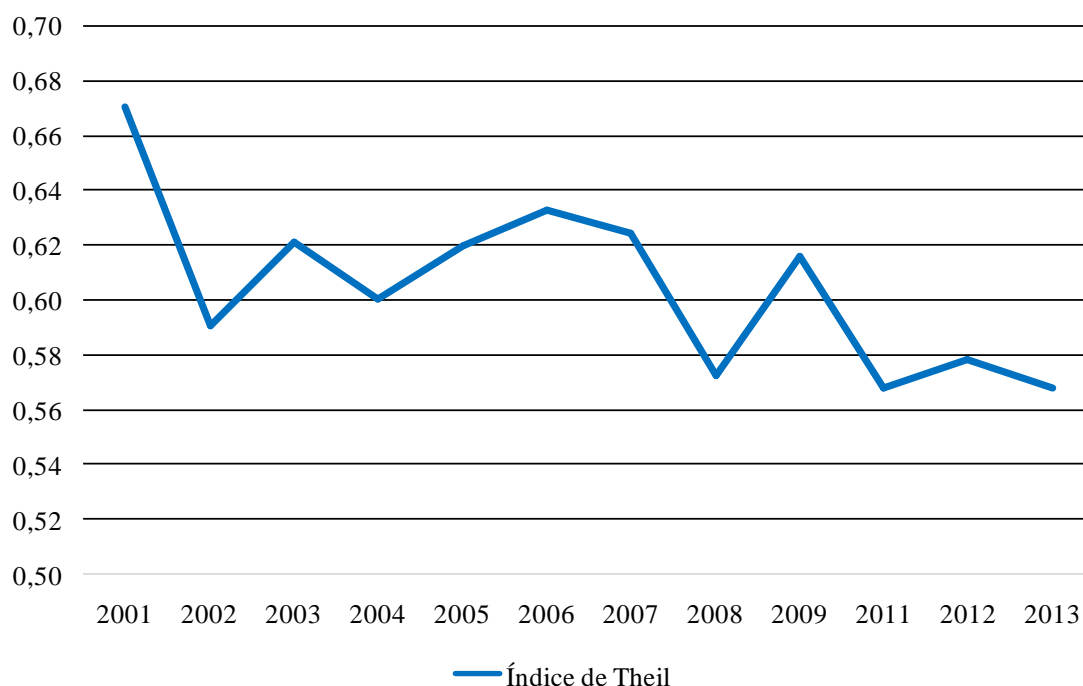
#### **5.1.4. Índice de Theil**

O índice de Theil<sup>17</sup> constitui-se em outro importante indicador de referência para medir a desigualdade da distribuição de renda de uma determinada localidade. Assim como o índice de Gini, o índice de Theil também é calculado segundo a renda domiciliar per capita e varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo a 0, melhor a distribuição da renda.

Pela análise dos dados, percebe-se uma melhora dos resultados calculados para o índice de Theil no estado fluminense, ao longo da última década. Embora tenha havido uma grande oscilação entre 2002 a 2009 – ainda que sempre com tendência de queda –, houve redução da desigualdade social no período - fruto, sobretudo, do aumento da renda do trabalho e do aumento da população ocupada.

<sup>17</sup> Série calculada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

**Gráfico 54: Evolução do índice de Theil  
Estado do Rio de Janeiro, 2001 a 2013.**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

### **5.1.5. Razão dos rendimentos domiciliares per capita entre ricos e pobres**

Este indicador será examinado segundo três relações possíveis entre os mais ricos e os mais pobres: a) os 10% mais ricos e os 20 % mais pobres da população; b) os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população; e c) os 20% mais ricos e os 40% mais pobres da população<sup>18</sup>. Essas razões permitem examinar as relações, de forma a apresentar o comportamento da distribuição de renda no estado do Rio de Janeiro. Quanto maior a razão, maior a desigualdade da distribuição de renda entre essas categorias socioeconômicas.

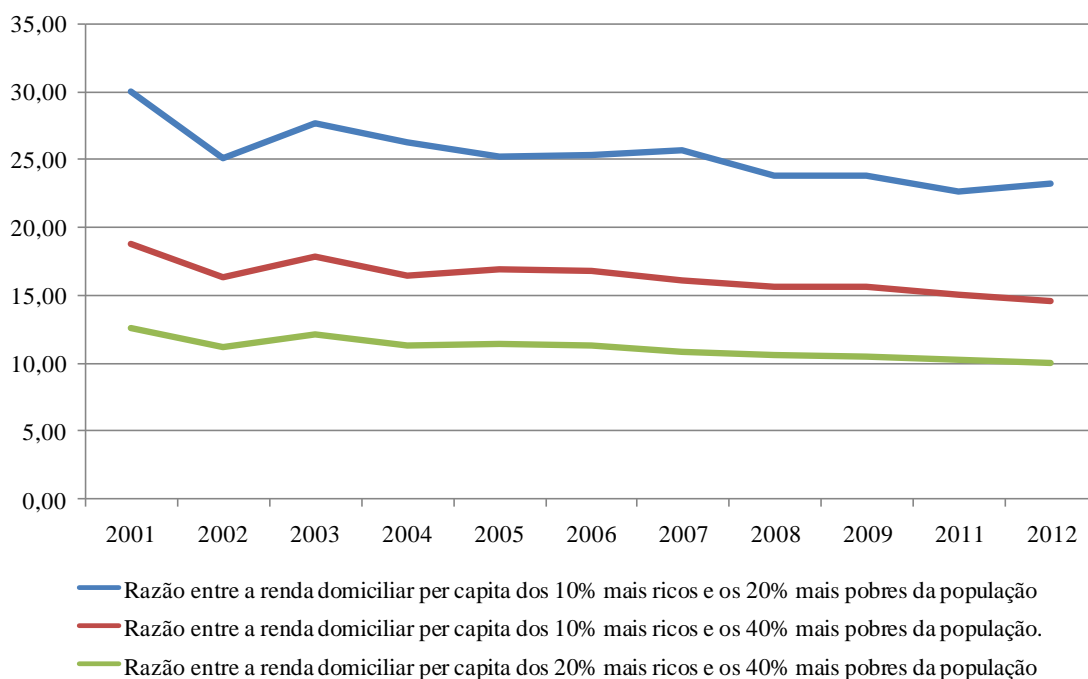
Pela análise do gráfico abaixo, nota-se que há uma diminuição das três razões consideradas por este indicador, levando a crer que ao longo do período considerado, os pobres viram suas rendas aumentarem em proporção maior, com um aumento significativo da classe média. Sinal de que houve uma redução da desigualdade e melhora na distribuição da renda, com todas as razões apresentando queda proporcional, trajetória descendente. Mesmo tendo tido a maior redução no período, a alta razão

<sup>18</sup>a) Razão entre a soma dos rendimentos domiciliares per capita dos 10% mais ricos da população e os 20 % mais pobres da população; b) razão entre a soma dos rendimentos per capita dos 10% mais ricos da população e os 40% mais pobres da população; e c) razão entre a soma dos rendimentos per capita dos 20% mais ricos da população e os 40% mais pobres da população.

histórica entre os 10% mais ricos e os 20% mais pobres indica haver um hiato social difícil de ser superado.

### **Gráfico 55: Evolução da razão entre os rendimentos domiciliares per capita entre ricos e pobres**

**Estado do Rio de Janeiro – 2001-2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

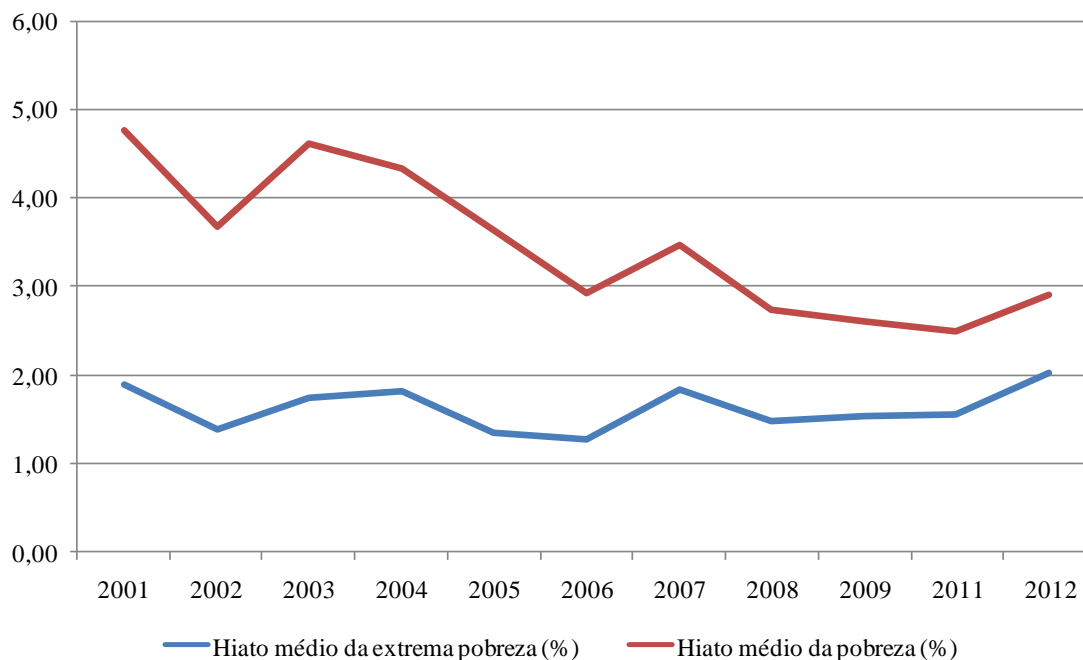
#### **5.1.6. Hiato médio da pobreza e da extrema pobreza**

Este indicador é dividido em dois cortes analíticos: a) percentual médio complementar na renda domiciliar per capita, em relação à linha da pobreza (R\$ 140,00), necessária para que a população pobre supere essa linha de pobreza; e b) percentual médio complementar na renda domiciliar per capita, em relação à linha da pobreza extrema (R\$ 70,00), necessária para que a população extremamente pobre supere essa linha de extrema pobreza.

Analisando o gráfico abaixo, nota-se que o percentual médio complementar de renda per capita necessário pelo indivíduo para que ele supere a linha da pobreza e extrema pobreza diminuiu bastante no período considerado, sobretudo para a superação da pobreza. Com relação ao hiato médio da extrema pobreza, percebe-se que há uma grande oscilação durante todo o período. Todavia, como se parte de uma base percentual muito baixa, pode-se dizer que ainda há uma parcela de população ganhando abaixo da linha da extrema pobreza no estado fluminense. Há, portanto uma redução da

população ganhando abaixo da linha da pobreza, representado pelo hiato médio da pobreza, mas que não se pode inferir o mesmo sobre o hiato médio da extrema pobreza.

**Gráfico 56: evolução dos hiatos médios de pobreza e extrema pobreza  
Estado do Rio de Janeiro – 2001-2012**

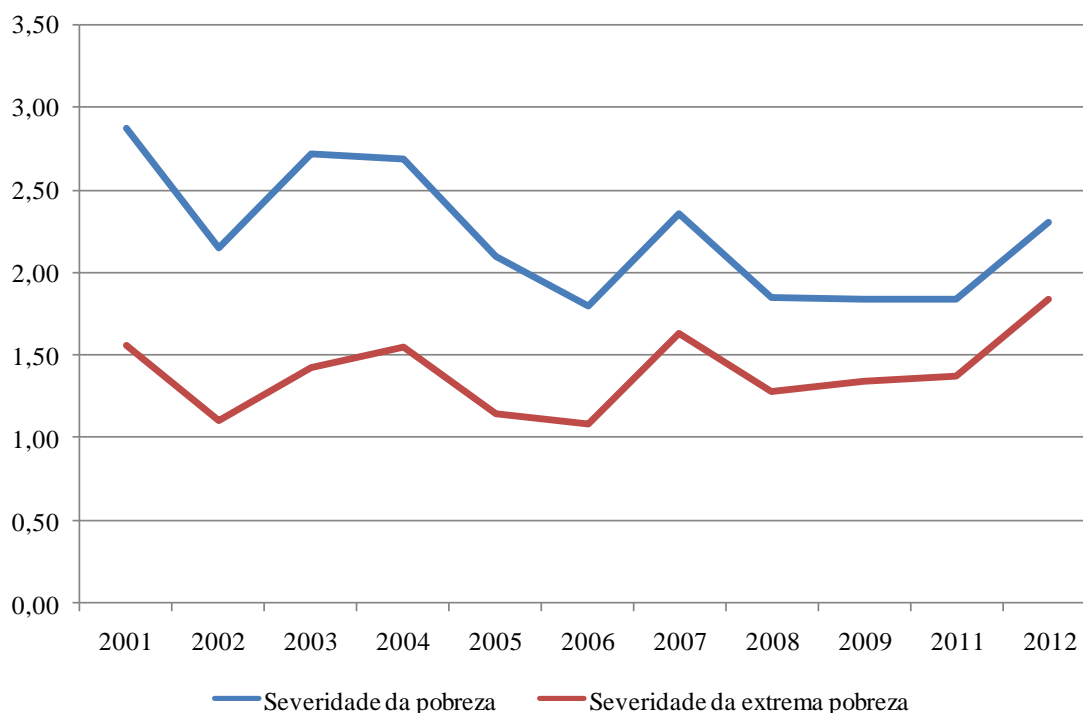


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

### 5.1.7. Severidades da pobreza e da extrema pobreza

Este indicador, também calculado e utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, constitui-se em um desdobramento do indicador anterior, ao calcular a média dos hiatos quadráticos da pobreza e da extrema pobreza. Os resultados do comportamento das variáveis, no gráfico abaixo, refletem o comportamento das curvas do gráfico anterior. Ambos apresentam uma melhora no resultado até pelo menos 2006, quando a redução do indicador sobre a severidade da pobreza extrema sobe e não recupera mais os patamares mais baixos da década, terminando o período em um nível superior com relação a 2001. Já a severidade da pobreza apresenta um comportamento mais notório de queda ao longo do período considerado.

**Gráfico 57: Evolução da severidade da pobreza e da extrema pobreza  
Estado do Rio de Janeiro – 2001-2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

## 5.2. Mercado de trabalho

Neste tópico, serão apresentados em gráficos os seguintes indicadores, que são importantes para traçar o panorama geral sobre a situação do mercado de trabalho entre 2001 e 2013, que exercem influência sobre a qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro: Taxa de Desemprego, População Economicamente Ativa – PEA, Taxa de Participação, Grau de Informalidade e Rendimento Mediano Real Efetivamente Recebido no Trabalho Principal. Após a tabela abaixo, serão analisadas em gráficos separados apenas essas variáveis consideradas mais importantes para compor os indicadores do mercado de trabalho.

Na tabela 47, a seguir, são apresentados outros indicadores que não serão analisados graficamente, tais como: População em Idade Ativa (PIA)<sup>19</sup>, População Ocupada<sup>20</sup>, População Desocupada<sup>21</sup> e Renda Média do Trabalho Principal<sup>22</sup>. Analisando esses quatro indicadores preliminares, percebe-se que houve um aumento

<sup>19</sup> Número de pessoas com 10 anos ou mais de idade.

<sup>20</sup> Número de pessoas que estavam trabalhando na semana de referência da Pnad/IBGE.

<sup>21</sup> Número de pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada na semana de referência da Pnad/IBGE.

<sup>22</sup> Média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos em dinheiro recebidos no trabalho principal no mês de referência da Pnad/IBGE.



significativo da PIA, do rendimento médio do trabalho e da população ocupada, juntamente com uma redução da população desocupada. Tal fato favoreceu em muito os aspectos sociais do mercado de trabalho que influenciam na qualidade de vida.

**Tabela 49: Evolução de indicadores do mercado de trabalho  
Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**

Indicadores de mercado de trabalho	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Taxa de desemprego	12,5	11,71	13,04	11,63	12,86	11,93	10,30	9,66	9,25	8,26	6,83	7,63
População economicamente ativa - PEA (10 <sup>6</sup> pessoas)	6,91	7,09	7,28	7,47	7,59	7,77	7,74	7,98	8,09	8,07	7,90	8,08
População em idade ativa - PIA (10 <sup>6</sup> pessoas)	12,33	12,73	12,91	13,08	13,30	13,59	13,70	13,95	14,11	14,33	14,36	14,43
População ocupada (10 <sup>6</sup> pessoas)	6,05	6,26	6,33	6,60	6,61	6,84	6,95	7,21	7,35	7,40	7,36	7,47
Taxa de participação	56,07	55,73	56,34	57,09	57,06	57,14	56,50	57,23	57,38	56,32	54,97	56,04
População desocupada (10 <sup>5</sup> pessoas)	8,60	8,31	9,49	8,68	9,76	9,26	7,97	7,71	7,49	6,67	5,39	6,16
Grau de informalidade	50,5	50,9	49,2	50,1	48,8	47,8	47,9	47,1	44,8	41,7	41,3	41,4
Renda média do trabalho principal (R\$ 10 <sup>3</sup> )	1,39	1,36	1,28	1,25	1,29	1,42	1,43	1,43	1,53	1,57	1,66	1,88

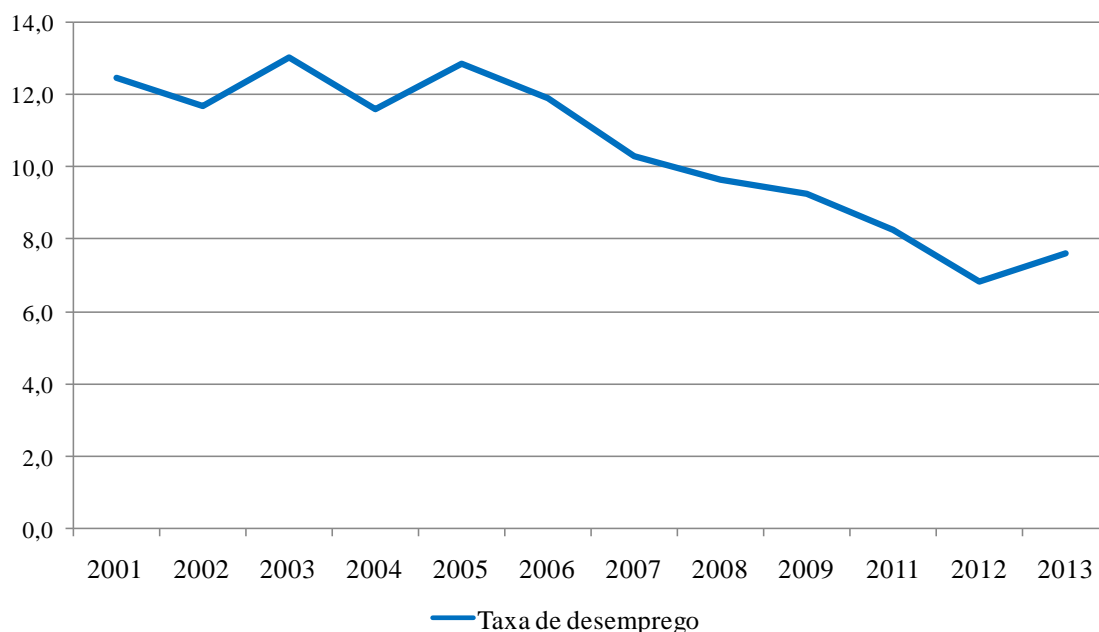
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

### 5.2.1. Taxa de desemprego

Este indicador refere-se ao percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada, entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho. Esse grupo inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Pela análise do gráfico abaixo, nota-se que houve uma redução considerável, no período analisado, da trajetória da taxa de desemprego, com bastante oscilação entre 2001 e 2005, e, sobretudo em 2003, quando este indicador chegou a atingir o máximo da série, com uma taxa de 13,04%. Após este período, a trajetória da taxa de desemprego despencou de 2005 a 2012, quando atingiu o menor patamar no valor de 6,83%, finalizando o período com 7,63% em 2013.

**Gráfico 58: Evolução da taxa de desemprego  
Estado do Rio de Janeiro – 2001- 2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

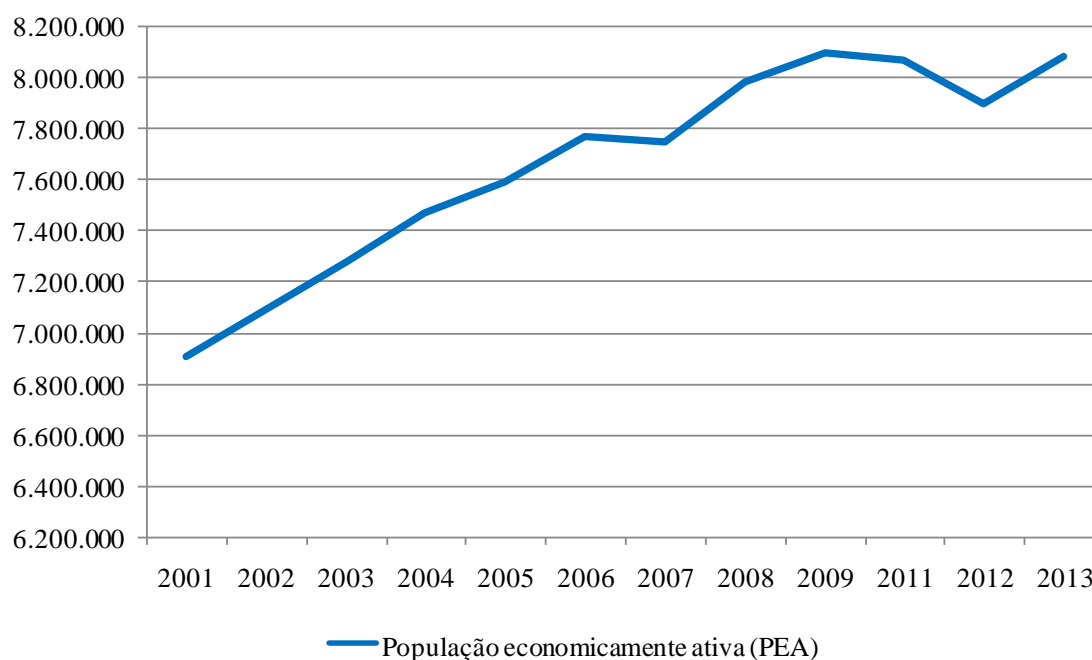
### **5.2.2. População Economicamente Ativa – PEA**

Esta variável refere-se ao número de pessoas consideradas “ativas” no mercado de trabalho. Esse grupo inclui todas aquelas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), estimado a partir do micro dados da pesquisa.

A análise do gráfico abaixo permite verificar que houve uma trajetória de crescimento da PEA fluminense, ao longo do período considerado, com um aumento de 17% dessa população, de 2013 em relação a 2001. Primeiramente, nota-se um crescimento de 2001 a 2005, seguido de uma relativa estabilidade nos anos de 2007, 2001 e 2012. O aumento da PEA pode ser explicado tanto pela conjuntura demográfica favorável, com o envelhecimento populacional e diminuição das taxas de fecundidade, quanto pelo cenário econômico positivo, com aumento da renda e da população ocupada no mercado de trabalho.

Este crescimento favoreceu a capacidade produtiva da economia fluminense, representando um aumento da força de trabalho e impactando positivamente em outros indicadores correlacionáveis a esta variável, tais como: nível de consumo, massa de salários, contribuição previdenciária, etc.

**Gráfico 59: Evolução da PEA**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**



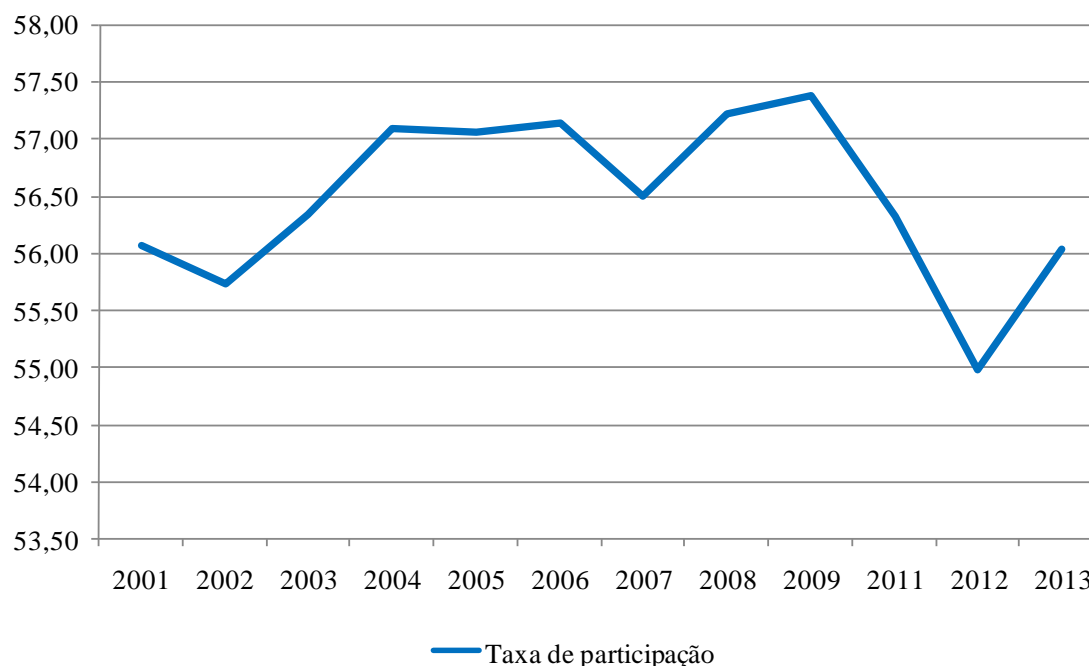
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

### 5.2.3. Taxa de participação

Este indicador refere-se à razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA), estimadas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Representa o percentual das pessoas que trabalharam ou procuraram ocupação na semana de referência da pesquisa, entre todas aquelas com 10 anos ou mais de idade.

Analisando a evolução da taxa de participação, nota-se que há uma oscilação com trajetória ascendente de 2001 a 2009. Vale ressaltar que se trata de um indicador que deve ser analisado conjuntamente com a taxa de desemprego e com a trajetória da população ocupada. Isto porque, de acordo com o gráfico abaixo, houve uma trajetória de queda brusca da taxa de participação no mercado de trabalho fluminense de 2009 a 2012, que pode ser explicada em parte pelo aumento das pessoas que não procuraram trabalho e nem estavam trabalhando. De qualquer forma, em 2013, a taxa de participação voltou a subir e recuperou o nível de ocupação do início do período.

**Gráfico 60: Evolução da taxa de participação  
Estado do Rio de Janeiro – 2001-2013**



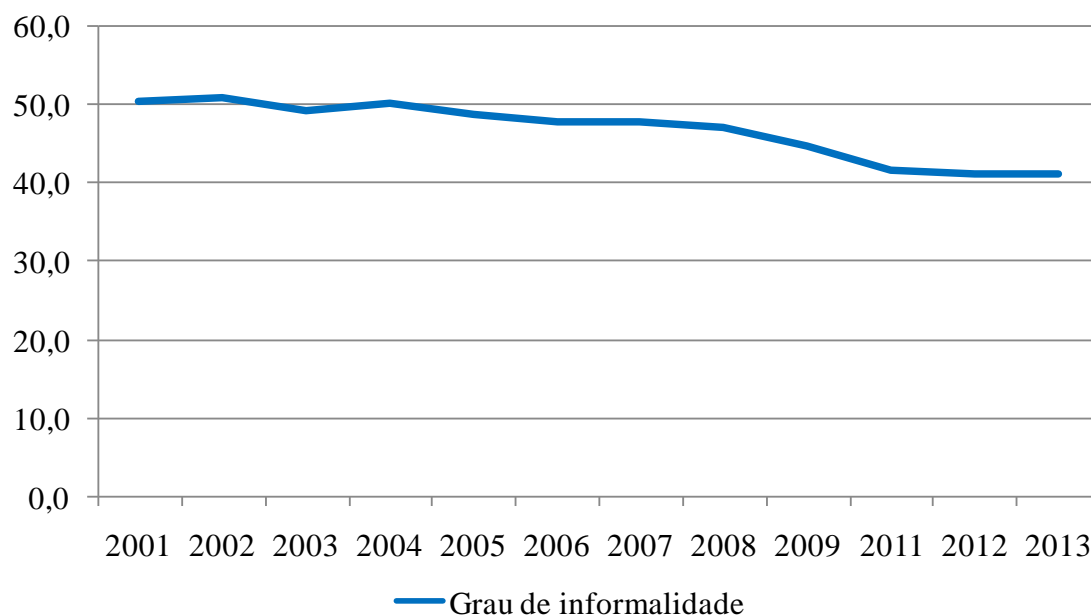
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

#### **5.2.4. Grau de informalidade**

Trata-se de um indicador construído e calculado pelo IPEA cuja taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). A medida do grau de informalidade do mercado de trabalho torna-se importante para dimensionar o peso real destas atividades, em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento, em uma economia que foi fortemente atingida pela desindustrialização e enxugamento de postos formais de trabalho durante a década de 1990, como a do Estado do Rio de Janeiro.

Analisando os resultados do gráfico abaixo, percebe-se que o indicador se mantém estável no início da série em um patamar próximo aos 50% de informalidade de 2001 até 2004. Nota-se que houve uma redução significativa do grau de informalidade do mercado de trabalho fluminense, a partir de 2005 até 2011, quando se manteve relativamente estável num patamar próximo de 40%, em 2013. Logo, na última década, houve uma redução de quase 10% do grau de informalidade, contribuindo para uma melhora neste aspecto que influencia a qualidade de vida do trabalhador fluminense.

**Gráfico 61: Evolução do grau de informalidade  
Estado do Rio de Janeiro de 2001- 2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

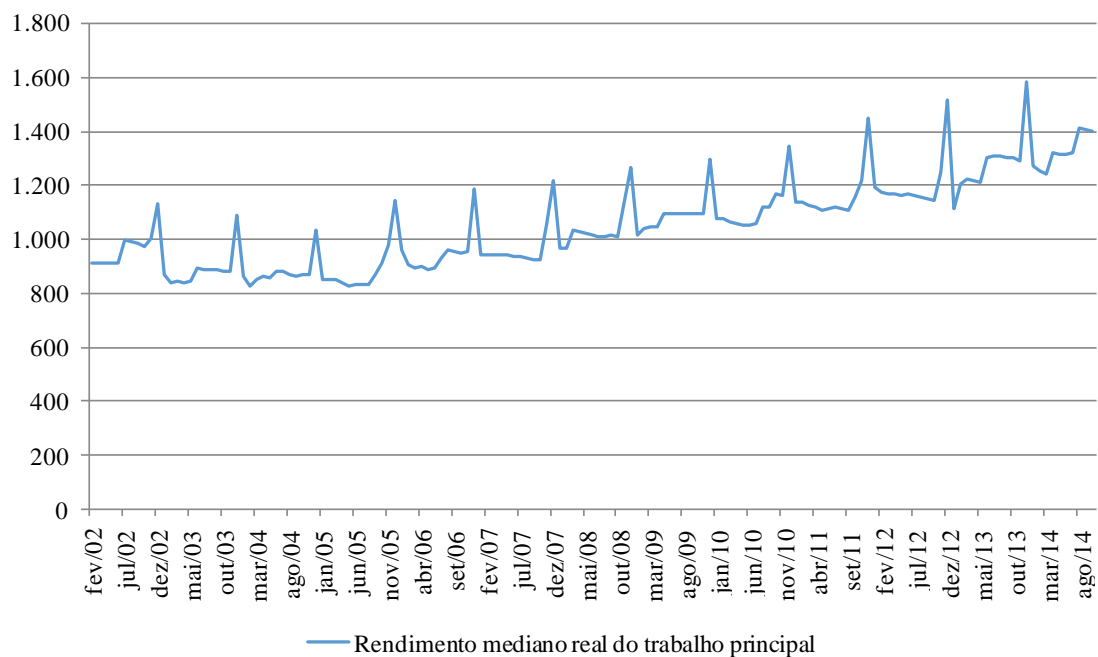
### **5.2.5. Rendimento mediano real efetivamente recebido no trabalho principal**

Por fim, o último indicador analisado nesta seção refere-se ao rendimento mediano real do trabalho principal, em reais, das pessoas de 10 anos ou mais de idade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como a Região Metropolitana tem peso significativo sobre indicadores do mercado de trabalho de todo o estado fluminense, esses dados têm grande representatividade quando se analisa a renda real do trabalhador. Optou-se pelo rendimento mediano - e não pelo rendimento médio, por ser esse último muito influenciado por valores extremos -, o que aumentaria os valores em reais do indicador, mas sem ser totalmente fidedigno com a realidade do rendimento auferido pelo trabalhador fluminense.

Pela análise dos dados, constata-se que houve um aumento contínuo e crescente do rendimento real durante todo o período, sobretudo a partir de 2005. As oscilações anuais referem-se à sazonalidade da economia, que é aquecida sempre nos meses finais do ano pelo aumento da produção; pelo consumo nas datas comemorativas, que leva ao aquecimento do comércio e serviços; e pelo uso do 13º salário pelos trabalhadores. Se forem considerados apenas os picos máximos e mínimos, é possível indicar ter havido um crescimento de mais de 92% no rendimento mediano real do trabalho principal, quando se compara o rendimento real de dezembro de 2013, R\$ 1579,63, em relação ao rendimento de fevereiro de 2004, R\$ 821,81.

**Gráfico 62: Rendimento mediano real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Reais)**

**Região Metropolitana do Rio de Janeiro – período fevereiro/2002 a outubro/2014**



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

## **6. Habitação/Condições de moradia**

### **Apresentação**

O processo histórico de adensamento e expansão urbana do Estado do Rio de Janeiro gerou heterogeneidade socioespacial. Com o acelerado crescimento demográfico, as cidades passaram por constantes transformações à medida que se expandia a malha urbana, tornando a questão da habitação relevante no debate a respeito da “qualidade de vida” do Estado. A melhoria das condições de moradia requer intervenções estruturais que permitam a universalização da oferta de equipamentos e serviços urbanos. Todavia, devido à magnitude e prazo de maturação desses investimentos, é necessário um planejamento de médio a longo prazo, constituindo-se num desafio ao poder público na busca pela garantia do direito social à moradia digna à população.

O tema habitação abordado neste capítulo tem por objetivo produzir informações sobre as condições estruturais de moradia da população, com o intuito de verificar a evolução das condições habitacionais do Estado do Rio de Janeiro no período de 2006 a 2013. A análise foi realizada com base em variáveis obtidas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com abrangência estadual, referentes a: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Destino do Lixo, Iluminação Pública, Sanitários, Serviços Essenciais, Adensamento Excessivo, Situação de Habitação Precária e Irregularidade Fundiária.

Além desta apresentação, o capítulo é constituído de nove tópicos representando cada uma das variáveis acima citadas. O escopo deste estudo limitou-se à análise descritiva de tendência dos dados selecionados e a uma breve conceituação destes conforme metodologia utilizada pelo IBGE. Ressalta-se que os casos em que não foi possível construir a série histórica, conforme recorte proposto, ocorreram devido à ausência de disponibilização da informação nas fontes oficiais pesquisadas.

## 6.1. Abastecimento de água

A qualidade e a disponibilidade do abastecimento de água são de fundamental importância no padrão de vida da população, condicionando sua qualidade de vida, uma vez que, possui impacto direto na defesa da saúde dos cidadãos. A canalização adequada da água desempenha um papel relevante na prevenção de doenças, tanto através do seu uso domiciliar, como o consumo direto e a higiene pessoal; quanto sua utilização em âmbito industrial, através da produção de alimentos e outros produtos essenciais.

Conforme a classificação do IBGE, o domicílio particular permanente possui canalização interna quando tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo, no caso de não ter em nenhum cômodo é considerado sem canalização interna. Em relação à forma de abastecimento de água, é nomeado rede geral quando o domicílio é servido por água proveniente de uma rede de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa. Por outro lado, ele é classificado como outra forma de abastecimento quando é abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência, ou também se a água for proveniente de poço ou nascente, com ou sem canalização interna, localizado no terreno ou na propriedade em que se situa.

**Tabela 50: Quantidades de domicílios particulares permanentes (em mil unidades), segundo o abastecimento de água  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Abastecimento de água	Quantidades de domicílios particulares permanentes (Mil unidades) por ano, em número absolutos e percentuais													
	2006		2007		2008		2009		2011		2012		2013	
	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.
<b>Total</b>	<b>5.164</b>	<b>100,00</b>	<b>5.244</b>	<b>100,00</b>	<b>5.314</b>	<b>100,00</b>	<b>5.448</b>	<b>100,00</b>	<b>5.597</b>	<b>100,00</b>	<b>5.574</b>	<b>100,00</b>	<b>5.765</b>	<b>100,00</b>
Com canalização interna - com rede geral	4.549	88,09	4.529	86,37	4.610	86,75	4.790	87,92	4.830	86,30	4.934	88,52	5.039	87,41
Com canalização interna - com outra forma	548	10,61	648	12,36	606	11,40	616	11,31	698	12,47	505	9,06	611	10,60
Sem canalização interna - com rede geral	19	0,37	17	0,32	17	0,32	10	0,18	10	0,18	17	0,30	49	0,85
Sem canalização interna - com outra forma	48	0,93	51	0,97	82	1,54	32	0,59	59	1,05	119	2,13	66	1,14

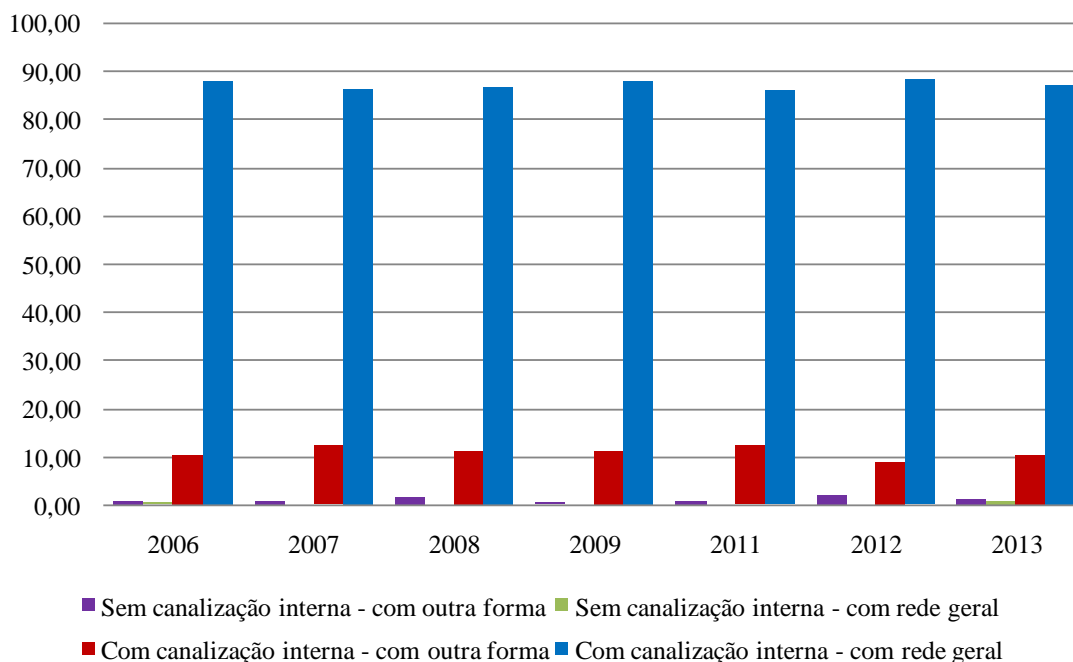
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

No Estado do Rio de Janeiro, no período de 2006 a 2013, não houve, em termos percentuais, variações significativas no número de domicílios particulares permanentes atendidos por rede geral de água com canalização interna - em 2013, o índice (87,41%) era ligeiramente menor que em 2006 (88,09%). De 2012 para 2013, houve diminuição no percentual de domicílios sem canalização interna atendidos com outras formas de abastecimento (de 2,13% para 1,14%), que estava em 0,93%, em 2006, e vinha apresentando uma tendência gradualmente crescente, com exceção de 2009. Em termos



gerais, a dinâmica de oscilação dessa variável (Gráfico 63) não permite análises concretas de uma tendência dentro desta série histórica.

**Gráfico 63: Percentual das quantidades de domicílios particulares permanentes, segundo o abastecimento de água**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

## 6.2. Esgotamento Sanitário

Assim como a forma de abastecimento de água abordada no tópico anterior, o tipo de esgotamento sanitário é uma das variáveis que compõe o saneamento básico adequado, fundamental na preservação da saúde - ou seja, condição indispensável para a própria vida. Ademais, tratar de forma adequada os dejetos de uma sociedade é questão primordial para a conservação do meio ambiente o que, caso não ocorra, pode acarretar uma série de consequências danosas, tanto em curto prazo, quanto para a sustentabilidade das próximas gerações, tais como: contaminação de rios, mares, lagos e represas; alagamentos e enchentes; escassez de água potável; desequilíbrios de ecossistemas; e fortes odores e proliferação de doenças.

O IBGE categoriza esta variável conforme o escoamento do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios particulares permanentes quanto ao tipo, podendo ser: a) **Rede coletora**: quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estiver ligada a um sistema de coleta que os conduza para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não possua estação de tratamento da

matéria esgotada; **b) Fossa séptica:** quando as águas servidas e os dejetos forem esgotados para uma fossa, séptica ou rudimentar, diretamente para uma vala, rio, lago ou mar<sup>23</sup>; **c) Outro:** quando o escoadouro não se enquadrar em quaisquer dos tipos descritos anteriormente e; **d) Não possui.**

**Tabela 51: Quantidades de domicílios particulares permanentes (Mil unidades) segundo o esgotamento sanitário Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Esgotamento sanitário	Quantidades de domicílios particulares permanentes (Mil unidades), por ano, em número absolutos e percentuais													
	2006		2007		2008		2009		2011		2012		2013	
	Absol	Perc.	Absol	Perc.	Absol	Perc.	Absol	Perc.	Absol	Perc.	Absol	Perc.	Absol	Perc.
<b>Total</b>	<b>5.164</b>	<b>100,00</b>	<b>5.244</b>	<b>100,00</b>	<b>5.314</b>	<b>100,00</b>	<b>5.448</b>	<b>100,00</b>	<b>5.597</b>	<b>100,00</b>	<b>5.574</b>	<b>100,00</b>	<b>5.765</b>	<b>100,00</b>
Rede Geral	3.179	61,56	3.621	69,05	3.676	69,18	3.962	72,72	3.918	70,00	4.346	77,97	4.635	80,40
Fossa Séptica	1.488	28,81	1.150	21,93	1.037	19,51	-	-	-	-	-	-	-	-
Fossa séptica ligada a rede coletora	-	-	-	-	-	-	648	11,89	825	14,74	557	9,99	407	7,06
Fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	-	-	-	-	211	3,87	355	6,34	278	4,99	319	5,53
Fossa Rudimentar	-	-	-	-	-	-	314	5,76	101	1,80	123	2,21	127	2,20
Outro	482	9,33	456	8,70	580	10,91	301	5,52	378	6,75	251	4,50	259	4,49
Não Possui	15	0,29	17	0,32	22	0,41	12	0,22	19	0,34	19	0,34	18	0,31

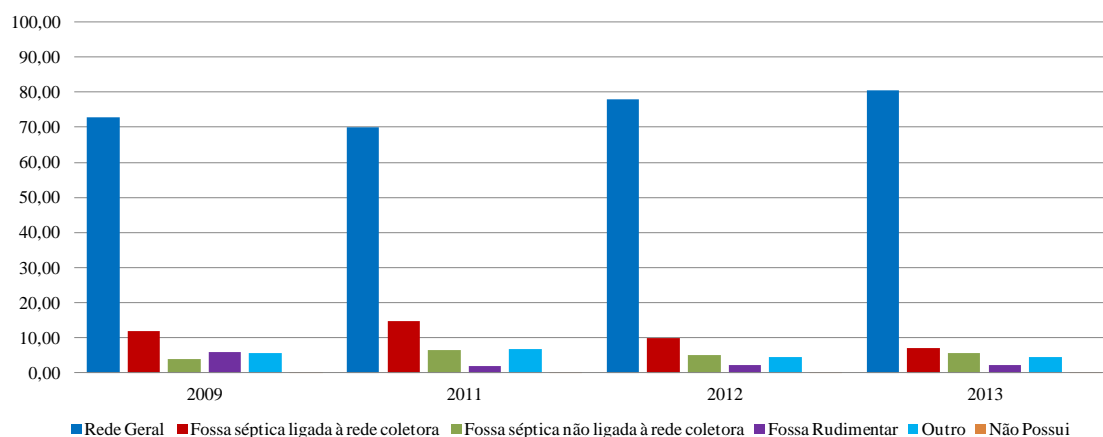
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A fim de facilitar a análise, visto que ocorre alteração na forma de classificação durante o período estudado, escolheu-se investigar as tendências apresentadas entre 2009 e 2013. Conclui-se que houve uma significativa melhora na qualidade do esgotamento sanitário do Estado, o número de domicílios ligados à rede geral de esgoto passou de 72,72%, em 2009, para 80,40%, em 2013. Esta tendência de crescimento é corroborada com a dinâmica dos demais tipos de esgotamento, nos quais constata-se uma gradual diminuição nos seus índices, a exceção da fossa séptica não ligada à rede coletora que oscilou entre 2009 e 2013, porém com tendência de alta, tal como ocorre com os domicílios que não possuem esgotamento sanitário. Todavia, é perceptível que, em termos gerais, a situação do Estado vem apresentando melhoras neste aspecto.

<sup>23</sup> A partir de 2009, houve uma divisão entre fossa séptica e rudimentar, e também a fossa séptica passou a ser classificada como ligada à rede coletora ou não.

## Gráfico 64: Quantidades de domicílios particulares permanentes (%), segundo esgotamento sanitário

Estado do Rio de Janeiro – 2009-2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

### 6.3. Destino do Lixo

O último componente da qualidade de saneamento básico é o destino do lixo, assim como os demais itens, a disposição inadequada dos resíduos sólidos pode ocasionar poluição das águas e do solo, bem como problemas de saúde, potencializando desastres naturais. O ideal é que não apenas os resíduos sejam coletados de forma adequada, mas que haja também um tratamento correto para reduzir as externalidades negativas ao meio ambiente. Todavia, a forma de coleta do lixo é uma das soluções para redução do seu volume total, ao incentivar a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos, como iniciativas sustentáveis, tal qual a reciclagem.

O destino do lixo do domicílio particular, conforme o IBGE, é considerado coletado diretamente quando este é recolhido por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio. Por outro lado, a coleta indireta ocorre quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhe. A nomenclatura “outro” é usada para os casos em que: a) o lixo domiciliar é queimado ou enterrado no terreno ou na propriedade em que se situa o domicílio ou em terreno baldio ou logradouro; b) quando é jogado nas águas ou nas margens de rio, lago ou mar; e c) caso tenha destino diferente dos enumerados anteriormente.

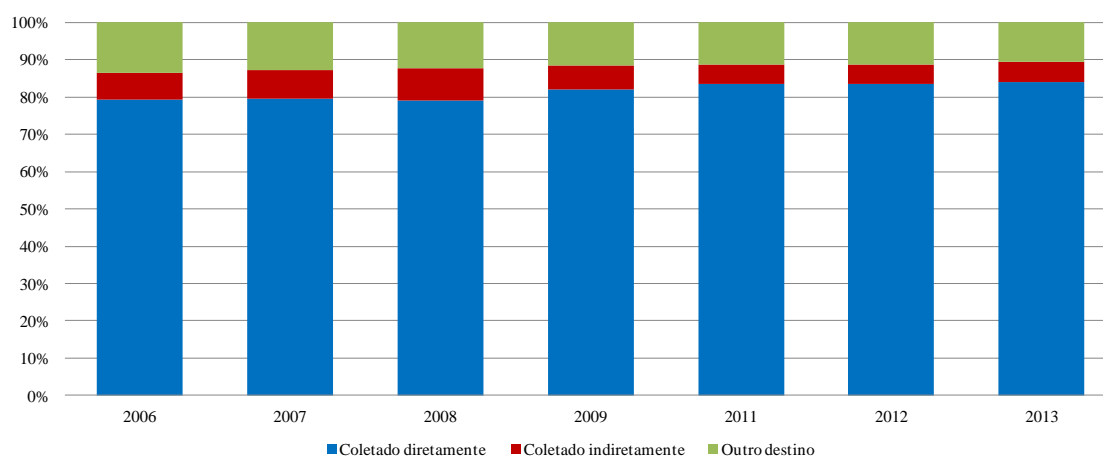
**Tabela 52: Quantidades de domicílios particulares permanentes (mil unidades), segundo o destino do lixo**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Destino do Lixo	Quantidades de domicílios particulares permanentes (Mil unidades), por ano, em número absolutos e percentuais													
	2006		2007		2008		2009		2011		2012		2013	
	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.
<b>Total</b>	<b>54.747</b>	<b>100,00</b>	<b>56.339</b>	<b>100,00</b>	<b>58.181</b>	<b>100,00</b>	<b>59.253</b>	<b>100,00</b>	<b>62.117</b>	<b>100,00</b>	<b>63.768</b>	<b>100,00</b>	<b>65.130</b>	<b>100,00</b>
Coletado diretamente	43.418	79,31	44.839	79,59	46.065	79,18	48.558	81,95	51.957	83,64	53.223	83,46	54.676	83,95
Coletado indiretamente	3.871	7,07	4.266	7,57	4.952	8,51	3.853	6,50	3.213	5,17	3.398	5,33	3.520	5,40
Outro destino	7.458	13,62	7.234	12,84	7.164	12,31	6.842	11,55	6.947	11,18	7.148	11,21	6.934	10,65
Sem declaração	1	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

No período de 2006 a 2013, constata-se que houve ligeira melhora no índice de domicílios que possuíam coleta de resíduos sólidos de forma direta. Esse percentual vem apresentando uma tendência suavemente crescente nos anos verificados. De forma análoga, as demais formas de coleta expressam trajetórias decrescentes, com pequenas oscilações pontuais que não alteram essa dinâmica no longo prazo. Embora a propensão desta variável seja positiva, ressalta-se que os níveis de destino inadequado do lixo no Estado são preocupantes e constituem um desafio para as políticas públicas, que caminham na direção de buscar soluções para esse problema<sup>24</sup>.

**Gráfico 65: Percentuais de domicílios particulares permanentes, segundo o destino do lixo**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

<sup>24</sup> Ver o programa LIXÃO ZERO, da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA/RJ).

## 6.4. Iluminação Pública

A iluminação pública é uma das características urbanísticas mais relevantes no entorno dos domicílios, uma vez que, é essencial para a qualidade de vida da comunidade. A sua disponibilidade propicia não apenas que a população possa usufruir de atividades ligadas ao lazer noturno ao ar livre mas, principalmente, constitui-se num dos pilares da segurança pública ao possibilitar o tráfego de veículos e pedestres com visibilidade ampliada em horário noturno. Portanto, afeta o desenvolvimento econômico do Estado ao atingir direta e indiretamente em variáveis ligadas ao comércio, turismo e lazer.

**Tabela 53: Quantidades de domicílios particulares permanentes (Mil unidades), segundo a iluminação pública  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Iluminação Pública	Quantidades de domicílios particulares permanentes (Mil unidades), por ano, em número absolutos e percentuais													
	2006		2007		2008		2009		2011		2012		2013	
	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.	Absol.	Perc.
<b>Total</b>	<b>5.164</b>	<b>100,00</b>	<b>5.244</b>	<b>100,00</b>	<b>5.314</b>	<b>100,00</b>	<b>5.448</b>	<b>100,00</b>	<b>5.597</b>	<b>100,00</b>	<b>5.574</b>	<b>100,00</b>	<b>5.765</b>	<b>100,00</b>
Tinham	5.162	99,96	5.242	99,96	5.309	99,91	5.446	99,96	5.597	100,00	5.573	99,98	5.758	99,88
Não tinham	2	0,06	2	0,06	5	0,09	2	0,04	-	-	1	0,02	7	0,12

Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

A análise dos números referentes a existência de Iluminação pública no Estado indica que a cobertura abrange quase a totalidade da dimensão estadual, atingindo o valor de 100% ainda em 2006, conforme este recorte, em áreas mais desenvolvidas da cidade. Por outro lado, apesar de ainda não ter alcançado o máximo em regiões mais carentes, a evolução dos números aponta uma trajetória gradualmente crescente em direção à universalização do acesso da população a este serviço público.

## 6.5. Sanitários

A existência de sanitários adequados dentro dos cômodos é primordial à dignidade e à saúde pública dos habitantes, com reflexos diretos na higiene pessoal e escoamento de dejetos, uma vez que ocorrendo em locais inapropriados podem vir a causar transtornos para o meio ambiente e os próprios cidadãos. Conforme definição presente no glossário do IBGE, sanitário é cômodo ou local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

**Tabela 54: Percentual de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo, segundo a faixa de renda  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Faixa de renda	Percentual de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo (%), por ano													
	2006		2007		2008		2009		2011		2012		2013	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Total</b>	<b>99,3</b>	<b>0,7</b>	<b>99,3</b>	<b>0,7</b>	<b>99,2</b>	<b>0,9</b>	<b>99,6</b>	<b>0,4</b>	<b>99,4</b>	<b>0,6</b>	<b>99,4</b>	<b>0,6</b>	<b>99,5</b>	<b>0,6</b>
20% mais pobres	98,2	1,8	98,8	1,2	98,3	1,7	99,2	0,8	99,1	0,9	98,4	1,7	98,6	1,4
20% mais ricos	99,6	0,4	99,9	0,1	99,9	0,1	99,9	0,1	99,7	0,3	99,8	0,2	99,8	0,2

Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

Pela análise, verifica-se que dentre os anos investigados houve oscilações no total de domicílios permanentes que possuíam sanitários exclusivos, não permitindo a identificação de uma tendência. Todavia, de 2012 para 2103 ocorreu aumento nesse índice que passou de 99,38% para 99,45%, atingindo o segundo maior índice da série. Ao analisar os dados de acordo com a sua incidência em determinada classificação da população, é possível identificar que em relação aos 20% mais ricos, embora com pequenas flutuações, a trajetória é crescente, dentre os que tinham sanitário, em comparação com 2006. O mesmo ocorre com os 20% mais pobres nos quais o número de domicílios que não possuíam sanitários decresceu de 2006 para 2013.

## 6.6. Serviços Essenciais

O acesso universal aos serviços públicos essenciais é imprescindível para o exercício da cidadania ao proporcionar ao cidadão as condições mínimas de vida. De acordo com art. 175, da Constituição Federal de 1988, “(..) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”. No glossário do IBGE, não consta um conceito definitivo a respeito do tema. Contudo, ao tratar de aglomerados subnormais, a entidade exemplifica serviços essenciais como: coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública.

A tabela abaixo apresenta os dados dos domicílios particulares permanentes conforme o acesso a todos os serviços essenciais. Caso pelo menos um destes não seja oferecido a determinado domicílio, este foi considerado como não atendido, conforme a metodologia utilizada pela pesquisa. Os números buscam ainda evidenciar a desigualdade de acesso a esses serviços, ao possibilitarem a comparação entre diferentes

estratos da sociedade. Ressalta-se que, até o momento do fechamento deste estudo, não foram disponibilizados dados referentes ao ano de 2013.

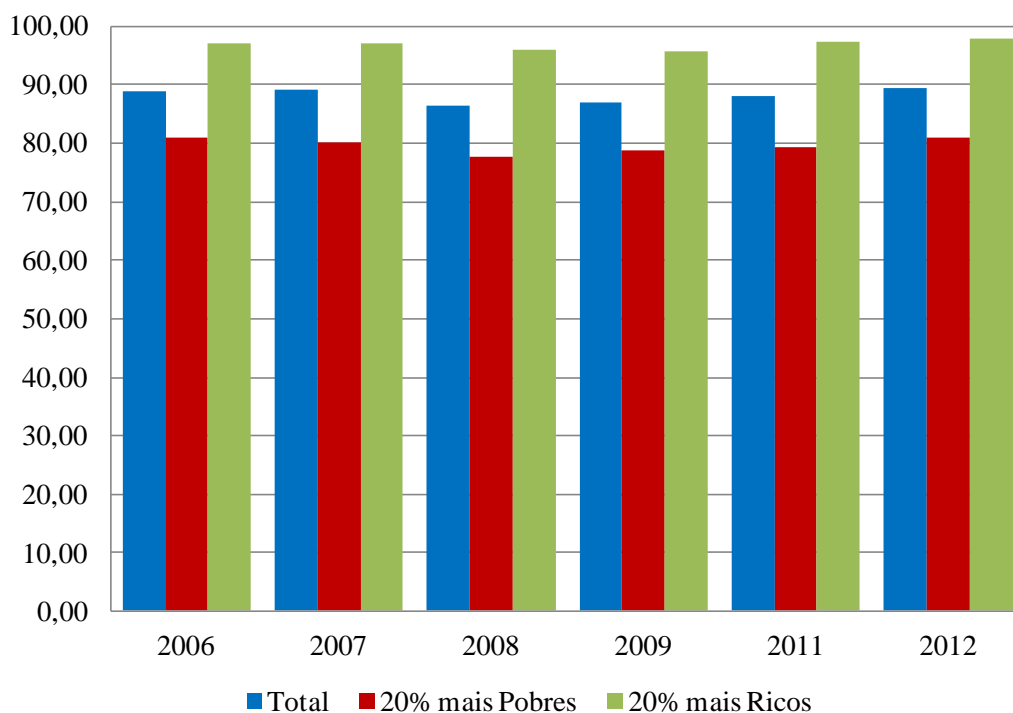
**Tabela 55: Percentual de domicílios particulares permanentes que possuem todos os serviços essenciais, segundo a faixa de renda  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2012**

Faixa de renda	Percentual de domicílios particulares permanentes que possuem todos os serviços essenciais (%), por ano											
	2006		2007		2008		2009		2011		2012	
	Tinham	Falta pelo menos 1	Tinham	Falta pelo menos 1	Tinham	Falta pelo menos 1	Tinham	Falta pelo menos 1	Tinham	Falta pelo menos 1	Tinham	Falta pelo menos 1
<b>Total</b>	<b>89,02</b>	<b>10,97</b>	<b>89,08</b>	<b>10,91</b>	<b>86,57</b>	<b>13,42</b>	<b>87,06</b>	<b>12,93</b>	<b>88,12</b>	<b>11,87</b>	<b>89,5</b>	<b>10,49</b>
20% mais Pobres	81,01	18,98	80,06	19,93	77,59	22,4	78,75	21,24	79,25	20,74	81,02	18,97
20% mais Ricos	97,06	2,93	97,22	2,77	96,14	3,85	95,72	4,27	97,33	2,66	97,84	2,15

Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

Em termos gerais, conforme a análise do Gráfico 66, houve um ligeiro aumento na quantidade de domicílios com acesso a todos os serviços essenciais, embora essa trajetória não tenha sido constantemente crescente ao longo da série, passando de 89,02% (2006) para 89,50% (2012). Por outro lado, ao comparar estratos sociais extremos da população, é possível verificar que não houve alterações significativas na disparidade de acesso entre eles. A parcela composta pelos 20% mais pobres apresenta uma tendência crescente de falta de pelo menos um serviço essencial, todavia, em 2012 o índice retrai voltando ao patamar de 2006. Em relação aos 20% mais ricos, o valor oscila, durante os anos sem variações bruscas, ao redor do índice de 2006, apresentando também decréscimo de 2,93% (2006) para 2,15% (2012).

**Gráfico 66: Percentual de domicílios particulares permanentes que possuem todos os serviços essenciais**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2006-2012**



Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

### 6.7. Adensamento Excessivo

O adensamento excessivo está relacionado à ideia de que não há espaço suficiente em determinado cômodo para os seus ocupantes. Conforme metodologia de pesquisa do IBGE, dormitório é definido como “qualquer cômodo que estivesse, em caráter permanente, servindo de dormitório para membros do domicílio”. Ou seja, no caso nos quais membros de uma família durmam regularmente em espaços como sala ou cozinha, esses não foram considerados neste quantitativo. A identificação dos domicílios com adensamento excessivo está ligada à definição do limite aceitável de pessoas por domicílio. Considera-se "congestionado" todo domicílio com presença de mais de três pessoas por dormitório.



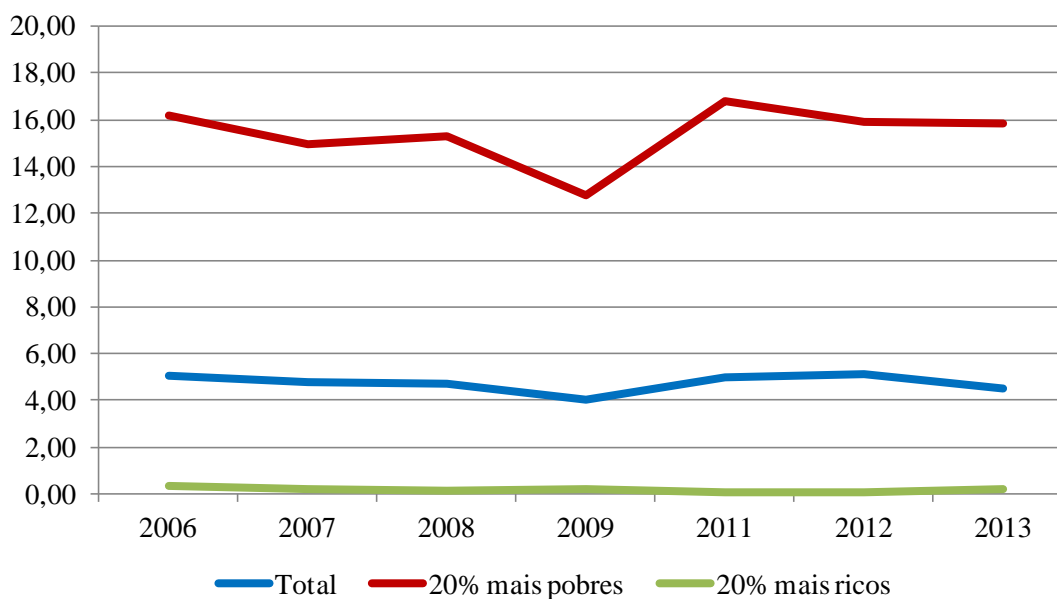
**Tabela 56: Percentual de domicílios particulares permanentes com adensamento excessivo, segundo a faixa de renda  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**

Faixa de renda	Percentual de domicílios particulares permanentes com adensamento excessivo (%), por ano													
	2006		2007		2008		2009		2011		2012		2013	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Total</b>	<b>5,06</b>	<b>94,9</b>	<b>4,81</b>	<b>95,1</b>	<b>4,74</b>	<b>95,1</b>	<b>4,04</b>	<b>96</b>	<b>4,99</b>	<b>94,9</b>	<b>5,11</b>	<b>94,7</b>	<b>4,5</b>	<b>95,3</b>
20% mais pobres	16,2	83,7	15	85	15,3	84,4	12,8	87,2	16,8	83,1	15,9	83,9	15,8	83,9
20% mais ricos	0,34	99,7	0,18	99,8	0,16	99,7	0,05	99,9	0,2	99,7	0,06	99,9	0,19	99,8

Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

Pela análise do Gráfico 67, verifica-se uma queda contínua de 2006 a 2009 em relação ao total de domicílios com adensamento excessivo. A partir de 2009, há uma leve alteração no sentido desta tendência, que volta a cair em 2013, alcançando o valor de 4,5%. Esta variável é muito mais comum no estrato social que compreende os 20% mais pobres - no ano de 2013, 15,84% destes viviam em situação de adensamento excessivo. Por outro lado, o mesmo ocorria com apenas 0,19% dos 20% mais ricos.

**Gráfico 67: Percentual de domicílios particulares permanentes com adensamento excessivo  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2013**



Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

## 6.8. Situação de habitação precária

Um das mais graves consequências do acelerado crescimento demográfico é a proliferação de habitações precárias - processo este que é potencializado pela especulação imobiliária que, ao valorizar a propriedade da terra, cria obstáculos para que grupos mais vulneráveis tenham acesso à moradia adequada. Conforme classificação do IBGE, é considerada habitação precária aquela em que há domicílios improvisados. Por sua vez, esta situação também ocorre quando não há dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédios em construção, embarcações, carroças, vagões, tendas, barracas, grutas etc., que estejam servindo de moradia.

**Tabela 57: Percentual de domicílios particulares permanentes e improvisados em situação de habitação precária no Estado do Rio de Janeiro**

Faixa de renda	Percentual de domicílios particulares permanentes e improvisados em situação de habitação precária (%), por ano													
	2006		2007		2008		2009		2011		2012		2013	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Total</b>	<b>0,21</b>	<b>99,79</b>	<b>0,31</b>	<b>99,68</b>	<b>0,44</b>	<b>99,55</b>	<b>0,17</b>	<b>99,82</b>	<b>0,24</b>	<b>99,75</b>	<b>0,26</b>	<b>99,74</b>	<b>0,28</b>	<b>99,72</b>
20% mais pobres	0,64	99,35	0,86	99,13	0,77	99,22	0,44	99,55	0,19	99,80	0,30	99,69	ND	ND
20% mais ricos	0,00	100,00	0,00	100,00	0,12	99,87	0,00	100,00	0,06	99,93	0,13	99,86	ND	ND

Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

Pela análise da Tabela 57, conclui-se que não houve alteração significativa no índice de domicílios em situação de habitação precária durante a série analisada. Esse valor apresentou pequenas oscilações que não representaram uma tendência. De 2012 para 2013, ocorreu um discreto aumento de 0,26% para 0,28%.

Por outro lado, entre os 20% mais pobres, esta variável vinha caindo gradualmente desde 2007. Entretanto, no último ano disponível (2012), houve um leve aumento, ainda que o percentual calculado tenha permanecido abaixo do valor observado em 2006. Com relação aos 20% mais ricos, o índice oscila muito próximo ao zero em alguns anos (2008, 2011, 2012).

## 6.9. Irregularidade Fundiária

É de fundamental relevância no planejamento de políticas habitacionais o tema da regularização fundiária, visto que a ocupação irregular do espaço urbano pode vir a inviabilizar o desenvolvimento sustentável do Estado ao gerar uma série de custos sociais, como: riscos de inundações e escorregamentos de encostas, vulnerabilidade das

edificações, degradação de áreas de interesse ambiental, ausência de acesso a serviços essenciais, entre outros. A irregularidade fundiária é caracterizada pela ausência de título de propriedade.

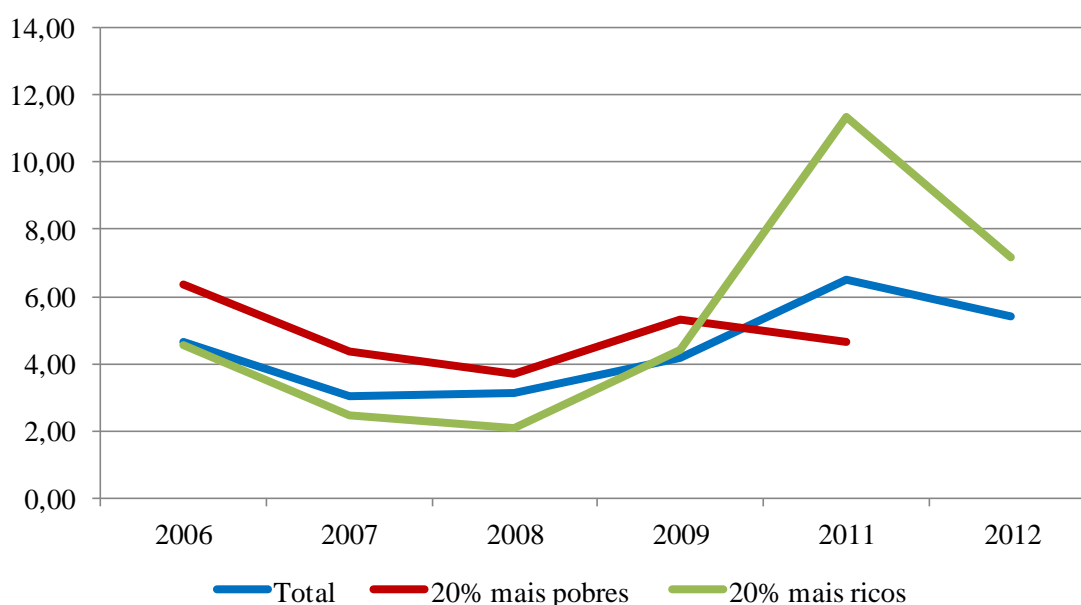
**Tabela 58: Percentual de domicílios em situação de irregularidade fundiária, por faixa de renda  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2012**

Faixa de renda	Percentual de domicílios em situação de irregularidade fundiária (%), por ano											
	2006		2007		2008		2009		2011		2012	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Total</b>	<b>4,63</b>	<b>95,36</b>	<b>3,04</b>	<b>96,95</b>	<b>3,1</b>	<b>96,89</b>	<b>4,18</b>	<b>95,81</b>	<b>6,49</b>	<b>93,5</b>	<b>5,41</b>	<b>94,58</b>
20% mais pobres	6,35	93,64	4,35	95,64	3,67	96,32	5,33	94,66	4,65	95,34	-	-
20% mais ricos	4,54	95,45	2,47	97,52	2,06	97,93	4,42	95,57	11,33	88,66	7,15	92,84

Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

A análise da evolução desta variável permite identificar que, de 2011 para 2012, o número de domicílios em situação de irregularidade fundiária reduziu de 6,49% para 5,41%. Porém, este valor é superior ao ocorrido no ano de 2006, no qual se encontrava em 4,63%. Este aumento pode ser parcialmente explicado pela expansão desta situação observada nos domicílios ocupados pelos 20% mais ricos. Esse índice atingiu seu ápice em 2011, alcançando 11,33%, valor que veio a regredir no ano seguinte para 7,15%. Por outro lado, entre os 20% mais pobres, a quantidade de domicílios irregulares apresenta uma tendência declinante, chegando a 4,65% em 2011.

**Gráfico 68: Percentual de domicílios em situação de irregularidade fundiária  
Estado do Rio de Janeiro – 2006-2012**



Fonte: MDS, SAGI, Data Social.

## **Considerações Finais**

No desenvolvimento desse relatório, foram apresentados dados selecionados sobre os seis temas que compõem o presente estudo: Aspectos Demográficos, Educação, Saúde, Segurança Pública, Pobreza e Desigualdade/Mercado de Trabalho e Condições de Moradia. Através deles, procurou-se identificar variações positivas e negativas dos mesmos, com o objetivo de, ao final, estabelecer conexões entre as mesmas e os aspectos sociais da qualidade de vida das pessoas.

Assim, à guisa de considerações finais, serão apresentados os principais resultados obtidos em cada tema abordado, correlacionando-os, tanto quanto possível, com aspectos da qualidade de vida da população.

### **Aspectos Demográficos**

Apesar do crescimento populacional em números absolutos, verifica-se sua progressiva desaceleração a partir de 2004. Essa dinâmica populacional, combinada com os indicadores expectativa de vida ao nascer e índice de envelhecimento, reforça a preocupação de estudiosos e formuladores de políticas públicas quanto à necessidade de políticas específicas para a terceira idade.

Um desses aspectos está relacionado a questões fiscais e previdenciárias, na medida em que o envelhecimento da população impõe, no modelo de seguridade social adotado pelo Brasil, ônus às gerações mais jovens, componentes da PEA, para o financiamento do sistema. Outros aspectos se refletem no progressivo direcionamento de recursos para atendimento à terceira idade, pelos órgãos de saúde pública; e nos encargos familiares, para os cuidados de acompanhamento do idoso.

Na outra ponta da estrutura etária, o comportamento dos indicadores de fecundidade, de natalidade e de mortalidade infantil traz algumas questões importantes. A permanência da taxa de fecundidade abaixo de 2,1 dificulta a reposição populacional e, com o processo de envelhecimento da população acima mencionado, torna mais difícil a solução dos problemas de financiamento citados no parágrafo anterior. Por outro lado, atinge também, de forma positiva, a população infantil em relação às políticas específicas para essa faixa etária, tais como o dimensionamento de vagas em creches e escolas, cobertura vacinal e correção de distorções idade/série.

## **Educação**

Com relação aos indicadores da Educação analisados para o Estado do Rio de Janeiro, no período de 2006 a 2013, foram levados em consideração nas análises as quatro dependências administrativas que, em conjunto, representam a oferta de Educação Básica no estado: Federal, Estadual, Municipal e Privada.

Os principais indicadores analisados foram: IDEB, Distorção Idade-Série, Analfabetismo, Evasão Escolar, Abandono Escolar, Número de Docentes na Educação Básica, Número de Estabelecimentos, Matrículas por Etapa, por Modalidade e por Nível de ensino, Nível de Instrução e Frequência Escolar.

A melhoria do IDEB é positiva e aponta de forma promissora para o futuro. A Taxa de distorção idade-série do Ensino Médio para o total do Estado do Rio de Janeiro no período 2006-2013, com os dados agrupados para todas as dependências administrativas, apresenta uma melhora considerável, saindo de 54,9% em 2006 para 32,6% em 2013. A análise dos dados por dependência administrativa mostra que a rede estadual apresenta o melhor resultado, saindo de uma taxa de 63,7 em 2006 para 39,3 em 2013 - uma redução de aproximadamente 38%.

Os resultados das análises indicam um cenário de melhora geral dos indicadores mencionados que se traduzem por um aspecto social positivo da educação sobre o nível da qualidade de vida da população fluminense. Há de se destacar a queda na distorção idade-série; o aumento na cobertura de creche e pré-escola. No entanto, para tal finalidade, é preciso avançar em diferentes aspectos para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Faz-se necessário também, pesquisas mais aprofundadas, que possam trazer luz para a compreensão de fenômenos que alguns dados apresentados neste relatório parecem apontar, como, por exemplo, a queda geral no número de matrículas na rede estadual e, particularmente nas Matrículas de Educação de Jovens e Adultos; a tendência à queda na Frequência de alunos entre 15 e 17 anos. Além disso, há a necessidade de se criar indicadores novos que possam ajudar no melhor entendimento desses fenômenos que aparecem no bojo do extenso e importante tema da Educação no Estado do Rio de Janeiro.

## **Saúde**

O aumento do número de estabelecimentos e a redução do número de leitos hospitalares mostram o peso da esfera privada na área de saúde. Particularmente em relação aos leitos, essa redução, como comentado no texto analítico, redistribui a proporção de ofertas das esferas públicas, sem que signifique um aumento, em termos absolutos e relativos, da oferta deles nas esferas públicas (federal, estadual e municipal). A redução da taxa de leitos por 1.000 habitantes do SUS mostra menor participação do sistema na oferta desse serviço público.

Em relação às internações hospitalares, os dados mostram que as mulheres apresentam taxas de internações por 100 habitantes mais elevadas que as dos homens, fortemente determinado pela predominância dos casos de gravidez, parto e puerpério. Do ponto de vista etário, são os idosos e os recém-nascidos os grupos que mais demandam por esses serviços hospitalares. O crescimento dos casos de internações por neoplasias é fator preocupante, sobretudo se associado a fatores de risco associados a procedimentos preventivos, como no caso de neoplasias mamárias.

O aumento do indicador de recurso taxa de médicos por 1.000 habitantes, a partir de 2011, indica as melhorias na extensão do número desses profissionais em relação à população. A cobertura medida pelas consultas por habitante – e, sobretudo, em relação a gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal -, são indícios de melhorias associadas à qualidade de vida da população.

Por fim, com relação aos casos notificados, fica evidente a importância do combate às epidemias de dengue e do monitoramento dos casos de sífilis e de tuberculose. De igual maneira, as taxas de mortalidade específica de doenças do aparelho circulatório e por neoplasias indicam a necessidade de manutenção de políticas preventivas em relação a essas e outras moléstias, como forma de melhoria na qualidade de vida das pessoas em geral.

## **Segurança Pública**

Em relação à letalidade violenta, nota-se a redução das ocorrências registradas em cada período estudado, tanto no conjunto das UPP's como para o total do Estado. Nesse sentido, fica evidente que os resultados obtidos, mesmo aqueles positivos e

descendentes, ainda requerem permanentes cuidados e aprimoramento das políticas públicas sociais e de segurança pública.

Em relação às vítimas de crimes no trânsito, destacam-se as reduções das infrações penais com resultado morte (homicídios culposos), mas não em relação às lesões corporais culposas. Esse cenário, em ambos os espaços geográficos estudados, demonstra que o trânsito é um grave problema para a sociabilidade e para a qualidade de vida da população fluminense.

No tocante aos roubos de rua, verificaram-se dois comportamentos distintos: elevação da incidência, no total do Estado do Rio de Janeiro; e redução, no conjunto das UPP's. Todavia, em ambos os casos, o número de ocorrências dos casos de roubos a transeuntes foi determinante para as mudanças. De igual maneira, a incidência de roubo de veículos distingue-se em ambos os espaços geográficos: aumento no total do Estado do Rio de Janeiro; e redução, no conjunto das UPP's.

Quando se compara o total de roubos com o de furtos, nota-se outra diferença: enquanto, no Estado do Rio de Janeiro, as subtrações patrimoniais violentas (roubos) estão aumentando e se aproximando das não violentas (furtos), constata-se, no conjunto das UPP's, um afastamento progressivo em sentido inverso, com pequena inflexão em 2013. Essas informações apontam para certo crescimento conjuntural dos indicadores dos crimes contra o patrimônio mais violentos selecionados para o total do Estado fluminense, com reflexos no cotidiano e na qualidade de vida das pessoas.

### **Pobreza e Desigualdade/Mercado de Trabalho**

A análise dos indicadores sobre pobreza, desigualdade e mercado de trabalho permite dizer que houve melhoras nos aspectos socioeconômicos relacionados à renda e à inserção no mercado de trabalho. Essa melhora guarda correspondência com aspectos socioeconômicos da qualidade de vida da população fluminense.

Com relação aos indicadores sobre pobreza e desigualdade, vale ressaltar que houve crescimento do rendimento médio domiciliar per capita real no período examinado (aproximadamente 27%), com redução de desigualdade social medida pelos coeficientes de Gini e Theil. Houve também uma tendência de queda no percentual de moradores de domicílios particulares permanentes abaixo da linha de extrema pobreza,

ao longo do período considerado, indicando ter havido melhora neste indicador, pelo menos até 2009.

Mesmo tendo verificado a maior redução no período, a alta razão historicamente observada entre os 10% mais ricos e os 20% mais pobres indica haver um hiato social difícil de ser superado. Por sua vez, constatou-se ainda uma redução da população com renda abaixo da linha da pobreza, representada pelo hiato médio da pobreza, mas que não se pode inferir o mesmo sobre o hiato médio da extrema pobreza.

Com relação aos indicadores do mercado de trabalho, verifica-se um aumento significativo da PIA e da PEA<sup>25</sup>, do rendimento médio do trabalho e da população ocupada, juntamente com uma redução da população desocupada. A trajetória da taxa de desemprego foi descendente de 2005 a 2012, quando atingiu o menor patamar histórico, no valor de 6,83%.

Analisando a evolução da taxa de participação, nota-se que houve oscilações no período, com recuperação, em 2013, do nível inicial. Por sua vez, houve diminuição de quase 10% do grau de informalidade e crescimento de mais de 92% no rendimento mediano real do trabalho principal, medidos pela PME para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre fevereiro de 2004 (R\$ 821,81) e dezembro de 2013 (R\$ 1579,63).

### **Habitação/Condições de Moradia**

Em relação às condições de moradia/habitação dos cidadãos do Estado do Rio de Janeiro no período analisado (2006-2013), foram observados resultados positivos no conjunto de variáveis que compõe a qualidade do saneamento básico. O principal responsável para tal trajetória foi o esgotamento sanitário, que apresentou significativo aumento no número de domicílios ligados à rede geral de esgoto. A respeito do destino do lixo, observou-se uma ligeira melhora nos seus índices. Por outro lado, a forma de abastecimento de água não apresentou alterações significativas.

Ao analisar as características dos domicílios, verifica-se que houve um pequeno crescimento no número de domicílios com sanitários. A evolução de domicílios em situação de habitação precária oscilou, durante esse período, muito próxima de zero. O

---

<sup>25</sup> O aumento da PEA pode ser explicado tanto pela conjuntura demográfica favorável, com o envelhecimento populacional e diminuição das taxas de fecundidade, quanto pelo cenário econômico positivo, com aumento da renda e da população ocupada no mercado de trabalho.



total de domicílios com adensamento excessivo também apresentou uma leve queda, sendo que esta variável apresenta resultados mais significativos no estrato da população mais pobre (20% mais pobres).

O mesmo ocorre no caso dos serviços essenciais que, em termos gerais, sofreu um discreto aumento. Todavia, em relação a esses, não houve alterações significativas na disparidade de acesso entre os estratos sociais extremos da população.

No tocante ao número de domicílios em situação de irregularidade fundiária, quando comparados o ano final ao inicial, observa-se números superiores na comparação entre os extremos das séries, principalmente em razão do aumento dessa variável entre os 20% mais ricos. No caso da cobertura da iluminação pública, houve gradativo aumento no seu índice, muito próximo de alcançar sua plenitude em todas as áreas a serem atendidas.

Assim sendo houve de forma geral, uma tendência positiva nas variáveis selecionadas para compor o tema condições de moradia/habitação. Ressalta-se que, em sua maioria, esse crescimento foi lento, com exceção do esgotamento sanitário.

## **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, M.A; GUTIERREZ, G.L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa.** São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.

HERCULANO, S.C. **A qualidade de vida e seus indicadores.** In: Qualidade de Vida e Riscos Ambientais, Selene Herculano et al. (org.). Niterói: Eduff, 2000.

IPEA. **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2010.

NAHAS, M. I. P. **Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica.** In: Curso Governança Democrática: Indicadores Sociais. Curitiba, IPARDES/CTD, 2005.

NAHAS, M. I. P.; PEREIRA, M. A. M.; ESTEVES, O. A.; GONÇALVES, E. **Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR).** In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

VITTE, C.C. **Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social.** In: População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais / Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

YAZAKI, Lucia Mayumi. **Fecundidade da mulher paulista abaixo do nível de reposição.** Estudos avançados, vol.17 n°49 São Paulo - Setembro/Dezembro, 2003.

Revista de



ISSN 1981-8939

# Economia Fluminense

Ano VIII - Número 15 - Dezembro | 2014

## GRANDES EVENTOS, POLÍTICAS SOCIAIS E FINANCIAMENTOS IMPACTAM O MERCADO IMOBILIÁRIO?

Artigo da Professora da UERJ **Maria Beatriz David**

"O DESAFIO LOGÍSTICO É CONSOLIDAR CENTRALIDADES E LEVAR O DESENVOLVIMENTO PARA OS DIVERSOS VAZIOS PRODUTIVOS DE NOSSO ESTADO."

Entrevista com **Bruno Sobral**,  
autor de "Rio Metrópole e projeto nacional"  
1  lugar no XVIII Pr mio Brasil de Economia 2012

## BOLETINS CEPERJ

Nova publica o da Funda o traz análises aprofundadas sobre temas do Estado do Rio de Janeiro

# 15<sup>o</sup> Concurso Literário

do Servidor Público do Estado do Rio de Janeiro

*Poesia e conto*

**Em 2015 a Fundação Ceperj fará a premiação da 15ª edição do  
Concurso Literário dos Servidores do Estado.**

**Conheça os premiados:**

**Categoria Poesia**

- 1º colocado - Darcy Ribeiro da Cruz, "Poema do Não Beco"
- 2º colocado - Solange Firmino, "Estátua de mineiro no Rio"
- 3º colocado - Antonio da Silva, "Lapa"

**Categoria Conto**

- 1º colocado - Alexandre Durão Carneiro, "O Samba é Assim"
- 2º colocado - Helton Timoteo da Silva, "Os olhos do Poeta"
- 3º colocado - Joedyr Gonçalves Bellas, "Um passeio de barca"

**Para conferir a lista na íntegra acesse o site:  
[www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br)**

# Informação: o caminho para a tomada de decisão

**R**ecentemente tornou-se voz corrente que a economia do Estado do Rio de Janeiro tem avançado, mesmo em meio a uma época de inegável crise econômica mundial. Jornalistas, acadêmicos, políticos (mesmo de oposição, como se viu nos recentes debates eleitorais) e a sociedade civil reconhecem a clara evolução do Rio de Janeiro não apenas nos aspectos relacionados à economia, mas também no atendimento a demandas sociais.

É também dito que o sucesso do Estado do Rio de Janeiro se deve a uma série de fatores que contribuem para o incremento da economia fluminense, entre os quais estão o aumento da cooperação entre os entes federativos das três esferas de governo (União, Estado e Municípios), a consolidação institucional da Administração Estadual, a preocupação com as práticas eficientes de gestão pública, a despolitização de funções administrativas, o esforço fiscal e a adoção de uma política consistente de incentivos à instalação de indústrias no estado.

Mas ainda mais importante, e na origem de toda essa evolução, se encontra a tomada de decisões corajosas pelo Governo do Estado, algumas das quais eram consideradas impensáveis há pouco tempo. Decisões como o reforço institucional de mecanismos de controle de legalidade da atuação administrativa, a implantação da meritocracia na escolha de diretores de escolas, a adoção de mecanismos contratuais para gestão de unidades de saúde, o pagamento das dívidas e o cumprimento de decisões judiciais, entre outras, estão na base das políticas públicas que contribuíram para a recuperação da imagem do Estado do Rio de Janeiro.

Essas decisões, porém, não foram tomadas ao acaso: são fruto de um processo de inteligência, que abrange a análise de dados, as percepções sobre o ambiente institucional, político, social e econômico, a estimativa dos custos, a previsão das possíveis consequências de uma ação. A tomada de decisões necessita, portanto, ser subsidiada por informações

confiáveis e análises cuidadosas em que possa se alicerçar.

É neste contexto que se inserem os estudos temáticos, os dados estatísticos, a inteligência geográfica, a discussão de políticas públicas e de conjuntura, a capacitação e a seleção de agentes públicos conduzidos pela Fundação Ceperj, que visam a contribuir para o melhor conhecimento do ambiente econômico e social, subsidiando a tomada de decisões por parte da Administração Pública.

Esta edição da Revista de Economia Fluminense é mais um passo neste sentido, trazendo informações úteis sobre o ambiente econômico e social do Estado do Rio de Janeiro, contextualizadas e analisadas por técnicos experientes, tanto da própria Fundação Ceperj quanto convidados externos. Os artigos aqui apresentados são, por fim, um convite à reflexão sobre a economia do nosso estado e também para que o leitor possa conhecer os demais produtos da Fundação Ceperj. Boa leitura!



Foto: Ana Carvalho

**Mauricio Carlos Ribeiro**

Presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

## EXPEDIENTE



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
Luiz Fernando de Souza  
**Secretaria de Estado de Planejamento  
e Gestão - SEPLAG**  
Francisco Caldas



### **Presidência**

Maurício Carlos Ribeiro

### **Vice-Presidência**

Marcelo Roberto Pedrosa da Silva

### **Órgãos Colegiados:**

#### **Conselho Fiscal**

Gilson Magrani, Cristina Blum Miranda,  
Sandra Vigne Lo Fiego

#### **Conselho Estratégico de Informações e Gestão**

#### **Órgãos Executivos:**

#### **Escola de Gestão e Políticas Públicas**

Vera Regina Ramos Pinto

#### **Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas**

Monica Simioni

#### **Diretoria de Concursos e Processos Seletivos**

Verônica de Lima Rodrigues Braz

#### **Diretoria de Cooperação Técnica e**

#### **Desenvolvimento Institucional**

Cláudio Aranha

#### **Diretoria Administrativa e Financeira**

Cristiane Seixas Fernandes

#### **Assessoria Jurídica**

Alberto Junqueira

#### **Assessoria de Comunicação**

Carolina Graciosa da Fonseca

#### **Jornalista Responsável**

Rogério Lessa RJ21221JP

#### **Projeto Gráfico / Diagramação / Ilustração**

José Aranha Portelada

#### **Capa**

Paulo Dias

#### **Colaboradores**

Ivone Ferreira, Mariléa Miranda, Joyce Lima, Carolina  
Graciosa da Fonseca e Sandra Fioretti

#### **Revisão**

Carolina Graciosa da Fonseca, Rogério Lessa, Mariléa  
Miranda e Joyce Lima

#### **Fotos**

Ana Carvalho, Claudia Elias e Divulgação

#### **Tiragem**

1.000 exemplares

A Revista de Economia Fluminense é um espaço de divulgação, informações e análises sobre a realidade econômica e social do Estado do Rio de Janeiro.

Distribuição Gratuita

Disponível também na versão eletrônica

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ  
Av. Carlos Peixoto, 54 - Botafogo  
CEP 22290-090 Rio de Janeiro  
[www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br)

Revista de Economia Fluminense  
Sugestões, críticas e opiniões:

Assessoria de Comunicação e Editoração  
Tel.: 21 2334-7311 / 7317  
[comunicacao@ceperj.rj.gov.br](mailto:comunicacao@ceperj.rj.gov.br)



---

02 Editorial

---

05 Artigo

---

18 Sínteses sobre os Boletins Ceperj

---

34 Indicadores Econômicos

---



# SUMÁRIO



Estado do Rio de Janeiro ganha Boletim Ceperj, nova publicação da Fundação com análises temáticas

**15**  
**CAPA**



Página 06

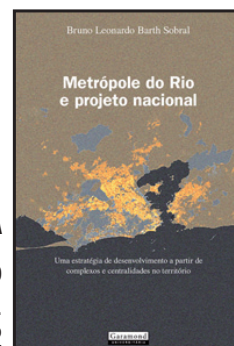
## ARTIGO

**Maria Beatriz de A. David** (UERJ)  
Grandes Eventos, Políticas Sociais e fontes de financiamento: existiriam elementos suficientes para sustentar uma bolha imobiliária?

Página 11

## ENTREVISTA

**Bruno Sobral** autor do livro "Rio Metrópole e projeto nacional" (Garamond), 1º lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia 2012



Página 28

## DEBATE

Rio Pensa o Futuro: Análise temática das mesas de debate do seminário realizado na Firjan

# Capacitação e meritocracia no Estado do Rio de Janeiro



Foto: Claudia Elias

**A** criação das redes de gestão e o incremento das capacitações dos servidores estaduais foram ações de grande destaque da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) em 2014, beneficiando cerca de dois mil servidores. Muitos desses cursos foram realizados em parceria com a Fundação Ceperj, como os da Rede de Gestão de Recursos Humanos.

Seplag e Ceperj já realizaram três cursos como este, com o objetivo de padronizar procedimentos, compartilhar informações e atualizar os servidores lotados nos órgãos setoriais de RH. Com carga horária de 28 horas, aborda os seguintes módulos: Legislação de Pessoal, Administração Pública e Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH-RJ), que é o sistema que gerencia a folha de pagamento do Estado. Até agora já foram concluídas 203 capacitações pela Rede de Gestão de Recursos Humanos.

A capacitação através das redes é uma forma de qualificar e motivar o funcionário, além de propiciar a troca de experiências entre servidores que desempenham funções semelhantes em órgãos diferentes. Além disso, visa melhorar a qualidade dos processos da Administração Pública. Para tornar a iniciativa mais transparente e ágil, a Seplag criou redes de gestão específicas para cada área de atuação da Secretaria. Com isso, a divulgação das capacitações tornou-se mais dinâmica, bem como a própria troca de informações entre os participantes das redes.

Nos últimos anos, a Seplag capacitou um total de 6.359 servidores. A área de Logística foi a que mais realizou capacitações, com 4.428 servidores treinados. Na área de Recursos Humanos foram 1.357; na de Planejamento, 405; na de Orçamento, 132; e na área de Patrimônio, 37 servidores.

Entre os cursos oferecidos na área de Logística estão: Formação de Pregoeiros; Básico de Licitações e Contratos; Gestão de Contratos; Gestão de Frota; Oficina de Contratos; Oficina de Prestação de Contas; Registro de Ocorrências no Siga; e Técnicas de Negociação. Na área de RH, além dos cursos da Rede,

há encontros anuais com servidores de todo o Estado, quando cerca de 300 pessoas assistem a palestras de especialistas e participam de workshops sobre temas ligados ao RH.

O setor de Orçamento realizou treinamento em Administração Orçamentária e Financeira, e Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão (Siplag). No setor de Planejamento, os cursos foram Análise do Impacto Orçamentário, Elaboração de Relatórios, Governança Participativa: Legislação Brasileira para Elaboração de Políticas Públicas; Indicadores de Programas; Metodologia para Elaboração de Estratégias de Desenvolvimento Local; Metodologia de Planejamento; Oficina para Elaboração de Termos de Referência e Editais: Compras e Contratação de Serviços; Planejamento Estratégico na Administração Pública; Planejamento Regional e Territorial; Indicadores Sociais; e Elaboração de Programas Governamentais.

Já o setor de Patrimônio treinou servidores nos seguintes cursos: Engenharia e Avaliação, Autocad, Avaliação de Imóveis na Administração Pública, Gestão do Patrimônio Imobiliário, Gestão Pública, Georeferência e Gerenciamento de Projetos e Prevenção contra Incêndio e Pânico, entre outros.

Além de servidores do Estado, a Seplag também contribuiu para a capacitação de gestores municipais. O objetivo foi apresentar aos participantes os conceitos e processos de trabalho para a elaboração de um projeto, além de ajudá-los na construção do Plano Plurianual (PPA) municipal. A Seplag realizou oficinas para gestores de municípios de todas as regiões do Estado, com a participação de 202 inscritos de 42 municípios fluminenses.

Com este trabalho, a Seplag enfatiza a sua preocupação em tornar os recursos humanos do Estado cada vez mais qualificados. Isso, além de oferecer perspectivas de crescimento profissional para os servidores, contribui para tornar mais eficaz o atendimento às demandas dos outros órgãos e da sociedade fluminense.



# Grandes Eventos, Políticas Sociais e fontes de financiamento:

Existiriam elementos suficientes para sustentar uma bolha imobiliária?

O aumento dos preços dos imóveis no país, especialmente no Rio de Janeiro, tem suscitado uma série de reflexões e comentários no sentido de que poderíamos estar frente a uma bolha imobiliária semelhante às ocorridas em outros países. A última destas bolhas esteve inclusive na origem da crise financeira de 2007/2008, o que torna a possível ameaça mais assustadora.

A passagem recente do prêmio Nobel de economia pelo Rio de Janeiro reascendeu este debate. Robert Shiller alertou para a possibilidade da formação de uma bolha. “O que aconteceu de tão dramático para os preços subirem assim, nos últimos cinco anos? A inflação não foi muito menor? Os preços caíram 25% em Los Angeles e Nova York no mesmo período. E por que os preços no Brasil foram para cima ininterruptamente?”, disse ele, segundo o portal brasileiro Infomoney.

“Eu não posso cravar que exista uma bolha no Brasil porque não conheço a fundo as características do mercado local. Mas comparando os dados brasileiros com os de outros países, posso dizer que a alta sugere cautela”, alertou Shiller. Considerado um dos gurus da bolha imobiliária dos EUA, lembrou que os preços dos imóveis no Japão tiveram o mesmo movimento na década de 1980 e depois, no início dos 1990, começaram a cair sem parar e perderam dois terços do valor até agora.



**O volume de depósitos das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) aumentou mais de 11 vezes entre 2005 e 2010.**

O objetivo deste artigo é discutir uma série de fatores que têm colaborado para a valorização imobiliária e explorar se existe um risco sistêmico de ocorrer uma especulação que resulte na deterioração dos preços no médio e longo prazo.

## Rio lidera valorização

Os valores de venda dos imóveis subiram 230% no Rio de Janeiro desde 2008 a 2013,

segundo o índice FipeZAP, que monitora os preços de venda e aluguel anunciados. Em São Paulo o aumento foi de 188% no mesmo período de comparação, que vai até outubro de 2013. O preço médio dos imóveis anunciados na internet no Rio de Janeiro subiu 191% entre janeiro de 2008 e novembro de 2012, ou seja, quase triplicaram em menos de cinco anos. A maior alta se deu nos valores de apartamentos de um quarto, que subiram 210%. O aumento médio mensal dos imóveis nas sete regiões pesquisadas foi de 0,9%, um pouco mais forte que a média de 0,8% ocorrida em outubro. As maiores altas no mês de novembro ocorreram em São Paulo e Salvador, de 1,2%, e a maior queda foi em Fortaleza, de 1%. No acumulado em doze meses, o aumento médio nas sete regiões foi de 13,8%, contra 14,4% em outubro.

No Rio de Janeiro a alta acumulada em 12 meses foi de 15,1% e, em São Paulo, de 16,4%. Os preços dos imóveis no Rio sobem 13% em 2012, 16% em 12 meses e 123% em três anos. Os aluguéis subiram 9%, 13% e 72% respectivamente. Um apartamento nessas cidades pode chegar a custar até 60% mais caro que em Miami, de acordo com levantamento da imobiliária Elite International Realty realizado em setembro.

Para Robert Schiller (Prêmio Nobel de Economia 2013), Nouriel Roubini (que previu a crise da subprime em 2007/08) e grande parte dos economistas, a política macroeconômica prudencial e o sistema regulatório têm se mostrado pouco eficientes para regular o direito de propriedade e o sonho da casa própria.

A cidade do Rio de Janeiro fica em segundo lugar no aumento de preços em 2013, superada somente pela recuperação dos preços observada nos Estados Unidos. Um levantamento de preços realizado pelo Deutsche Bank mostra que o Rio de Janeiro é o terceiro local mais caro do mundo para se alugar um

escritório em áreas comerciais. O mercado imobiliário brasileiro cresceu nos últimos anos, assim como o valor do metro quadrado. Utilizando Nova York como cidade-base, no Rio é 153% mais caro que o aluguel na cidade americana, sendo que o preço do aluguel líquido no Rio de Janeiro é de US\$ 90,40, contra US\$ 35,80 em NY. Em primeiro lugar ficou Hong Kong, com 366% a mais que a cidade-base, enquanto em segundo, ficou Tóquio (196%).

Outra cidade brasileira citada na pesquisa foi São Paulo, onde foi registrado que o preço do aluguel de escritórios é 77% mais caro que em Nova York. Em relação a 2012, o aluguel na cidade Carioca era de US\$ 78,98 contra US\$ 35,72 em Nova York; a diferença entre os dois valores era de 121%. O fenômeno de valorização está ocorrendo tanto nos imóveis residenciais como nos comerciais.

No país, em seu conjunto, o fôlego da valorização, porém, segue o ritmo da economia e os negócios e mostra que estão em franca desaceleração. Da liderança nos cinco anos, o Brasil cai para o décimo lugar em valorização no acumulado em dois anos e está em um modesto 22º lugar no último semestre.

Como foi ressaltado anteriormente, em 2008 o mundo mergulhou na maior crise econômica em décadas e o setor imobiliário dos Estados Unidos estava na raiz do problema. O diagnóstico fez com que medidas coordenadas fossem tomadas ao redor do mundo. Uma delas foi o início de um inédito levantamento global sobre preços do mercado imobiliário residencial. O levantamento é feito em mais de 50 países e coordenado pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), instituição que funciona como o banco central dos bancos centrais.

No Brasil, o levantamento ficou a cargo do Banco Central e começou a ser divulgado em abril do ano passado. É esse estudo que mostra que o valor médio dos imóveis mais que dobrou em cinco anos até o terceiro trimestre de 2013.

**Nos últimos cinco anos,  
nenhum lugar do mundo  
viveu valorização imobiliária  
tão grande como a  
ocorrida no Brasil.**

A valorização brasileira superou mercados aquecidos, como o de Hong Kong - cujo metro quadrado ficou 101,4% mais caro em cinco anos - e foi praticamente o dobro da observada em Kuala Lumpur, na Malásia (62,5%), e em Cingapura (61,6%). Dependendo do país, a pesquisa do BIS usa dados do mercado nacional, como no Brasil, ou de algumas cidades, como na China.

Um grande problema para a comparação entre mercados imobiliários do mundo costumava ser a falta de padronização dos índices locais de preço. Para resolver o problema, o BIS aceita duas referências: valor do metro quadrado e valor de cada negócio. Para o Brasil, é usada a segunda opção. O Índice de Valores de Garantia de Imóveis Residenciais Financiados é calculado mensalmente pelo Banco Central conforme o valor de avaliação de cada imóvel financiado pelos bancos. São consideradas 11 regiões metropolitanas, entre elas Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio, Salvador e São Paulo.

### **Situação de aquisição de imóveis, instrumentos de financiamento e valorização imobiliária**

Ao contrário da maior parte das economias onde ocorreram bolhas imobiliárias, o sistema financeiro no país não é um sistema tradicional de intermediação. Primeiro pelo papel dos títulos de governo, da herança inflacionária e da estrutura de distribuição da riqueza que elevam o custo do dinheiro e fizeram com que o acesso ao sistema fosse durante muito tempo restrito. As operações de crédito pessoal se concentravam

no varejo e para bens de consumo. As facilidades de acesso ao crédito são relativamente recentes e se expandiram com a necessidade do sistema bancário de compensar a renda perdida com a estabilização inflacionária e com o aumento da renda de parte da camada mais pobre da população, em função dos aumentos reais do salário mínimo e das políticas sociais.

Houve uma busca de novos tomadores via democratização dos cartões de créditos e do crescimento dos empréstimos acelerado pelas medidas de expansão do crédito, via bancos públicos como parte da política para estimular o consumo após 2008. Segundo o FMI, isto resultou em um aumento de quase 100% no crédito privado desde 2007. Hoje o nível de endividamento das famílias está em padrões comparáveis ao das economias dos países mais avançados. Mesmo assim na relação entre endividamento e tipo de crédito tomado, o imobiliário responde por pouco mais de 20%. No Brasil a proporção do crédito imobiliário sobre o Produto Interno Bruto (PIB) chegava a apenas 7,9% em agosto de 2013 e em 2012, era de 6,8%. Para efeito de comparação, os EUA em 2011 registraram uma proporção de 76,1% do PIB, e o Reino Unido mais de 80% do PIB, no mesmo ano. Cerca de 74% dos financiamentos imobiliários no Brasil são para aquisição do primeiro imóvel.

Atualmente, as principais fontes de recursos do crédito imobiliário são constituídas pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e a Carteira Hipotecária (CH). O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ambos compõem o SFH. A partir da criação do SFI, em 1997, foram introduzidos no mercado novos instrumentos financeiros, especialmente para operações de crédito imobiliário. Esses instrumentos estão classifi-

cados em três categorias: Renda Fixa, Renda Variável e Securitização.

Com relação aos instrumentos de renda fixa, de acordo com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), o volume de depósitos das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) aumentou mais de 11 vezes entre 2005 e 2010.

**Parte da valorização ocorrida em alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro é resultado da retomada de preços dos imóveis que haviam caído drasticamente, por estarem localizados em áreas críticas do ponto de vista de segurança. Com a implantação das UPPS houve uma recuperação no valor destes imóveis.**

As emissões primárias de debêntures de empresas do setor imobiliário, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), formaram um montante R\$ 5,5 bilhões, só em 2010. Por outro lado, as Letras Hipotecárias (LHs) vêm apresentando papel decrescente no setor privado devido à dificuldade e burocracia da execução de hipotecas no Brasil e ao surgimento títulos com garantias de execução mais dinâmicas, tendo seu volume de depósitos caído pela metade entre 2005 e 2010. Já as operações de renda variável, ambas apresentaram crescimento nos últimos anos. Só em 2010, as emissões primárias de ações de empresas do setor imobiliário, registradas na CVM, totalizaram quase 406 milhões e o mercado de Fundo de Investimento Imobiliário (FII) apresentou seu melhor de-

sempenho, com um montante de captação de mais de R\$ 4 bilhões.

Em 1997, entrou em vigor a alienação fiduciária para imóveis - os bancos podem tomar o imóvel que está sendo financiado, caso o comprador não pague algumas parcelas. Além disso, só são concedidos empréstimos a quem comprovar que a prestação não comprometerá mais que 30% da sua renda. No entanto, para alguns segmentos a expansão acelerada do mercado imobiliário alimentou um quadro de desordem na formação de preços.

O aumento da concessão de crédito, com a estabilidade monetária, coincidiu com os programas de habitação do governo, como o Minha casa Minha Vida, voltados às famílias com menores níveis de renda e aos beneficiários dos programas sociais. Os preços dos insumos de construção civil subiram ao mesmo tempo que o custo dos terrenos e, o aluguel social gerou um piso tornando os aluguéis em comunidades praticamente o dobro do observado há dois anos. Neste segmento e até o teto dos empréstimos garantido pelo FGTS, de cerca de R\$ 800 mil, podem existir os elementos para desencadear a valorização insustentável que repercutiria e se propagaria para todo o setor. Eles que poderiam ser a gênese da bolha e se resumiriam na existência de financiamento fácil, na deterioração da renda ou no endividamento excessivo dos tomadores e na desvalorização do espaço urbano onde os imóveis estariam localizados, por exemplo, por problemas de segurança ou de degradação.

## Desaceleração

Nos últimos cinco anos, nenhum lugar do mundo viveu valorização imobiliária tão grande como a ocorrida no Brasil. A comparação entre 54 países realizada por bancos centrais de todo o mundo mostra que o preço médio dos imóveis brasileiros subiu 121,6% no período pós-crise de 2008. O fôlego do mercado, porém, diminuiu. A forte alta ocorreu especialmente entre



O Rio de Janeiro é o terceiro local mais caro do mundo para se alugar um escritório em áreas comerciais.

Tóquio

2º



1º Hong Kong



Rio de Janeiro

3º



2008 e o início de 2011, quando a valorização anual dos imóveis permaneceu sistematicamente acima de 20%. Nos trimestres seguintes, o ritmo desacelerou para perto de 15% e a subida reduziu ainda mais o passo para o patamar dos 9% no ano passado.

O fenômeno fica ainda mais explícito no horizonte de curto prazo. Nos últimos 12 meses, a alta de preços no Brasil foi de 7,1%, o 16º maior resultado da pesquisa do BIS. Em seis meses, a valorização foi de 4,6%, a 22.ª maior alta do mundo. "O mercado brasileiro passa por um período de ajuste alinhado com o menor crescimento da economia. Essa desaceleração pode ser considerada positiva porque eleva a sustentabilidade do setor", diz Liam Bailey, chefe da área de pesquisa internacional da maior imobiliária independente do mundo, a britânica Knight Frank.

Apesar da avaliação positiva, Bailey reconhece que, após certa euforia, atualmente há opções mais atrativas que o Brasil para investir em emergentes, como Dubai ou a Turquia. "Mas ainda há bons negócios no Brasil, especialmente em áreas com melhor infraestrutura de São Paulo e Rio de Janeiro", diz Bailey. O executivo comenta que poucos europeus consultam a Knight Frank sobre oportunidades no Brasil. "Mesmo com o crescimento recente, o país ainda é um mercado majoritariamente para investidores locais."

Existe uma grande dificuldade em estabelecer uma uniformidade de preço por metro quadrado, uma vez que os bens são bens diferenciados, não existindo um padrão claro de homogeneidade como ocorre nos principais mercados imobiliários das grandes cidades. Normalmente existem bairros com imóveis de aproximadamente o mesmo tempo de construção e um determinado padrão de renovação. No Brasil e especialmente no Rio, as áreas da cidade vão se degradando sem uma política urbana de recuperação e revitalização por parte do poder público e não predomina a cultura da conservação e do investimento, inclusive porque os proprietários envelhecem e perdem renda. Existe uma clara preferência pelos imóveis recentes, mesmo que signifique áreas menores, construção de qualidade discutível e distante dos locais de trabalho exigindo investimentos crescentes em infraestrutura. Só recentemente se estabelecerá padrões de construção para prevenir ruído, privacidade e etc. A cultura da preservação esta claramente ausente, tanto na estratégia pública como na individual. A teoria de localização, acesso, infraestrutura serve com indicativo, mas a diferenciação do produto pesa consideravelmente no preço final. Portanto, existe uma demanda reprimida por imóveis e um mercado de aluguel que não tem acompanha do o valor imobiliário, principalmente por questão de capacidade de paga-

mento, ou seja, nível de renda.

Os desafios do ponto de vista da ampliação da oferta são a disponibilidade de terrenos, a revitalização dos centros nas grandes cidades e o aumento da oferta de infraestrutura nos bairros mais afastados, os custos da legislação urbana e ambiental (licenças, impacto de vizinhança, compensações). A escolha das transações realizadas em vez do preço do metro quadrado pelo BIS confirma os argumentos apresentados acima.

Parte da valorização ocorrida em alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro é resultado da retomada de preços dos imóveis que haviam caído drasticamente, por estarem localizados em áreas críticas do ponto de vista de segurança. Com a implantação das UPPS houve uma recuperação no valor destes imóveis.

No Rio de Janeiro, o impacto dos grandes eventos sobre o preço dos imóveis parece que vai ser relativamente restrito, uma vez que a expansão da infraestrutura não tem acompanhado a concentração populacional e a oferta de trabalho. A primeira está na Zona Norte, Subúrbio e Baixada, a segunda no Centro e na Zona Sul e a infraestrutura para os eventos concentrada na região oeste. Por tanto, seu impacto sobre a vida da cidade, ao contrário da experiência de Barcelona será limitado. A demanda também se concentra em hospedagem de curto prazo, tendo maior influência sobre a infraestrutura de hotelaria e no surgimento

de circuitos alternativos, que normalmente não significam investimentos novos e sim adaptação de infraestrutura existente.

Outra explicação para o aumento dos preços de imóveis no Rio poderia ser a perspectiva de novas atividades ligadas à exploração de petróleo e gás, que impactaria os imóveis comerciais e os residenciais, com a chegada de empresas e de trabalhadores in-

clusive estrangeiros ligados a estas atividades.

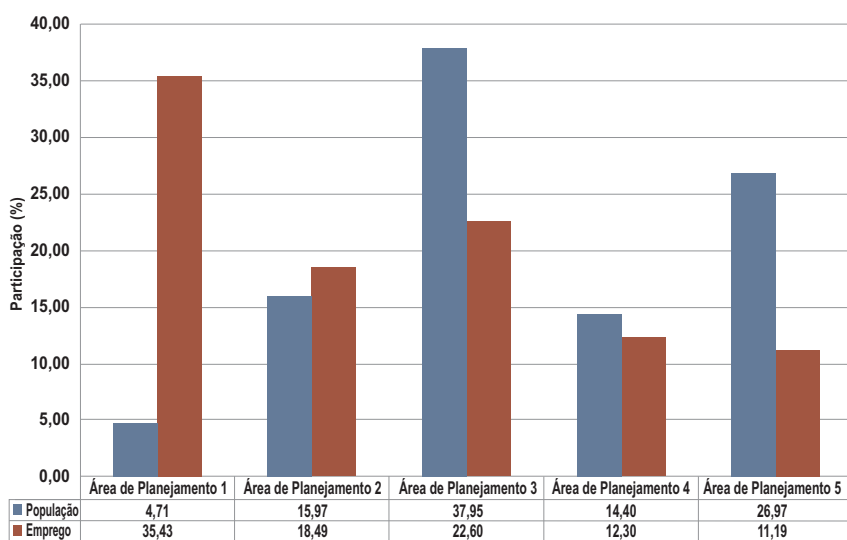
### Conclusão

O mercado imobiliário nas grandes capitais continua influenciado por pressões de demanda, que não aparecem mais claramente dadas a escassez de financiamento e às limitações impostas pelo nível de renda da população. Ao contrário dos países

que passaram por crises relacionadas às bolhas imobiliárias, o Brasil não apresenta as mesmas condições de alavancagem e de financiamento para a aquisição de imóveis.

As novas fontes de financiamento ligadas aos Programas Minha Casa Minha Vida, ao aumento do teto de financiamento do Fundo de Garantia e a oferta de crédito nos últimos anos pode, no entanto, reverter este quadro e levar a que este segmento de mercado esteja sujeito a uma valorização que contenha os elementos relacionados às crises de bolha. Isto se concretizará se houver um aumento do nível de endividamento dos tomadores destes créditos, uma deterioração no seu nível de renda ou uma desvalorização patrimonial, por problemas relacionados à segurança ou a degradação das áreas onde se localizam estes imóveis. O impacto sobre o mercado pode se generalizar e ser o germe de uma crise de confiança que afugentará os investimentos no setor, que em momentos de aceleração inflacionária e baixo retorno das aplicações financeiras, apesar de apresentar menor liquidez dá maior segurança. ■

Participação percentual da população e do emprego formal segundo Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro em 2010



Fonte: Censo 2010/IBGE, RAIS/MTE e IPP

**O Curso de Especialização em Administração Pública (CEAP) completa, em 2014, 20 anos de existência. Criado pela Escola de Gestão de Políticas Públicas da Fundação Ceperj, o curso tem a finalidade de especializar e capacitar profissionais de diversas áreas do setor público e privado para as funções estratégicas no âmbito das políticas públicas. O CEAP é uma pós-graduação lato sensu requisitada por empresas e instituições presentes no Estado do Rio de Janeiro.**

Informações e inscrições:

Fundação Ceperj

Escola de Gestão e Políticas Públicas

Secretaria, 7º andar, sala 701

Telefones (21) 2334-7107 / 2334-7178 / 2334-7179

Horário - 9h às 17h

[www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br)



# Um projeto de desenvolvimento para o Rio de Janeiro

“O Rio carece de um planejamento integrado e voltado para um protagonismo nacional”

**E**ntrevista com **Bruno Leonardo Barth Sobral**, economista,

professor da Faculdade de Economia da Uerj e autor do livro “Metrópole do Rio e projeto nacional - uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território”, baseado na tese de doutorado laureada com o 1º lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia 2012.

Planejamento e desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro são questões debatidas com frequência por especialistas e autoridades. Encarados como uma problemática histórica por alguns, as soluções para um planejamento integrado e voltado para um protagonismo nacional acabam por se tornar desafios para o território fluminense.

A falta de diálogo e articulação para projetos realizados no estado foi uma das questões levantadas por Bruno Leonardo Sobral durante a entrevista realizada pela Revista de Economia Fluminense. Confira.

**Revista de Economia Fluminense:** Como se estrutura o diálogo em relação ao planejamento no Estado do Rio de Janeiro?

**Bruno Sobral:** Eu acho que esse diálogo vem tendo a dificuldade de considerar a dimensão territorial do problema e, assim, colocar a importância da economia fluminense no debate do desenvolvimento nacional. Em meu livro, expus essa questão para começarmos a pensar o Rio

Foto: Ana Carvalho



dentro de um projeto de país, criticando a visão que considera que discutir problemas regionais fosse, necessariamente, pensar pequeno, algo provinciano. Caso contrário, não se é capaz de discutir em profundidade o processo de integração econômica entre as diversas regiões do estado e com o resto do país.

Contudo, não existe hoje um plano de desenvolvimento voltado para a totalidade do território fluminense. Aposta-se em atrair e ir instalando uma série de empreendimentos e grandes investimentos de forma pontual e pouco crítica. Ao que parece, a simples viabilidade econômica de um projeto empresarial já o justificaria. Isso é correto na lógica do negócio, mas na lógica do interesse público o desafio é compatibilizar e articular os empreendimentos e grandes investimentos com o tecido produtivo regional, a fim de fortalecer a economia estadual enquanto um sistema econômico, diante de sua relevância para o desenvolvimento nacional.

Não sendo isso assumido como o ponto fundamental, o debate fica preso às expectativas momentâneas e os sinais mais aparentes de ganho empresarial, sem interferir criticamente em todas as ações políticas necessárias para consolidar uma trajetória de desenvolvimento de um tecido produtivo forte. Ainda existe uma dificuldade de elaborar políticas tendo por base uma visão histórica de nossa formação socioeconômica. É preciso ter claro que muitas coisas parecem ser soluções imediatas, mas, na verdade, são desafios históricos imensos, e você tem que pensar em estruturar em médio e em longo prazo.

**REF: Entre os desafios para o Estado do Rio de Janeiro, existe algum que tenha uma política de planejamento?**

**Sobral:** Minha interpretação é que se confunde gestão com planejamento, ou se encara esse

último como algo subordinado ao primeiro. Contudo, nenhum “choque de gestão” pode suplantar a carência de uma estrutura de planejamento.

Na minha avaliação, ficamos muito em cima daquela relação com o empresário, que chamamos de estado-facilitador (de negócios). Quando muito, o que se chama de ações de planejamento é algo feito às avessas, quando os projetos de investimento já foram decididos pela lógica de mercado e a capacidade indutora do estado se revela muito limitada. É bem mais complicado fazer um planejamento à posteriori, ele tinha que vir antes para colocar os projetos dentro de um conceito maior do desenvolvimento do território.

Para existir uma política de planejamento tem que reestruturar o estado mais profundamente, fazer concurso público para ter servidores qualificados, criar áreas que elaborem um plano de desenvolvimento, ao invés de fazer uso do mercado de consultorias etc. Enfim, precisa-se de quadros técnicos que pensem os setores chave da economia fluminense e elaborem metas com acompanhamento ao longo de décadas. Planejamento exige um estado voltado para desafios de longo prazo, logo, que não se resuma à lógica de uma equipe de governo redefinida ao sabor dos ciclos políticos e pressões empresariais.

**REF: Então um diagnóstico para o Rio é que o estado carece de um planejamento que deveria ser articulado?**

**Sobral:** O estado carece de um planejamento integrado e voltado para um protagonismo nacional. Uma política com metas claras (e acompanhamento). Por exemplo, quais metas têm para a industrialização do estado atualmente?

**REF: E integrar diferentes cadeias? A indústria do petróleo deveria ser o carro chefe, mas não é isso que está acontecendo.**

**Sobral:** O ponto é que o petróleo é

**Para existir uma política de planejamento é preciso reestruturar o estado mais profundamente, fazer concurso público para ter servidores qualificados, criar áreas que elaborem um plano de desenvolvimento, ao invés de fazer uso do mercado de consultorias.**

a frente dinâmica mais expressiva, mas a indústria fluminense ainda é bem diversificada, então não é apenas apostarem fazer tudo pelo petróleo. Existem muitos complexos a serem trabalhados no Rio. É sobre a lógica de complexos que, inclusive, deve ser pensado o petróleo para se ir além de sua natureza de indústria extrativa.

É evidente que consolidar bases de exploração e sua infraestrutura associada é importante e reconfigura dinamicamente parcelas do território, mas o maior desafio é aproveitar essa frente dinâmica para o fortalecimento da indústria de transformação estadual. O que teria de maior valor agregado associado ao petróleo seria a industrialização de fato de diversas atividades metal-mecânica ou químico-farmacêutica que se poderiam consolidar a partir do petróleo. Isso está muito longe de ainda ser consolidado no estado.

**REF: Quais seriam as linhas mestras para o desenvolvimento além do petróleo?**

**Sobral:** Não podemos apostar em uma única atividade, porque há uma lista delas. Na verdade, o esforço deve ser pensar sempre em termos de complexos. A economia fluminense não está desprovida de elementos de atratividade econômica. No estado do Rio não faltam âncoras, apesar de desarticuladas. O problema está em criar complexos que dão a ideia de sinergia, ou seja, várias cadeias que deveriam ter articulação entre si a partir de um conjunto de centralidades específicas no território, configurando polos regionais que desenvolvam um tecido produtivo entre diversos municípios.

Evidentemente, isso não depende de seguir a lógica de mercado, mas coordenar politicamente decisões com fins de planejamento público. No último capítulo de meu livro aponto recomendações nesse sentido a partir da Região Metropolitana, visando consolidar alguns complexos que julgo fundamentais.

**REF:** Para que o estado se torne esse articulador, precisa ter uma qualificação da mão de obra, ou seria apenas vontade política?

Imagem capa do livro de Bruno Sobral



## A economia fluminense não está desprovida de elementos de atratividade econômica. No estado do Rio não faltam âncoras, apesar de desarticuladas.

**Sobral:** O problema está em articular investimentos de uma forma organizada a partir de uma visão de complexos e centralidades no território. Evidentemente, não basta vontade política, mas a formação de mão de obra é uma questão que não pode ser vista de forma isolada, deve ser compreendida associada à uma concepção política. Toda a qualificação do trabalho e valorização do serviço público deve estar associada a uma concepção de estado não resumido a facilitador (de negócios).

**REF:** O setor público tem profissionais qualificados para fazer essas articulações?

**Sobral:** É preciso um esforço maior de reestruturação do estado. É notório o conjunto de restrições financeiras para essas áreas de planejamento e falta de renovação dos quadros técnicos. Por exemplo, a própria Ceperj, ao incorporar a antiga Fundação CIDE, deveria consolidar uma grande área de pesquisas de fôlego e desenvolvimento de estatísticas próprias. Não temos no estado do Rio algo no nível da Fundação SEADE de São Paulo ou da João Pinheiro de Minas Gerais.

Além disso, há dificuldade de construir governanças regionais. Isso é gravíssimo quando se ressalta o vazio institucional que ainda se encontra nossa questão metropolitana. Com a extinção da

Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (Fundrem) essa construção ficou solta e de lá para cá não conseguiu mais se consolidar. Apesar da importância que possuem certas associações de prefeituras, não se pode esperar que façam o papel de uma agência ou superintendência de planejamento público. Até porque eles não têm quadros para fazer um planejamento de longo prazo.

**REF:** O Rio se tornará o maior centro de logística após as obras concluídas no estado?

**Sobral:** Com as obras em si, não. Tudo depende do planejamento. Já existe o Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e elabora-se o PELC RJ 2040 - Plano Estratégico de Logística e Cargas do Rio de Janeiro, e esse pode ser um caminho. Contudo, na hora da execução das políticas, a dimensão econômica não pode seguir apenas critérios microeconômicos associados à redução de custos e à atração de novos investimentos. O fundamental são os efeitos sobre a macroestrutura econômica. Quando menciono a importância de pensar a partir de complexos, é preciso destacar que sua natureza é logístico-produtiva. Desse modo, políticas para desenvolver um melhor sistema logístico precisam estar articuladas a uma política industrial efetiva também na escala estadual.

O cerne do desafio é deixar de encarar a infraestrutura logística apenas como um conjunto de suportes complementares para aumentar as vantagens locais, segundo a lógica empresarial. Ao contrário, essas inúmeras obras precisam ser planejadas para serem indutoras de um sistema produtivo mais integrado no território, inclusive criando novas centralidades.

Diante disso, é preciso partir de um diagnóstico que não se formaram ainda economias regionais fortes, não há uma forte



**Evidentemente, não basta vontade política, mas a formação de mão de obra é uma questão que não pode ser vista de forma isolada, deve ser compreendida associada à uma concepção política.**

interiorização econômica no Estado do Rio de Janeiro. O desafio logístico é consolidar centralidades e levar o desenvolvimento para os diversos vazios produtivos de nosso estado. Caso contrário, os problemas socioeconômicos se reproduzem. Em especial, a perversa combinação de favelização e lógica patrimonialista de ocupação de terrenos com melhor acessibilidade a partir dessas obras.

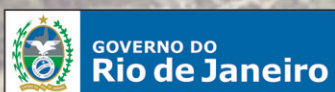
A principal e mais duradoura vantagem competitiva de qualquer economia regional não é uma lista de atributos, entre eles os logísticos. Na verdade, é o seu próprio tecido produtivo como um todo articulado. Por essa razão, minha ênfase é que o desenvolvimento possui uma dimensão territorial e que vai além de viabilizar os planos de negócios das principais empresas. Exige uma estrutura de planejamento que pense a economia fluminense como um sistema econômico a ser mais integrado e com centralidades estratégicas em termos de desenvolvimento nacional. ■

# LANÇAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

CEPERJ  DADOS

**Em 2015 a Fundação Ceperj  
oferecerá mais um serviço ao  
cidadão fluminense.**

**Acompanhe em nosso site:  
[www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br)**



GOVERNO DO  
**Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE ESTADO DE  
PLANEJAMENTO E GESTÃO



# Rendimento médio no Rio supera São Paulo em todas as atividades e regiões

## Boletim Ceperj avaliou também a escolaridade dos jovens e adultos e atividade industrial

Foto: Ana Carvalho

**C**riado na gestão do presidente Mauricio Carlos Ribeiro, o Boletim Ceperj é o estudo que divulga análises feitas a partir de dados publicados por fontes oficiais, contribuindo, dessa forma, para a sociedade, desenvolvimento e crescimento do Estado do Rio de Janeiro. Elaborada por técnicos do Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (Ceep), cada edição apresenta um tema específico sobre o cenário político, social, econômico, ambiental, urbano ou territorial.

Lançados este ano, já foram três os boletins divulgados até o fechamento desta revista (novembro/2014): a primeira edição foi lançada em junho e aborda a evolução do mercado de trabalho formal no Estado do Rio de Janeiro em comparação com o mercado de trabalho nacional; a segunda, em agosto, apresenta estudo inédito que avalia diversos aspectos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA); e a terceira, lançada em novembro, descreve a estrutura industrial no estado.

### Emprego formal

Mercado de Trabalho Formal, Emprego e Renda é o título do primeiro boletim temático. Essa edição analisou a evolução recente do emprego formal no estado fluminense e suas mudanças estruturais mais importantes, que ocorreram no período entre 2008 e 2012. Também foram utilizados os dados mais recentes do mercado de trabalho formal, até o primeiro



Presidente da Fundação Ceperj, Mauricio Ribeiro, apresentando a publicação

trimestre de 2014, com base na Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e no Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Neste relatório, foram destacados aspectos como o avanço do Rio de Janeiro sobre os estados de São Paulo e Minas Gerais, com destaque para o setor da construção civil, cuja participa-

ção passou de 4,9%, em 2008, para 6,4%, em 2012. Os rendimentos médios de todas as atividades e regiões também foram maiores do que as do estado paulista, em 2012, como a indústria de transformação.

Em relação ao crescimento da estrutura setorial por regiões de governo, as regiões Metropolitana e Norte Fluminense foram as





Armando de Souza Filho (coordenador do estudo), o presidente da Ceperj, Mauricio Ribeiro, a diretora do CEEP, Monica Simioni e o técnico Rodrigo Martins (CEEP)

que mais criaram postos de trabalho, em função dos grandes investimentos em infraestrutura, no período. A evolução dos salários reais do emprego formal por setor de atividade econômica e por região também foi outro ponto analisado.

Outra questão observada foi a distribuição do emprego formal por grau de instrução da mão de obra, em que a maior participação relativa da força de trabalho do ensino médio mostra uma melhoria na qualificação do trabalhador fluminense.

### Educação de jovens e adultos

Estudo sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos e o perfil sociodemográfico da demanda no Estado do Rio de Janeiro é o título do segundo boletim temático, que tem quatro seções e considerações finais. Este trabalho traz a abordagem sobre uma das modalidades de educação para jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos.

O programa tem a finalidade de corrigir o déficit de escolaridade em relação ao patamar do ensino fundamental e médio da população fluminense com dois perfis: com 15 anos ou mais de idade, que nunca estudaram ou que nunca concluíram o ensino fundamental, e a partir de 19 anos, que não concluíram o ensino médio.

Para este trabalho foram utilizadas as informações do

**Em relação ao crescimento da estrutura setorial por regiões de governo, as regiões Metropolitana e Norte Fluminense foram as que mais criaram postos de trabalho, em função dos grandes investimentos em infraestrutura, no período.**



Censo Escolar, disponíveis no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre os anos de 2010 e 2013; Censo Demográfico 2010; e informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Educação (Seeduc).

O estudo identificou particularidades da quantidade da demanda potencial por EJA, nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, por meio da População Economicamente Ativa (PEA) com 15 anos ou mais idade, PEA 15+, elegível ao programa.

Dentre tais particularidades, vale ressaltar a avaliação do analfabetismo da PEA 15+ no estado fluminense, em 2010, que contabilizou em 187,9 mil o número de analfabetos no perfil observado. Na comparação por sexo, a taxa de analfabetismo é maior para os homens do que para as mulheres, com 15 anos ou mais idade.

Porém, ao avaliar o Rendimento Mediano Mensal (RMM) por nível de instrução e sexo da PEA 15+ para o total do Estado do Rio de Janeiro, técnicos do Ceep verificaram que o rendimento dos homens é maior do que o das mulheres, em todos os níveis de instrução: sem instrução e fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto; e superior completo.

Este relatório tem a finalidade de indicar linhas de estudo a serem



desenvolvidas, de modo a gerar subsídios para diagnósticos mais amplos e formulações de políticas focalizadas, que atendam ao público alvo do EJA.

### Atividade industrial

A Estrutura Industrial no Estado do Rio de Janeiro é o tema a ser abordado na terceira edição do boletim destacado anteriormente. Este trabalho traça um perfil das modificações ocorridas na atividade industrial fluminense, avaliando as principais mudanças

estruturais ocorridas no período que compreende os anos de 2008 a 2014.

Dividido em seis seções e conclusão, o trabalho avalia as alterações na estrutura da indústria do Rio de Janeiro, classificadas segundo as divisões industriais (indústria extrativa e indústria de transformação) e seus grupos de atividades.

Neste estudo, destacam-se os indicadores relacionados ao trabalho no setor manufatureiro fluminense; a análise comparativa entre os dados do Estado do Rio de Janeiro e os estados de São Paulo e Minas Gerais, além do conjunto Brasil; a distribuição da atividade industrial no estado fluminense; e uma compilação dos principais investimentos previstos para a atividade industrial para o período que compreende entre 2014-2016, segundo informações divulgadas pela Decisão Rio, com dados da Firjan.

As informações utilizadas para a construção deste trabalho provêm de divulgações feitas pelo IBGE por meio das fontes oficiais: Pesquisa Industrial Anual (PIA) e

**A avaliação do analfabetismo da PEA 15+ no estado fluminense, em 2010, contabilizou em 187,9 mil o número de analfabetos no perfil observado.**

a Pesquisa Industrial Mensal (PIM). Dados divulgados pela Secretaria da Fazenda Estadual, Ministério da Fazenda e Receita Federal também serviram para embasar o relatório.

Para as próximas edições dos boletins, as equipes do Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas pretendem avaliar dados relacionados aos seguintes temas: violência contra a mulher, indicador de vulnerabilidade social e serviços. ■

Abaixo, o consultor Fernando Augusto de Mattos fazendo sua apresentação durante o lançamento do Boletim Ceperj





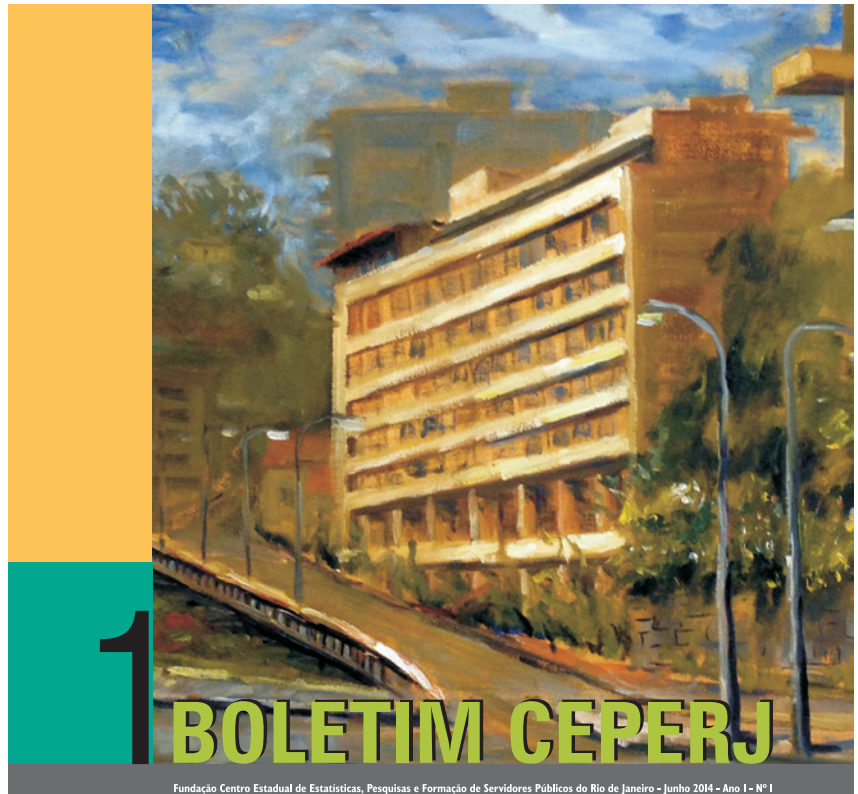
# Rio foi o estado que mais empregou entre 2008 e 2012

## Construção Civil lidera oferta de emprego formal

**Q**ual estado ofereceu maior número de empregos formais no país no período 2008-2012? Que atividade demonstrou maior dinamismo? Em que unidade federativa a remuneração média real mais cresceu? Estas e muitas outras perguntas encontram respostas no Boletim Ceperj – o mais novo produto elaborado por técnicos do Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (Ceep) da Fundação Ceperj, editado mensalmente, sempre com um tema específico. O nº 1, lançado em junho, analisa a evolução recente do emprego formal no Estado do Rio de Janeiro e suas mudanças estruturais mais importantes, ocorridas no período entre 2008 e 2012.

Mercado de Trabalho Formal, Emprego e Renda é o título desse primeiro boletim temático. Importante registrar que técnicos do Ceep escolheram 2008 para fazer o estudo detalhado sobre a ocupação fluminense pelo fato de 2009 ter sido um ano atípico, concentrando a maior parte dos efeitos da crise internacional deflagrada no final de 2008. Essa primeira publicação também avalia os movimentos recentes do emprego formal fluminense até o primeiro trimestre de 2014. As bases de dados utilizadas são a Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

O documento pode ser acessado, neste momento, na página eletrônica da Fundação Ceperj. [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br). O estudo está dividido em cinco



### Mercado de Trabalho Formal, Emprego e Renda



seções, além da apresentação e considerações finais, tudo representado em tabelas, gráficos e mapas. As seções são: A realidade do mercado de trabalho no Rio de Janeiro em comparação com o mercado de trabalho nacional; Evolução da estrutura setorial do emprego

formal no Estado do Rio de Janeiro, por regiões de governo; Evolução dos salários médios reais do emprego formal do Estado do Rio de Janeiro, por setor de atividade econômica e por região; Distribuição do emprego formal por grau de instrução da mão de obra; e

Evolução recente do emprego formal, segundo dados do Caged.

### Crescimento do emprego formal

O Rio de Janeiro foi o estado que mais empregou no país, no período 2008-2012. E o crescimento foi superior ao dos estados de São Paulo e Minas Gerais. De acordo com pesquisas realizadas por técnicos do Ceep junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, o nível de postos formais no Brasil cresceu 20,3%, com a criação de mais de 8 milhões de empregos. São Paulo e Minas Gerais cresceram abaixo dos 18%.

Do ponto de vista setorial, o maior crescimento do emprego formal, no Rio de Janeiro, ficou por conta das atividades de construção civil (47,9%), devido, principalmente, aos projetos de obras de infraestrutura urbana nos setores público e privado, saneamento básico e construção de casas populares em suas diversas regiões, nos serviços (28,5%), nas atividades extrativas (26,5%) e nas atividades de comércio (26,0%).

O Boletim Ceperj elaborado por técnicos do Ceep, nesta primeira edição, indica que, em 2012, o emprego formal representava 9,4% do conjunto da força de trabalho formal nacional, ou seja, 4.461.706 postos. Os destaques ficaram com as atividades de serviços (43,7% do total de emprego formal do estado), comércio (19,1% do total), administração pública (17,3%), indústria de transformação (10,4%) e a construção civil, cuja participação passou de 4,9%, em 2008, para 6,4%, em 2012.

### Emprego por regiões de governo

Na segunda seção do boletim, os técnicos responsáveis por sua edição avaliam evolução da estrutura do emprego formal fluminense, segundo setor de

atividade e por cada uma das oito regiões do estado. Eles chegam à conclusão de que as regiões Metropolitana e Norte Fluminense foram as que mais criaram postos de trabalho, em função dos grandes investimentos em infraestrutura, no período 2008-2012. O Rio cresceu 20,2%, evolução equivalente à média nacional, enquanto no Estado de São Paulo, por exemplo, o emprego formal cresceu menos de 8%, nas mesmas atividades, no mesmo período.

Nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, um dos setores que mais contribuíram para esse crescimento de 20,2% foi construção civil, que cresceu 57,2% entre 2008 e 2012, devido aos investimentos ocorridos, principalmente, a partir de 2009, no Porto Maravilha, Metrô, Maracanã e Programa Habitacional, na capital; Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), em Itaboraí; e Arco Metropolitano, que engloba diversas cidades dessa região.

Já no Norte Fluminense, são citados os municípios de Macaé (Petrobras) e São João da Barra (Porto de Açu). Também contribuíram para o bom desempenho do emprego formal as atividades de serviços industriais de utilidade pública, como produção e distribuição de eletricidade, gás, água, tratamento de esgoto e limpeza urbana, comprovando que os investimentos do governo estadual nestas atividades geraram melhoria dos serviços públicos para a população fluminense.

Técnicos do Ceep também dizem, no boletim, que as obras relacionadas à Copa das Confederações, à Copa do Mundo e aos preparativos para as Olimpíadas de 2016 fazem parte da extensa lista de atividades que impulsionaram o emprego formal na construção civil, o que promoveu o aumento da participação destas atividades no conjunto do emprego formal

fluminense – que passou de 4,9% do total de empregos, em 2008, para 6,4%, em 2012. Entre 2008 e 2012, foram criados perto de 104 mil postos de trabalho no setor da construção civil do estado. O boletim também destaca a geração de cerca de 73 mil empregos formais na indústria de transformação; 136 mil nas atividades de comércio; e 339 mil nos setores de serviços, entre 2008 e 2012.

Depois dessa análise, os técnicos avaliam, minuciosamente, a distribuição do emprego formal por atividade e regiões de governo. Na Região Metropolitana, merecem destaque as indústrias de refino de petróleo, a metalurgia e a fabricação de produtos químicos e farmacêuticos. No Noroeste Fluminense, as principais atividades ficam com a pecuária leiteira, a agricultura, a extração de minerais não metálicos (no município de Santo Antônio de Pádua existe um polo de rochas ornamentais), atividades de comércio, de serviços e de administração pública.

Na Região Norte Fluminense, que tradicionalmente concentra a produção agropecuária do estado, sobressai a produção de cana-de-açúcar e a pecuária leiteira. Técnicos do Ceep lembram que essa região tem apresentado crescimento econômico significativo devido à extração de petróleo e do gás natural na Bacia de Campos. Na Região Serrana, destacam-se as atividades industriais, que representam cerca de 30% do total do emprego formal da região, bem acima da média do estado. Entre essas atividades, são citadas a fabricação de produtos têxteis, a confecção de artigos do vestuário e acessórios, além da produção de cimento no município de Cantagalo. Os técnicos falam também sobre a produção de bebidas que teve, recentemente, significativo crescimento.

O principal polo da Região das Baixadas Litorâneas citado no

boletim é o município de Cabo Frio, que concentra elevada participação das atividades ligadas ao turismo. Mas o boletim também aponta Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, em função da proximidade da zona petrolífera, recebendo royalties e população migratória. Na Região do Médio Paraíba, os técnicos mencionam os complexos industriais nos segmentos siderúrgicos (CSN e Barra Mansa), automobilístico (Volkswagen, Peugeot e Michelin) e produtos alimentares (Nestlé), explicando que era, em 2012, a primeira colocada em número de empregos industriais no interior do estado.

Sobre a Região Centro-Sul Fluminense, o Boletim Ceperj diz que, por ser próxima à Região do Médio Paraíba, é também beneficiada pelo dinamismo das atividades industriais; e com o crescimento de 37,2% no setor, apresentou aumento na participação da mão de obra, que passou de 16,6% para 18,3% no conjunto de emprego da região. Já a Região da Costa Verde se caracteriza pelas atividades de serviços ligadas ao turismo, como alojamento, alimentação, atividades imobiliárias e comércio. Devido à presença de usinas nucleares no município de Angra dos Reis, o setor de serviços industriais de utilidade pública participa, de forma acentuada, na estrutura setorial do emprego formal na região.

### **Evolução dos salários por setor e região**

Na terceira seção do documento, técnicos do Ceep analisam a evolução dos rendimentos médios reais, destacando também as peculiaridades regionais e informam que, na evolução dos salários médios, o desempenho fluminense superou o de São Paulo, o de Minas Gerais e o do Espírito Santo, em 2012. A remuneração média do Estado do Rio de Janeiro, entre 2008 e 2012,

cresceu 14,1%, atingindo R\$ 2.208,13, enquanto a de São Paulo ficou em R\$ 2.147,19, Minas, R\$ 1.617,69, e Espírito Santo, em R\$ 1.694,91. O desempenho fluminense foi até mesmo superior ao do Brasil como um todo, que cresceu 13,2%.

Em termos regionais, os técnicos falam sobre uma evolução positiva muito expressiva na remuneração média real da Costa Verde, com crescimento de quase 32,9%; Baixadas Litorâneas, perto de 27,8%; e Centro-Sul Fluminense, cerca de 24,4%. Eles explicam que esta trajetória positiva está relacionada não apenas aos aumentos salariais em si, mas, também ao fato de que, nestas regiões, foram criadas ocupações formais de maior rendimento do que os postos de trabalho assalariados que existiam no início do período. E lembram que os aumentos salariais reais mais significativos ocorreram em municípios que abrigaram grandes empreendimentos, como o Comperj, em Irarorai, (Região Metropolitana) ou o Porto de Açu, em São João da Barra (Região Norte Fluminense).

Técnicos do Ceep não se esqueceram de citar que a renda média do trabalhador formal do Estado Rio de Janeiro já era maior, em 2008, do que a de São Paulo, nas seguintes atividades: construção civil, nos serviços industriais de utilidade pública, na administração pública e nas atividades extrativistas minerais (especialmente por causa da presença da Petrobras). E se manteve acima da paulista, em 2012, e, em alguns casos, inclusive aumentando a distância que já existia em 2008.

### **Emprego formal por grau de instrução**

Na quarta seção, o Boletim Ceperj descreve a distribuição do emprego no estado e nas regiões de governo por nível de escolaridade. Neste item, a mão de obra foi distribuída em cinco faixas: analfabeto, ensino fundamental,

ensino médio, ensino superior e pós-graduação. No estado, quem possuía o ensino médio representava, em termos relativos, a maior parcela relativa da força de trabalho no território fluminense, ou seja, 43,5%, em 2008.

De acordo com o estudo, algumas regiões de governo não fugiam à regra de um grande contingente de empregados com o ensino médio: Norte Fluminense (49,5%); Médio Paraíba (47,5%); Noroeste Fluminense (45,9%) e Região Metropolitana (43,4%). As demais regiões apresentavam a maior parcela relativa da força de trabalho no ensino fundamental. Os demais níveis de escolaridade possuíam participações relativas na força de trabalho do estado, em 2008, que se situavam em 33,6%, para o pessoal com ensino fundamental, e em 22,1%, para o ensino superior.

A Região Metropolitana possuía a distribuição de sua mão de obra muito semelhante à do estado, em 2008, sendo que 43,4% dela estavam inseridas na faixa de ensino médio. Em relação ao pessoal na faixa do ensino fundamental, apenas a Região Metropolitana e a Região Norte Fluminense não apresentavam, em 2008, percentuais acima do apresentado pelo conjunto do estado.

Em 2012, houve mudança positiva na distribuição da mão de obra por faixas de escolaridade no estado, sendo ampliada a participação relativa dos trabalhadores com maior grau de instrução. Assim, o pessoal com o ensino fundamental, no conjunto do Estado do Rio de Janeiro, diminuiu para 27,1%, com uma queda de quase 6,5 pontos percentuais, em comparação a 2008. Quanto aos demais níveis de escolaridade, todos eles ampliaram as suas parcelas relativas à mão de obra fluminense.

Técnicos também citam que na comparação por regiões de governo, também ocorreram mudanças na distribuição da mão de obra por níveis de escolaridade. Assim, o pessoal que possuía até o ensi-



no médio (2008 e 2012), apresentou crescimento em todas as regiões pesquisadas.

### Mercado de trabalho segundo dados do Caged

Na quinta seção, técnicos do Ceep avaliam os dados mais recentes divulgados pelo Caged, com destaque para a situação atual do mercado de trabalho formal. Eles estabelecem uma comparação entre a evolução do emprego formal do Estado do Rio de Janeiro com o total do Brasil, por setores de atividades selecionados, tanto para o primeiro trimestre de 2014 em relação trimestre anterior, quanto em relação ao primeiro trimestre de 2013. O setor de construção civil fluminense aparece com desempenho bem acima da média nacional.

A informação sobre a variação do primeiro trimestre de 2014 contra o último do ano passado confirma o dinamismo das atividades de construção civil no estado fluminense - revelada nas primeiras seções deste boletim. Ou seja, mesmo em um período em que tradicionalmente ocorre desaceleração do emprego, que é o início do ano, as atividades de construção seguem em forte ascensão, devido às obras em quantidade que têm sido executadas no estado.

Também fica evidente o dinamismo da construção civil, quando os técnicos avaliam a evolução de trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior. Da mesma maneira, o crescimento do estoque de emprego formal da indústria de transformação fluminense superou o crescimento da média nacional no mesmo período (1,9% contra 0,9%). Apesar disso, o crescimento no Rio de Janeiro ficou um pouco abaixo da média nacional. Mas os técnicos ponderam que os resultados do emprego formal do Rio de Janeiro, retirados do Caged, estão um pouco subestimados pelo fato de não incluir servidores estatutários da Administração Pública (apenas os celetistas), categoria bastante numerosa no estado.

**Em 2012, houve mudança positiva na distribuição da mão de obra por faixas de escolaridade no estado.**

tistas), categoria bastante numerosa no estado.

### Conclusão

Entre outras considerações, técnicos do Ceep explicam que outros estudos e boletins disponíveis para consulta têm demonstra-

do que a taxa de desemprego no Estado do Rio de Janeiro (que sempre esteve entre as mais baixas entre as principais regiões metropolitanas do país) continua em patamares bastante reduzidos, revelando o bom desempenho do mercado de trabalho do estado nos anos mais recentes.

Os técnicos também informam que a desaceleração econômica ocorrida na economia brasileira a partir de 2011 impediu que, a partir de 2013, os indicadores de mercado de trabalho exibissem o mesmo dinamismo que vinham exibindo no período 2008-2012. Mas, mesmo assim, o rendimento médio continuou crescendo, conforme têm revelado os Boletins de Conjuntura Econômica que a Fundação Ceperj divulga mensalmente. ■

**Técnicos ponderam que os resultados do emprego formal do Rio de Janeiro, retirados do Caged, estão um pouco subestimados pelo fato de não incluir servidores estatutários da Administração Pública (apenas os celetistas), categoria bastante numerosa no estado.**





# Curso superior garante renda até 4,5 vezes maior

No Rio, 57% dos trabalhadores têm pelo menos o Ensino Médio



# 2

## BOLETIM CEPERJ

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - Agosto 2014 - Ano 1 - Nº 2

Estudo sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos e o perfil sociodemográfico da demanda no Estado do Rio de Janeiro



**S**ubsidiar gestores públicos e privados com informações recentes sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é o que pretende o estudo inédito da segunda edição do Boletim Ceperj, lançado na galeria do Espaço Cultural da Fundação, em agosto. O trabalho, elaborado pela

equipe da Coordenadoria de Políticas Sociais (Copos) da instituição, levantou dados sobre níveis de instrução, rendimento mensal e a quantidade da demanda potencial da população elegível ao Programa nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, entre 2010 e 2013.

O Programa EJA é uma das

modalidades de educação para jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos. O objetivo do mesmo é corrigir o déficit de escolaridade da população com dois perfis: com 15 anos ou mais, para os que nunca estudaram ou concluíram o Ensino Fundamental; e a partir dos 19 anos, para os que não terminaram o Ensino Médio.

A equipe da Copos, coordenada pelo técnico Fabio Gomes, analisou o grupo de pessoas com 15 anos ou mais idade inseridas no mercado de trabalho e as que estavam procurando emprego, em 2010. A partir do estudo, foram obtidas informações sobre aqueles que possuíam essa carência escolar.

O trabalho destaca aspectos como sexo, faixa etária, posição na ocupação e rendimento médio nos municípios e regiões de governo fluminense. Os resultados apontaram que aproximadamente três milhões e 200 mil pessoas com mais de 15 anos eram demandantes potenciais por Educação de Jovens e Adultos.

### Histórico, conceitos e definições

*Estudo sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos e o perfil sociodemográfico da demanda no Estado do Rio de Janeiro* é o título do segundo boletim temático, que tem três seções e considerações finais. A primeira seção apresenta aspectos importantes sobre as pessoas de 15 anos ou mais de idade da População Economicamente Ativa (PEA15+), obtidos a partir do Censo Demográfico 2010.

A segunda caracteriza-se pelo estudo de aspectos relevantes da quantidade potencial demandada por EJA no estado fluminense e seus municípios, obtidos a partir da população pesquisada. Já a terceira trata do total de matrículas no Estado do Rio de Janeiro. Nas considerações finais, os técnicos apresentam os pontos-chave do trabalho e apontam algumas hipóteses de desenvolvimento do tema e de desdobramentos das observações feitas.

Para a realização do segundo boletim, a equipe da Copos utilizou dados do Censo Demográfico 2010 e do Censo Escolar 2010 a 2013.

Antes de analisar variados aspectos, a equipe faz um histórico recente sobre o Programa EJA, mostrando que, atualmente, no Estado do Rio de Janeiro, há diversas iniciativas das redes públicas, privada e da sociedade civil que atendem à população demandante de EJA.

Os técnicos lembram que, em 2013, a Seeduc implantou o projeto piloto de reestruturação e reorganização do Programa de Educação de Jovens e Adultos, denominado Nova EJA, que compreende uma mudança pedagógica e metodológica para a modalidade de ensino. O novo programa deve formar, até o fim de 2014, cerca de 80 mil alunos no Ensino Médio.

Para efeito de estudo, os técnicos delimitaram um subconjunto da População Economicamente Ativa (PEA), com 15 anos ou mais de idade, denominado PEA15+, no qual estão identificadas as pessoas que apresentam características elegíveis ao EJA, dados os níveis de instrução: aqueles que nunca foram à escola (sem instrução e analfabetos); os que têm Ensino Fundamental incompleto; e aqueles com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto.

Eles utilizaram, no estudo, outros indicadores como QD, que é a quantidade da demanda total por

EJA; QDS, a quantidade da demanda suprida; e QDP, a quantidade da demanda potencial. O critério estabelecido para mensurar a QDP por municípios, no Censo Demográfico 2010, foi somar a quantidade da demanda potencial pelo Ensino Fundamental com a quantidade da demanda potencial pelo Ensino Médio, já que as idades mínimas para o ingresso nestes níveis são diferentes. A soma dessas duas populações foi analisada por faixa etária, sexo, cor, rendimento mediano mensal e posição na ocupação, a fim de caracterizar o perfil sociodemográfico da demanda.

### **Escolaridade, sexo e rendimento mensal**

A primeira seção do estudo apresenta aspectos importantes sobre as pessoas de 15 anos ou mais de idade da PEA, obtida a partir do Censo Demográfico 2010. O Estado do Rio de Janeiro contabilizava 187,19 mil analfabetos com mais de 15 anos, que correspondia a 2,46% da PEA 15+. Dentre os municípios fluminenses, São Francisco de Itabapoana aparecia com o maior percentual em relação ao total de analfabetos (13,50%); enquanto Nilópolis, que integra a Região Metropolitana do estado, exibia o melhor resultado - 0,77%.

Quando o recorte foi feito por sexo, o maior percentual de homens analfabetos também estava em São Francisco de Itabapoana, com 16,50%; enquanto Nilópolis registrava o menor, com 0,86%. Do lado das mulheres, encontrou-se um percentual de 1,99% de analfabetas na população pesquisada (PEA15+), sendo no município de Paty do Alferes a maior percentagem, 9,54%; e em Nilópolis a menor, com 0,67%.

A análise feita em relação à taxa de analfabetismo por faixa etária indicou que, no estado

40 anos de idade representava 70% do universo de analfabetos, sendo que o contingente era pouco maior entre homens.

Em relação ao Rendimento Mediano Mensal (RMM), por nível de instrução e sexo, a renda de pessoas com Ensino Superior completo foi de, aproximadamente, 4,5 vezes do que a renda das pessoas com, no máximo, Superior Incompleto.

Com relação à população “sem instrução e Ensino Fundamental incompleto”, constatou-se que os quatro municípios que apareciam com os maiores rendimentos medianos nesse recorte foram: Angra dos Reis, Armação de Búzios, Macaé e Rio das Ostras, com RMM de R\$ 700,00 este último, inclusive, superando o Rio de Janeiro, que apresentou RRM de R\$ 650,00.

Para o mesmo recorte, os municípios que apareceram com menor RMM foram Sumidouro, São José de Ubá e Varre e Sai, com R\$ 500,00. Os técnicos observaram que, quanto maior o nível de instrução, maior o RMM. Eles verificaram também que o rendimento dos homens era maior que o das mulheres em todos os níveis de Instrução e essa diferença de rendimento ia aumentando conforme se aumentava o nível de escolaridade.

### **Quantidade demandada e características sociodemográficas**

A segunda seção desse trabalho caracteriza-se pelo estudo de aspectos relevantes da quantidade potencial demandada por EJA no estado fluminense e seus municípios, obtidas a partir da população pesquisada. Ou seja, os técnicos apresentam os indicadores relativos à demanda por EJA, identificando as principais características sociodemográficas dessa população elegível ao programa. Nessa seção, eles utilizam os indicadores QD, que é a quantidade da demanda total por EJA; QDS, quantidade da demanda

suprida; e QDP, quantidade da demanda potencial.

População elegível ao programa é a população entre homens e mulheres compreendida na PEA15+, filtrada pelo nível de instrução relativo aos requisitos do EJA (sem instrução até Ensino Médio incompleto). A diferença metodológica que norteou a definição dos indicadores QDS e QDP consiste no fato de o primeiro se referir às pessoas que estão estudando e o segundo, às pessoas que não estão estudando. Viu-se que 42,83% da PEA estudada tinham escolaridade abaixo do Ensino Médio completo e não estavam em nenhum estabelecimento de ensino em 2010, seja das redes pública ou privada.

Os técnicos destacam ainda que, em relação às variáveis sexo e nível de instrução, existiam mais homens do que mulheres na QDP (25,54% contra 17,29% da PEA15+), sendo que essa demanda potencial era mais expressiva entre os homens sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto (16,62% da PEA15+).

Quando os indicadores foram usados em relação aos municípios do estado fluminense, Sumidouro apresentava a maior demanda, com 84%; e Niterói a menor, -25%. Com relação à QDS, ou seja, aqueles que eram elegíveis ao EJA e estavam na escola, 2,43% eram homens e 2,06% mulheres. Quanto ao nível de instrução, 2,54% encontravam-se no Ensino Fundamental e 1,95% no Ensino Médio.

Nos tópicos seguintes dessa segunda seção, a equipe da Copos aborda aspectos socio-demográficos da Quantidade de Demanda Potencial (QDP), considerando as variáveis: sexo, faixa etária, cor, nível de instrução, posição na ocupação e rendimento médio mensal. Vale a pena conferir no site da Fundação Ceperj: [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br).

## Matrículas nas redes pública e privada

Na terceira seção, os técnicos apresentam o número de matrículas em EJA nas redes de ensino pública e privada do Estado do Rio de Janeiro, entre os anos 2010 e 2013. Os números têm a finalidade de mostrar a procura por EJA no estado fluminense, inclusive em comparação com as demais unidades da federação.

Os técnicos verificaram que a participação da rede estadual era majoritária. Isso se justifica pelo fato de que, segundo a repartição de competências definida legal e constitucionalmente, o estado deve prover obrigatoriamente o Ensino Médio e, subsidiariamente, o Ensino Fundamental aos demandantes por EJA.

Entretanto, a rede estadual vem se reduzindo progressivamente em relação às demais redes de ensino, passando de 67,58% para 52,25%. Vale destacar que os dados referentes à rede federal são inferiores a 0,5% nos anos pesquisados.

Na sequência, os técnicos apontaram o crescimento da participação relativa da rede privada, onde se constatou que o Rio de Janeiro representava a primeira participação percentual, entre os anos 2010 e 2013, no total de matrículas nessa rede em relação ao conjunto das unidades da federação.

Em relação ao total de matrículas no Estado do Rio de Janeiro, verificou-se que a Região Metropolitana concentrava mais de 60% delas. Por sua vez, considerados os modelos de ensino, o modelo presencial era o predominante, variando entre 74,62% e 71,49%.

Quando se analisou a Partici-

pação relativa da modalidade no total de matrículas, notou-se que as matrículas em EJA caíram de 10,88% para 7,05%, entre os anos estudados. E que o número total de matrículas na modalidade foi reduzido em 35,19% no mesmo período.

## Sobre as conclusões do estudo

Nas considerações finais, os técnicos apresentam os pontos-chave do trabalho e apontam algumas hipóteses de desenvolvimento do tema e de desdobramentos das observações feitas. Eles dizem que os resultados obtidos demonstraram existir uma significativa quantidade potencial demandada por EJA em relação às pessoas com 15 anos ou mais que fazem parte da População Economicamente Ativa. Segundo os técnicos, apesar de os dados se referirem a 2010, não foi possível identificar grandes mudanças na dinâmica das matrículas entre 2010 e 2013, indicando que não deve ter havido fortes alterações na quantidade da demanda potencial observada em 2010.

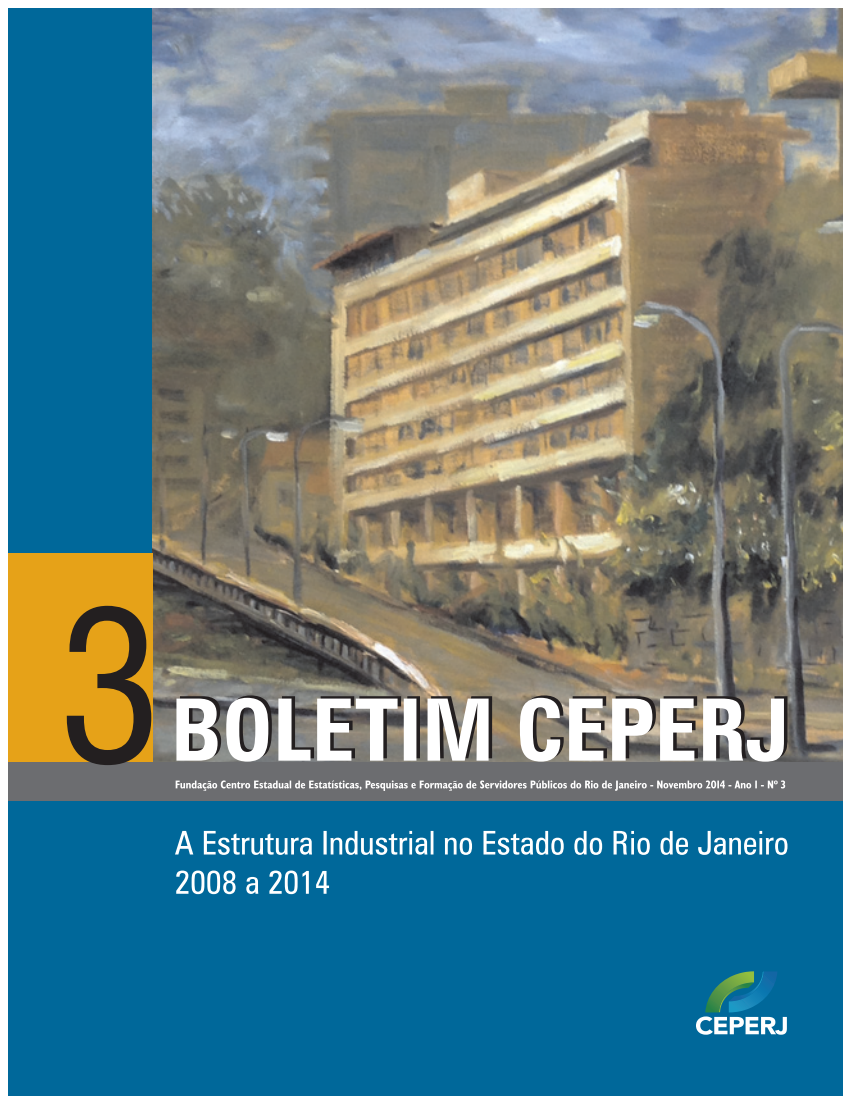
Os técnicos concluíram que esse estudo preliminar cumpre a função de indicar linhas de estudo a serem desenvolvidas, de modo a gerar subsídios para possíveis diagnósticos mais amplos e formulações de políticas focalizadas, que atendam ao público alvo do EJA. Nesse sentido, temas como evasão ou não ingresso de alunos no programa e outros correlatos poderiam ser incorporados à agenda de pesquisas sobre educação, sobretudo em relação à referida Educação de Jovens e Adultos. ■





# Terceira edição do Boletim Ceperj analisa mudanças na atividade industrial fluminense

O estudo é dividido em seis seções e feito com base em dados do IBGE e de outras fontes oficiais



tituição de pesquisa e esse boletim é o reflexo disso. Com os estudos realizados ao longo de três edições, procuramos disseminar informações, sempre sobre um tema específico, para que o trabalho de nossas equipes sirva de subsídios para pesquisas”, explica Mauricio Ribeiro, citando as duas primeiras edições que avaliaram, respectivamente, o “Mercado de Trabalho Formal, Emprego e Renda” e o “Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) - perfil sociodemográfico da demanda no Estado do Rio de Janeiro”.

O Boletim Ceperj 3, com “A Estrutura Industrial do Estado do Rio de Janeiro 2008 a 2014”, pode ser acessado, a qualquer momento, no link [http://www.ceperj.rj.gov.br/int/boletim\\_ceperj.html](http://www.ceperj.rj.gov.br/int/boletim_ceperj.html). O levantamento é feito com base em dados do IBGE, por meio da Pesquisa Industrial Anual (PIA) e da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), dados divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda, Ministério da Fazenda e Receita Federal. Está dividido em seis seções e conclusão elaboradas pela equipe da Coordenadoria de Políticas Econômicas do Ceep, sob o comando do coordenador Armando de Souza Filho.

Importante registrar que a opção dos técnicos do Ceep por tomar a série histórica a partir de 2008 deve-se ao fato de que foi o último ano antes de se fazerem sentir os efeitos da crise internacional que se abateu sobre todas as economias nacionais, afetando a atividade econômica e atividade industrial de muitos países.

**S**alta aos olhos o melhor desempenho arrecadatório do fisco do Estado do Rio de Janeiro em relação aos outros dois grandes estados da Região Sudeste”. Esta e muitas outras análises da atividade industrial fluminense e suas principais mudanças estruturais entre 2008 e 2014 estão na terceira

edição do Boletim Ceperj, lançado pelo presidente da instituição, Mauricio Carlos Ribeiro, neste mês de novembro. O trabalho organizado pela equipe do Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (Ceep) faz um exame crítico de dados publicados por fontes oficiais.

- Nós também somos uma ins-

## Evolução da indústria

Na primeira seção, técnicos do Ceep avaliam as modificações na estrutura da indústria do Rio de Janeiro, classificadas segundo as divisões industriais (indústrias extrativa e de transformação) e seus grupos de atividades. O estado, uma das principais unidades da federação em termos industriais, apresentou, de 2008 a 2012, crescimento real de 22,4% no conjunto da atividade industrial. Segundo os técnicos, este resultado foi maior do que o nacional, que registrou taxa de variação real de 15,3%, sendo que a classe industrial com a maior taxa no período foi a indústria de transformação (25,0%), superior à do Brasil (13,9%).

Ainda na primeira seção, os técnicos citam que o refino do petróleo é a atividade industrial mais importante. Depois dele, as atividades com maior participação, em 2012, são: metalurgia (11,1%); produtos químicos (10,5%); bebidas (6,2%); veículos automotores (5,9%) e manutenção de máquinas e equipamentos (4,1%). Esses grupos industriais representam 66,0% do VTI da indústria de transformação.

## Salários reais

Na segunda seção, os técnicos analisam índices relacionados ao trabalho no setor manufatureiro, com destaques para a evolução do pessoal ocupado, os salários nominais e a evolução da produtividade na indústria. Em relação ao pessoal ocupado e aos salários no setor industrial, o Rio de Janeiro também se destaca, em nível nacional, na terceira posição na indústria geral e na indústria de transformação e, em segundo lugar, nas indústrias extrativas o estado é o maior produtor de petróleo e gás do país, enquanto Minas Gerais lidera as atividades de minério de ferro.

Comparando os anos 2008/2012, a taxa de variação do pessoal ocupado da indústria total

do Rio de Janeiro foi maior do que a do conjunto do país (12,1%). A classe industrial que mais contribuiu para este crescimento foi a indústria de transformação, apresentando uma taxa de crescimento de 15,0%, superior à de São Paulo, que foi de 7,5%, e à de Minas Gerais, de 14,6%. Em termos de massa salarial, o estado participou com 9,7% na indústria total, em 2012, contra 8,8% em 2008; 35,8% na indústria extrativa, contra 38,1% em 2008; e 7,9% na massa salarial da indústria de transformação em 2012, contra 7,3%, em 2008.

## Arrecadação do ICMS

Na seção 3, estão as informações sobre a arrecadação de impostos por gênero industrial e sobre a arrecadação de ICMS do Estado no Rio de Janeiro, comparando-a com a dos estados de São Paulo, Minas Gerais e do conjunto do país. Citando dados da Secretaria de Estado de Fazenda, os técnicos do Ceep afirmam que o ICMS apresentou o melhor desempenho entre os estados selecionados, atingindo, em 2013, a variação real de 34,9%, acima da média nacional. O recolhimento do imposto vem crescendo desde 2008 e atingiu o montante de R\$ 30.727 milhões em 2013, em valores correntes, não incluindo dívida ativa, multa e mora.

Mencionando também o Boletim de Transparência Fiscal, a equipe da Ceperj informa que as principais medidas que contribuíram para o crescimento da arrecadação, no período 2007-2013 foram: “alterações nas legislações, ampliação das ações fiscais, aperfeiçoamento dos sistemas arrecadatórios, obrigação da nota fiscal eletrônica, reestruturação de toda a Secretaria de Estado de Fazenda com o incremento do quadro efetivo (oficiais de fazenda, analistas de controle interno e auditores fiscais) e a criação de carreiras de gestão (analistas de finanças públicas), seguindo o modelo fe-

deral.” Nessa seção, os especialistas também falam sobre o recolhimento do IPI.

## Distribuição espacial

Análise espacial da distribuição da atividade industrial no estado, destacando o perfil de cada região, integra a quarta seção. Para demonstrar, o Boletim Ceperj informa que a atividade industrial cresceu tanto na Região Metropolitana quanto nas cidades do interior do estado, entre 2007 e 2011, sendo que esse crescimento superou o da Região Metropolitana. Desta forma, houve uma mudança na participação das demais regiões no conjunto da atividade industrial do estado.

Enquanto a participação relativa da Região Metropolitana caiu de 70,0%, em 2007, para 57,8%, em 2011, houve aumento de participação nas seguintes regiões: Norte Fluminense (2,6% em 2007 e 4,0% em 2011); Baixadas Litorâneas (0,5% e 1,0%); Serrana (5,1% e 12,4%); Médio Paraíba (18,4% e 21,9%); Noroeste Fluminense (0,4% e 0,5%) e Centro-Sul Fluminense (0,4% e 1,4%). A única região, além da metropolitana, que registrou perda de participação foi a Costa Verde, que reunia 2,8% da atividade industrial do estado, em 2007, e passou para 1,0%, em 2011. Nesta seção, os técnicos também dizem que, da mesma forma que o Município do Rio de Janeiro, vários outros da Região Metropolitana se caracterizam como parques industriais.

## Evolução do desempenho

A quinta seção apresenta informações sobre o desempenho mais recente da atividade industrial fluminense, reunindo as informações estatísticas já disponíveis para o ano de 2014. Na evolução recente do desempenho das principais atividades industriais se observa que o segundo trimestre fluminense, para a indústria de transformação, apresentou resultado negativo de -4,0% em relação ao

trimestre imediatamente anterior e um recuo de 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho contrasta com a recuperação da indústria nacional (3,4%) em relação ao trimestre anterior e a queda menos acentuada na comparação com o mesmo período do ano anterior (-6,5%).

O grupo de atividade industrial que mais contribuiu para o resultado negativo foi o de veículos automotores, que teve desempenho negativo de 25,0%, no primeiro semestre do ano. Esse resultado é explicado pela queda nas exportações, sobretudo com as dificuldades econômicas enfrentadas pela Argentina, “nosso maior mercado consumidor na América do Sul”. É bom ressaltar que o desempenho da indústria automobilística tem efeitos encadeadores negativos em outros setores como o de borracha (pneus), siderurgia (chapas de aço) e vidros. Outro setor importante na economia fluminense que seguiu essa tendência negativa foi o de farmoquímicos e farmacêuticos que teve queda de 12,5% no mesmo período.

### Novos investimentos

Na última seção, é feita uma compilação dos principais investimentos previstos para o período 2014-2016, segundo informações divulgadas pela Decisão Rio, estudo com dados da Firjan. Segundo o documento, os setores público e privado devem investir R\$ 235,6 bilhões no Estado do Rio de Janeiro. Isto representa um aumento de 11,4% em relação ao anunciado no período 2012-2014. Deste total, 77,9% (R\$183,5 bilhões) correspondem ao setor industrial. Na exploração de petróleo e gás serão investidos R\$ 143,0 bilhões e na indústria de transformação, R\$ 40,5 bilhões.

O boletim noticia que entre os diversos grupos que compõem a indústria de transformação, destaca-se a atividade petroquímica, que representa 51,6%, liderado pela construção do Comperj em

Itaboraí, já em andamento. Para os técnicos, a indústria naval também merece destaque, representando 30,0% do total. Além de investimentos voltados para construções de embarcações, que totalizam R\$ 7,4 bilhões, vale mencionar os investimentos em estaleiros, como o que vem sendo construído pela Marinha Brasileira para fabricação de submarinos em Itaguaí. O grupo automotivo responde por 9,7% do total dos investimentos na indústria de transformação.

### Comentários finais

Na conclusão do trabalho, os técnicos retomam os comentários feitos sobre as mudanças estruturais ocorridas entre 2008 e 2012 e também interpretam as mais recentes informações disponíveis sobre a evolução da atividade manufatureira, avaliando-as segundo as características estruturais descritas nas primeiras seções, e também contextualizando-as segundo uma comparação com outros estados e com a realidade brasileira.

Assim, eles dizem que a atividade industrial no Rio de Janeiro cresceu, entre 2008 e 2012, de forma generalizada e em várias de suas regiões de governo, apesar do cenário recente de ameaça de desindustrialização, que se abate sobre toda a atividade manu-

atureira do país e de outros países com grau de desenvolvimento econômico e industrial semelhante ao do Brasil.

No último ano, por fatores circunstanciais e, em sua maior parte, alheios ao mercado interno, houve uma retração da atividade industrial na economia fluminense, mas tudo indica que, quando se materializarem os investimentos que têm sido feitos nas atividades de produção de petróleo do pré-sal, o dinamismo da atividade industrial será retomado afirmam.

Como não poderia deixar de ser, eles também destacam a importância do significativo crescimento da arrecadação de ICMS ocorrida no estado nos últimos anos, chamando a atenção para o papel por ele desempenhado no sentido de melhorar as condições técnicas, de recursos humanos e também as medidas institucionais para ampliar a eficiência tributária.

Para os técnicos, o aumento da arrecadação, além de promover maior justiça tributária, permitiu ampliar a capacidade de gasto público, aumentando investimentos sociais e em infraestrutura, o que favorece a expansão do setor privado, por criar as chamadas externalidades positivas para a atividade econômica. Segundo eles, tal situação colabora decisivamente para a ampliação dos investimentos privados e para o crescimento do emprego. ■





# Rio no mapa mundial do investimento

## Planejamento é o caminho para garantir o desenvolvimento sustentável

Inspirada nos ventos favoráveis que sopram sobre a economia fluminense, e que, segundo projeção da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), devem atrair investimentos recordes de R\$ 235,6 bilhões entre 2014 e 2016, a Fundação Ceperj organizou o seminário Rio Pensa o Futuro, trazendo para um debate qualificado acadêmicos e gestores de projetos com o objetivo de contribuir com ideias para que essa massa de recursos que chega tenha um legado efetivo e sustentável, tanto socioeconômico quanto ambiental.

O sucesso do evento, realizado no auditório da Firjan em 29 de maio, e que contou com apoio do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), do Instituto Gênesis, ligado à PUC-RJ, além da própria Firjan, levou a direção da Ceperj a transformar o “Rio Pensa o Futuro” em um ciclo de seminários, já que, logo na primeira edição, atraiu público acima da média e teve ótima avaliação por parte do público presente e debatedores.

O presidente do Conselho Empresarial de Meio Ambiente da Firjan, Isaac Plachta, destacou na abertura do evento que é preciso garantir que os investimentos que chegam assegurem um desenvolvimento sustentável para o estado. Plachta apontou, particularmente, para o problema da mobilidade nas grandes cidades. “É um fenômeno mundial, mas, para o nosso estado a Firjan estima que o prejuízo causado é da ordem de R\$ 29 bilhões. Com essa massa de recursos seria possível



Da esquerda para a direita: o vice-presidente e o presidente da Ceperj, Marcelo Pedrosa e Maurício Ribeiro, respectivamente, seguidos do professor Mauro Osório

duplicar a extensão do metrô”, comparou, frisando que o cidadão “precisa estar no centro das ações do Estado”.

Em seguida, o diretor de Estado, Instituições e Democracia do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), Daniel Cerqueira, observou que o Rio ocupa uma posição carregada de simbolismo no cenário nacional, pois, como principal porta de entrada do país, se confunde com a imagem externa do Brasil. “Nossa ‘foto’ ainda não é tão bonita quando olhamos para aspectos como segurança ou mobilidade urbana. A despoluição da Baía de Guanabara também já consumiu mais R\$ 1 bilhão, com resultados frustrantes. Mas no ‘filme’ podemos ver que evoluímos muito ultimamente e temos grande potencial, sobretudo em relação à indústria do petróleo, turismo e cadeias de produção com alta tecnologia, pois o Rio concentra o maior número de universidades e

instituições de alto nível.”

O diretor do Ipea deu ênfase à necessidade de investir em capital humano. “Precisamos pensar como tornar a escola atraente, sobretudo para a grande parcela de jovens que não estuda nem trabalha. Existe também alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho. Se não superarmos isto estaremos condenados a crescimentos medíocres e problemas crônicos relacionados à previdência social. Pensar o futuro do Rio é investir nos jovens”, resumiu.

### O Rio como destino de investimentos

Por sua vez, o gerente de Competitividade Industrial e Investimentos da Firjan, Cristiano Prado, lembrou que até o ano de 2000 o Rio não despertava o interesse dos grandes investidores e hoje o estado ocupa posição estratégica, mesmo quando comparado a padrões internacio-

nais. “Os megaeventos são até secundários nesse quadro. Hoje o Rio responde por 11% do PIB nacional e tem produção de petróleo semelhante a de vários países exportadores. Os investimentos previstos entre 2014 e 2016 superam em 80% aqueles que vieram entre 2010 e 2012”, comparou.

Prado destacou que o Rio está “melhorando muito”, sobretudo no que tange à infraestrutura e indústria de transformação. E os investimentos não estão restritos à capital (ver gráfico da Firjan). “Mas é preciso realmente pensar o futuro, fazer o 'dever de casa', para que essa dinâmica não se perca”, concluiu.

também carece de qualificação”.

Vargas acrescentou que também a articulação do governo estadual com os municípios fluminenses tem sido fundamental para que os projetos saiam do papel.

### Para além da gestão

No que tange aos investimentos em infraestrutura, o presidente da AgeRio destacou o Arco Metropolitano. “Será a redenção da Baixada Fluminense. Além disso, tornará o Rio um dos maiores centros de logística do país, atraiendo para muitas Empresas”, observou, acrescentando que, já em 2015, a AgeRio será uma espécie

de “BNDES estadual” devido aos crescentes aportes de capital que vem recebendo.

Por sua vez, o professor Mauro Osório, economista do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) elogiou o trabalho decisivo da Firjan no mapeamento e

de São Paulo, mas há enormes desafios, como o fato de cerca de 40% de nossos jovens não estarem nem trabalhando, nem estudando, um quadro semelhante ao do Nordeste”, listou. Osório lembrou que quanto mais desigual é uma região, mais sua população sofre com a violência. “E quanto menos desigual, melhor é o desempenho no que tange à inovação.”

Defendendo políticas para incrementar o encadeamento produtivo, o professor da UFRJ destacou também a importância de discutir o papel dos portos, do Rio e de Itaguaí, para que o potencial deles seja extraído ao máximo. Com relação ao Arco Metropolitano, Osório alertou para que não seja um instrumento de ocupação irregular ou especulação imobiliária e chamou a atenção para o “escândalo” representado pelo atual estágio da educação no estado. “É preciso pensar o estado de forma integrada e institucionalizar o planejamento, que deve ser encarado como política de Estado e não pode ser feito por consultoria.”

Para o professor da UFRJ, o Rio precisa avaliar onde estão os nichos para atividades indutoras do desenvolvimento fluminense, como por exemplo as atividades

## Dados do Rio de Janeiro

Força Econômica	População	Recursos Naturais	Localização Privilegiada
<ul style="list-style-type: none"> <li>• PIB de R\$ 539,9 bilhões, equivalente ao de Portugal</li> <li>• Responder por 11,2% do PIB nacional</li> <li>• Renda per capita de R\$ 539,9 (37,1% acima da média nacional)</li> <li>• Taxa de desemprego de 4,5%, contra 5,4% no Brasil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 16 milhões, equivalente à população da Holanda</li> <li>• Força de trabalho de R\$ 4,6 milhões, 40% maior que a população do Uruguai</li> <li>• 2º maior nível de escolaridade do país (10,7% da população com 15 anos de estudo ou mais)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produz cerca de 72% do petróleo nacional ou o equivalente à produção da Noruega</li> <li>• Produz cerca de 35% do gás natural do país ou o equivalente ao consumo total da Áustria</li> <li>• Aproximadamente 60% da área do pré-sal está localizada de frente ao estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geograficamente responde por apenas 0,5% do território nacional</li> <li>• Aproximadamente 50% do PIB do Brasil está concentrado a um raio de 500 km do Rio de Janeiro</li> <li>• 60s portos do Rio de Janeiro respondem por 12% do fluxo de comércio brasileiro</li> </ul>

Fonte: CIA, IBGE, ANP, MDIC, FIRJAN

O presidente da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio), Domingos Vargas, avalia que um dos segredos do círculo virtuoso que está se instalando no Rio é a articulação com o poder central do país. “Até pouco tempo era a Firjan sozinha que desempenhava esse papel. A partir de 2007, temos um Rio com outra perspectiva. Nem mesmo os mais otimistas acreditavam em virada tão grande”, disse, acrescentando ser necessário aprimorar a governança. “Precisamos de quadros qualificados para otimizar recursos públicos e privados. Muito se critica o setor público em relação à qualidade dos projetos que produz, mas quando analisamos vários projetos que chegam à AgeRio vemos o quanto o setor privado

apoiou às políticas públicas. “É fundamental pensar em políticas verticais (setoriais), com incentivo aos complexos produtivos. Há também muitos desafios e carência de diagnóstico. O Arco Metropolitano atrasou por falta de engenheiros e capacidade de fazer projetos”, apontou, acrescentando que ainda há muito a pensar sobre estratégias, além da governança, pois o Rio perdeu muito com a ida da capital para Brasília, com as cassações de políticos com porte de estadista que o estado possuía no período da ditadura militar.

“Entre 2008 e 2012, voltamos a crescer dentro da média nacional, com a renda subindo acima dessa média, superando, inclusive, a renda média mensal

**Quanto mais desigual é uma região, mais sua população sofre com a violência. E quanto menos desigual, melhor é o desempenho no que tange à inovação.**  
Mauro Osório



culturais, os esportes e a pesquisa. “Mas precisamos oferecer infraestrutura. Atraímos grandes empresas, mas o encadeamento é fraco, sobretudo por falta dela”, resumiu Osório, ratificando a importância do planejamento estatal. “Estamos aquém do planejamento em outros estados. Não se resolve tudo pela gestão. É preciso ter estratégia. O Rio tem registrado avanços, mas ainda não vejo um ciclo virtuoso consolidado”, disse, lembrando que a segurança jurídica não é forte na China e ainda assim a maior parte dos investimentos globais se dirige para lá.

Osório defendeu ainda a transformação da UFRRJ na “UNICAMP da Baixada Fluminense”. Para ele, uma estratégia de desenvolvimento para o Rio deve priorizar atividades de valor agregado em relação aos centros acadêmicos da região metropolitana e discutir a questão do pólo petroquímico. “O COMPERJ ainda demora para ir além de uma refinaria, por isso não se deve desprezar a importância do apoio às concentrações econômicas nas áreas da região metropolitana”, advoga.

### Indicadores precisam ser aprimorados

Vitor Hugo Klagsbrunn, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), concorda com Osório quanto à importância do planejamento estratégico. O economista, que coordena a elaboração do Índice de Conjuntura do RJ (IC-RJ), lembrou a dificuldade que cariocas e fluminenses têm para pensar o próprio desenvolvimento, fruto dos tempos anteriores à mudança da capital para Brasília. “Nossos jornais e universidades costumam estar voltados para o que acontece no Brasil e no mundo. Por isso conhecemos pouco o nosso estado, que nunca teve uma instituição forte com essa finalidade”.

Klagsbrunn ponderou sobre a dificuldade para se produzir índices econômicos no Rio, mas ob-

servou que a partir do IC-RJ foi possível observar dados interessantes, como o fato de o Rio ter sofrido mais com a crise de 2009 do que os demais entes federativos, ou a importância do petróleo no desempenho econômico regional. “Os períodos recentes em que crescemos mais foram puxados pelo petróleo, que representa mais de 10% do nosso PIB. Mas ainda não emprega muita gente, já que boa parte da cadeia produtiva está fora do estado. Isto está mudando para melhor”, ressaltou.

### Nunca aceitei a idéia de que o Rio seria um grande balneário.

Vitor H. Klagsbrunn

O professor da UFF destacou também a importância da indústria de transformação para o crescimento econômico. “Nunca aceitei a idéia de que o Rio seria um grande balneário. A produção industrial ainda é o motor da conjuntura econômica, embora represente apenas 25% de nosso PIB. Isto porque a indústria avança em bloco, ou seja, um produz para o outro e, juntos, puxam os ciclos de crescimento ou estagnação”, disse, acrescentando que, no passado recente, poucas vezes a indústria de transformação do Rio crescia mais que a média nacional. “Agora, com a ajuda do petróleo, isto está acontecendo”, comemorou.

O professor da UFF ressalva,

José Gustavo Feres, Sergio Besserman, Lia Vals e Rute Rodrigues



### Não há país capitalista que não faça planejamento.

Vitor H. Klagsbrunn

porém, que a melhora do ambiente de negócios e os investimentos que chegam ainda não produziram efeito significativo nesta indústria de transformação, que segundo ele tem estrutura pulverizada. “Esta estrutura não ajuda, mas temos força de trabalho. A inovação é uma de nossas vocações por que temos centros de pesquisa avançados, mas isto ainda não aparece nas estatísticas”, finalizou, reforçando a necessidade de dar ênfase ao planejamento. “Não há país capitalista que não faça planejamento. Com a ideologia do Estado mínimo não estamos formando quadros para planejar”, criticou.

### Governança e desenvolvimento

O presidente da Ceperj, Mauricio Carlos Ribeiro, considera que cabe aos gestores fluminenses desenvolver as instituições e manter bom relacionamento com os demais níveis de governo. Lembrando que os avanços institucionais do Rio já se fazem sentir no cenário internacional, notadamente pelas agências de classificação de risco, e pelo cumprimento de decisões judiciais, Ribeiro ponderou sobre a relação virtuosa existente entre boas instituições políticas e o desenvolvimento. “Dinheiro não traz desenvolvimento sozin-

ho. Precisamos ter em mente qual é o quadro institucional necessário para que esse investimento que está chegando ao Rio possa se traduzir em um desenvolvimento que chegue a todas as pessoas e regiões do estado”.

Falando como pesquisador e acadêmico, “não como presidente da CEPERJ”, Ribeiro defendeu que a partir da discussão do estado institucional do Rio de Janeiro surjam propostas para o futuro. “Menciono aqui o caso das comunidades pacificadas, cuja idéia é integrar um território dominado por algo que não é o estado, por instituições que são absolutamente nada virtuosas. Com a padronização do ambiente co-

meça a existir um ambiente mais favorável para os negócios, para a educação, para os investimentos públicos ou privados”, exemplificou. Entre outros benefícios, as boas instituições trazem, lembra Ribeiro, mecanismos de controle da administração e de competição política (checks and balances). “Num ambiente no qual praticamente não se tem controle da administração e a competição política é baixa, o agente público tende a adotar políticas patrimonialistas, podendo-se gerar um ambiente predatório, como acontece em alguns lugares do Brasil”. Neste contexto, ele vê o estado do Rio de Janeiro numa situação singular, já que possui algumas instituições fortes, como o Poder Judiciário, mas, por outro lado, uma competição política cada vez menos acirrada.

“Até pouco tempo tínhamos um Poder Judiciário que era completamente refratário ao estado, ao Executivo principalmente. Entre 2003 e 2006 foram cumpridas 24.401 decisões judiciais referentes à pessoal. Já entre 2007 e

2010, este número saltou para 130.488 decisões judiciais, um avanço de mais de 500 %. Isso impactou fortemente a relação do Judiciário com o Executivo”, comparou, acrescentando que é preciso assegurar que essas instituições se mantenham no futuro.

Além de instituições públicas, Ribeiro acentuou que é preciso

“Olimpica”, defendeu, lembrando que a lei 9.433, de 1997, que trata do Plano Nacional de Recursos Hídricos, opta pelo modelo de gestão integrada e participativa. “O convênio tradicional é mais fraco que a autoridade pública, que impõe prazos e metas em um contrato que, se não for cumprido, prevê punições.”

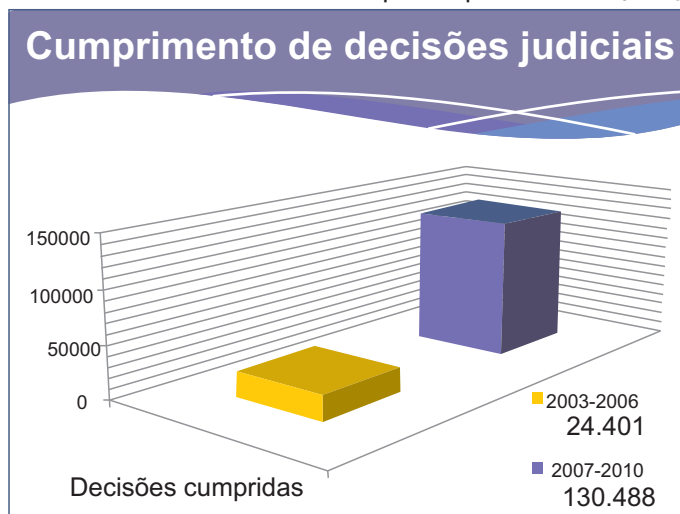
O pesquisador do Ipea relatou que a história da despoluição da Baía começa na ECO 1992, com o Plano de Despoluição. Na época, o planejamento foi bem feito e previa um conjunto amplo de ações e tinha fontes de financiamento bem definidas, cerca de US\$ 800 milhões, com meta para conclusão no ano de 2000. Como o prazo não foi cumprido, foi feita uma revisão, em

2005, e o teto de financiamento foi elevado para US\$ 1,1 bilhão. “Mesmo assim, apesar de 80% desse orçamento terem sido executados, o resultado foi pífio”, lembrou.

Como sinais desse resultado frustrante, Feres apontou os baixos índices de coleta e tratamento de esgoto e o fato de a contrapartida estadual não ter sido realizada.

“Acrescente-se a esse quadro os erros de projetos, os adiamentos, revisões de custos e interferência política”, listou, frisando ser mesmo a governança o ponto que, neste caso, concentra os gargalos na gestão. “Houve centralização no governo do estado, em detrimento dos municípios. Faltou coordenação. Foram gastos, por exemplo, R\$ 164 milhões no Canal do Cunha e de nada adiantou, por falta dessa coordenação”, registrou.

Agora, com o Plano GB Limpa, uma correção de rumos em função das Olimpíadas, houve um esforço maior de coordenação e o setor privado ganhou mais espaço. “Optou-se pela concessão para o esgotamento sanitário, que é o grande gargalo. Não se pode recu-



chamar a iniciativa privada para o respeito a normas e contratos. “As instituições importam, estamos munidos de boas instituições, cumpre desenvolvê-las, fazer com que isso se replique no futuro e em cada município no Estado do Rio de Janeiro”, resumiu.

### Baía de Guanabara

Em seguida, no painel que tratou dos investimentos visando à sustentabilidade social e ambiental, o pesquisador do Ipea José Gustavo Feres mostrou a importância da governança para o sucesso dos projetos ao apresentar um histórico e as perspectivas para a despoluição da Baía de Guanabara, uma iniciativa que começou nos anos 1990 e ainda se mantém em águas turvas.

“O compromisso com o Comitê Olímpico Internacional (COI) é concluir 80% do saneamento da Baía até as Olimpíadas de 2016, mas falta uma estrutura para coordenar os diferentes federativos que atuam no projeto. Proponho a criação de uma Autoridade Pública na Baía de Guanabara, que seria um arranjo institucional importante, semelhante à Autoridade



perar a Baía sem fazer os mesmo com os rios. É necessário divulgar metas e números para atrair a participação da sociedade civil”, argumentou.

Em seguida, o economista Sergio Bessermann, professor da PUC-RJ, frisou que o futuro do Rio de Janeiro passa por salvar a Baía de Guanabara. “O Rio tem a marca da capital ecológica do planeta. Possui três grandes florestas e um sistema lagunar incrível. Copacabana é famosa no mundo inteiro. Só o Rio reúne tudo isso numa cidade apenas”. Por outro lado, o professor da PUC-RJ mostrou que o Rio também tem poluição e pobreza. “Todos os países que levam a sério a questão do desenvolvimento sustentável limpam suas baías. Se não o fizermos cairemos no ridículo”, alertou, enfatizando que o centro do problema da despoluição da Baía de Guanabara está na governança.

## Articulação é chave para sustentabilidade

A pesquisadora Rute Imanishi Rodrigues, do Ipea, trouxe para o seminário seus estudos sobre habitação no Rio e sublinhou que a moradia se relaciona com outros pontos fundamentais para a plena cidadania, como mobilidade, saúde e educação, por exemplo. “Considerar essa relação é uma chave para discutir sustentabilidade e o planejamento é a base de tudo”, ponderou, mostrando que os maiores impactos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão mais relacionados à infra-

estrutura social e urbana.

No entanto, o programa Minha Casa, Minha Vida, que financia moradias para renda de até três salários mínimos, está concentrado nas regiões metropolitanas e nos bairros mais distantes, sobretudo na Zona Oeste da capital. “Paralelamente, tenta-se urbanizar favelas, o que é difícil”, ponderou.

Rute lamentou que, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, no Brasil a interferência do poder público sobre o mercado de terras é mínima. “Nos países desenvolvidos o aluguel é subsidiado e não se pensa em casa própria para todos. Aqui temos a favela que, por um lado, é democrática, mas por outro a informalidade e a espontaneidade são obstáculos para a ação do Estado”, comparou.

## Desenvolvimento tecnológico e economia criativa

Apesar da reconhecida vocação para a tecnologia, devido à presença de universidades e centros de pesquisa, e para a chamada economia criativa, o Rio acompanha o restante do país no tocante à baixa competitividade e produtividade, se comparadas ao restante do mundo. Neste sentido, o economista Tito Ryff, diretor de Relações Institucionais da REDETEC, observa que competitividade e produtividade estão diretamente relacionadas à capacidade de inovar. “Neste campo estamos muito mal diante do cenário internacional. Tanto a produtividade do trabalho quanto a do capital são muito baixas aqui”.

Apesar de concordar com Ryff, o diretor de Tecnologia da Faperj, Luiz Antonio Moraes Filho, informou que a Faperj está se internacionalizando e que a instituição tem entre seus objetivos garantir um futuro com desenvolvimento e justiça social para os cidadãos fluminenses. “O dinheiro de nossos financiamentos retorna depois em impostos, de forma que não são gastos, mas investimentos”, frisou. Em seguida,

### Economia criativa, dados do Brasil.

- No Brasil, o setor movimenta mais de **R\$ 667 bilhões anualmente** - correspondendo a **18% do PIB nacional** (FIRJAN, 2010) que se valeu apenas de **dados formais do número de empregados e respectiva remuneração dos setores do Núcleo** associadas ao setor nacional. **Sem contar invisíveis da informalidade!**
- Predominância de **micro e pequenas empresas no Núcleo** da cadeia criativa nacional, empregando em média 13,7 trabalhadores por estabelecimento (perfil internacional).
- **Micro e empreendimentos**, relevante papel no cenário nacional, são ainda mais nas indústrias criativas.

### Economia criativa, dados do Estado do RJ

- Cadeia produtiva da indústria criativa representa cerca de **R\$ 76 bilhões empregando + de 973 mil pessoas nas atividades relacionadas, de apoio e do núcleo.**
- Considerando Núcleo, o setor criativo representa **2,2% do trabalho formal fluminense**, ficando atrás de SP.
- As atividades do **Núcleo, Relacionadas e de Apoio da cadeia fluminense apontam respectivamente 85%, 91% e 94%** como a parcela das **empresas com menos de 20 empregados** (microempresa), seguidas de longe pelas empresas de médio porte (com 20 a 99 empregados). (RAIS, 2006 apud FIRJAN 2008).



Moraes apresentou vários exemplos bem sucedidos dos financiamentos da Faperj.

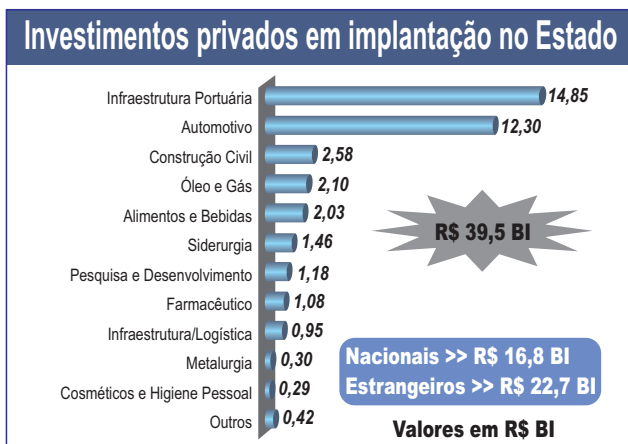
Ao final, a professora e pesquisadora Ruth Mello, do Instituto Genesis, ligado à PUC-RJ, ponderou que a economia criativa pode ser um vetor de desenvolvimento, sobretudo se os investimentos que estão chegando forem bem aproveitados. Ruth disse também que nesta área as micro e pequenas empresas, grandes geradoras de empregos, são muito re-

presentativas. “São também um colchão de amortecimento durante crises e oferecem empregos tanto para jovens quanto para pessoas acima de 40 anos”.

No Instituto Genesis, a pesquisadora esclareceu que os processos de encubação costumam durar entre 2 e 3 anos, em média e que a taxa de mortalidade dessas novas empresas tem caído muito. “Hoje apenas 24% não sobrevivem e é cada vez maior a participação do empreendedorismo por oportu-

nidade, não por necessidade”, sublinhou. Ruth definiu o que seria o “setor dois e meio”: empresas que já nascem pensando no social e no lucro, simultaneamente.

Ela informou também que a pujança da economia criativa é bem maior do que se imagina, pois estaria abaixo apenas da indústria armamentista e do petróleo, em termos mundiais. No Brasil, a economia criativa responderia, segundo a pesquisadora, por 18% do PIB. ■



## MAIS SOBRE O RIO DE JANEIRO

- Turismo: Somente por 0,7% do emprego formal no RJ são gerados pelos hotéis.
- Desde 2000, a indústria naval vem crescendo cerca de 20% ao ano.
- Os investimentos em segurança pública no Rio aumentaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 9 bilhões nos últimos oito anos.
- Além de sediar a FIOCRUZ, o Rio detém 12 % da indústria farmacêutica nacional.
- O petróleo representa 10% do PIB fluminense.
- A indústria de transformação responde por 25% do PIB do Estado do Rio.
- Os megaeventos são secundários no quadro de investimentos no Rio. Hoje o estado responde por 11% do PIB nacional e tem produção de petróleo semelhante a de vários países exportadores. Os investimentos previstos entre 2014 e 2016 superam em 80% aqueles que vieram entre 2010 e 2012.

# Serviços lideram o crescimento econômico

No primeiro semestre de 2014, a maioria dos indicadores da economia fluminense assinalaram resultados positivos em comparação com o primeiro semestre de 2013. O comércio varejista cresceu 3,6%, o setor de serviços, 10,2%, a indústria total recuou 4,0%, e a arrecadação de ICMS, retraiu 0,3%. O emprego formal, apesar de menor em comparação ao primeiro semestre de 2013, gerou cerca de 25 mil postos de trabalho, conforme resultados divulgados recentemente pelo IBGE, Ministério do Trabalho e Secretaria Estadual de Fazenda.

Nos seis primeiros meses do ano a produção industrial do Rio de Janeiro, medida pelo IBGE, revelou queda de 4,0% para o total da indústria fluminense, com a maior parte (9) dos doze ramos pesquisados apontando decréscimos da produção. Os setores de produtos

farmacêuticos (-12,5%), outros produtos químicos (-11,6%) e veículos automotores (-25,0%) foram os que apresentaram maiores impactos negativos. Nos últimos meses as exportações de ônibus e caminhões para o restante da América do Sul diminuíram bastante, contribuindo para o resultado negativo do setor.

O comércio varejista, neste período, apresentou resultado positivo na comparação com o período anterior, registrando variação de 3,6% no volume de vendas e o comércio exterior também assinalou resultados positivos, com superávit de US\$ 264,2 milhões. Contribuíram para este superávit as exportações de óleos brutos de petróleo que representaram 50,9% das exportações do estado nos seis primeiros meses do ano.

Com relação aos Serviços, este setor apresentou crescimento de 10,2% em relação ao mesmo

período do ano anterior, destacando-se as atividades: Transportes e correio (11,7%); Serviço de informação e comunicação (10,8%) e Serviços prestados às famílias (9,6%).

Quanto ao emprego formal foram gerados no período 25 mil postos de trabalho. Tal crescimento deveu-se principalmente aos saldos positivos nos empregos do setor de Serviços (34.867 postos) e na Construção civil (6.375 postos).

O recolhimento de ICMS no primeiro semestre 2014 totalizou R\$ 15.794,2 milhões em valores nominais e o resultado apurado relativo à taxa real do acumulado do ano foi negativo, ou seja -0,3% na arrecadação total (frente a 3,0% até o mês anterior), mas com destaque positivo para o comércio, com expansão de 5,6% (frente a 8,0%). Já a indústria apresentou retração de 0,3% (frente a +4,8%) e serviços -7,2% (frente a -6,2%).

<sup>1</sup>Dados da ANFAVEA, disponíveis em <http://www.anfavea.com.br/docs/SeriesTemporais.zip>

## INDICADORES DA INDÚSTRIA ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2014

Período	Industria Extrativa										
	Índice da produção física (2) (r) Base: média de 2012=100 Extrativa				Produtos selecionados			Construção civil (r)	Serviços industriais de utilidade pública		
		Indústria Geral (ponderação IBGE)	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Aço Bruto (mil t)	Petróleo (mil m³) (r) (3)	Gás natural (10 <sup>6</sup> m³) (4)	Consumo aparente de cimento (mil t)	Consumo de energia elétrica (Gwh) (r) (5)	Consumo de gás encanado (mil m³) (r)	Consumo de água (mil m³)
<b>2012</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>10.261</b>	<b>89.268</b>	<b>10.344</b>	<b>4.703</b>	<b>35.562</b>	<b>5.554.983</b>	<b>733.098</b>	
jan	91,40	107,50	85,10	2831	8.170	907	351	2.952	300.155	60.102	
fev	94,00	99,90	91,70	809	7.583	814	343	3.096	339.902	60.930	
mar	102,50	101,80	102,80	959	7.619	853	416	3.265	416.903	63.844	
abr	100,30	97,40	101,40	899	7.119	810	355	3.079	498.348	63.126	
mai	104,40	102,70	105,00	816	7.513	845	422	2.902	417.254	62.275	
jun	94,40	97,90	93,00	772	7.261	855	378	2.805	406.960	60.721	
jul	102,10	101,00	102,50	950	7.527	881	428	2.728	366.154	59.579	
ago	103,20	100,10	104,50	873	7.422	879	453	2.847	364.782	60.046	
set	97,80	92,00	100,00	910	6.821	862	389	2.851	531.031	56.711	
out	107,40	99,80	110,40	891	7.370	889	433	2.905	644.229	59.486	
nov	102,60	97,20	104,80	769	7.219	857	389	3.041	663.546	60.971	
dez	99,90	102,70	98,80	782	7.644	892	348	3.091	605.719	65.307	
<b>2013</b>	<b>99,68</b>	<b>93,79</b>	<b>101,97</b>	<b>10.225</b>	<b>84.587</b>	<b>10.006</b>	<b>4.906</b>	<b>36.689</b>	<b>6.938.368</b>	<b>725.245</b>	
jan	102,40	100,10	103,20	795	7.512	865	375	3.336	647.754	63.287	
fev	90,90	86,90	92,50	780	6.534	757	341	3.130	563.776	67.623	
mar	100,90	91,80	104,50	848	6.572	837	383	3.275	596.154	63.460	
abr	99,50	92,70	102,10	916	6.554	828	432	3.087	582.915	64.678	
mai	101,00	92,20	104,40	841	6.955	808	430	3.012	692.028	61.759	
jun	96,30	93,50	97,40	774	7.175	832	414	2.901	634.557	61.465	
jul	103,40	92,40	107,70	858	6.992	841	449	2.864	589.572	62.335	
ago	98,70	95,10	100,10	910	7.167	835	474	2.870	584.899	64.436	
set	99,80	94,10	102,10	911	7.153	836	432	2.884	559.546	55.740	
out	105,50	97,40	108,70	895	7.415	842	460	3.054	518.342	53.660	
nov	100,70	93,10	103,70	829	7.147	845	396	3.107	481.167	51.949	
dez	97,00	96,20	97,20	868	7.410	881	319	3.169	487.660	54.853	
<b>2014</b>	<b>94,58</b>	<b>91,52</b>	<b>95,80</b>		<b>42.582</b>	<b>5.119</b>		<b>20.067</b>	<b>3.766.382</b>	<b>343.311</b>	
jan	98,00	94,50	99,30		7.140	845		3.501	493.448	56.448	
fev	91,70	85,10	94,40		6.626	810		3.640	598.665	60.655	
mar	98,70	96,30	99,60		7.251	864		3.542	703.936	55.138	
abr	91,80	88,80	93,00		6.998	826		3.303	668.009	58.945	
mai	93,10	92,60	93,30		7.309	885		3.086	692.916	56.069	
jun	94,20	91,80	95,20		7.259	889		2.995	609.408	56.056	
<b>Variações(%)</b>											
No mês	1,2	-0,9	2,0	4,7	-0,7	0,4	-19,5	-3,0	-12,1	0,0	
No mês/mês ano anterior	-2,2	-1,8	-2,3	11,0	1,2	6,9	-8,4	3,2	-4,0	-8,8	
Acumulada	-4,0	-1,5	-4,9	-0,4	3,1	3,9	4,3	7,1	1,3	-10,2	

Fontes: IBGE/DPE/Departamento de Indústria, IBS e Petrobrás, ANP - Boletim Mensal de Produção submetido à ANP (em 17/01/2012), Sind.Nac. Indústria de Cimento, LIGHT, AMPLA, CENF, CEG-CEGRIO e CEDAE.

Notas: (1) Quando se tratar de índices os valores anuais são médios. (2) Dados sujeitos a retificações (3) Petróleo: óleo e condensado. Não inclui LGN (GLP e C5+).

(4) O valor total da produção inclui os volumes de rejeição, queimas e perdas, e consumo próprio de gás natural. (5) Aos dados da Light, Ampla e CENF foram agregados o consumo dos clientes do Mercado Livre de energia.

Dados sujeitos a retificação.

(r) dados retificados

**Variações percentuais**

No mês = mês de referência/mês anterior

No mês/mês do ano anterior = mês de referência/mesmo mês do ano anterior

Acumulada = janeiro até o mês de referência/igual período do ano anterior

## INDICADORES DO COMÉRCIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2014

Período	Comércio Varejista (r)		Comércio Atacadista	Comércio Exterior		Registro de empresas na Junta Comercial (Em unidades)	
	Índice de receita nominal de vendas no varejo Rio de Janeiro	Índice de volume de vendas no varejo Rio de Janeiro	Comercialização de hortigranjeiros cereais e pescado na CEASA - Grande Rio	Exportações	Importações	Constituição	Extinção
	Índice base fixa (2011=100)		(Em mil t)	(FOB - 1000 US\$)		(Em unidades)	
<b>2012</b>	<b>108,90</b>	<b>104,14</b>	<b>1.520</b>	<b>28.771.132</b>	<b>20.267.726</b>	<b>44.023</b>	<b>9.237</b>
jan	99,69	97,47	134	2.236.590	1.453.808	2.996	833
fev	96,40	94,26	141	2.452.972	1.062.527	2.955	669
mar	104,48	102,46	137	2.811.622	1.423.110	3.873	835
abr	98,72	96,61	104	3.169.251	1.874.002	3.300	675
mai	102,87	100,10	113	2.330.674	2.122.945	3.694	890
jun	102,81	99,04	120	1.529.905	2.035.161	3.354	791
jul	105,35	100,82	118	1.999.657	1.562.546	4.940	994
ago	109,12	103,38	141	2.925.198	1.889.690	4.813	963
set	105,54	99,14	124	2.160.393	1.918.881	3.618	685
out	113,04	105,49	140	1.626.580	1.785.580	4.244	701
nov	112,05	105,26	114	2.962.056	1.569.855	3.299	571
dez	156,68	145,67	133	2.566.234	1.569.621	2.937	630
<b>2013</b>	<b>123,78</b>	<b>109,31</b>	<b>880,73</b>	<b>21.273.025</b>	<b>21.568.505</b>	<b>45.228</b>	<b>7.391</b>
jan	112,99	103,20	138	861.043	2.109.669	3.163	650
fev	105,09	94,92	146	1.546.275	1.686.481	2.711	500
mar	123,25	110,05	137	2.734.034	1.894.328	3.314	551
abr	112,27	99,37	162	1.277.813	1.648.871	3.832	573
mai	120,47	105,87	151	1.863.249	2.242.341	3.707	539
jun	114,48	100,52	147	1.236.911	1.729.709	3.562	552
jul	121,45	107,30		1.311.062	2.216.207	4.482	662
ago	125,47	110,94		1.738.880	1.518.311	4.671	749
set	118,60	104,40		2.013.113	1.430.554	4.445	711
out	127,20	111,10		1.690.521	1.498.353	4.448	623
nov	131,50	114,80		2.569.025	2.110.730	3.770	651
dez	172,60	149,30		2.431.099	1.482.951	3.123	630
<b>2014</b>				<b>9.016.748</b>	<b>10.938.722</b>	<b>19.166</b>	<b>3.431</b>
jan	126,40	108,10		1.572.364	2.143.505	3.289	660
fev	119,10	101,40		1.138.015	1.585.045	3.423	665
mar	124,50	103,80		1.403.305	1.345.222	3.087	481
abr	128,70	106,50		1.396.807	2.365.701	2.902	496
mai	135,50	111,40		1.605.214	1.680.051	3.422	578
jun	127,80	105,00		1.901.043	1.819.198	3.043	551
<b>Variações(%)</b>							
No mês	-5,7	-5,7	-2,9	18,4	8,3	-11,1	-4,7
No mês/mês ano anterior	11,6	4,5	22,2	53,7	5,2	-14,6	-0,2
Acumulada	10,7	3,6	17,6	-5,3	-3,3	-5,5	2,0

Fontes: IBGE/Diretoria de Pesquisa/Departamento de Comércio e Serviços, CEASA - Central de Abastecimento, SECEX - Secretaria de Comércio Exterior, JUCERJA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e SEF - Secretaria de Estado de Fazenda.

Notas : (1) Quando se tratar de índices os valores anuais são médios. De 1998 A 1999 O IBGE divulgava dados do faturamento do comércio varejista com base fixa = 100, a partir de 2000 os novos índices passaram a ser o Índice Nominal de Vendas do Varejo e Índice de Volume de Vendas do Varejo.

(r) Dados retificados

#### Variações percentuais

No mês = mês de referência/mês anterior

No mês/mês do ano anterior = mês de referência/mesmo mês do ano anterior

Acumulada = janeiro até o mês de referência/igual período do ano anterior

## ÍNDICES DA RECEITA NOMINAL DE SERVIÇOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2014

Período	Índice da Receita nominal de serviços Base: Média de 2011=100 (Número índice)						
	Total	Serviços prestados às famílias	Serviços informação e comunicação	Serviços profissionais, administrativos e complementares	Transportes serviços auxiliares aos transportes	Outros serviços	
<b>2012</b>	<b>112,2</b>	<b>111,4</b>	<b>107,9</b>	<b>113,7</b>	<b>115,9</b>	<b>115,8</b>	
jan	105,4	111,9	100,1	101,6	109,7	114,5	
fev	101,3	102,2	101,4	98,0	104,4	96,6	
mar	109,0	108,6	106,9	106,1	112,4	113,7	
abr	107,5	106,4	102,7	108,0	112,2	112,3	
mai	110,9	104,9	107,8	111,0	116,2	111,5	
jun	111,7	112,9	108,2	115,2	113,2	112,5	
jul	114,1	110,0	107,1	116,0	119,7	125,8	
ago	114,6	110,2	111,2	115,9	120,2	111,7	
set	111,3	109,4	108,8	114,0	113,9	108,7	
out	117,2	112,1	111,6	120,4	123,1	119,5	
nov	115,2	116,1	111,8	119,2	117,1	113,0	
dez	128,4	132,3	116,8	139,4	128,4	149,6	
<b>2013</b>	<b>119,7</b>	<b>120,7</b>	<b>116,5</b>	<b>121,6</b>	<b>124,9</b>	<b>110,2</b>	
jan	113,7	121,7	106,4	113,9	122,2	107,1	
fev	106,7	110,7	105,2	106,7	109,6	99,3	
mar	116,3	118,8	114,3	109,5	124,9	108,3	
abr	114,0	112,1	114,3	116,2	116,5	101,1	
mai	115,6	109,2	113,3	121,7	120,9	100,2	
jun	120,3	112,2	115,2	128,0	122,1	127,7	
jul	119,9	118,2	118,7	120,3	124,7	109,4	
ago	120,8	123,7	116,2	123,4	127,3	108,9	
set	122,4	120,9	121,3	121,6	127,7	111,8	
out	125,5	128,8	121,7	125,7	133,1	111,1	
nov	124,9	126,8	123,0	128,0	129,7	107,2	
dez	135,9	145,3	127,9	143,7	139,7	129,7	
<b>2014</b>							
jan	122,8	130,0	114,2	117,1	136,6	117,6	
fev	121,5	119,4	116,9	120,2	132,2	109,8	
mar	123,7	127,5	120,6	122,0	129,4	116,7	
abr	125,8	120,7	124,2	120,4	135,2	117,7	
mai	127,7	125,7	123,5	129,8	135,1	117,3	
jun	135,1	127,4	141,6	141,4	131,8	112,4	
<b>Variações(%)</b>							
No mês	5,8	-1,4	14,7	8,9	-2,4	-4,2	
No mês/mês ano anterior	12,3	13,5	22,9	10,5	7,9	-12,0	
Acumulada	10,2	9,6	10,8	7,9	11,7	7,4	

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços



## INDICADORES DO NÍVEL DE EMPREGO FORMAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2014

Período	Total		Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária/Outros	
	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado
<b>2012</b>	<b>1.774.154</b>	<b>1.668.501</b>	<b>205.108</b>	<b>189.798</b>	<b>231.990</b>	<b>206.687</b>	<b>457.355</b>	<b>439.126</b>	<b>860.008</b>	<b>808.485</b>	<b>19.693</b>	<b>24.405</b>
<b>2013</b>	<b>1.835.675</b>	<b>1.771.996</b>	<b>205.260</b>	<b>199.958</b>	<b>233.820</b>	<b>225.749</b>	<b>483.675</b>	<b>469.053</b>	<b>891.857</b>	<b>856.713</b>	<b>21.063</b>	<b>20.523</b>
jan	149.321	173.971	116.956	17.455	20.088	19.787	36.756	52.246	74.088	81.112	1.433	3.371
fev	146.122	137.430	17.028	16.157	18.049	14.542	34.668	37.950	74.168	67.255	2.209	1.526
mar	166.080	150.721	20.116	17.722	22.048	17.752	40.140	40.207	81.681	73.593	2.095	1.447
abr	164.647	149.647	18.664	17.325	21.592	18.778	40.721	37.612	81.578	74.140	2.092	1.792
mai	163.470	158.895	20.033	17.004	19.481	20.823	40.526	41.887	80.485	77.943	2.945	1.238
jun	158.044	150.213	17.837	17.152	20.184	19.972	40.794	40.502	76.308	71.177	2.921	1.410
jul	154.188	154.943	17.411	18.644	21.854	18.954	38.946	39.807	74.334	76.134	1.643	1.404
ago	160.463	150.359	17.487	16.711	21.715	21.048	41.804	38.378	77.881	73.067	1.576	1.155
set	156.174	140.521	16.849	16.044	21.548	20.086	40.688	35.306	75.962	67.967	1.127	1.118
out	162.548	155.862	18.510	17.772	21.130	21.003	44.285	38.750	77.518	76.895	1.105	1.442
nov	148.578	131.593	14.670	15.218	16.285	20.521	46.733	32.432	69.778	61.052	1.112	2.370
dez	106.040	117.841	9.699	12.754	9.846	12.483	37.614	33.976	48.076	56.378	805	2.250
<b>2014</b>	<b>934.012</b>	<b>908.819</b>	<b>104.049</b>	<b>101.283</b>	<b>124.296</b>	<b>117.921</b>	<b>223.406</b>	<b>245.222</b>	<b>472.928</b>	<b>438.061</b>	<b>9.333</b>	<b>6.332</b>
jan	142.107	163.655	15.966	16.030	20.045	18.685	34.027	51.706	71.114	76.013	955	1.221
fev	171.432	145.612	18.948	16.644	23.701	17.820	39.162	40.030	88.333	70.024	1.288	1.094
mar	147.797	152.130	18.044	17.050	19.738	19.866	34.652	40.446	74.259	73.690	1.104	1.078
abr	159.722	148.778	18.189	16.853	20.736	20.207	39.841	36.811	79.522	74.015	1.434	892
mai	165.735	156.815	17.581	17.889	21.244	21.090	40.030	40.083	84.517	76.795	2.363	958
jun	147.219	141.829	15.321	16.817	18.832	20.253	35.694	36.146	75.183	67.524	2.189	1.089
<b>Variações(%)</b>												
No mês	-11,2	-9,6	-12,9	-6,0	-11,4	-4,0	-10,8	-9,8	-11,0	-12,1	-7,4	13,7
No mês/mês ano anterior	-6,8	-5,6	-14,1	-2,0	-6,7	1,4	-12,5	-10,8	-1,5	-5,1	-25,1	-22,8
Acumulada	-1,4	-1,3	-6,0	-1,5	2,4	5,6	-4,4	-2,1	1,0	-1,6	-31,9	-41,3

Fontes:Ministério do Trabalho e Emprego.

Notas :(r) Dados retificados

Variações percentuais

No mês = mês de referência/mês anterior

No mês/mês do ano anterior = mês de referência/mesmo mês do ano anterior

Acumulada = janeiro até o mês de referência/igual período do ano anterior

## INDICADORES DE FINANÇAS PÚBLICAS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2014

Período	Arrecadação ICMS (1)	Transferências		
		FPM (2)	FPE(2)	IPI-EXP(2)
<b>2012</b>	<b>26.918.030</b>	<b>1.650.224</b>	<b>750.653</b>	<b>610.376</b>
jan	2.407.688	137.005	66.351	25.860
fev	2.000.794	165.728	80.261	54.023
mar	2.127.667	112.556	54.510	48.117
abr	2.344.079	141.857	62.157	52.661
mai	2.029.227	158.657	76.837	57.788
jun	2.197.543	135.390	65.569	51.626
jul	2.232.963	101.105	48.965	48.143
ago	2.243.382	111.567	54.031	53.213
set	2.308.958	97.619	47.277	53.815
out	2.239.573	103.627	50.186	52.012
nov	2.393.804	140.069	67.835	52.656
dez	2.392.352	245.044	76.674	60.462
<b>2013</b>	<b>30.748.260</b>	<b>1.772.432</b>	<b>814.327</b>	<b>678.263</b>
jan	2.656.498	146.430	70.892	65.708
fev	2.396.136	196.908	95.378	50.453
mar	2.340.819	113.227	54.931	44.539
abr	2.492.091	121.490	58.939	40.840
mai	2.380.859	174.564	84.688	54.917
jun	2.666.482	145.793	70.654	57.197
jul	2.290.841	103.713	50.315	56.341
ago	2.311.795	135.602	65.786	60.285
set	2.777.801	112.229	54.447	54.837
out	2.782.635	112.231	54.447	58.621
nov	2.797.801	156.110	75.735	65.026
dez	2.854.502	254.135	78.115	69.499
<b>2014</b>				
jan	2.831.635	191.969	93.362	56.331
fev	2.817.838	204.994	99.697	47.691
mar	2.591.119	121.602	59.140	46.600
abr	2.654.155	138.788	67.498	50.814
mai	2.490.889	184.952	89.949	55.268
jun	2.408.541	138.702	67.456	52.640
<b>Variações(%)</b>				
No mês	-3,3	-25,0	-25,0	-4,8
No mês/mês do ano anterior	-9,7	-4,9	-4,5	-8,0
Acumulada	5,8	9,2	9,6	-1,4

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Secretaria de Estado de Fazenda -SEFAZ.

Notas:

(1) Valores correntes apurados com base na data de recolhimento e não na do repasse financeiro.

(2) Deduzidos 15% para o FUNDEF. A partir de 2007, deduzidos 18% para o FUNDEB.

**Variações percentuais**

No mês = mês de referência/mês anterior No mês/mês do ano anterior = mês de referência/mesmo mês do ano anterior

Acumulada = janeiro até o mês de referência/igual período do ano anterior

## ÍNDICES DE PREÇOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2014

Período	Índices de preços					
	Índice geral de preços - disponibilidade interna BR Base: ago 94 = 100	Índice do custo da construção - RJ Base: jun, 94 = 100 IBGE				
		Média	Mão-de-Obra	Materiais de construção	IPCA Total (2)	
<b>2012</b>						
jan	465,979	413,780	606,949	326,803	3.578,330	
fev	467,308	415,063	603,793	330,431	3.612,320	
mar	469,910	415,146	603,793	330,563	3.610,510	
abr	474,683	433,122	664,535	327,092	3.639,760	
mai	479,019	433,858	665,664	327,681	3.642,310	
jun	482,311	434,249	667,928	327,124	3.650,690	
jul	488,621	434,292	667,928	327,189	3.670,400	
ago	495,949	433,858	667,928	326,535	3.686,920	
set	500,314	435,593	667,928	329,212	3.714,200	
out	498,739	437,509	673,471	329,311	3.731,660	
nov	499,989	438,691	673,471	331,155	3.750,320	
dez	503,283	440,138	673,471	333,374	3.798,700	
<b>2013</b>						
jan	504,830	441,723	673,471	335,841	3.826,430	
fev	505,832	444,285	672,191	340,476	3.836,000	
mar	507,375	444,552	672,191	340,884	3.836,000	
abr	507,087	462,112	726,773	339,862	3.836,000	
mai	508,715	434,246	634,909	344,110	3.857,100	
jun	512,598	467,944	729,765	344,110	3.918,740	
jul	513,313	435,282	632,560	346,963	3.912,470	
ago	515,688	435,633	632,560	347,414	3.919,900	
set	522,690	438,377	632,560	351,652	3.935,580	
out	525,966	439,956	634,900	352,883	3.934,010	
nov	527,422	439,648	634,964	352,424	3.938,340	
dez	531,056	440,307	634,964	353,446	3.925,740	
<b>2014</b>						
jan	533,197	442,112	634,964	356,239	4.052,910	
fev	537,703	445,296	634,964	361,190	4.096,280	
mar	545,684	450,372	634,964	369,064	4.148,710	
abr	548,145	451,453	634,964	370,688	4.166,130	
mai	545,652	471,588	697,635	369,539	4.189,040	
jun	542,194	471,729	697,635	369,761	4.205,800	
<b>Variações(%)</b>						
No mês	-0,63	0,03	0,00	0,06	0,40	
12 meses	5,77	0,81	-4,40	7,45	7,33	
No ano	2,10	7,14	9,87	4,62	7,13	

Fonte: FGV - Fundação Getúlio Vargas e IBGE.

(1) Média anual. (2) Base dez, 93 =100

Nota : A partir de jan 2011, a fonte do índice de construção é o IBGE.



R\$ 2,8 bilhões em  
Ativos Administrados

## TER AS LINHAS DE FINANCIAMENTO E OS PRODUTOS CERTOS PARA APOIAR AS EMPRESAS DO RIO DE JANEIRO NÃO É SÓ UMA VISÃO DE NEGÓCIOS. MAS UMA VISÃO DE FUTURO.

Mais do que ser a agência de fomento do Rio de Janeiro, a AgeRio trabalha para confirmar sua maior vocação: incentivar negócios do presente para melhorar o desenvolvimento do futuro. Com um portfólio diversificado de produtos e R\$ 2,8 bilhões em ativos administrados, a Agência atende empresas de todos os portes, municípios e pequenos empreendedores, com opções customizadas para cada tipo de projeto. Isso tudo por meio da facilitação à concessão de crédito e ao acesso aos principais fundos garantidores. O resultado de tudo isso? Mais de 17 mil empregos gerados e 68 mil pessoas beneficiadas em todo o Estado. Acesse [www.agerio.com.br](http://www.agerio.com.br) e conheça toda nossa linha de produtos.



*Faz pela sua empresa. Faz pelo Rio.*



GOVERNO DO  
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, ENERGIA,  
INDÚSTRIA E SERVIÇOS



FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,  
PESQUISA E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS  
DO RIO DE JANEIRO - Ceperj

Av. Carlos Peixoto, 54  
Botafogo - Rio de Janeiro

[www.ceperj.gov.br](http://www.ceperj.gov.br)

